

**Universidade Federal de Minas Gerais**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**Felipe Pimentel Palha**

**CAMPO E RURAL IDÍLICOS COMO FALÁCIA:  
minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em  
Brumadinho (MG)**

**Belo Horizonte  
2019**

**Felipe Pimentel Palha**

**CAMPO E RURAL IDÍLICOS COMO FALÁCIA:  
minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em  
Brumadinho (MG)**

Tese apresentada ao do Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski.

Belo Horizonte  
2019

Tese intitulada *Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho (MG)*, de autoria do doutorando Felipe Pimentel Palha, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Área de Concentração:** Organização do Espaço.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski – IGC/UFMG  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Doralice Barros Pereira – IGC/UFMG

---

Prof. Dr. Eliano de Souza Martins Freitas – COLTEC/UFMG

---

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

---

Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto - UFJF

Belo Horizonte, 16 de maio de 2019

Dedico esse trabalho à minha família.

Dedico, também, à todos os atingidos pelo rompimento da barragem 1, da mina  
Córrego do Feijão, em Brumadinho, de propriedade da empresa Vale S.A.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar devo agradecer enormemente à minha esposa por me encorajar todas às vezes que ameacei algum fraquejo. Nossos dois filhos, Davi e Ian, nos animaram durante esses anos da pesquisa com os seus lindos e contagiantes sorrisos, não me deixando esmorecer em nenhum momento.

Como de praxe, sempre muito respeitosos e amorosos comigo devo agradecer, apesar de não acreditar que algum dia conseguirei compensar de maneira equivalente tudo o que fazem por mim e pelos meus filhos, à minha mãe e ao Paulo.

Gostaria, também, de lembrar a importância dos professores e servidores do CEFET-MG que me apoiaram durante esses anos, principalmente aos meus colegas do Departamento de Geografia e História em Belo Horizonte.

Ao Professor Klemens Augustinus Laschefski todo o meu apreço. Pois me recebeu de braços abertos e com enorme paciência me ensinando o ofício de pesquisador. Devo lembrar, também, o estimulante convívio que travei com os seguintes Professores da UFMG: Doralice Barros Pereira, Rogata Soares Del Gaudio, Eliano de Souza Martins Freitas, Heloísa Soares de Moura Costa e Sérgio Manuel Merêncio Martins.

Não poderia deixar de agradecer a todos com os quais eu me deparei durante a realização dos trabalhos de campo no município de Brumadinho. Enlutado, guardo todos em minhas memórias.

*“Raramente uma terra em que se trabalha é  
uma paisagem”*

*(Raymond Williams)*

## RESUMO

Desde meados da década de 1990 os diversos governos que assumiram o país aprofundaram a inserção brasileira à economia mundial de maneira subordinada contribuindo para o crescente quadro de desindustrialização e reprimarização das exportações. O consenso em torno desse modelo econômico, nas mais diversas escalas, decorreu da aplicação do neoextrativismo, haja vista, o Estado ter recorrido durante esse período a diversas estratégias que legitimaram a opção de se repositonar como fornecedor de *commodities* dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Foi aprofundada, desde então, a exploração dos trabalhadores e da natureza em um contexto altamente financeirizado. A legitimação de atividades tão devastadoras como a mineração tem maior êxito em municípios como o de Brumadinho em decorrência de um quadro de pobreza em termos de renda monetária e baixa diversidade de atividades econômicas que é agravado pelos parques incentivos às atividades de agropecuária associados à desvalorização do campo, do rural e de seus moradores representados como sinônimos do atraso. O município de Brumadinho está situado na região do Quadrilátero Ferrífero e faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte compondo, com o município de Nova Lima e outros, o vetor sul de expansão da RMBH que é caracterizado por um processo de produção do espaço altamente segregador. Construí o meu objeto de pesquisa diante dessa dinâmica de produção do espaço aparentemente paradoxal entre o urbano da metrópole belo-horizontina e o rural da minério-dependência traçando como objetivo principal a compreensão dos impactos, das transformações, dos conflitos e das adaptações nas relações estabelecidas entre o campo, a cidade, o rural e o urbano, decorrentes da constituição, ainda inacabada, da sociedade urbana. Um dos aspectos marcantes da produção do espaço no vetor sul da RMBH, com implicações sobre o município de Brumadinho, trata-se da representação do campo e do rural que o compõe de maneira idílica. A análise crítica, na forma de revisão bibliográfica confrontada com o campo em Brumadinho, das propostas em torno do “novo rural” indicaram total descolamento desse arcabouço teórico com a realidade contribuindo para afirmar que permanece válido, no caso da formação espacial brasileira, a interpretação de que a elite agrário-mercantil-exportadora, metamorfoseada em um leque de diversas posições, detém posição hegemônica. A representação do campo e do rural idílicos, bem como a sua materialização, tem a farta disponibilidade de água como um de seus elementos centrais. Entretanto, a produção do campo e do rural idílicos não ocorre sem conflitos e a disputa pela água parece ocupar um lugar central com fortes traços de injustiça ambiental-hídrica. Conflito que se tornou ainda mais grave em decorrência da captação de água subterrânea da Serra da Moeda pela empresa Coca Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito. Enfim, a produção do campo e do rural idílicos, no contexto da minério-dependência, apesar de propor solucionar o problema da condição de subalternidade dos moradores do campo, dissimula várias finalidades reais e pode contribuir para agravar a injustiça ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brumadinho. Minério-dependência. Sociedade urbana. Injustiça ambiental-hídrica.

## ABSTRACT

Brasil has opted, during the first years of the 21st century, for the reprimarization of its economy. The consensus on this economic model, on its several scales, proceeded from the application of the neoextractivism, given the State's appeal during this period, to several strategies that legitimated the option of repositioning itself as a commodities supplier within the International Division of Labor. Since then, the manpower and the environmental exploitation in a highly financial context had deepened. The legitimization of activities as devastating as mining has prevailed in municipalities such as Brumadinho as a result of a poverty scenario in terms of income and low diversity of economic activities, which is aggravated by the sparse incentives on the agricultural activities, associated with the devaluation of the countryside, the rural and its inhabitants, represented as synonyms of delay. Brumadinho's municipality is located on the Iron Quadrilateral region and it's part of Belo Horizonte's Metropolitan Region composing, with Nova Lima's municipality and others, the south vector of the Belo Horizonte Metropolitan Region's expansion, which is characterized by a highly segregating process of space production. The research object was built before this apparently paradoxical space production dynamics between the urban of Belo Horizonte's metropolis, and the rural of ore-dependency, tracing as the main goal, the comprehension of the impacts, of the transformation, of the conflicts, and of the adaptation in the relations established among the countryside, city, rural and urban, resulting from the constitution still unfinished of the urban society. One of the remarkable aspects of the space production on the south vector of Belo Horizonte's Metropolitan Region, with implications on the Brumadinho's municipality, is related to the representation of the countryside and the rural that composes it in an idyllic way. The critical analysis of the proposals around the "new rural", presented as a bibliographic review confronted with the countryside in Brumadinho, indicated a total detachment of this theoretical framework with reality. It contributes to affirm that remains valid the interpretation that the agrarian-mercantile-exporter elite, metamorphosed into a range of several positions, holds a hegemonic position, in the case of Brazilian spatial formation. The representation of the idyllic countryside and rural, as well as its materialization, has the abundant availability of water as one of its central elements. However, idyllic countryside and rural production does not occur without conflict, and the water dispute seems to occupy a central place with strong traces of environmental-water injustice. Conflict that has become even more serious as a result of the groundwater collection of Serra da Moeda by the Coca Cola FEMSA company installed in the industrial district of Itabirito. Finally, the idyllic countryside and rural production in the context of ore-dependency, despite proposing to solve the problem of subordinate conditions of countryside residents, dissimulates several real purposes, and may contribute to aggravate the environmental injustice.

**KEY WORDS:** Brumadinho. Ore-dependency. Urban society. Environmental and water injustice.

## RESÚMEN

Brasil optó, durante los primeros años del siglo XXI, por el retraso de la su economía. El consenso en torno a ese modelo económico, en las más diversas escalas, se debió a la aplicación del neoextrativismo, en vista de el Estado haber recurrido durante ese período a diversas estrategias que han legitimado la opción de reposicionarse como prestador de *commodities* dentro de la División Internacional del Trabajo. Se ha profundizado, desde entonces, la exploración de los trabajadores y de la naturaleza en un contexto bastante financializado. La legitimación de actividades tan devastadoras como la minería tiene mayor éxito en municipios como Brumadinho en consecuencia de un cuadro de pobreza en términos de renta monetaria y baja diversidad de actividades económicas que se agrava por los escasos incentivos a las actividades de agropecuaria asociados a la devaluación del campo, del rural y de sus habitantes representados como sinónimos del atraso. El municipio de Brumadinho está situado en la región del Cuadrilátero Ferrífero y forma parte de la Región Metropolitana de Belo Horizonte, componiendo, con el municipio de Nova Lima y otros, el vector sur de expansión de la RMBH que se caracteriza por un proceso de producción del espacio bastante segregado. Construí mi objeto de investigación ante esta dinámica de producción del espacio aparentemente paradójico entre el urbano de la metrópoli belo-horizontina y el rural de la mineral dependencia trazando como meta principal la comprensión de los impactos, de las transformaciones, de los conflictos y de las adaptaciones en las relaciones establecidas entre el campo, la ciudad, el rural y el urbano, resultantes de la constitución, aún inacabada, de la sociedad urbana. Uno de los aspectos marcantes de la producción del espacio en el vector sur de la RMBH, con implicaciones sobre el municipio de Brumadinho, se trata de la representación del campo y del rural que lo compone de manera idílica. El análisis crítico, en la forma de revisión bibliográfica confrontada con el campo en Brumadinho, de las propuestas en torno al "nuevo rural", han indicado total desapego de ese marco teórico con la realidad contribuyendo para afirmar que permanece válido, en el caso de la formación espacial brasileña, la interpretación de que la elite agrario-mercantil-exportadora, metamorfoseada en un abanico de diversas posiciones, tiene posición hegemónica. La representación del campo y del rural idílicos, así como su materialización, tiene la abundante disponibilidad de agua como uno de sus elementos centrales. Sin embargo, la producción del campo y del rural idílicos no ocurre sin conflictos y la disputa por el agua parece ocupar un lugar central con fuertes rasgos de injusticia ambiental-hídrica. Conflicto que se ha vuelto aún más grave debido a la captación de agua subterránea de la Sierra de la Moneda por la empresa Coca Cola FEMSA instalada en el distrito industrial de Itabirito. Por último, la producción del campo y del rural idílicos, en el contexto de la mineral dependencia, a pesar de proponer solucionar el problema de la condición de subalternidad de los moradores del campo, disimula varias finalidades reales y puede contribuir para agravar la injusticia ambiental.

**PALABRAS-CLAVE:** Brumadinho. Mineral-dependencia. Sociedad urbana. Injusticia ambiental-hídrica

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Lista de substâncias que compõem a arrecadação da CFEM no município de Brumadinho com seus respectivos valores para o ano de 2017 .....	61
Tabela 2 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2013 .....	62
Tabela 3 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2012 .....	62
Tabela 4 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2011 .....	63
Tabela 5 – Valores da razão de sexo da população rural em Brumadinho no período de 1970-2010. ....	88
Tabela 6 – Valores da razão de sexo da população rural, com idade até 30 anos, em Brumadinho no período de 1970-2010. ....	90
Tabela 7 – Valores de casas e lotes em condomínios de Brumadinho no ano de 2017 .....	118
Tabela 8 – Demanda de água da fábrica da Coca Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito durante o período de 2015 à 2040. ....	239
Quadro 1 – Produtores de cachaça artesanal de Brumadinho.....	124
Quadro 2 – 10 Pontos listados por Veiga (2004) a fim de resumir o que ele nomeou por consenso básico, de meados dos anos de 1990, sobre a Ruralidade Avançada. ....	154

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comparação entre o antes e o depois do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A. ....	20
Figura 2 - Imagem de satélite que detalha a extensão inicial da lama de rejeitos proveniente do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A.....	21
Figura 3 - Figura do mapa do município de Brumadinho .....	30
Figura 4 - Figura do mapa que mostra a compartimentação geomorfológica do município de Brumadinho (MG) associada à divisão político administrativa determinada pela administração local .....	31
Figura 5 – Figura que representa o mapa dos vetores de expansão da RMBH.....	50
Figura 6- Transformações espaciais ao sul da RMBH. ....	53
Figura 7 - Imagem do Google Earth que situa, através do polígono em vermelho, a “vila” de casas do Assentamento Pastorinhas e parte utilizada para cultivos e criações. Ademais, é possível perceber, à noroeste do Assentamento, a presença de áreas mineradas.....	102
Figura 8 – Imagem do <i>Google Earth</i> com desenho do polígono em linha vermelha que demarca, aproximadamente, a área do Assentamento Pastorinhas na qual pode-se observar a proporção entre área ocupada e área de mata preservada. ....	105
Figura 9 – Slide produzido por Zander Navarro que sintetiza as ideias em torno do que propõe como "novo rural" .....	149
Figura 10 - Eixo espaço temporal do processo de urbanização total.....	160
Figura 11 - Imagem de satélite do Google Earth que mostra parte do condomínio Retiro do Chalé com as duas referências anteriores: Alameda das Braúnas e Avenida da Cachoeira.....	218
Figura 12 – Figura que mostra a localização de Suzana, Campinho e Carneiros, junto aos limites dos municípios circunvizinhos. ....	222
Figura 13 - Infraestrutura de recebimento, armazenamento e distribuição da água para os moradores de Campinho. Ao fundo se vê a face oeste da Serra da Moeda onde se encontra a nascente que abastece essa rede de água.....	223

Figura 14 - Infra estrutura de recebimento, armazenamento e distribuição da água para os moradores de Carneiros. Ao fundo se vê a face oeste da Serra da Moeda onde se encontram as diversas nascentes que abastecem grande parte da.....223

Gráfico 1 - Gráfico de variação no índice preços das commodities.....69

Gráfico 2 - Gráfico da produção mineral brasileira para o período de 1994 à 2018..70

Gráfico 3 - Arrecadação semestral da CFEM durante o período compreendido entre os anos de 2008 e 2013 (valor nominal em R\$ milhões). .....71

Gráfico 4 - Arrecadação semestral da CFEM durante o período compreendido entre o 2º semestre de 2013 ao 1º semestre de 2018 (valor nominal em R\$ milhões).....71

Gráfico 5- População residente na área urbana do município de Brumadinho no período de 1970-2010. ....87

Gráfico 6– População residente na área rural do município de Brumadinho no período de 1970-2010. ....87

Gráfico 7- População residente na zona rural de Brumadinho por sexo no período de 1970-2010. ....87

Gráfico 8- População residente na área rural de Brumadinho, por sexo e até os 30 anos de idade no período de 1970-2010.....89

Gráfico 9 - Série histórica de precipitação anual registrada na estação meteorológica Lagoa Grande (2012-2016).....235

Fotografia 1 – Vista de área de mineração a partir do terreno do Assentamento Pastorinhas ..... 103

Fotografia 2 – Vista de parte da área destinada à produção no Assentamento Pastorinhas ..... 103

Fotografia 3 – Estrada de terra que perpassa a mata preservada no Assentamento Pastorinhas. .... 104

Fotografia 4 - Placa da Cooperativa Terra Produtiva..... 106

Fotografia 5 – Placa indicativa de condomínio em Casa Branca, Brumadinho. .... 116

Fotografia 6 - Placa indicativa de condomínio em Casa Branca, Brumadinho ..... 116

Fotografia 7 - Placa indicativa de condomínio em Piedade do Paraopeba, Brumadinho ..... 117

Fotografia 8 – Destaque da placa da Cervejaria da família Piacenza ..... 127

Fotografia 9 – Detalhe da estante de dentro do estabelecimento com os produtos em exposição.....	128
Fotografia 10 - Vista da horta, em 2018, implementada pela mineradora Vale S.A. em Córrego do Feijão como contrapartida pelos impactos que as suas atividades geram. ....	204
Fotografia 11 - Estrada para Córrego do Feijão. O trânsito de caminhões é intenso e a qualidade da via está bastante comprometida. ....	206
Fotografia 12 - Estrada para Córrego do Feijão. O trânsito de caminhões é intenso e a qualidade da via está bastante comprometida. ....	207
Fotografia 13 -Parte do loteamento do Retiro do Chalé no início dos anos de 1980. A referência para localização no loteamento é a Avenida Cachoeira que está no canto inferior direito da foto.....	216
Fotografia 14 - Parte do loteamento do Retiro do Chalé no início dos anos de 1980. A referência para localização no loteamento é a Alameda das Braúnas localizada mais ao centro da foto. ....	217

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
ANM	Agencia Nacional de Mineração
APA-Sul RMBH	Área de Proteção Ambiental Sul da RMBH
ALMG	Assembléia Legislativa de Minas Gerais
ACAS	Associação de Captação de Águas da Serra
ARCA	Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente
AMOCOS	Associação dos Moradores da Comunidade de Suzana e Região
APROBAC	Associação dos moradores do bairro Águas Claras
ASPRUB	Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho
AMPAQ	Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade
APO	Autorização Provisória de Operação
CEASA	Central de Abastecimento de Minas Gerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COPASA-MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP-PRONAF	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EMATER – MG	Empresa de Assistência e Extensão Rural de Minas Gerais
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IEM	Indústria Extrativa Mineral
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC/UFMG	Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais
IEF – MG	Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDDI RMBH	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PIB	Produto Interno Bruto
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Campo	
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Redes globais de produção
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RCA	Relatório de Controle Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SEDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMAD-MG	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil
SAAE-Itabirito	Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Itabirito
SENAC-MG	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEGRH	Sistema Estadual de Recursos Hídricos
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SUPRAM	Superintendencia Regional de Meio Ambiente
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidades de Conservação
WSB	Water Services do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1. BRUMADINHO: FORMAÇÃO ESPACIAL E CONTEXTO METROPOLITANO</b> .42	
1.1. Representações da natureza e do rural no vetor sul da RMBH .....	54
1.2. Contexto regional de dependência das atividades de mineração .....	60
1.3. APA-Sul: entre o campo e a cidade .....	78
1.4. Vetor sul da RMBH como expressão contemporânea da unificação entre o campo e a cidade sob o mando dos dominantes .....	83
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DA POPULAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO:</b> .....	85
2.1. Brumadinho como receptor de produtores rurais expulsos pelo avanço da cidade .....	85
2.2. Perfil dos produtores rurais de Brumadinho – juventude rural em questão .....	86
2.3. O papel da Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho (ASPRUB) para o fortalecimento da agropecuária de caráter familiar .....	94
2.4. Luta pela reforma agrária em Brumadinho: Assentamento Pastorinhas .....	99
2.5. As comunidades quilombolas de Brumadinho e a condição de sem-terra. ....	109
2.6. Estratégia camponesa em Brumadinho: abandono parcial das atividades de agropecuária .....	112
2.7. Autonomia e liberdade camponesa mesmo que restrita.....	114
2.8. Nos condomínios de Brumadinho o trabalho é mais tranquilo? .....	115
2.9. Através da agricultura a família pode garantir alimento barato, saudável e fresco todo os dias! .....	121
2.10. Tradição e inovação do campo de Brumadinho: produção de cachaças e cervejas artesanais. ....	122
2.11. Equinocultura de Brumadinho: entre grandes haras e pequenos currais .....	129

2.12. Turismo pode figurar como alternativa econômica para os residentes do campo em Brumadinho? .....	132
2.12.1. A presença do Inhotim e os limites do turismo como atividade econômica em Brumadinho.....	133
2.12.2. Inhotim: fraco indutor turístico em Brumadinho, porém franco indutor urbano no contexto regional.....	135
2.13. Segundas residências em Brumadinho: extensão do modo de vida urbano industrial.....	137
<b>3. RELAÇÕES CAMPO, CIDADE, RURAL E URBANO DIANTE DA PROBLEMÁTICA URBANA E ANÁLISE CRÍTICA DAS PROPOSTAS EM TORNO DO “NOVO RURAL”.</b> .....	<b>139</b>
3.1. Pode-se falar em “novo rural”? .....	145
3.2.1. A era urbana pode ser reconhecida como uma superação, por completo, da era industrial? .....	159
3.2.2. Zona (ou fase) crítica – contradições, incertezas, cegueira... ..	162
3.2.3. Oposições: campo – cidade e segregação – integração .....	164
3.2.4. Tecido urbano .....	166
3.2.5. Desruralização e incompletude urbana: características fundamentais do campo cego .....	169
3.3. Elaboração de um rural idílico .....	173
3.3.1. Ideologias e representação do campo e do rural .....	177
3.3.2. Elementos para elaboração das representações sociais do campo e do rural idílicos em Brumadinho: depoimentos de turistas, que visitaram o município em 2016, colhidos através do <i>site TripAdvisor</i> .....	184
3.3.2.1. Depoimentos de turistas sobre o Parque Estadual do Rola Moça em 2016: mirando um trio de relações – urbanização, rural e natureza. ....	187
3.3.2.2. Depoimentos de turistas sobre Piedade do Paraopeba em 2016: vende-se/aluga-se (finais de semana, temporadas ou para morar) espaço bucólico, rústico e interiorano .....	188

3.4. Especificidades das relações campo-cidade/rural-urbano na formação socioespacial brasileira.....	191
3.4.1. Constituição da aliança campo-cidade dos dominantes no âmbito da Formação Socioespacial brasileira.....	193
3.5 Ajustando os termos: modos de vida citadino e rural diante da incompletude urbana .....	200
<b>4. INJUSTIÇA AMBIENTAL-HÍDRICA COMO PARTE CONSTITUTIVA DO PROCESSO DE MONOCULTURIZAÇÃO DO ESPAÇO.....</b>	<b>202</b>
4.1. Conflito ambiental: Coca Cola FEMSA e comunidades ao sul do município de Brumadinho.....	220
4.2. Privação do acesso à água em um contexto de falta de alternativas de emprego e renda .....	241
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>250</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>259</b>

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa de doutorado foi desenvolvida ao longo dos anos 2015 e 2019 no município de Brumadinho, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Contudo, no último dia em que eu me encontrava ocupado com os trabalhos de redação da tese, no início da tarde do dia 25 de janeiro de 2019, uma das barragens de rejeitos da mina Córrego do Feijão, localizada no povoado Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, nas cercanias da Serra Três Irmãos, se rompeu. Um misto de angústia, medo e enorme tristeza tomou conta de mim desde as primeiras notícias. Apesar de não ter morado no município criei diversos laços afetivos com o povo brumadinense e com aquele espaço. Apesar das dificuldades inerentes aos trabalhos de pesquisa, que tem o campo e as pessoas que o animam como interesse de investigação, sempre me senti muitíssimo bem recebido por todos e muito feliz por estar em diversos lugares de Brumadinho realizando a minha pesquisa de doutorado. E, por isso, devo registrar que, como pesquisador imerso nas contradições do mundo, não pretendo apresentar uma postura neutra diante daquilo, que desde o planejamento dessa pesquisa, passou a fazer parte de mim.

O trágico evento crítico – na medida que o desastre causado pela Vale S.A. se estende, pelo espaço e pelo tempo, antes e depois do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão – foi apontado, desde os primeiros minutos, como sendo a repetição de outro, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, na comunidade de Bento Rodrigues, município de Mariana, quando, também, uma estrutura de contenção de rejeitos (barragem de Fundão) provenientes da exploração mineral se rompeu matando 19 pessoas, causando um aborto e deixando um rastro de destruição pela bacia do Rio Doce atingindo o litoral do Espírito Santo. Esses dois desastres (que também podem ser qualificados por crimes ambientais e trabalhistas) ocorreram em áreas mineradas dentro do Quadrilátero Ferrífero sob responsabilidade da Vale S.A. Em Mariana a empresa proprietária da barragem de Fundão é a Samarco Mineração S.A. que, por sua vez, trata-se de uma *joint venture* estabelecida entre a Vale S.A. e a empresa BHP Billiton. Já a mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, é propriedade, apenas, da Vale S.A.

Até o dia 21 de maio de 2019 o rompimento da barragem 1, da mina Córrego

do Feijão, de propriedade da Vale S.A. havia matado 241 pessoas e deixado 29 desaparecidos. Dois fatores concorrem para o elevado número de atingidos pelo “mar de lama”: a barragem encontrava-se em uma posição acima de onde foi instalado o refeitório e a estrutura de salas e escritórios (área administrativa). Obviamente, essa área concentrava um grande número de trabalhadores e, pelo trágico evento crítico ter ocorrido no início da tarde, muitos trabalhadores encontravam-se nessa área.

Figura 1 - Comparação entre o antes e o depois do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A.

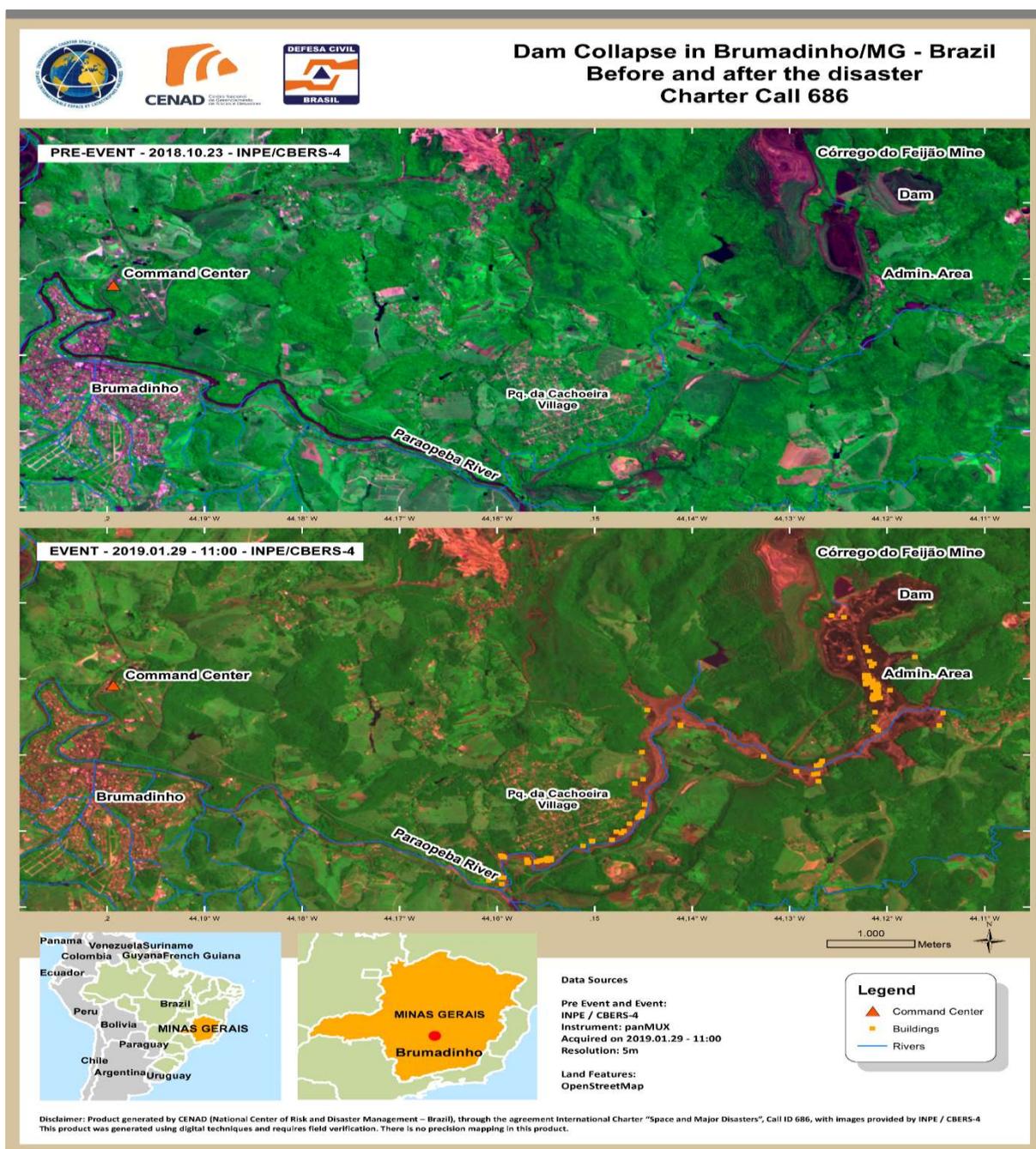
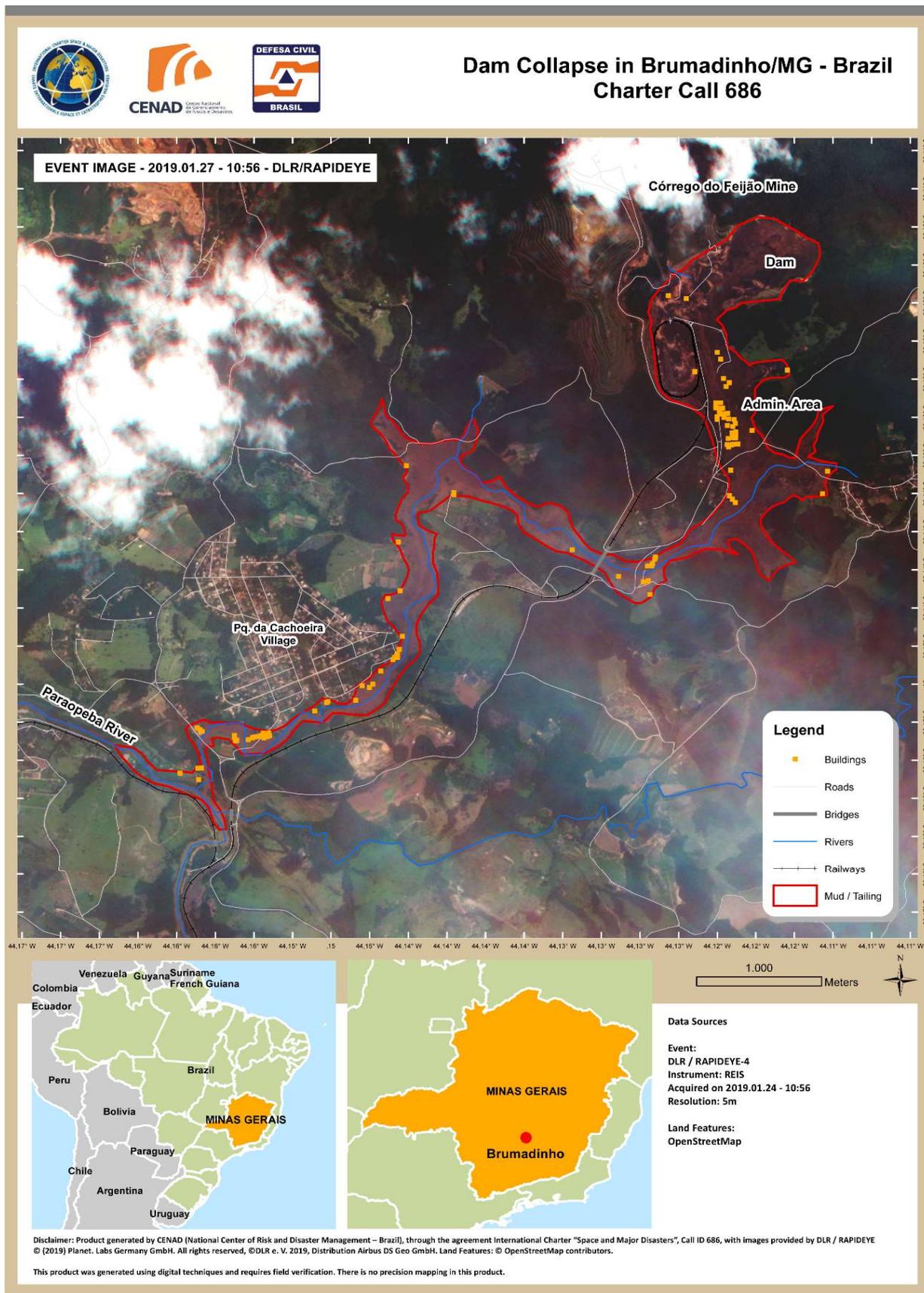


Figura 2 - Imagem de satélite que detalha a extensão inicial da lama de rejeitos proveniente do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A.



Ademais, o “mar de lama”, proveniente do complexo de barragens da mina Córrego do Feijão, percorrendo, principalmente, através do ribeirão Ferro-Carvão, atingiu uma área com diversas residências e que também desenvolvia a olericultura de folhosas antes de chegar no leito do rio Paraopeba.

A ocorrência de 2 eventos críticos com tal magnitude destruidora não está descolada da opção que os diversos governantes que ocuparam a presidência do Brasil fizeram desde o estabelecimento do Plano Real (PORTO-GONÇALVES et. al., 2019b). A opção pela reprimarização econômica, com a intensificação da exploração dos recursos minerais, principalmente o minério de ferro, pode e deve ser apontada como responsável por esses desastres. A opção feita pelos governantes do país em reposicionar o Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias primas tem sido interpretada como sendo a fase do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009).

Como apontei no primeiro capítulo, em consonância como Santos (2013) e Milanez; Santos (2013), em detrimento da diversificação das atividades econômicas no país, foi incentivada a produção de commodities agrícolas e minerais. A noção do neoextrativismo deve ser encarada como uma etapa da reprodução expandida do modo de produção capitalista. Contudo, a noção de neoextrativismo ressalta o conceito de acumulação por espoliação como processo contínuo, e talvez permanente, da acumulação primitiva do capital no modo de produção capitalista conforme apontou Harvey (2014). O rompimento dessas duas barragens, conforme apontou PoEMAS (2015) para o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, estão fortemente associados à opção tomada pelos governantes do país durante a primeira década dos anos 2000 que aprofundou a exploração dos trabalhadores e da natureza em um contexto de financeirização (MILANEZ, 2017). Apesar de diversos impactos negativos sobre a população e a natureza onde ocorre a mineração é possível identificar que diversas localidades tornam-se dependentes dessa atividade, haja vista essa atividade contar com diversos processos de legitimação social.

O trágico evento crítico ocorrido em 25 de janeiro de 2019 apenas confirma o lado nefasto da minério-dependência que os municípios que se situam na região intitulada como Quadrilátero Ferrífero forçosamente suportam. Convergem para tornar uma localidade dependente das atividades de mineração, como procurei discutir nessa pesquisa, a pobreza em termos de renda monetária da população local, a baixa

diversificação em atividades econômicas, os parques incentivos à agropecuária associados à uma forte desvalorização do campo e do rural em termos produtivos.

O município de Brumadinho, devastado pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração realizada em Córrego do Feijão pela Vale S.A., está situado na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e apresenta grande extensão territorial, permitindo acessá-lo por duas vias: ao sul pela BR-040 e a oeste pela BR-381. Faz divisa com 13 municípios, dentre eles, Belo Horizonte e Nova Lima e situa-se ao norte da região do Quadrilátero Ferrífero. Conquanto, observa-se sua importância, junto com outros municípios, como Mário Campos, Sarzedo e Ibirité, para a produção de alimentos que abastecem a RMBH. Além disso, a zona delimitada como rural nesse município é fortemente valorizada por agentes imobiliários para construção de condomínios residenciais horizontais destinados às classes média e alta, principalmente em sua porção leste, a qual se tem acesso pela BR-040. Há, ainda, no município o Instituto Inhotim, aberto em 2006 para visitação do público. Conquanto, as oportunidades de emprego e renda no município giram em torno das empresas de mineração, dos condomínios residenciais, da prefeitura local, do Inhotim, das atividades de agropecuária e do comércio local.

Portanto, construí o meu objeto de pesquisa levando em consideração a condição de dependência social e econômica do município de Brumadinho diante das atividades de mineração, ao mesmo tempo em que se situa no âmbito da Região Metropolitana da capital do estado de Minas Gerais. Envidei esforços, a partir da construção desse objeto de pesquisa, para compreender como se dá a dinâmica de produção do espaço diante dessa condição, aparentemente, paradoxal: entre o urbano da metrópole belo-horizontina e o rural da minério-dependência. Ademais, procurei investigar os impactos, as transformações, os conflitos e as adaptações nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, decorrentes da constituição da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004) que podem conformar um complexo quadro de injustiça ambiental-hídrica.

Segundo Porto-Gonçalves (2017, p.23, minha ênfase)

Sete de cada dez habitantes urbanos do mundo estão na Ásia, África e na América Latina em cidades que nada têm das cidades-luz que nos foram prometidas pela ideologia urbanocêntrica que tão bem caracteriza o pensamento eurocêntrico, ideologia essa ainda mais forte depois do Iluminismo. Entretanto, consideremos que embora

tenhamos um intenso processo de expropriação nesse período, hoje temos mais camponeses e outros habitantes não-urbanos que em qualquer outra época histórica. Se em 1960 tínhamos aproximadamente 3 bilhões de habitantes no planeta e, destes, 1,8 bilhões eram rurais e 1,2 bilhões era urbanos, hoje temos aproximadamente 7 bilhões de habitantes, sendo que **3,4 bilhões são rurais e 3,6 bilhões são urbanos**. Não nos iludamos, pois, se a população urbana se multiplicou por três nesses últimos 50/60 anos, a população rural passou de 1,8 bilhões para 3,4 bilhões, um aumento também espetacular de 77.8% no período. [...] E toda essa **enorme demanda de matéria e energia se faz em nome do abastecimento urbano**, mas não considera que em 2016, segundo a ONU, havia mais população vivendo fora das cidades (camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, populações coletoras/extrativistas) do que a população total do planeta em 1960!

Portanto, diante da configuração de um mundo cada vez ocupado por uma população que reside, majoritariamente, em cidades, é crescente a pressão sobre o espaço com vistas a suprir a demanda desse enorme contingente populacional que se concentra em apenas 3% a 4% da superfície terrestre (Advisory Committee for Environmental Research and Education, 2018). Entretanto, essa crescente demanda por matérias e energia para abastecer as cidades extrapolam os seus limites transbordando sobre outros territórios (não-urbanos) como pode ser observado através das profundas alterações metabólicas (PORTO-GONÇALVES, 2017) decorrentes da retirada de minérios, do estabelecimento das monoculturas do agronegócio, da busca por água em lugares cada vez mais distantes para abastecer as cidades, assim como a produção de espaços de lazer e consumo para a população citadina que evidenciam um rico e complexo processo de monoculturização do espaço (LASCHEFSKI, 2006, 2008 e LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019).

Algumas questões são pertinentes: A dicotomia campo – cidade permanece válida? Essa relação foi reconfigurada e o campo deixou de ser o espaço destinado à produção de alimentos e passou a ser o espaço de lazer e de conservação da natureza para atender aos desejos citadinos? Ou, trata-se da homogeneização do espaço metropolitano que por consequência eliminaria o campo transformando toda a sua extensão em uma cidade? Se o modo de produção capitalista (e as relações sociais que o conformam) produz espaços-tempos que atendem as suas necessidades, o campo não estaria se constituindo em conformidade com a reestruturação pela qual esse modo de produção estaria passando em decorrência da “crise ecológica”?

Conjectura-se que no contexto atual do modo de produção capitalista, as relações estabelecidas entre a cidade e o campo se transformaram em decorrência da ampliação da sociedade urbana. Pode-se interpretar que essas transformações levaram o campo, anteriormente identificado com a produção agropecuária destinada ao abastecimento das cidades próximas, a se configurar como um espaço de lazer dos cidadãos. Essa transformação é importante, pois supõe-se que esse é um exemplo de como a luta de classes é conduzida sob a hegemonia de uma parcela da sociedade, já que há fortes indícios de que ela não tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos rurícolas, pois serve aos interesses do capital imobiliário, do setor de serviços e do consumo das classes média e alta da cidade. Concebe-se, portanto, um espaço destinado ao lazer, ao repouso, aos esportes, à reenergização dos cidadãos. Ao menos, é assim que se identificam as relações frontais do campo em Brumadinho. Todavia, cabe verificar os aspectos que lhes são subterrâneos.

Grande parte das estratégias atuais dos negócios que se ligam à mineração, aos empreendimentos imobiliários residenciais e ao turismo tem se baseado no casamento entre economia e ecologia que, de alguma forma, esverdeou o empresariado (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 14). A ideologia do desenvolvimento sustentável (DEL GAUDIO; FREITAS, 2015) não indicou mudanças profundas, pois se encaixa “[...] numa racionalidade produtiva que visa à abertura de novos mercados” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 14) como as tecnologias ambientalmente corretas aplicadas nos mais amplos segmentos e a crescente valorização, principalmente por parte dos cidadãos, da natureza destinada ao lazer e contemplação representada como rara. Além do mais, a valorização da natureza, do campo e do rural é acompanhada pela valorização das tradições culturais da população rural, mesmo que idealizadas.

Muitas vezes não se contesta a representação idílica do campo e do rural. As transformações pelas quais o campo e o rural tem passado indicam a mudança de espaços produtivos para paisagens de consumo na qual os recursos naturais tornam-se valorizados pela sua manutenção em seus lugares como amenidades, encarados sob o seu potencial estético e recreacional. Inclui-se nesse debate questões inerentes às desigualdades de acesso ao bônus do desenvolvimento, pois as populações de agricultores familiares descapitalizados, assentados da reforma agrária e quilombolas em Brumadinho permanecem, em ambos os espaços, subalternizados.

Diversos estudos já foram realizados sobre a região e o município de Brumadinho, principalmente por pesquisadores vinculados ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Por exemplo, de 2002 à 2006 a pesquisadora Heloisa Soares de Moura Costa coordenou o projeto com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado por “A expansão metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo-sul” que, dentre outras questões, analisou a região sul da RMBH em sua articulação com o contexto metropolitano, objetivando compreender as relações estabelecidas entre capital imobiliário, produção do espaço e da natureza em meio a um contexto de intensa exploração mineral. Um dos resultados desse projeto foi o livro “Novas Periferias Metropolitanas - A expansão metropolitana de Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul” lançado em 2006 (COSTA, 2006).

Além do livro, a dissertação de mestrado de Eliano de Souza Martins Freitas (2004), derivou, em parte, desse projeto. Nela esse geógrafo procurou compreender como se deu o processo de institucionalização da Área de Proteção Ambiental Sul da RMBH (APA-Sul RMBH) ressaltando o papel desempenhado, principalmente, pelos moradores dos condomínios residenciais horizontais que se mobilizaram em defesa da criação da APA. Ele ainda identificou que as empresas de mineração passaram a agir no setor imobiliário, sendo, inclusive, esse um dos fatores que propiciou o estabelecimento dessa unidade de conservação.

Ana Carolina Pinheiro Euclides (2012) defendeu a sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Geografia no ano de 2012 com o título “Proteção da Natureza e Produção da Natureza: política, ideologias e diversidade na criação unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina” na qual desenvolveu uma pesquisa em torno do papel das unidades de conservação no processo de produção do espaço daquela região verificando que elas se constituem em um intrincado campo de disputas para o qual dirigem-se as empresas de mineração, moradores e empreendedores dos condomínios residenciais horizontais, empreendedores das atividades turísticas, dentre outros.

No mesmo ano do trabalho de Euclides (2012), Faria (2012) defendeu sua tese de doutorado, na qual procurou compreender a capacidade do turismo para o desenvolvimento regional. Essa pesquisa foi desenvolvida em Brumadinho, município com forte tradição nas atividades de mineração, mas que mesmo assim passou a

sediar o Instituto Inhotim, considerado uma instituição cultural de extrema relevância mundial.

Através de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Direito da Escola Superior Dom Hélder Câmara, Alessandro de Miranda (2013) analisou os conflitos socioambientais derivados da atuação de uma empresa de mineração no município Brumadinho, contudo focando na região próxima ao condomínio residencial Retiro do Chalé.

Mais recentemente, Laura Amaral Faria (2016) defendeu sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMG, na qual analisou criticamente o papel do Instituto Inhotim no processo de produção do espaço em Brumadinho e seus fortes vínculos metropolitanos. Além do mais, ressaltou o fetichismo da natureza como contribuição para a legitimação da continuidade da reprodução do modo de produção capitalista.

Esses trabalhos são de suma importância para a compreensão da produção do espaço da RMBH, entretanto nenhum deles se debruçou sobre as relações estabelecidas entre o campo e a cidade, o rural e o urbano como pretendi realizar nessa pesquisa. O campo de Brumadinho não se “modernizou” aos moldes do agronegócio, mas apresenta agricultores familiares, quilombolas e assentados da reforma agrária que pretendem manter suas atividades de agricultura e pecuária. Porém, suportam a mineração, convivem com os condomínios residenciais e com o turismo, que procuram expandir seus locais de atuação sob um discurso de alternativa econômica local, capaz de gerar renda e empregos para essa população, suscitando que essa população não deve insistir na atividade de agropecuária e sim aproveitar as oportunidades de emprego geradas por esses empreendimentos. As empresas de mineração e os impactos negativos que elas causam e a captura das paisagens, consideradas belas como um cenário para contemplação e descanso, pelos empreendedores imobiliários e do turismo são alguns dos conflitos presentes na área delimitada como rural pelo município de Brumadinho.

A partir do objetivo mais amplo e geral tracei como objetivos específicos:

- Compreender e situar a organização do espaço municipal de Brumadinho diante do processo mais amplo da Formação Espacial Brasileira;
- Analisar a produção do espaço do município de Brumadinho no âmbito do Vetor Sul de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte procurando

evidenciar as dinâmicas estabelecidas pela atividade de mineração ao mesmo tempo que esse espaço é convocado para cumprir funções ligadas à conservação da natureza, especialmente acerca dos recursos hídricos, diante dos processos de metropolização;

- Produzir dados primários sobre as relações campo, cidade, rural e urbano no contexto espacial aparentemente paradoxal de relações entre a minério-dependência e a metrópole belo-horizontina procurando evidenciar as estratégias de resistências das famílias que residem no campo do município de Brumadinho;
- Revisar criticamente as propostas em torno do “novo rural” alicerçado pela reflexão lefebvriana sobre a constituição, ainda incompleta, da sociedade urbana;
- Analisar a perversidade da representação e produção do rural e do campo idílicos evidenciando seus aspectos falaciosos;
- Analisar os conflitos em torno do acesso e apropriação das águas no campo de Brumadinho com vistas a ressaltar as estratégias de apropriação privada desenvolvidas pela Coca Cola FEMSA que tornam, ainda mais complexo, o intrincado quadro de injustiça ambiental-hídrica diante das relações aparentemente paradoxais estabelecidas entre o rural da minério-dependência e a metrópole belo-horizontina.

Diante dos objetivos desse trabalho executei uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório acerca dos processos que se ligam à produção do espaço e representações do campo de Brumadinho. Durante a minha pesquisa de mestrado (pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, no período de 2011-2013) visitei, nos dias 27 e 28 de outubro de 2011, o Inhotim como uma das atividades propostas por uma das disciplinas que cursei. Naquela época, a minha preocupação de pesquisa era com a produção leiteira da Zona da Mata Mineira e, por isso, muito me chamou a atenção a presença de um museu no município de Brumadinho, principalmente pelo fato de ter observado nos terrenos às margens das vias que davam acesso ao município, partindo-se da rodovia BR-040, alguns rebanhos bovinos e diversas áreas de plantio. O texto de Faria (2011) foi seminal para embasar o campo, permitindo se pensar na metropolização como um processo que, dentre outras questões, refere-se à proliferação do tecido urbano sobre

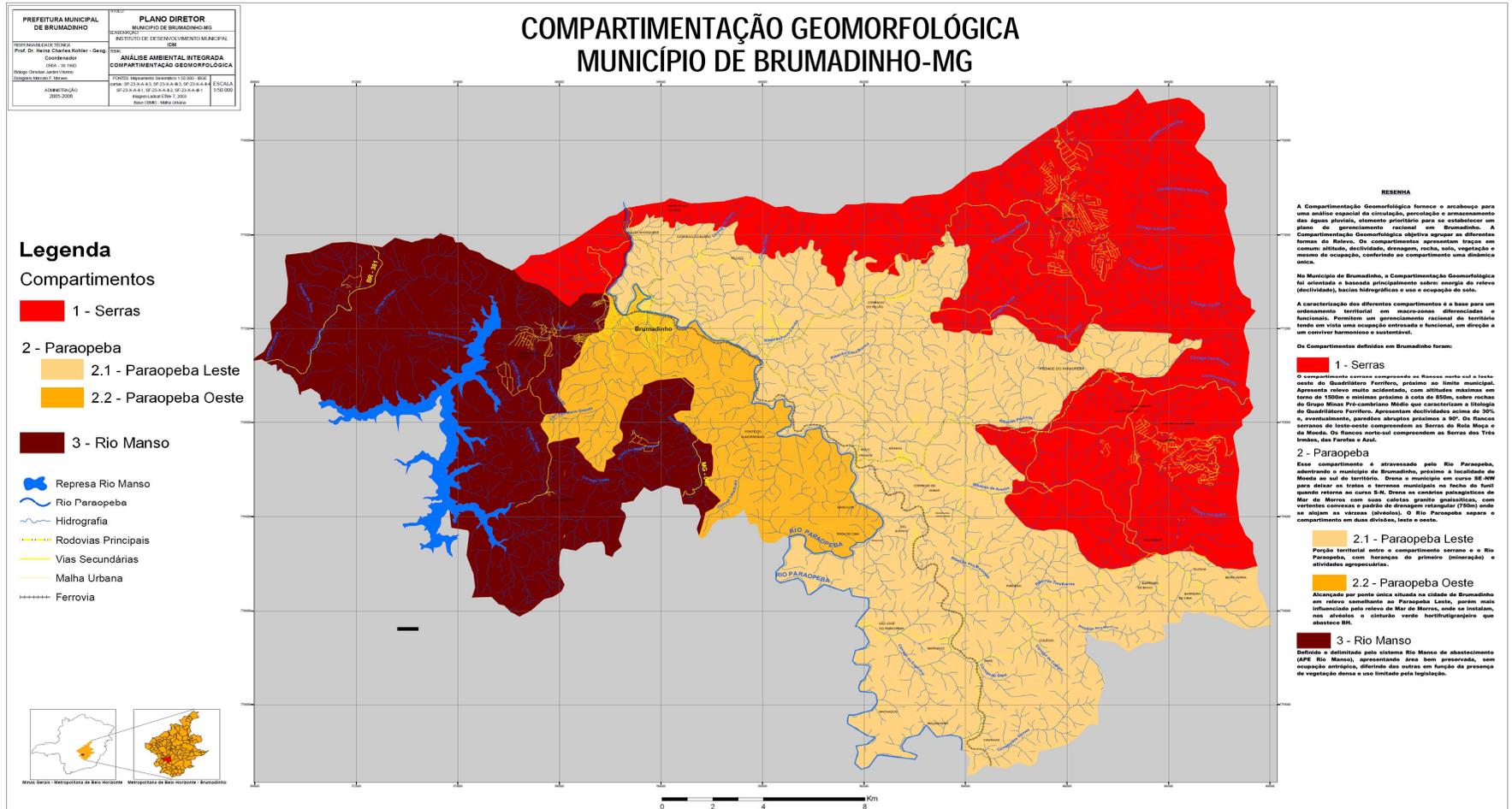
o campo. A aparente contradição entre os usos da terra nesse município associado à presença de um equipamento de turismo, arte e lazer do porte de Inhotim não poderia passar despercebida. Contudo, no decorrer dos anos seguintes não me ocupei das questões que se ligam à Brumadinho. Entretanto, após me mudar de Juiz de Fora (MG) para Belo Horizonte, em 2014, e entrar no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMG (em 2015) as inquietações acerca da ruralidade na metrópole passaram a ocupar o meu cotidiano de estudos e pesquisas, principalmente pela constante referência à porção leste de Brumadinho, fundamentalmente sobre a localidade de Casa Branca<sup>1</sup>, como um lugar de descanso e lazer para diversos moradores da cidade com os quais eu conversava, ao mesmo tempo em que identificava que esse município apresentava intensa exploração de recursos minerais. De fato, essas inquietações começaram a tomar a forma de um projeto de pesquisa durante a disciplina de Ecologia Política cursada no primeiro semestre de 2015, no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMG, consolidando-se em um trabalho de campo realizado no Assentamento Pastorinhas situado próximo ao povoado do Tejuco.

---

<sup>1</sup> Como pode ser observado através da figura 3 que representa o mapa do município de Brumadinho. Nele é possível, por exemplo, identificar a organização do espaço (espaços rurais e urbanos) determinada pela administração local. Enquanto que através da figura 4 é possível identificar a compartimentação geomorfológica do município de Brumadinho.



Figura 4 - Figura do mapa que mostra a compartimentação geomorfológica do município de Brumadinho (MG) associada à divisão político administrativa determinada pela administração local



Fonte: Plano Diretor do município de Brumadinho (2006).

Ainda no primeiro semestre de 2015 foram estabelecidos os primeiros contatos com o campo de pesquisa através de observações (LAKATOS; MARCONI, 2003). Ao longo dos trabalhos de campo foram recolhidos diversos materiais de publicidade sobre restaurantes, hospedagens, condomínios e loteamentos, produtos locais, empreendimentos cooperativistas ou de economia solidária, aluguéis de sítios, chácaras e granjas, jornais locais, guias e passeios propostos por empresas do ramo de turismo que serviram para identificar os principais discursos produzidos sobre o município, principalmente no que se refere às relações estabelecidas entre campo, cidade, rural e urbano no contexto metropolitano. Os discursos produzidos associam o campo e o rural como *lócus* privilegiado da natureza no contexto metropolitano ao mesmo tempo que o representa como espaços elitizados e, por isso, segregados (LASCHEFSKI; COSTA, 2008). Um desses discursos que procuravam estabelecer uma relação entre o campo, o rural e a natureza pasteurizados e, portanto, asseptados ao gosto do cliente (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014) afirmava ter o “lugar perfeito para quem procura a tranquilidade em meio à natureza”. Era, segundo uma de suas propagandas, o “refúgio do agito do dia-a-dia”. Tal discurso foi construído para atrair consumidores para os serviços que a Nova Estância Pousada Inn oferecia. Obviamente, essa hospedagem não evidenciava em suas propagandas o risco que suportou pelo tempo em que esteve aberta, pois ela foi totalmente destruída, no dia 25 de janeiro de 2019, pela lama de rejeitos proveniente da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A. pois, estava localizada no caminho que o “mar de lama” percorreu. Portanto, além do restaurante e das dependências do setor administrativo da mina Córrego do Feijão da Vale S.A. estarem localizados no caminho da lama de rejeitos, estavam também residências, áreas de agricultura e, também, uma pousada. Tal fato, demonstra o tamanho do descaso da empresa e das autoridades que permitiram tal descalabro.

Diante dessas observações *in loco* e das entrevistas realizadas foi possível confirmar a forte presença dos interesses urbanos sobre o campo do município. Principalmente por força do capital imobiliário destinado às segundas residências e casas de luxo, bem como do capital turístico. Em decorrência de tal constatação, no segundo semestre de 2016, foram iniciadas as entrevistas semiestruturadas com 13 informantes-chaves a fim de aprofundar a compreensão sobre aquilo que havia sido observado nas etapas anteriores. Pode-se definir o informante-chave como uma pessoa com grande conhecimento sobre determinados temas associados à sua

vivência cotidiana. Ou seja, como na primeira entrevista realizada com um funcionário do escritório local da EMATER-MG, escolhido por se tratar de um profissional que ocupa um cargo público, com a função de prestar assistência técnica aos produtores rurais do município. Ademais, ele apresenta amplo conhecimento sobre a realidade da agropecuária em Brumadinho, assim como sobre os aspectos que se vinculam à produção do campo neste município. Portanto, foi a partir do diálogo estabelecido com cada entrevistado que se obteve indicações de outras pessoas capazes de melhor abordar determinadas questões. Contudo, deve-se ressaltar que a sugestão de nomes decorreu da relação estabelecida entre pesquisador e aqueles que foram entrevistados, visto que a pesquisa é uma construção coletiva da qual eles são parte fundamental. Portanto, não se trata simplesmente de obtenção ou de coleta de informações e dados, mas sim da sua produção diante da interação pesquisador-sujeitos entrevistados. O informante chave é, portanto, um sujeito ativo que produz um relato sobre a realidade ao interagir com o pesquisador (JACCOUD; MAYER, 2014).

Antes da realização de cada entrevista semiestruturada foi elaborado um conjunto de questões que serviram apenas como um roteiro, permitindo com que o entrevistado pudesse indicar outros caminhos, que não haviam sido pensados previamente. Portanto, foram elaborados roteiros específicos para cada uma das 13 entrevistas semiestruturadas realizadas durante o ano de 2015 e 2016.

Também realizei entrevistas e conversas com outros sujeitos ao longo de todo o período da pesquisa quando incursionei pelo campo de Brumadinho guiado por diversos objetivos traçados previamente para dar prosseguimento à pesquisa. Contudo, muitos desses encontros também ocorreram de forma ocasional e se mostraram riquíssimos.

Entretanto, posso estabelecer dois momentos em relação às pesquisas e entrevistas em campo. Num primeiro momento, compreendido entre o primeiro semestre de 2015 e o segundo semestre de 2016, me deparei com a “típica roça mineira”, pois, em nenhuma oportunidade as pessoas se sentiram intimidadas e sempre abriram as portas de suas casas para me receber e conversar. Geralmente, essas conversas eram acompanhadas por uma fartura incrível de alimentos. Entretanto, a partir do segundo semestre de 2016 até o final da pesquisa passei a encontrar diversas portas fechadas, inclusive aquelas que foram abertas no período

anterior. A meu ver, essa situação decorreu da conclusão do processo de impeachment imposto à Presidenta Dilma Roussef no dia 31 de agosto de 2016 e a conseqüente escalada dos discursos de ódio que passaram a tomar conta da mídia e da sociedade brasileira configurando um ambiente de medo. Esse segundo cenário foi agravado pela vitória de um grupo político local para assumir a administração municipal, que teve como candidato a prefeito eleito o senhor Avimar de Melo Barcelos que responde a diversos processos na justiça, além de ser acusado de ter soltado animais na área ocupada em 2001 que veio a formar o Assentamento Rural Pastorinhas, no Tejuco, com vistas a intimidar as famílias sem-terra. Desde o primeiro semestre de 2017, após diversos contatos telefônicos, pessoais e por e-mail solicitando maiores informações e autorizações para realizar diversos trabalhos com os funcionários das secretarias de educação e de saúde do município de Brumadinho recebi negativas ou, sequer, fui respondido adequadamente impactando significativamente o andamento da pesquisa e a produção dos dados. Havia planejado trabalhar junto dos agentes comunitários de saúde do município com o intuito de investigar a região do bairro Jangada, estendendo-se pelas localidades das cercanias da serra Três Irmãos, passando por Córrego do Feijão chegando até o Tejuco, por exemplo. Mas, fui impedido de realizar entrevistas e acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos nas escolas e pelos agentes comunitários de saúde em decorrência dos prazos a cumprir na pesquisa e as enormes dificuldades para obter as autorizações que me permitiriam produzir as informações.

Aos entrevistados em minha pesquisa procurei entregar um documento elaborado em conjunto com o orientador atestando que se tratava de uma pesquisa acadêmica e que as suas identidades seriam preservadas. Além do mais, eles foram orientados, caso surgissem dúvidas, a entrar em contato com o pesquisador ou o seu orientador através de *e-mail* ou telefone presentes no referido documento.

Com o objetivo de tornar o registro das informações mais completo optou-se pela utilização do gravador. Contudo, esse recurso só foi utilizado após o consentimento do entrevistado. Posteriormente, procedeu-se à transcrição dos áudios permitindo categorizar e analisar as informações de forma mais sistemática. Além disso, o uso do gravador pode tornar a conversa mais fluída, pois permite com que o pesquisador permaneça atento ao que o entrevistado fala, não se preocupando em registrar, por escrito, as informações.

Durante o primeiro semestre de 2016, simultaneamente aos trabalhos de campo e a realização das entrevistas semiestruturadas, procurei analisar os comentários de membros da comunidade virtual de viagens *TripAdvisor* sobre dois atrativos turísticos do município de Brumadinho que se destacaram durante a fase da pesquisa exploratória iniciada no primeiro semestre de 2015. Nesse trabalho de análise procurei identificar os elementos mobilizados pelos usuários da comunidade virtual de viagens *TripAdvisor* para descreverem o Parque Estadual do Rola Moça e Piedade do Paraopeba.

Concomitante às observações de campo e as entrevistas, procurei analisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI RMBH e o Plano Diretor de Brumadinho, com vistas a identificar informações que pudessem subsidiar a minha pesquisa e pude elaborar a primeira versão da tese que foi apresentada para a banca de qualificação no dia 26 de setembro de 2017. Havia conseguido, naquela oportunidade, construir o objeto de pesquisa e apontar as principais questões que seriam desenvolvidas nos próximos semestres. Tratava-se de compreender os conflitos socioambientais decorrentes das relações campo, cidade, rural e urbano. Relações estas que se desenvolvem num contexto de dependência social e econômica frente às atividades de mineração, ao mesmo tempo, inserido no âmbito dos processos de metropolização do espaço.

Apesar de eu ter me debruçado, como pesquisador, sobre o município de Brumadinho, procurei estabelecer a minha investigação com o intuito de não produzir uma monografia exaustiva acerca do município de Brumadinho. Partindo, inicialmente, de pesquisas de campo com o intuito de realizar entrevistas e observações que me permitiram construir dados primários sobre as relações entre o campo, a cidade, o rural e o urbano no contexto da minério-dependência e da metrópole de Belo Horizonte, trabalhei, metodologicamente, através do empirismo tão caro à perspectiva da geografia tradicional. Contudo, por não se tratar de uma pesquisa que visava estabelecer uma leitura do real-aparente e nem realizar uma monografia sobre o local, procurei realizar a minha investigação reconhecendo que estamos imersos em um período de enormes incertezas, no qual ideologias e representações produzidas pelas classes sociais que detêm a hegemonia são falaciosas e tem o papel de cegar impedindo de se olhar diretamente o desconhecido e apreendê-lo (LEFEBVRE, 2004). Em decorrência do poder das ideologias, não basta iluminar o que se encontra na

penumbra.

De tal maneira, estruturei essa tese, além dessa introdução e da conclusão, em quatro capítulos.

No primeiro capítulo procurei apresentar a relação entre a formação espacial brasileira e a do município de Brumadinho. Recorri a um estudo historiográfico realizado por Jardim; Jardim (1982) com vistas a apreender o rico processo histórico de formação desse município que conta com ocupação, por parte dos colonizadores portugueses em decorrência de incursões violentas como a organizada por Fernão Dias Paes, datada do final do século XVII. Trata-se, conforme apontei apoiando-me em Moreira (2014), de ocupação datada da primeira fase da formação espacial brasileira que se valeu, no caso da região onde se situa Brumadinho, de incursões através do vale do rio Paraopeba em busca de metais preciosos, aprisionamento e assassinato de indígenas. Essa primeira fase da formação espacial brasileira foi a responsável por estabelecer as relações entre a cidade e o campo de maneira unificada sob o mando dos dominantes que impediu ao longo de toda a história brasileira a transformação por parte dos dominados e que tornou, segundo Moreira (2014), a marca de nossa formação espacial. A ocupação inicial motivada pela busca dos metais preciosos marca o município, que ao longo do tempo foi ocupado por empresas mineradoras em busca do minério de ferro.

Procurei, ainda no primeiro capítulo, analisar o papel que Brumadinho desempenha no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), chamando a atenção para as dinâmicas das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, sem deixar de lado a sua inserção na região do Quadrilátero Ferrífero. Diversos estudos apontam para recortes regionais na metrópole de Belo Horizonte, mas, principalmente, os de Mendonça; Diniz (2015) e Costa (2006), são fundamentais para compreendê-los. Brumadinho se encontra em um desses recortes regionais (o vetor sul) que apresenta características singulares de enorme significância para a produção do espaço vinculadas às representações de natureza e ruralidade ainda preservadas diante da expansão urbana da metrópole. Portanto, empreendedores imobiliários e do turismo tendem a opor essa região ao caos urbano a fim de tornarem esse espaço uma mercadoria de desejo dos cidadãos, seja para edificarem suas segundas residências, para se mudarem em definitivo para os condomínios residenciais ou para consumirem serviços de turismo de final de

semana. Contudo, essa representação positiva do vetor sul, associada em parte à ruralidade e à natureza em contraposição ao caos e a poluição urbana, depara-se com o uso do solo potencialmente destruidor em decorrência das atividades de mineração (desde o dia 25 de janeiro de 2019 não mais potencial, pois cumpriu a “promessa”).

As atividades de mineração para o município de Brumadinho têm uma importância que não decorre apenas do seu caráter histórico, ou seja, pela sua presença já bastante antiga. Mas, sim, pelo efeito nefasto, não só em decorrência do trágico evento decorrente do rompimento da barragem 1 da mina de propriedade da Vale S.A. no povoado Córrego do Feijão, da minério-dependência. Em conformidade com Euclides (2013) procurei demonstrar ainda no capítulo 1, que mesmo diante dos inúmeros impactos negativos e conflitos decorrentes das atividades de mineração os administradores locais procuram manter ou ampliar essas atividades sob a justificativa da arrecadação de impostos que sustentariam esses municípios. Ademais, procurei ressaltar que a minério-dependência não deve ser compreendida apenas no contexto regional ou local, pois encontra-se associada à reprimarização da economia nacional. Conquanto, o reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho como fornecedor de *commodities* tem sido interpretada através do conceito de neoextrativismo (GUDYNAS, 2009) que não deve ser visto de maneira descolada da acumulação por espoliação (HARVEY, 2014).

Portanto, diante de um contexto espacial que reúne atividades de mineração, grande número de condomínios residenciais, atividades de turismo e de agropecuária determinados grupos se mobilizaram com vistas a implementar algum tipo de ordenamento espacial através da criação da Área de Proteção Ambiental Sul da RMBH. Essa unidade de conservação foi estabelecida com o objetivo precípua de proteger a região de onde provém a água que abastece parte da população da cidade de Belo Horizonte. Ademais, serve, também, para materializar a representação de natureza sustentada por um discurso hegemônico (LASCHEFSKI; COSTA, 2008) que motivou uma parcela da sociedade a imobilizar capital nessas terras.

No capítulo 2 procurei realizar uma descrição baseada, fundamentalmente, em dados primários, produzidos através das entrevistas com informantes-chave com o objetivo de suscitar questões relacionadas às atividades econômicas e sobre a população do município de Brumadinho. Tal tarefa contribuiu para a construção do próprio objeto de pesquisa. De tal maneira, foi possível identificar a importância das

atividades de agropecuária para a população desse município sob diversas perspectivas. Contudo, a mais relevante é aquela que aponta para essa atividade como sólido mourão de sustentação das famílias. Pois, apesar da oferta de empregos nas empresas mineradoras, nos condomínios residenciais, pelas atividades de turismo e na cidade de Belo Horizonte a agropecuária foi apontada como um recurso em situações de desemprego. Sejam os desempregados aqueles que sustentavam a família ou não, quando deixam de ser assalariados, recorrem, de diversas maneiras, à agropecuária. Ademais, esse capítulo também procura demonstrar a importância de se relativizar os dados secundários e afirmar a importância de percorrer e conversar com os do lugar para se propor ações de desenvolvimento rural como o fortalecimento das políticas em torno dos mercados institucionais, da reforma agrária, da agroecologia, da soberania alimentar, da juventude rural, da assistência técnica, de igualdade de gênero e das comunidades e povos tradicionais com vistas a ampliar a cidadania e a autonomia.

A presença, cada vez mais marcante, de atividades não agrícolas e de trabalhadores da cidade na zona rural delimitada pelo município de Brumadinho se mostra como um instigante caso para a análise das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, apoiadas sobre a representação do campo como idílico. Diante disso, o terceiro capítulo apresenta uma revisão de literatura com o objetivo de estabelecer o quadro teórico através do qual a pesquisa se desenvolveu. Nele se discute a pertinência do “novo rural” (VEIGA, 2004, 2007; GRAZIANO, 1997; GRAZIANO; NAVARRO, 2015; FAVARETO, 2006, 2007; ABRAMOVAY, 2003) diante da constituição da sociedade urbana no transcurso da explosão-implosão da cidade (LEFEBVRE, 2004). A interpretação da obra do filósofo francês Henri Lefebvre não é tarefa fácil e encontra grande número de questões abertas, mas é bastante atual ao que se refere à produção do espaço e por isso foi mobilizada.

Para a análise crítica sobre as propostas do “novo rural” foi de fundamental importância os trabalhos de campo e as entrevistas desenvolvidos em Brumadinho (colado, portanto, ao concreto da vida). O confronto entre as incursões de campo e a literatura que afirma a obsolescência do paradigma agrário não encontrou concordância. Caso operasse com esse arcabouço teórico deveria ter que mudar a realidade para que ela coubesse na teoria.

Procurei evidenciar que é central nas propostas em torno do “novo rural” a

concepção de campo e rural que detêm 3 dimensões (ambiental, econômica e cultural) que são analisadas de forma destacada. Teria, portanto, sob a perspectiva do “novo rural”, preponderância a dimensão ambiental valorizada em termos mercantis sob o paradigma da adequação ambiental ou modernização ecológica (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) no contexto das relações estabelecidas entre a cidade, o campo, o rural e o urbano da RMBH.

As propostas em torno do “novo rural”, em parte, decorrem da crítica que os autores vinculados à essa corrente procuram realizar acerca dos estudos sobre produção do espaço que tomam por base a longa produção intelectual realizada por Henri Lefebvre, principalmente aquelas que se referem à constituição, ainda incompleta, da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1967, 1991, 2001, 2004, 2008). Obviamente, não tive a intenção de esgotar a análise das obras de Henri Lefebvre, haja vista esse intelectual ter produzido mais de 50 livros ao longo de quase um século de produção intelectual ativa. Entretanto, procurei ressaltar os diversos aspectos da implosão-explosão da cidade e suas relações com a transformação das relações que são estabelecidas entre o campo, a cidade, o rural e o urbano na busca por expor a *problemática urbana* tanto como uma possibilidade teórica e como um conjunto de questões que, dialeticamente, se impõem sobre a realidade, ao mesmo tempo que dela emergem e a ela retornam, transformando-a (LEFEBVRE, 2004).

Na sequência, tratei da representação do rural como idílico procurando estabelecer os seus principais caracteres que podem torna-la hegemônica argumentando que seus elementos principais são a não integração aos circuitos capitalistas mais modernos e o estabelecimento do campo e do rural como contrapeso e complemento à cidade e ao urbano-industrial (FIGUEIREDO, 2001, 2003, 2008, 2012, 2018). Inclusive, essa representação se apoia em ideologias que tendem a torna-la um potente instrumento para a manutenção da hegemonia de uma ou mais classes sobre os trabalhadores assalariados ou não, do campo e da cidade.

As especificidades das relações entre campo, cidade, rural e urbano da formação espacial brasileira, em relação ao plano geral desenhado por Henri Lefebvre, foi trabalhada ao final do capítulo 3 com vistas a aprofundar o alcance da ideia de incompletude da sociedade urbana e a crítica às propostas em torno do “novo rural”. Para tanto, me vali do arcabouço teórico desenvolvido pelos geógrafos Ruy Moreira (2005, 2014) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, 2008, 2016) para poder

desenvolver a ideia de que permanece no Brasil, assim como no conjunto dos países da América Latina, a hegemonia da elite agrário-mercantil-exportadora, mesmo que metamorfoseada em um leque de posições diversas que ocupa, tanto no campo, quanto na cidade. Essa classe vem construindo ao longo do processo de formação espacial brasileiro uma aliança contraditória entre o campo e a cidade dos dominantes que tem emperrado a marcha da cidadania. A contradição deriva da visão advinda com a moderno-colonialidade, da qual essa elite se mantém fortemente vinculada, na qual se constituiu a oposição entre a Cidade-Razão e o Campo-Natureza (PORTO-GONÇALVES, 2016) e que reafirma a importância de se compreender a fundo a incompletude da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004).

No quarto capítulo, enveredei-me pelo conflito em torno do acesso e apropriação das águas no município de Brumadinho sem descola-lo do contexto das relações cidade, campo, rural e urbano e da minério-dependência. Por isso, convergem como causadores dos conflitos em torno das águas as empresas mineradoras e a instalação de loteamentos e condomínios residenciais. Durante os trabalhos de campo foi possível constatar, através dos depoimentos das pessoas com as quais eu pude conversar, o fato da água estar “minguando” e como isso tem se tornado um limitador para a continuidade das atividades de agropecuária. São diversos os impactos, mas eles se concentram nas alterações de qualidade e de acesso às águas com traços de injustiça ambiental-hídrica, haja vista, os mais pobres, em termos de renda monetária, deterem menor capacidade para lidarem com os impactos negativos que tais alterações provocam. Nas localidades e povoados das cercanias da Serra dos Três Irmãos<sup>2</sup>, dentre as quais estão Casa Branca, Jangada, Tejuco e Córrego do Feijão, onde ficava a barragem 1 de rejeitos da mineradora Vale S.A., a contaminação das águas que chegava às casas era reclamação constante. Além do mais, o desabastecimento também é fato recorrente nessa região em decorrência da atuação das empresas mineradoras.

Os agricultores e pecuaristas situados em regiões com a atuação das mineradoras ou em áreas com forte presença de loteamentos e condomínios residenciais indicaram alterações nas dinâmicas das águas através da constatação empírica de que nascentes secaram, mudaram de lugar em decorrências das

---

<sup>2</sup> Conforme pode ser visualizado através da figura número 3, presente nessa introdução, que retrata o município de Brumadinho.

surgências passarem a ocorrer em locais mais baixos dos que os anteriores e não mais terem força “para tocar moinho”. Ademais, o dito camponês – água não se nega à ninguém – desidrata-se à medida em que não mais se vê na frente de todas as casas, no campo de Brumadinho, bicas d’água. Portanto, os moradores do campo em Brumadinho suportam as enormes dificuldades em acessar as águas ao mesmo tempo que convivem com o fato de que essas mesmas águas são de fundamental importância para o abastecimento da RMBH.

Em específico, o conflito em torno da apropriação das águas subterrâneas em Brumadinho tem se tornado tão grave e na mesma medida do potencial democrático que elas detêm para o abastecimento populacional. Esses conflitos ganham contornos mais críticos na porção sudeste do município de Brumadinho, encosta oeste da Serra da Moeda, principalmente no povoado de Suzana, Campinho e Chácara em decorrência da apropriação das águas subterrâneas pela fábrica da Coca Cola FEMSA instalada e operando, desde 2015, no distrito industrial do município de Itabirito localizado na face leste da Serra da Moeda.

A análise desse conflito permitiu levantar um conjunto de questões que se referem a importância da disponibilidade e qualidade das águas no processo de produção do campo e do rural idílicos e indicam a configuração de um complexo quadro de injustiça ambiental-hídrica. São colocadas em pauta relações espaciais de dominação e exploração que podem determinar o des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006) de cada um desses povoados de Brumadinho com o seu território sob a incompletude do urbano.

## 1. BRUMADINHO: FORMAÇÃO E CONTEXTO METROPOLITANO

Segundo Jardim; Jardim (1982, p. 12) pode-se dividir a formação de Brumadinho, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH<sup>3</sup>, em duas grandes fases. A primeira, data do final do século XVII e início do século XVIII, quando ocorreu a exploração do vale do Rio Paraopeba, incentivada pela Coroa Portuguesa, através das “Entradas e Bandeiras”, com vistas a encontrar metais, aprisionar e reduzir indígenas. Datam desse período a formação dos núcleos populacionais, que compõem o território do município de Brumadinho: São José do Paraopeba, Piedade do Paraopeba, Aranha e Brumado do Paraopeba (atualmente Conceição do Itaguá). Segundo Martinez (2011, p. 421) “O Vale do Paraopeba/MG, margeado por uma miríade de rios e riachos, contornado por montanhas e serras que outrora forneceram ouro para a Coroa Portuguesa”, não deve ser caracterizado, historicamente, apenas pela pujança em ouro, pois

Plantações de milho, feijão, mandioca (considerada o “pão cotidiano”) e outros alimentos cresceram nas terras férteis das fazendas e sítios. Da mesma maneira, a criação de animais, o comércio, a circulação e a troca de mercadorias foram a tônica das vilas e cidades no Oitocentos mineiro (MARTINEZ, 2011, p. 421).

A formação desses núcleos populacionais foi motivada pela necessidade que as tropas das expedições de exploração tinham para pouso e abastecimento. “Assim, São José do Paraopeba, Piedade do Paraopeba e Brumado do Paraopeba, fazem parte da primeira fase da história da ocupação do território de Minas Gerais” (JARDIM;

---

<sup>3</sup> “A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi instituída pela Lei Complementar n. 14, de 08 de junho de 1973, com 14 municípios, a saber: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão Das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Como consequência do processo de expansão horizontal – inclusão de novos municípios – e do processo de emancipação de alguns antigos distritos, atualmente a RMBH é constituída por 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Nova União, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano” (MENDONÇA; ANDRADE; DINIZ, 2015, p.17).

JARDIM, 1982, p. 24). Segundo (Moreira, 2014) essa forma de ocupação compôs a primeira fase da formação espacial brasileira (vetores fundacionais) e reúne 3 vetores territoriais: o bandeirantismo, a catequese jesuítica e a expansão do gado. O traçado de suas trilhas

são os grandes riscos de linha da tela em cujos interstícios o pincel discreto dos ciclos econômicos vai montar com grandes manchas de tinta as paisagens que aos poucos modelam o arranjo básico do espaço geográfico da sociedade brasileira. Os rios e planaltos são os grandes planos de assentamento. Os rios são as grandes vias de onde os ciclos econômicos chegam ao planalto, avançando por sobre vales e interflúvios como uma mancha de óleo (Moreira, 2014, p. 14)

Uma dessas incursões, que pontuaram a base logística da sociedade em formação no período colonial (Moreira, 2014), foi a planejada pelo bandeirante paulista Fernão Dias Paes, recomendada diretamente pelo rei de Portugal no século XVII, com vistas a descobrir minas de ouro, prata e esmeraldas que acabou por estabelecer os primeiros povoados mineiros, dentre os quais está Piedade do Paraopeba, aos pés da Serra da Moeda, no vale do Rio Paraopeba (ANDRADE, 2014).

Segundo Mota; Braick (1997, p. 239,240, minha ênfase)

Os núcleos de povoamento e ocupação da região das minas foram estabelecidos a partir da constituição de arraiais (termo que em Portugal quer dizer ajuntamento para festa religiosa) em torno de capelas, onde igualmente se fixou o comércio. **Em geral ocupavam o fundo dos vales, perto dos rios e das respectivas jazidas de ouro ou pedras preciosas.**

O que explica a existência da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Piedade no final do século XVII.

Está aí, nesse processo fundamentado em incursões violentas em busca de metais e escravização e assassinato de indígenas, um dos pilares do estabelecimento de relações cidade e campo unificados sob o mando dos dominantes que vai marcar a formação espacial brasileira. Fundamental, inclusive, para que as bandeiras pudessem executar as suas funções. Para isso, pode-se recorrer à composição da tropa que compôs a bandeira de Fernão Dias Paes: “No grosso da tropa, iriam 1241 homens, sendo apenas 40 brancos” (JARDIM; JARDIM, 1982, p. 18).

Caixa de texto 1 – **Poema Romance I, ou Da revelação do ouro, escrito por Cecília Meireles:**

“Nos sertões americanos, anda um povo desgrenhado: gritam pássaros em fuga sobre fugitivos riachos; desenrolam-se os novelos das cobras, sarapintados; espreitam, de olhos luzentes, os satíricos macacos. Súbito, brilha um chão de ouro: corre-se - é luz sobre um charco. A zoeira dos insetos cresce, nos vales fechados, com o perfume das resinas e desse mel delicado que se acumula nas flores em grãos de veludo e orvalho. (Por onde é que andas, ribeiro, descoberto por acaso?) Grossos pés firmam-se em pedras: sob os chapéus desabados, O olhar galopa no abismo, vai revolvendo o planalto; descobre os índios desnudos, que se escondem, timoratos; calcula ventos e chuvas; mede os montes, de alto a baixo; em rios a muitas léguas vai desmontando o cascalho; em cada mancha de terra, desagrega barro e quartzo. Lá vão pelo tempo a dentro esses homens desgrenhados: duro vestido de couro enfrenta espinhos e galhos; em sua cara curtida não pousa vespa ou moscardo; comem larvas, passarinhos, palmitos e papagaios; **sua fome verdadeira é de rios muito largos, com franjas de prata e de ouro, de esmeraldas e topázios.** (Que é feito de ti, montanha, que a face escondes no espaço?) E é por isso que investigam toda a brenha, palmo a palmo; é por isso que se entreolham com duras pupilas de aço; que uns aos outros se destroçam com seus facões e machados: companheiros e parentes são rivais e amigos falsos. (Que é feito de ti, caminho, em teu segredo enrolado?) Por isso, descem as aves de distantes céus intactos sobre corpos sem socorro, pela sombra apunhalados; por isso, nascem capelas no mudo espanto dos matos, onde rudes homens duros depositam seus pecados. Por isso, o vento que gira assombra as onças e os veados: que seu sopro, antigamente, era perfume tão grato, e, agora, é cheiro de morte, de feridos e enforcados... (Que é feito de ti, remoto Verbo Divino Encarnado?) Selvas, montanhas e rios estão transidos de pasmo. É que avançam, terra a dentro, os homens alucinados. Levam guampas, levam cuias, levam flechas, levam arcos; atolam-se em lama negra, escorregam por penhascos, morrem de audácia e miséria, nesse temerário assalto, ambiciosos e avarentos, abomináveis e bravos, para fortuitas riquezas estendendo inquietos braços, - os olhos já sem clareza, - os lábios secos e amargos. (Que é feito de vós, ó sombras que o tempo leva de rastos?) E, atrás deles, filhos, netos, seguindo os antepassados, vêm deixar a sua vida, caindo nos mesmos laços, perdidos na mesma sede, teimosos, desesperados, por minas de prata e de ouro curtindo destino ingrato, emaranhando seus nomes para a glória e o desbarato, quando, dos perigos de hoje, outros nascerem, mais altos. Que a sede de ouro é sem cura, e, por ela subjugados, os homens matam-se e morrem, ficam mortos, mas não fartos. (Ai, Ouro Preto, Ouro Preto, e assim foste revelado!)” (MEIRELES, 2008, p.44-48, minha ênfase).

Contudo, esses núcleos, passaram, também, a cumprir a função de fornecedores de alimentos e animais para a região mineradora que veio a se formar na região do Quadrilátero Ferrífero em decorrência de uma das regras da expedição armada de Fernão Dia Paes que era a “necessária existência de roças plantadas” (JARDIM; JARDIM, 1982, p. 25) para manter a tropa que compunha a expedição. Conforme Carrara (2007, p. 32) “A agricultura teria sido a solução para a implantação e crescimento da empresa e da sociedade mineradoras e para a crise com a decadência”. E, segundo as historiadoras Schwarcz; Starling (2015, p. 113)

Naquele momento, a apropriação do terreno e a conquista da região importavam para a metrópole tanto ou mais do que topar com um tesouro, e foi esse o feito de Fernão Dias: sua bandeira seguiu a estratégia militar de criar roças de mantimentos que sustentassem as tropas nos seus movimentos pelo interior, a qual foi decisiva tanto para a disputa com os índios quanto para a posterior ocupação do território.

No final do século XVII são, enfim, descobertas as minas de ouro que motivaram as entradas e bandeiras sob recomendação do império português e que impulsionaram a imigração para próximo dos rios das Velhas, Paraopeba e das Mortes. “Assim entrou na história, impetuosamente, a região de Minas Gerais: a maior quantidade de ouro até então descoberta no mundo foi extraída no menor espaço de tempo” (GALEANO, 2015 [1978], p. 78). Tanto as entradas e bandeiras não ocorreram sem conflitos, pois escravizaram e assassinaram populações indígenas com as quais se deparava ao longo das incursões, como houve conflitos após a descoberta de enormes quantidades de ouro entre emboabas e paulistas, na primeira década do século XVIII. Inclusive, a Guerra dos Emboabas (1707-1709) foi aventada como motivadora de uma construção imponente na Serra da Calçada, parte da Serra da Moeda, em Brumadinho, conhecida até hoje como Forte de Brumadinho, mas que serviu, como casa de fundição de moedas falsas com vistas a burlar a cobrança de tributos sobre a extração mineral (JARDIM; JARDIM, 1982 e ANDRADE, 2014).

Mesmo após o declínio da exploração aurífera nas décadas finais do século XVIII a produção agropecuária na Serra da Moeda, que fora intensificada durante o auge da mineração de ouro, diversificou-se, apoiada, principalmente, nos caminhos abertos até as minas.

Apesar da ocupação populacional da região poder ser datada desde o século XVII, somente na década de 1930 Brumadinho foi elevado à categoria de município.

Inclusive, a sede do município não guarda relação com a ocupação mais antiga e sim com a edificação da estação de trem de Brumadinho, que passou a compor a Estrada de Ferro Central do Brasil, datada das primeiras décadas do século XX que antecedeu a sua elevação a município. Segundo o geógrafo francês Pierre Deffontaines (1944 [1938], p. 147) “As estradas de ferro, de fato, fizeram triunfar as suas cidades e são a causa de uma numerosa geração urbana”. São as cidades-estações ferroviárias. Portanto, de acordo com Jardim; Jardim (1982), a segunda fase na história da formação desse município decorre da construção do ramal do Paraopeba e da inauguração da estação de trem em 1917, em torno da qual passou a se organizar a cidade sendo responsável pela atração de trabalhadores, que passaram a morar nesse local.

Segundo Gazzinelli-Oliveira; Castriota (2015, p. 2-3)

Em 1910, foi construído o Ramal do Paraopeba da EFCB pela necessidade de uma linha de trem que passasse pelas várias cidades da região mineradora do Vale do Paraopeba e voltasse a reencontrar com a linha do centro em Belo Horizonte. Sua construção faz parte dessa fase áurea da malha ferroviária no Brasil em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. [...] fazia parte a estação ferroviária de Brumadinho. A construção dessa estrada trouxe muitos trabalhadores, inclusive estrangeiros, que se instalaram ao longo da linha, dando origem às primeiras habitações em 1914 e posteriormente a povoados. Sendo assim, um dos momentos importantes para a ocupação de Brumadinho foi a construção da Estrada de Ferro e da estação, que entrou em funcionamento em 1917. Além da estação localizada onde atualmente está o centro da cidade foram construídas, também, estações para paradas do trem na extensão do município.

Além de ter incentivado a ocupação dessa porção do município, a construção do ramal do Paraopeba motivou empresas mineradoras a comprar terras nas serras dos Três Irmãos, Rola Moça e Moeda (ANDRADE, 2014, p. 21) onde ocorreram as primeiras ocupações ainda no século XVII. Para Jardim; Jardim (1982, p. 46) “[...] foram, sem dúvida, os grandes depósitos de minérios de ferro existentes no Vale do Paraopeba que determinaram a construção do ramal da Central do Brasil”.

Próximo à Brumado do Paraopeba foram reunidos materiais e trabalhadores pela empresa que estava a cargo da construção da estação de trem servindo como atrativo para trabalhadores de outras regiões, inclusive estrangeiros. Surgiram em torno dessa “cabeça de trecho” armazém, farmácia, açougue, agência dos Correios, cartório e escola (JARDIM; JARDIM, 1982). O povoamento ao redor da estação de

Brumadinho, com o estabelecimento de um comércio crescente, sofreu enorme impacto após a inauguração, na década de 1950, da rodovia Fernão Dias, pois

[...] ao desviar o tráfego da ligação Belo Horizonte-São Paulo para fora do Município, fez 'morrer' o trecho da antiga rodovia. [...] Para o comércio municipal foi um rude golpe, dificilmente superado até hoje. Um movimentado comércio interestadual, aproveitando o entroncamento das vias férrea e rodoviária, deixou de ser feito (JARDIM; JARDIM, 1982, p. 59)

Contemporaneamente, é importante observar o contexto metropolitano, associado à cidade de Belo Horizonte, no qual o município de Brumadinho está inserido. Os estudos sobre o campo e o rural em espaços metropolitanos são pertinentes haja vista a função que o campo pode desempenhar como fornecedor de alimentos (principalmente hortifrutigranjeiros), reserva fundiária, espaços de lazer e de preservação ambiental. Segundo Ferreira et al. (2013, p. 12) “[...] atualmente experimentamos um processo de metropolização do espaço; ou seja, trata-se da transcendência das características metropolitanas a todo o espaço”. Diferentes autores (LENCIONI, 2013, FERREIRA, 2015 por exemplo) reiteram que o processo de metropolização não deve ser entendido como circunscrito aos limites das Regiões Metropolitanas definidas legalmente. Inclusive, as Regiões Metropolitanas são apenas áreas circunscritas pelo Estado para fins de planejamento e gestão do espaço e não refletem, por completo, a riqueza do processo socioespacial de metropolização.

O principal atributo do processo socioespacial de metropolização é a capacidade de polarizar lugares, em diferentes escalas, no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e políticos (DINIZ; ANDRADE, 2015, p. 121). Entretanto, esse processo pode afirmar hierarquias socioespaciais já postas, tornando mais poderosas determinadas centralidades. Ademais, não são todos os lugares da metrópole que se metamorfoseiam e/ou se beneficiam diante do processo, já que ele é, em si mesmo, desigual e contraditório (BARBOSA, 2015). Apesar da aparência de uma aglomeração contínua a metropolização é produzida através de ações bastante seletivas que podem, inclusive, ampliar as desigualdades sociais. E o espaço de Brumadinho passou a ser requisitado para suportar esse processo de metropolização, principalmente no que tange ao fornecimento de água para a capital de Minas Gerais, através, por exemplo, da barragem do Rio Manso. A barragem que compõe o sistema Rio Manso de abastecimento, bem como ele próprio, são geridos pela Companhia de

Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG) e tem como função principal fornecer água para a cidade de Belo Horizonte. A barragem encontra-se na porção oeste do município de Brumadinho sendo responsável por represar o Rio Manso que inundou, desde a conclusão da obra, 1080 hectares.

Segundo Costa (apud ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015, p.16) Belo Horizonte nasceu “duplamente periférica”, ou seja, o seu desenvolvimento e o conseqüente processo de metropolização foi marcado pelas características de incompletude da urbanização brasileira que se situa na periferia do sistema capitalista agravando, de tal forma, as desigualdades presentes na produção do espaço metropolitano.

O processo de metropolização de Belo Horizonte esteve bastante apoiado no planejamento estatal. Mendonça; Diniz (2015, p. 34) afirmam que o início do processo de metropolização de Belo Horizonte pode ser datado nos anos de 1940 “[...] a partir da implantação, pelo Governo de Minas Gerais, da Cidade Industrial Juventino Dias, inaugurada em 1946, em Contagem”. De acordo com Laschefski (2006, p. 313), até os anos de 1970 o planejamento estatal focou suas ações a fim de concretizar Belo Horizonte como um polo urbano industrial baseado no complexo mínero-metal-mecânico o que acabou suscitando enormes expectativas de desenvolvimento econômico que contribuiriam para gerar, igualmente, enormes fluxos migratórios na direção de Belo Horizonte e municípios vizinhos.

Nos anos de 1970 o complexo mínero-metal-mecânico ganhou importância econômica, sedimentado pelo setor automobilístico, enquanto que a cidade de Belo Horizonte foi se desindustrializando, afirmando-se como centro de serviços (TONUCCI FILHO et al., 2015, p. 60). Já nas décadas de 1980 e 1990 o modelo de substituição de importações, que sustentou o processo de desenvolvimento econômico, centrado, principalmente nas metrópoles, entrou em crise, iniciando os processos que se vinculam à reestruturação produtiva (TONUCCI FILHO ET AL., 2015, p. 62). Contudo, as conseqüências negativas do rápido processo de urbanização e industrialização de Belo Horizonte passaram a se impor na produção do espaço metropolitano através da contínua segregação socioespacial (LASCHEFSKI, 2006, p. 314) devido ao aumento do desemprego e redução dos salários das classes média e pobre.

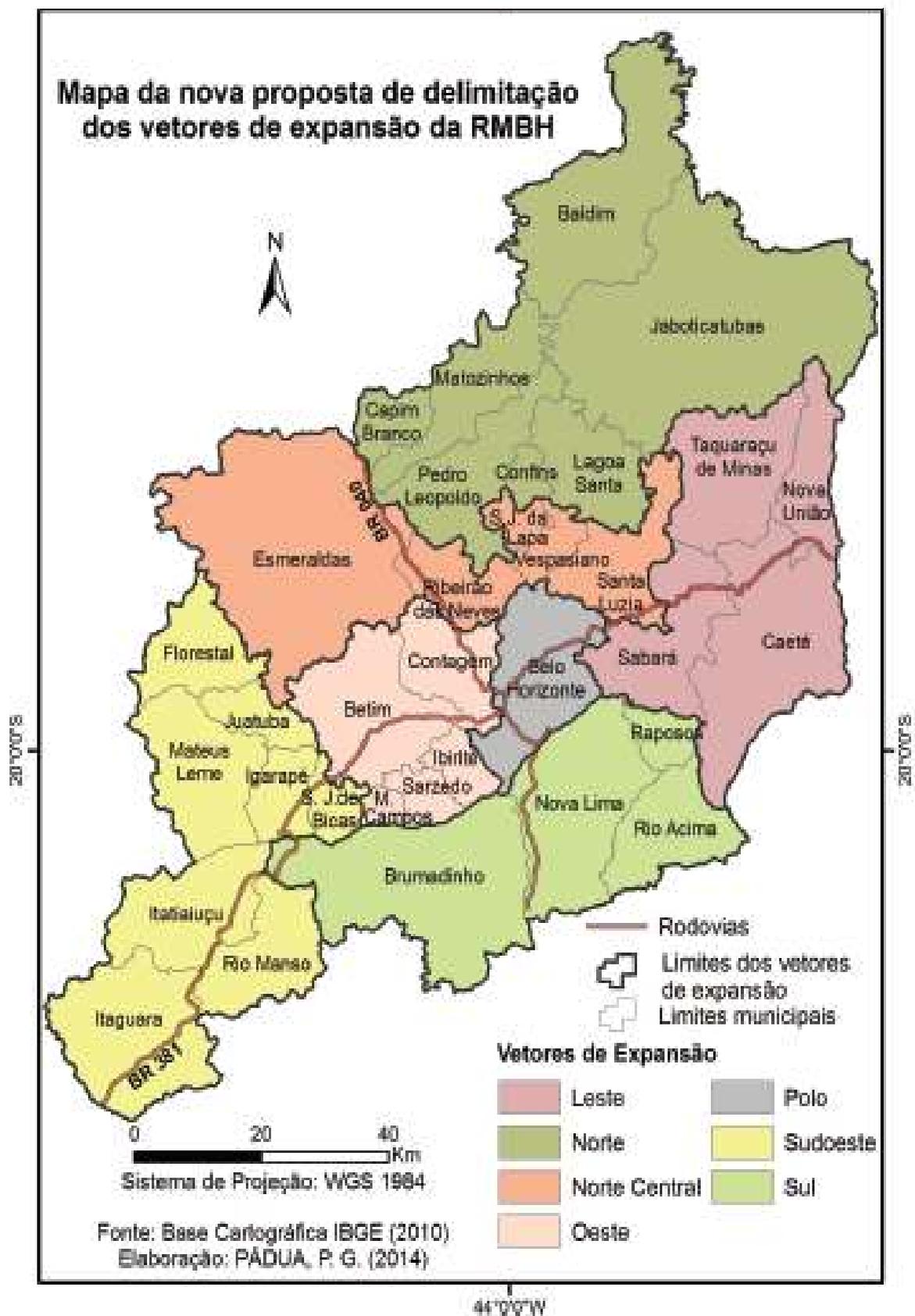
A partir dos anos 2000 o crescimento econômico é retomado, porém mantido

sobre a base do complexo mínero-metal-mecânico. É, também, a partir dos anos 2000 que o Brasil intensificou a sua participação no contexto econômico global, todavia sem romper com a posição subalterna que ocupou historicamente. A opção escolhida, para a maior participação no cenário econômico global, foi a da intensificação da exploração e exportação de *commodities* com fortes rebatimentos em Minas Gerais e RMBH em decorrência do setor de mineração.

As atividades de mineração na RMBH são desenvolvidas em sua porção mais ao sul, que se encontra no Quadrilátero Ferrífero, região do estado de Minas Gerais mais abundante em minérios e que foi a maior jazida de ferro até a descoberta da Província Mineral do Carajás na década de 1970. De acordo com Santos (2015, p. 147) o Quadrilátero Ferrífero “[...] vem sendo desde a descoberta de suas reservas, a primeira região concentradora de investimentos da indústria extrativa mineral no Brasil, em particular aqueles relacionados à exploração de ferro”. Contudo, no caso de Brumadinho, mas não só, “[...] infelizmente, a atividade mineratória absorve pouca mão de obra, em comparação com outros ramos econômicos, havendo pequenos efeitos diretos e indiretos na vida econômica do Município sede da exploração” (JARDIM; JARDIM, 1982, p.96).

Essa porção da RMBH apresenta características que lhes são singulares. Conquanto, a RMBH pode ser regionalizada através de vetores de expansão (Diniz; Mendonça, 2015, p. 33). Brumadinho insere-se no vetor sul, como pode ser observado na figura 1, que apresenta um mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte e seus vetores de expansão da RMBH. Além de Brumadinho, compõem o vetor sul, os municípios de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

Figura 5 – Figura que representa o mapa dos vetores de expansão da RMBH



Fonte: Mendonça; Diniz (2015, p. 36).

A rodovia BR-040, que liga Brasília à cidade do Rio de Janeiro, é o principal eixo de ligação do vetor sul da RMBH. Todavia, a grande extensão territorial do município de Brumadinho, permite acessá-lo através do principal eixo rodoviário do vetor oeste da RMBH: a BR-381.

A rodovia federal BR-381 (Fernão Dias) permite a ligação terrestre entre a capital de Minas Gerais e a capital do estado de São Paulo. Saindo da cidade de Belo Horizonte, através da Fernão Dias, é possível acessar o município de Brumadinho utilizando a rodovia MG-040, que passa pelo município de Mário Campos. Pela BR-040 há, pelo menos, 3 opções de acesso: 1) através da estrada que liga a BR-040 ao Parque Estadual do Rola Moça, passando por dentro do bairro Jardim Canadá, pertencente ao município de Nova Lima, se chega à localidade de Casa Branca; 2) através do acesso que permite chegar ao distrito de Piedade do Paraopeba, e 3) pela via que dá acesso à rampa de vôo livre, localizada no “topo do mundo”, na encosta da Serra da Moeda, e que permite chegar à localidade de Palhano. Todas essas vias de acesso são asfaltadas.

O vetor de expansão sul da metrópole de Belo Horizonte se consolidou nos anos de 1990 marcado pela instalação de loteamentos fechados e empreendimentos imobiliários complexos com foco no município de Nova Lima, seguido da expansão para os outros municípios que o compõem (MENDONÇA; DINIZ, 2015, p. 37, 38) como Brumadinho. Segundo Pires (2003) as empresas mineradoras e o poder público envidaram esforços para diversificar as atividades econômicas nessa região, privilegiando as atividades imobiliária e de turismo. Tendo em vista o esgotamento de algumas minas as empresas mineradoras venderam alguns de seus terrenos a incorporadores imobiliários.

Esses empreendimentos imobiliários surgiram com vistas a atender aos interesses dos moradores de Belo Horizonte, de alta renda, desejosos em ter segundas residências destinadas aos lazeres de final de semana ou outros momentos em que se encontrem fora do trabalho, como feriados e férias. Houve, também, uma migração cidade-campo por parte dessas famílias de classe média e alta de Belo Horizonte para o Vetor Sul da RMBH. Mais especificamente de mudança de domicílio sem rompimento com seus vínculos citadinos como, por exemplo, local de trabalho, escola e domicílio eleitoral que, portanto, pouco alteram o “metabolismo territorial do modo de vida urbano” (LASCHEFSKI, 2006; LASCHEFSKI, 2008; LASCHEFSKI,

ZHOURI, 2019).

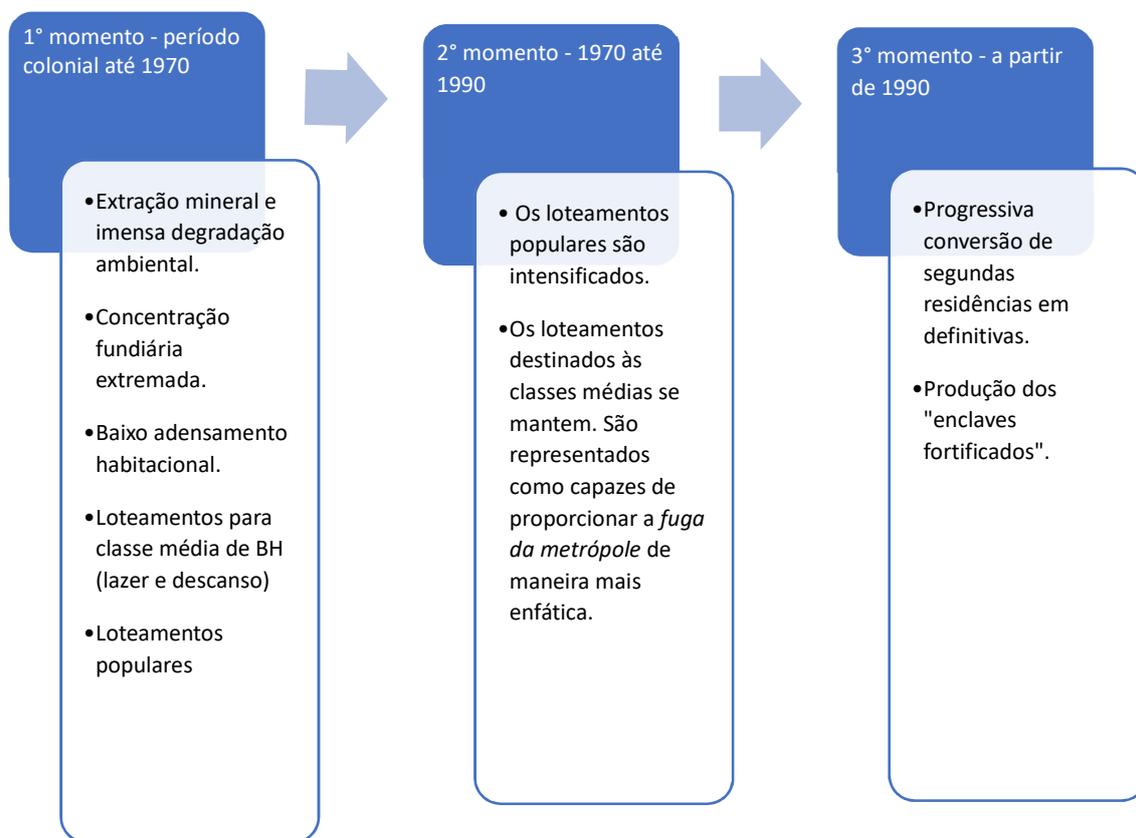
Ademais, a década de 1990 ficou marcada pelo reconhecimento do esgotamento da cidade de Belo Horizonte dentro de seus limites político-administrativos (PIRES, 2003). Contudo, a expansão para outros municípios, em busca de áreas vazias com atributos ambientais, já se delineava em meados do século XX, como pode-se ver pelo condomínio Retiro das Pedras localizado em Brumadinho, na Serra da Moeda, inaugurado no final da década de 1950. No folder de lançamento desse condomínio encontram-se as seguintes frases em destaque: “as portas da cidade, todo o conforto e sedução da vida campestre”; “ar puro e seco de montanha, que tonifica e faz bem”; “paisagem de infinito encantamento”; “serviços de urbanização inteiramente realizados”; “água pura, cristalina, farta e já instalada”. Essa busca por “espaços vazios com atributos ambientais” compõe, portanto, uma parte do mosaico de paisagens uniformes destinadas à sustentar o metabolismo territorial dos modos de vida da sociedade urbano-industrial (LASCHEFSKI, 2006) não como um fenômeno novo, mas cada vez mais forte. Poderia, inclusive, vislumbrar-se que essas famílias, motivadas pelo “morar perto da natureza” seriam capazes de transformar o espaço onde esses loteamentos estão instalados através da demanda em torno dos alimentos saudáveis produzidos por formas de agricultura como a agroecologia ou agricultura orgânica<sup>4</sup>. Entretanto, o que se pode perceber é que as famílias moradoras do entorno dos condomínios tem optado por permanecerem empregadas nos condomínios residenciais e as demandas dos moradores dos condomínios tem pouca reverberação sobre o local tendo em vista a permanência dos modos de vida da sociedade urbano-industrial associado à cidade de Belo Horizonte, apesar da existência de grupos que procuram mobilizar agricultores locais para que possam comercializar a sua produção em feiras ou na forma de comercialização direta com consumidores dos condomínios residenciais.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese acerca das transformações espaciais da região ao sul da metrópole belo-horizontina elaborado a partir de Freitas (2006, p. 168, 169)

---

<sup>4</sup> Como postulou o Professor Sérgio Schneider no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais realizado na UFSC em agosto de 2018.

Figura 6- Transformações espaciais ao sul da RMBH.



Fonte: Elaboração própria a partir de Freitas (2006, p. 168, 169)

Costa (2006, p. 16) definiu o vetor de expansão sul da RMBH como

[...] uma periferia *sui generis*, em processo de ocupação acelerada, na qual coexistem fragmentos de vários tipos de urbanização: empreendimentos imobiliários na forma de loteamentos fechados, unidades de conservação de âmbito metropolitano, áreas de adensamento não controlado, pequenos núcleos urbanos tradicionais, que resistem ou transformam-se mais lentamente, enormes áreas ocupadas por cavas de mineração e, mais recentemente, empreendimentos mistos de residências, áreas comerciais e de serviços, entremeados com áreas naturais protegidas legalmente, em várias tipologias de conservação.

Apesar da enorme força do capital imobiliário e dos serviços avançados na produção do espaço no vetor sul Costa (2006, p.16) ressalta a importância de se observar os diferentes significados que a urbanização assume no vetor sul, bem como as resistências e contradições do processo de metropolização, que o torna hierarquizado e fragmentado. Contudo, deve-se levar em consideração que a partir

dos anos de 1990 um elevado número de pessoas pertencentes às camadas mais pobres da sociedade passou a migrar para os municípios do vetor sul da RMBH. Essas pessoas buscaram se instalar próximas às áreas dos condomínios residenciais a fim de trabalharem na construção civil e nos serviços domésticos (MENDONÇA; PERPÉTUO, 2006, p. 26).

Deve-se somar à produção do espaço no vetor sul da RMBH a participação dos capitais do setor minerário que passaram a investir no ramo imobiliário através de loteamentos fechados (COSTA, 2006, p.101). De acordo com Laschefski (2006, p. 315) “[...] essas mineradoras descobriram um filão: o mercado imobiliário em áreas de grande beleza cênica, negócio lucrativo, que superou as expectativas econômicas da própria atividade de mineração”.

Conforme Mendonça; Perpétuo (2006, p. 21), o vetor sul de expansão metropolitana de Belo Horizonte corresponde à forma como a produção do espaço urbano da zona sul de Belo Horizonte tem sido realizada, ou seja, “[...] os grupos de alta renda vão se expandindo em um *continuum* urbano, na direção oposta do crescimento periférico de baixa renda” (MENDONÇA; PERPÉTUO, 2006, p. 34). Pires (2003) nos ajuda a compreender que a demanda por loteamentos como esses e a produção do vetor sul como espaço das elites foi produzida através de discursos que vinculavam a cidade ao caos (violência e poluição, por exemplo) ao mesmo tempo que ressaltavam a compra de terras como um ótimo investimento.

### 1.1. Representações da natureza e do rural no vetor sul da RMBH

O vetor sul de expansão da metrópole de Belo Horizonte vem sendo representado, principalmente pelos empreendedores do setor imobiliário e do ramo do turismo, como o lugar da natureza preservada e de um rural em vias de desaparecer, além de se associar a expansão da população de alta renda da capital do estado de Minas Gerais. De acordo com Andrade; Mendonça; Diniz (2015, p. 24) “Conspiram favoravelmente para essa valorização imobiliária os atributos ambientais e paisagísticos da região”. Ou, como se observou, sobre as representações acerca de uma natureza preservada e de rara beleza.

Como procurei demonstrar no tópico anterior, desde os anos de 1950 discursos vem sendo produzidos a fim de representar a cidade como caótica (em seus diversos aspectos) em oposição aos espaços periféricos situados ao sul da cidade de Belo Horizonte representados como reservas de valor, de natureza e tradições culturais. Esses discursos tornaram-se mais fortes a partir dos anos de 1990 em decorrência, principalmente, do reconhecimento do esgotamento das áreas urbanas dentro dos limites do município de Belo Horizonte e a atuação das empresas mineradoras em negócios imobiliários. Deve-se, portanto, considerar que a produção dessas representações e discursos, que procuram vincular o vetor sul da RMBH como espaço elitizado com atributos ambientais e rurais, assenta-se sobre o processo contínuo e conflituoso da interpelação-constituição dos sujeitos (PECHEUX, 1995).

Segundo Fairclough (2010, p. 228, minha ênfase)

Os discursos incluem representações de como as coisas são e tem sido, bem como imaginários, entendidos como representações de **como as coisas seriam, deveriam ou poderiam ser**. [...] Estes imaginários podem ser encenados como (redes de) práticas reais: atividades, sujeitos, relações sociais etc. imaginados podem 'se tornar' (atividades, sujeitos, relações sociais, etc.) reais. Esta encenação inclui a materialização de discursos. [...] Discursos como imaginários também podem vir a ser inculcados como novos modos de ser, novas identidades. [...] No jargão corrente, inculcar significa fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos termos dos novos discursos.

É nesse sentido que a produção de discursos contribui, dialeticamente, para a construção de sujeitos que agem na produção do espaço, mobilizados por e mobilizando visões de mundo, o que torna compreensível dizer que o discurso apresenta materialidade.

O vetor sul da RMBH conta com várias unidades de conservação. Destaca-se a Área de Proteção Ambiental Sul – APA-sul por ser a mais abrangente, contudo existem outras categorias de unidades de conservação na região. Todavia, o vetor sul é uma região com usos da terra em conflito decorrente da presença de atividades de mineração, instalação de loteamentos fechados e abundante presença de recursos hídricos. Entretanto, nesse contexto, de aparente conflito de usos da terra, alguns interesses passaram a convergir, amenizando-os. As mineradoras e o capital imobiliário passaram a se apropriar dos mecanismos de preservação ambiental “[...]”

transformando-os em mercadoria e agregando valor à terra e ao produto” (COSTA, 2006, p. 120). Camargos (2004) afirma que as empresas de mineração identificaram que a valorização imobiliária/fundiária da região seria considerável e perceberam que após o descomissionamento das minas uma “segunda safra” de rendimentos poderia ser obtida com “[...] a implantação de loteamentos de alto luxo, o que era absorvido positivamente no processo de licenciamento ambiental dessas atividades” (CAMARGOS, 2004, p. 140).

De acordo com Faria (2016, p. 25) as contradições da produção do espaço no vetor sul da RMBH se tornam evidentes através da identificação dos usos e funções que as unidades de conservação apresentam nessa região, pois, ao mesmo tempo em que resguardam determinadas qualidades ambientais, contribuindo para o controle da produção do espaço, ao interferirem em leis e regulações urbanísticas, elevam ou asseguram rendas fundiárias que vem segregando e monopolizando o uso e o acesso aos recursos naturais e ao espaço.

Diante do conflituoso espectro de usos da terra dessa região Euclides (2012) propôs a utilização do conceito de produção do espaço de reserva com o objetivo de jogar luz sobre o papel desempenhado pelas unidades de conservação do vetor sul da RMBH. Segundo a geógrafa as Unidades de Conservação (UC's) tendem “[...] a favorecer a continuidade das dinâmicas elitistas e segregadoras da região” (EUCLYDES, 2012, p. 197) e por isso elas se constituem em um intrincado campo de disputas para o qual convergem os mais diferentes atores, como empresas mineradoras, moradores dos loteamentos fechados e ambientalistas, por exemplo.

Para Faria (2016, p. 25-26)

a (re)produção do espaço no Eixo Sul de Belo Horizonte explicita, portanto, algumas tendências ou táticas contemporâneas de reprodução do capital que articulam a capitalização de rendas fundiárias e a produção de novas mercadorias associadas aos discursos e representações acerca da natureza, nos quais comparece uma natureza romantizada e ao mesmo tempo racionalizada, que, contraditoriamente, tanto renuncia aos efeitos da urbanização quanto contribui para reforçá-los.

Nos anos de 1990, moradores dos loteamentos fechados do vetor sul da RMBH, mobilizados em torno das questões ambientais, atualizaram o discurso do movimento ecológico presente em Belo Horizonte nos anos de 1970 que ressaltava a

“[...] importância iconográfica dos contornos das montanhas ao sul da capital – salvem nossas montanhas, era o lema do protesto belo-horizontino” (CAMARGOS, 2004, p. 137) com vistas a conseguirem implementar a Área de Proteção Ambiental – Sul (APA-Sul). Contudo, Camargos (2004, p. 137-138) afirma que, simultaneamente a essa mobilização dos moradores dos loteamentos fechados, os “povoados” da região passaram a ser representados como portadores de valor natural, exótico e tradicional. Ainda segundo Camargos (2004, p. 137), os antigos e novos moradores das classes mais pobres desconheciam qualquer iniciativa de implementação de uma unidade de conservação no local onde vivem. Todavia, “pode-se dizer que de sujeitos (excluídos ou auto-excluídos) esses moradores passavam a ser visualizados como ‘objeto de proteção’. Os habitantes também estavam sendo ‘naturalizados’” (CAMARGOS, 2004, p. 138). Os aspectos culturais das populações rurais da região, associados ao espaço produzido por elas ao longo do tempo, passaram a ser valorizados com o objetivo de serem comercializados como produtos para os turistas citadinos. Contudo, em grande parte dos casos o que se vê é a “museificação” das populações rurais, representadas como portadoras de modos de vida em vias de extinção.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH) os espaços rurais da metrópole tendem a ser ocupados apenas por

[...] segundas residências de fim-de-semana de moradores da capital, e novas residências de migrantes recém-chegados e advindos de BH (como aposentados), dentre outras formas de urbanização extensiva e expulsão da ruralidade para áreas mais distantes (UFMG, 2011, p. 249).

Essa é a mesma tendência de transformação dos espaços rurais da RMBH identificada por Camargos (2004), quando já se imputava, nos anos de 1990, aos habitantes rurais do vetor sul da RMBH o peso de serem os últimos portadores de uma ruralidade em vias de extinção. Ainda segundo Camargos (2004, p. 138) o conjunto de “objetos a serem protegidos” incluem “[...] as cachoeiras, ‘o verde’, a arquitetura, o artesanato, a culinária do entorno das vilas e condomínios e, porque não, o ‘modo de ser’ dos primeiros habitantes”. Numa clara estratégia discursiva que pretende estabelecer alianças e integrar as populações tradicionais, moradores antigos e os mais pobres “[...] mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122)

Segundo Arrais (2013, p. 45, 46) as segundas residências são produtos da urbanização que apresenta fatores que lhes são próprios: a) adensamento das redes de fluxos que colaboram para maior integração nas regiões metropolitanas; b) maior oferta fundiária decorrente de mudanças no uso do solo e de ações do mercado imobiliário com vistas a comercializar áreas mais distantes dos centros; c) aumento da renda familiar com drenagem do excedente para o mercado imobiliário das segundas residências, e d) representações negativas da cidade que amplificam a violência e a poluição urbanas.

Sob a análise do PDDI-RMBH, os espaços rurais da RMBH estão em vias de desaparecer e, por isso, urge valorizá-los e protegê-los. Dentre as proposições do PDDI-RMBH, feitas com esse intuito, destacam-se as que se vinculam aos aspectos culturais das populações rurais. O Projeto de Fortalecimento da Ruralidade e dos Modos de Vida Tradicionais previsto pela Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural “[...] foi concebido a partir da necessidade de reconhecer e fortalecer os modos de vida tradicionais e os aspectos da **ruralidade ainda presentes na região metropolitana**” (UFMG, 2011, p. 817, minha ênfase). Na Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural há o Projeto de Apoio às Expressões da Ruralidade na RMBH. As ações elencadas por esse projeto, para incentivar e amparar as comunidades que vivem no campo, giram em torno do associativismo, de aspectos ligados a produção e comercialização, e também do turismo de base comunitária (UFMG, 2011, p. 895-896) e partem de uma concepção de que daqui há algum tempo essa ruralidade, caso não seja conservada, irá desaparecer. Contudo, trata-se de uma ruralidade específica que o PDDI da RMBH (UFMG, 2014, p. 257, 258, minha ênfase) definiu da seguinte maneira:

A existência de áreas de forte ruralidade, representados pela presença de **atividades econômicas de natureza rural como a agricultura e a pecuária de base familiar**, assim como de **manifestações culturais** ligadas a este universo social, é um aspecto importante da realidade metropolitana na RMBH. Os dados sobre hortifrutigranjeiros – apenas um segmento do conjunto a ser melhor compreendido – produzidos e comercializados na região mostram que **o setor é impulsionado pela presença do mercado de consumo** denso da RMBH, ao mesmo tempo que se beneficia da proximidade e da existência de infraestrutura adequada no espaço metropolitano. **De outra perspectiva, a marca cultural da ruralidade mineira**, manifesta nas festas típicas, fazendas históricas, e paisagens

correlatas, conformam na região um potencial para o chamado **turismo** no meio rural e natural. Ambas as formas de abordar o tema – **a persistência e importância da produção agropecuária propriamente dita e as novas formas de produção de serviços associada ao meio rural** – demonstram a importância de valorização dos espaços de ruralidade metropolitana. Ademais, vale destacar que o setor possui possibilidades de manutenção de áreas mais ou menos naturais e **conservação da biodiversidade**, com ganhos para algumas de suas atividades, que não estão disponíveis em espaços urbanizados no sentido mais estrito. Em chave institucional, são os seguintes aspectos a levar em conta na categoria da ruralidade: i) regulação do solo frente a expansão urbana em suas formas diversas, ii) articulação do tratamento institucional à questão em suas frentes diversas – geração de trabalho e renda; segurança alimentar; prestação de serviços ambientais; turismo e desenvolvimento sustentável, iii) regulação e incentivo à agricultura urbana.

Como proposto, uma das diretrizes, apontada pelo PDDI da RMBH para conservar as áreas de ruralidade na metrópole, é a regulação do solo frente à urbanização como expresso no trecho supracitado. Contudo, é preciso indagar o seguinte: conter a urbanização, como proposta pelo PDDI-RMBH seria conter a expansão da cidade? Apenas a consideração de algumas áreas como rurais pelas leis de uso e ocupação do solo e pelos Planos Diretores dos municípios da RMBH impedirão a ocupação por parte dos cidadãos, fundamentalmente das classes média e alta, que nesses espaços constroem suas residências (definitivas ou para fins de lazer) como extensão da vida das cidades? Enfim, qual é o impacto que se pretende minimizar com uma medida como essa?

Outro ponto a ser destacado nessa compreensão de ruralidade se refere ao descolamento entre atividades de agropecuária e consolidação da autonomia das famílias rurais, pois como procurei evidenciar através das minhas ênfases no trecho supracitado são apresentadas 3 dimensões da ruralidade (produtiva, cultural e ambiental). E, nesse documento, essas 3 dimensões não se encontram, necessariamente, imbricadas. Pois, os aspectos culturais referentes à ruralidade mineira podem ser consumidos através dos serviços e produtos turísticos, mesmo que eles se apresentem sem a sua dimensão produtiva. Já a dimensão produtiva pode ser incentivada para atender a demanda cidadina sem, portanto, que a dimensão cultural – da ruralidade mineira – lhe dê significado. Já as áreas rurais dos municípios da RMBH podem cumprir funções de conservação ambiental por estarem ainda intocadas ou muito pouco alteradas seja pelas atividades de agropecuária ou o turismo, por exemplo. Trata-se, portanto, de uma concepção de ruralidade bastante

afinada com a forma de produção do espaço do vetor sul da RMBH, pois as suas dimensões podem continuar a ser destacadas umas das outras, beneficiando, de tal forma, as atividades de turismo, o capital imobiliário e a mineração sem, contudo, fortalecer a autonomia dos modos de vida tradicionais e rurais.

O vetor sul da RMBH pode ser caracterizado, portanto, pela forte presença de empreendimentos imobiliários nos quais reside a população de alta renda de Belo Horizonte que migrou para os municípios que compõem esse vetor em decorrência de seus “atrativos naturais” interpretados como de “rara beleza” ou de “beleza cênica”. Diante disso, foram implantados loteamentos fechados e empreendimentos imobiliários complexos (como o Alphaville Lagoa dos Ingleses<sup>5</sup> e o Vale dos Cristais<sup>6</sup> - Anglo Gold South América e Odebrecht), além de sítios de recreio e segundas residências. Mas é fundamental ressaltar que é nesse vetor de expansão metropolitana que se concentram as atividades de mineração mais próximas à capital, pois é a porção norte do Quadrilátero Ferrífero.

## 1.2. Contexto regional de dependência das atividades de mineração

Por estar localizado no Quadrilátero Ferrífero, uma das mais expressivas províncias minerais do mundo (principalmente com relação ao minério de ferro), Brumadinho apresenta a mineração como uma das atividades econômicas mais importantes para a sua economia.

A tabela 1 a seguir mostra os dados referentes a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para o município de Brumadinho no ano de 2017 que conta com seis substâncias que permitem a arrecadação desse *royalty*.

---

<sup>5</sup> A implementação foi aprovada em 1999 (LASCHEFSKI, 2006).

<sup>6</sup> Lançado em junho de 2004 (TEIXEIRA DE ANDRADE, 2005).

Tabela 1 - Lista de substâncias que compõem a arrecadação da CFEM no município de Brumadinho com seus respectivos valores para o ano de 2017

BRUMADINHO 2017 CFEM					
Arrecadador (Substância)		Qtde Títulos	Valor		
			Operação	Recolhimento CFEM	% Recolhimento CFEM
1	MINÉRIO DE FERRO	9	1.017.667.331,28	19.503.691,97	1,91%
2	FERRO	12	801.772.253,33	14.565.861,49	1,81%
3	HEMATITA	1	27.793.822,98	496.838,51	1,78%
4	ÁGUA MINERAL	1	12.045.453,16	101.320,63	0,84%
5	GRANITO	1	1.576.330,82	31.596,99	2,00%
6	AREIA	4	875.792,91	17.513,95	1,99%
<b>Total</b>	<b>1.861.730.984,48</b>	<b>34.716.823,54</b>	<b>1,86%</b>		

Fonte: Elaboração própria com dados obtidos através do *site* da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios da Agência Nacional da Mineração ([https://sistemas.dnmp.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.dnmp.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx)).

Dados obtidos no site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na seção da Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios (DIPAR)<sup>7</sup> permitiram identificar Brumadinho como um dos 15 maiores municípios arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) desde o ano de 2004. Chegou-se a essa conclusão através da listagem, em ordem crescente, dos valores obtidos pelas operações em qualquer forma de atividade minerária, não sendo exclusiva para o minério de ferro, por parte dos municípios. Nessa listagem foi possível observar que dentre os 15 maiores arrecadadores da CFEM no período de 2004 a 2018 a maioria está em Minas Gerais.

As 3 tabelas a seguir trazem a lista dos 15 maiores arrecadadores da CFEM no período compreendido entre os anos de 2011-2013.

<sup>7</sup> O Sistema do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais pode ser acessado através do seguinte endereço: [https://sistemas.dnmp.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.dnmp.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx) Acesso em: 20 jun. 2017).

Tabela 2 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2013

Município arrecadador	Valor da operação em Reais em 2013
<b>1 PARAUPEBAS - PA</b>	<b>28.277.489.515,76</b>
2 NOVA LIMA - MG	9.213.222.990,71
3 ITABIRA - MG	8.110.350.775,44
4 MARIANA - MG	6.693.394.021,66
5 SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO – MG	6.037.704.286,82
6 ITABIRITO - MG	4.535.144.516,55
<b>7 BRUMADINHO - MG</b>	<b>3.705.476.307,81</b>
8 CONGONHAS - MG	3.667.015.102,17
9 OURO PRETO - MG	1.888.380.353,63
10 CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	1.850.653.907,22
11 PARACATU - MG	1.721.440.952,72
12 ALTO HORIZONTE - GO	1.224.426.987,33
13 ITATIAIUÇU - MG	1.116.442.697,27
14 SABARÁ - MG	1.094.125.959,79
15 BARÃO DE COCAIS - MG	1.082.977.152,22

Fonte: DIPAR/DNPM. Elaboração própria (2017)

Tabela 3 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2012

Município arrecadador	Valor da operação em Reais em 2012
<b>1 PARAUPEBAS - PA</b>	<b>21.494.709.204,96</b>
2 NOVA LIMA - MG	8.808.816.203,59
3 ITABIRA - MG	6.426.223.391,66
4 MARIANA - MG	5.843.316.035,32
5 SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO – MG	5.577.882.647,40
6 ITABIRITO - MG	3.685.906.071,85
<b>7 BRUMADINHO - MG</b>	<b>3.575.810.760,09</b>
8 CONGONHAS - MG	3.403.902.813,23
9 CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	1.850.249.381,75
10 OURO PRETO - MG	1.833.713.012,62
11 PARACATU - MG	1.641.204.833,20
12 ALTO HORIZONTE - GO	1.569.658.088,21
13 ITATIAIUÇU - MG	1.446.825.562,30
14 PEDRA BRANCA DO AMAPARI - AP	1.150.981.530,61
15 SABARÁ - MG	972.100.479,07

Fonte: DIPAR/DNPM. Elaboração própria (2017)

Tabela 4 – Ranking dos municípios que mais arrecadaram a CFEM em 2011

Município arrecadador	Valor da operação em Reais em 2011
<b>1 PARAUPEBAS - PA</b>	<b>19.921.877.643,68</b>
2 NOVA LIMA - MG	6.483.026.541,63
3 ITABIRA - MG	6.368.518.398,64
4 MARIANA - MG	5.280.478.967,43
5 SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO – MG	4.950.738.119,53
6 ITABIRITO - MG	3.249.822.244,81
7 CONGONHAS - MG	3.085.394.721,50
<b>8 BRUMADINHO - MG</b>	<b>3.050.558.399,29</b>
9 ITATIAIUÇU - MG	1.662.035.789,44
10 CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	1.657.828.072,81
11 ALTO HORIZONTE - GO	1.405.007.718,23
12 PARACATU - MG	1.268.822.964,39
13 OURO PRETO - MG	1.163.721.136,40
14 BARÃO DE COCAIS - MG	1.108.694.470,89
15 CORUMBÁ - MS	1.017.065.590,72

Fonte: DIPAR/DNPM. Elaboração própria (2017)

Nesses anos (2011, 2012 e 2013) o valor da operação em Brumadinho girou em torno de R\$ 3 bilhões, sendo os mais altos obtidos pelo município durante o período 2004-2018, coincidindo com os maiores valores durante o mesmo período<sup>8</sup> para as operações realizadas através dos municípios que lideram o *ranking* como Paraúpebas (PA), Nova Lima (MG) e Itabira (MG).

Segundo Euclides (2013), mesmo diante da existência de inúmeros conflitos decorrentes dos diversos usos do solo no Quadrilátero Ferrífero – ou seja, minerário, moradia e lazer, produção agropecuária ou turismo – os administradores públicos municipais, ao longo do tempo, tem optado pela manutenção e/ou ampliação das atividades minerárias em seus territórios, já que recolhem impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) “município minerador” e a CFEM. Ainda de acordo com Euclides (2013, p. 1087) “Considerando as alíquotas referentes ao ferro, o vulto da produção realizada no Quadrilátero Ferrífero e os preços internacionais do produto, pode-se conceber as grandezas dos valores da CFEM que os municípios ali situados recebem”. As empresas mineradoras que atuam no quadrilátero ferrífero tem grande poder de convencimento, pois se valem do

<sup>8</sup> Segundo Gudynas (2009, p. 218) “Los altos precios de los commodities en los mercados internacionales y la demanda persistente, genera un contexto global demasiado tentador”

argumento do desenvolvimento econômico e da geração de postos de trabalho e, ainda, “[...] tem a seu favor a CFEM, que pode multiplicar a arrecadação municipal, o que tende a angariar a simpatia dos governos locais” (EUCLYDES, 2013, p. 1090).

Através de diversas conversas realizadas durante os trabalhos de campo dessa pesquisa foi possível perceber que muitos moradores procuram não criticar a atividade de mineração realizada no município alegando que essa atividade é responsável por gerar emprego e renda. Na localidade do Córrego do Feijão, apesar da água que chega às casas, nos períodos de baixa pluviosidade, apresentar alterações no cheiro e na cor, além de ter causado dores na região abdominal de quem as bebeu, da poeira vermelha que fica em suspensão e suja as casas e as roupas recém-lavadas que se encontram nos varais, muitas pessoas, com as quais conversei, ainda procuram poupar as empresas mineradoras dos danos que causam na localidade afirmando que elas são importantes para a geração de empregos. Reproduzo aqui um pouco de um diálogo, emblemático, que tive com um morador do Tejuco em Brumadinho enquanto eu estava tirando fotos de uma área de mineração. Assim fui interpelado pelo morador local: “o que você está fazendo? Você é de ONG? Órgão Público? Por que sempre tem alguém tirando foto aí? E aí fala que a mineração degrada, etc.?” Com tantas perguntas e a forma incisiva de sua interpelação fui ao seu encontro. Ele disse que a atividade de mineração é sustentável e não pode ser imputada a ela a responsabilidade sobre danos ambientais. Quando o indaguei sobre a contaminação das águas que chegam às casas dos moradores do Tejuco, assim como em outras localidades de Brumadinho, ele asseverou: “Tem que conhecer melhor!” Numa clara alusão a existência de hierarquias de conhecimentos, com vistas a depreciar o conhecimento daqueles que sofrem com os danos causados pelo empreendedor. Mas continuou afirmando que “a água avermelhada, barrenta, etc. ocorre sem querer, às vezes, mas isso é mínimo”. Apesar de assumir que há impactos negativos minimizou os seus efeitos desqualificando os que foram afetados. Esse morador, jovem adulto, com aproximadamente 25-30 anos, é funcionário de nível técnico da Vale, ex-morador de Belo Horizonte, onde estudou e após ter sido empregado pela empresa se mudou para Brumadinho. A empresa mineradora pagava, naquele ano (2018), 85% de seu curso de graduação em uma faculdade privada em Belo Horizonte.

Portanto, os mais vulneráveis, os mais pobres, os que detêm menores chances de estudar, por exemplo, devem suportar os riscos e a carga provenientes da forma

como as atividades de mineração são conduzidas, pois é isso que lhes proporcionam o desenvolvimento. Ademais, as comunidades locais aceitam os sacrifícios dos impactos em troca de compensações, inclusive aquelas que não se destinam a elas e sim aos “interesses nacionais” (GUDYNAS, 2009)

Coelho (2012) analisou os municípios do Quadrilátero Ferrífero e concluiu, também, que inúmeras localidades são dependentes socioeconomicamente da atividade de mineração. Ele destacou que “[...] a população se vê envolta numa ‘minério-dependência’ que têm implicações além de econômicas, também, sociais e culturais” (COELHO, 2012, p. 140).

Contudo a CFEM e outros tributos não são suficientes para tornar as atividades de mineração capazes de contribuir, de fato, com o desenvolvimento dos municípios do Quadrilátero Ferrífero. Ainda mais se levar em consideração que o Brasil é um dos países mais liberais do mundo em Taxação Mineral (SANTOS, 2013, p.79). Ademais, Santos (2013) demonstrou que as atividades de mineração, voltadas para a exportação, apresentam menor carga tributária se comparadas com as que se destinam ao abastecimento do mercado interno.

Em síntese, o nível de tributação mineral efetiva, comparativamente reduzido no plano internacional, e, principalmente, a desoneração fiscal expressiva concedida ao sub-setor mineiro-exportador, refletem a opção política por um determinado modelo econômico. O referido modelo apoia-se, assim, na capacidade deste setor de gerar as divisas necessárias à geração de superávits comerciais necessários ao equilíbrio da Balança de Pagamentos nacional (SANTOS, 2013, p. 80).

De acordo com Santos (2013), Milanez; Santos (2013) e Porto-Gonçalves et. al. (2019a, 2019b) os governantes brasileiros, a partir de meados da década de 1990, optaram por reposicionar o país na Divisão Internacional do Trabalho ao ocupar, novamente, uma posição de fornecedor de matérias-primas no mercado mundial, ampliando os incentivos às atividades econômicas ligadas à produção de *commodities*, principalmente, agrícolas e minerais, “em detrimento de uma economia diversificada, complexa e funcionalmente integrada, centrada no dinamismo do setor secundário” (SANTOS, 2013, p.82). Portanto, a reprimarização da economia nacional é o aspecto basilar para se compreender a situação de dependência econômica do país e que tem a “[...] atividade extrativa mineral como o seu principal mecanismo”

(SANTOS, 2013, p.83).

No contexto de reprimarização da economia nacional em detrimento de sua diversificação, Santos (2013, p. 86) afirma que “[...] a atividade extrativa mineral tende a simplificar e tornar dependentes as economias territoriais associadas as suas redes de produção” e, por isso, devem ser ampliadas as discussões sobre a forma como se dá a exploração mineral no país, incluindo a necessidade de repensar fundos sociais e a captura e transferência de rendas minerais aos atingidos pela mineração.

A reprimarização da economia identificada através do constante aumento do extrativismo mineral na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e para a balança comercial brasileira desde o ano 2000, apesar de não ser uma tese consensual, indica mudanças na economia brasileira que tendem a valorizar mais o setor primário em detrimento dos outros setores. Essas transformações na economia brasileira direcionadas à valorização do setor primário podem ser iluminadas através do conceito de neoextrativismo.

Essa noção não deve ser considerada capaz de tudo explicar e não é portadora de novidades. Mas apenas salienta o comportamento econômico, o papel das *commodities* e o papel desempenhado pelos governos chamados de progressistas na América do Sul ao longo, principalmente, da primeira década dos anos 2000. De maneira alguma, essa noção de extrativismo deve ser confundida com a desenrolada pelos povos originais detentores de outras mentalidades territoriais, pois é claro que está a se tratar de uma extração destrutiva decorrente do ímpeto do modo de produção capitalista que pressiona a natureza. Essa noção também não substitui todo o arcabouço teórico gestado em decorrência do conceito de acumulação primitiva de Karl Marx como desenvolvido, especialmente, por Rosa Luxemburgo e, mais recentemente, por David Harvey (PORTO-GONÇALVES; SANTIAGO, 2017, p.184). Conforme Harvey (2014, p. 121) a permanência da acumulação primitiva, nomeada por ele como acumulação por espoliação, é, de fato, um processo contínuo do modo de produção capitalista e se refere a um amplo conjunto de processos, dentre eles a privatização de recursos antes partilhados, como a água, e inseridos na lógica capitalista de acumulação, gerando, inclusive, efeitos nefastos sobre as mais diversas formas alternativas de produção e consumo. A acumulação por espoliação guarda fortes relações com a existência de excedentes de capital que, por isso mesmo, não foram investidos para gerar lucro. Ainda segundo Harvey (2014, p. 124)

o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

E, talvez por essas características, a noção de extrativismo apenas ressalta, e não substitui, o conceito de acumulação por espoliação ao mesmo tempo em que o marca espaço-temporalmente, haja vista ser utilizado para o contexto recente (início dos anos de 2000) dos países da América do Sul não devendo ser encarada como uma etapa descolada da reprodução expandida do modo de produção capitalista.

Para Gudynas (2009), o extrativismo, como modelo de desenvolvimento econômico, faz parte da história econômica e política dos países latino-americanos. E, mesmo diante dos impactos negativos que causou, e ainda causa, foi “reeditado” no Brasil a partir dos anos de 2003. O modelo de desenvolvimento extrativista, que se baseou, praticamente, na exploração mineral e petrolífera, também foi o responsável por aprofundar um modelo de agricultura que se encontra sob o molde dos latifúndios do agronegócio.

No contexto do continente sul americano não foram poucos os países que, a partir dos anos 2000, se empenharam em desenvolver uma “reedição” do extrativismo como se viu na Colômbia, Chile, Paraguai, Peru, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela com suas especificidades no que se refere “[...] em sua estrutura econômica, o papel do Estado, os usos dos superávits e suas legitimações políticas” (GUDYNAS, 2016, p. 27, minha tradução)<sup>9</sup>. Inclusive sob governos considerados como progressistas, como o desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores, no Brasil, durante o período de 2003-2016, não se realizou a crítica sobre o extrativismo, muito menos sobre o estilo de desenvolvimento assumido pelo país, mas sim reforçou-o.

O neo-extrativismo pode ser definido como um

Estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma estrutura produtiva escassamente diversificada e muito dependente da inserção internacional como fornecedores de matérias primas e, mesmo que o Estado apresente um papel mais ativo, e logre uma maior legitimação por meio da redistribuição de alguns dos excedentes gerados por esse extrativismo, de todo o modo, os impactos sociais e ambientais negativos se repetem (GUDYNAS,

<sup>9</sup> No original: “[...] en su estructuración económica, el papel del Estado, los usos excedentes, y sus legitimaciones políticas” (GUDYNAS, 2016, p. 27).

2009, p. 188, minha tradução)<sup>10</sup>

Segundo Milanez; Santos (2013, p. 126) o consenso diante do modelo neoextrativista está alicerçado em argumentos que procuram afirmar que a exploração dos recursos naturais, em países como o Brasil, não deve ser barrada, já que atende o “interesse nacional” e, com isso, os “inconvenientes pontuais” causados por sua exploração devem ser superados. Outro argumento bastante utilizado se fundamenta na ideia de que determinados países, como o Brasil, teriam sido beneficiados, em uma suposta competição global, por disporem em seus territórios riquezas naturais em abundância e, por isso, não poderiam deixar de explorá-las, senão estariam incorrendo em desperdício, perdendo oportunidades de crescimento econômico, como pode ser visto através do gráfico 2 utilizado por Milanez (2017). Ademais, pode-se afirmar, conforme Svampa, tratar-se de uma visão “*eldoradista*” (SVAMPA, 2015) sobre a América Latina que contribuiu fortemente para o estabelecimento de um “consenso das *commodities*” (SVAMPA, 2012) em nosso continente.

Conforme Milanez (2017, p.2) a reprimarização da economia do Brasil, sob o que passou a ser denominado amplamente por neoextrativismo, permitiu identificar a participação do país no “[...] ‘superciclo das *commodities*’, caracterizado, no caso do minério de ferro, por um comportamento de *boom* (2003 – 2011) e de pós-*boom* (iniciado em 2012) dos preços (WANDERLEY, 2017)”. O minério de ferro protagonizou durante esse período de *boom* dos preços papel primordial na pauta das exportações brasileiras. No período de 2003-2011 foram observados valores extremamente elevados resultantes da demanda elevada por minerais por parte dos países asiáticos e a produção de uma bolha especulativa criada, fundamentalmente, a partir de contratos de mercado futuro. O argumento que Milanez (2017, p.3) desenvolve é o de que o mercado financeiro é capaz de influenciar significativamente a produção de *commodities*.

Por um lado, operadores do mercado financeiro garantem liquidez para produtores de *commodities* que procuram cobertura para riscos na comercialização de seus produtos. Isso ocorre uma vez que, por

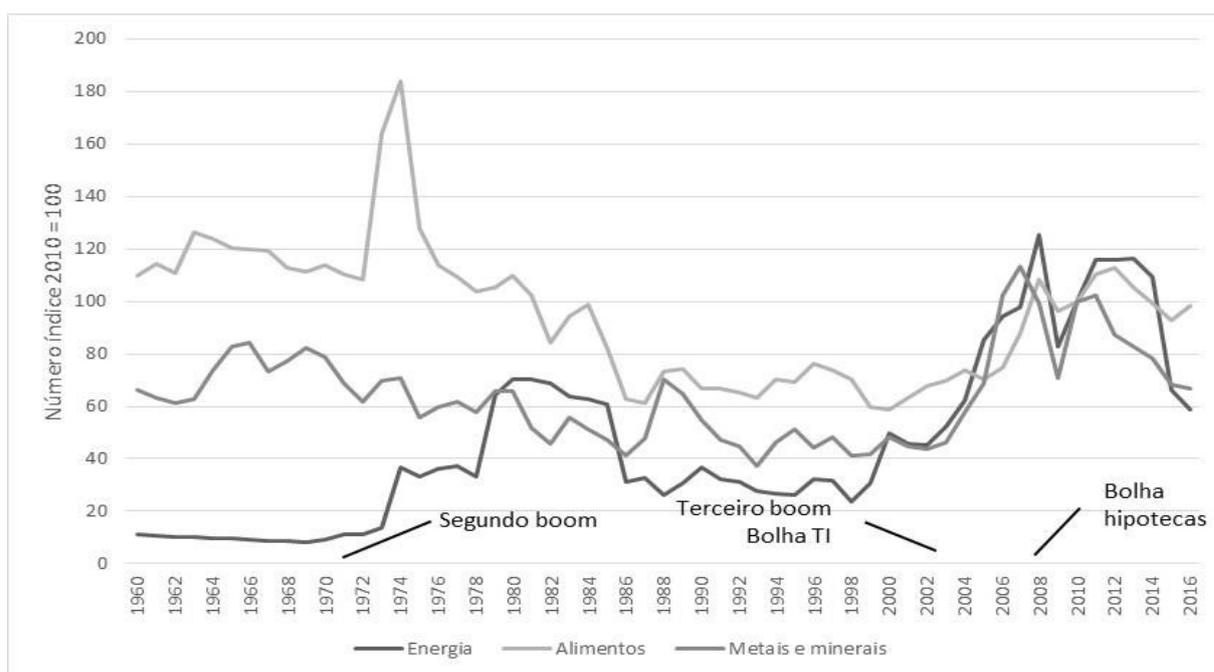
---

<sup>10</sup> No original: “[...] estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos (GUDYNAS, 2009, p. 188).

meio do mercado futuro, produtores de *commodities* podem acertar condições de vendas que ainda não ocorreram e vender a terceiros esses contratos futuros. Por outro lado, [...] operadores do mercado financeiro podem obter liquidez no mercado de *commodities* quando dela necessitam, pois podem optar por executar suas opções de compra, ao invés de continuar postergando sua compra ou venda.

O mercado financeiro pode ser responsabilizado pela elevação dos preços das *commodities* contudo, associado ao mercado físico, que cresceu igualmente conforme foi possível observar através dos depoimentos produzidos em trabalhos de campo, realizados em Brumadinho desde 2015, que atestam que até 2012 as empresas mineradoras ofertavam grande número de empregos no município. Inclusive, fazendo com que muitos agricultores deixassem as atividades de agropecuária para se ocupar nessas empresas. Em entrevista com um funcionário da prefeitura de Brumadinho no ano de 2015, ao tratar sobre o que ele intitulou como “crise da mineração em Brumadinho”, que causou grande desemprego, principalmente, para a população rural, é possível observar a marca do *boom* da mineração: “[...] tem dois anos! Dois anos (2013) que deu um baque. A Vale e a MMX. Fechou a Ferrous, Vale diminuiu uns 40% o número de funcionários” (Funcionário da Prefeitura de Brumadinho A., 2015). Figura que mostra o gráfico de variação no índice preços das *commodities*

Gráfico 1 - Gráfico de variação no índice preços das *commodities*

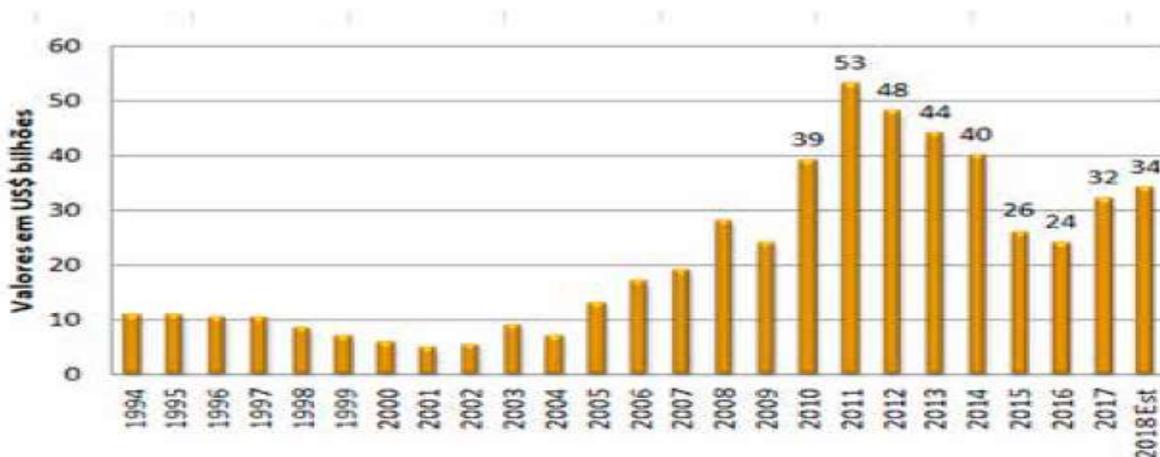


Fonte: Milanez (2017, p. 11).

Trata-se, principalmente, do *boom* (2003-2011) do superciclo das *commodities* como citado acima. E, portanto, a crise de 2008 não foi capaz de quebra-lo, já que “[...] no início de 2009, embora a economia global ainda estivesse em recessão, os preços das *commodities* voltaram a subir” (MILANEZ, 2017, p. 4) haja vista uma valorização do minério de ferro de 280% para o período (MILANEZ, 2017, p. 13).

“A ampliação da financeirização tende a influenciar também o comportamento das empresas mineradoras. [...] essas corporações tendem a se adaptar a tal situação de forma a aumentar sua capacidade de capturar valor dentro desse contexto” (MILANEZ, 2017, p. 15) e dessa maneira, cada vez mais, descolam da realidade local onde mineram. Ou seja, ao mesmo tempo em que a financeirização impacta no comportamento físico das empresas mineradoras, elas tendem a ampliar suas ações em total desconexão com o local, apostando no mercado global altamente financeirizado com forte presença de contratos de mercado futuro gerando mais conflitos socioambientais. Trata-se, conforme ensina Porto-Gonçalves (2006), de ampliar o des-envolvimento. E de acordo com Wanderley (2017, p. 2) países como o Brasil, situados na periferia econômica global, não alteraram a forma de inserção no mercado mundial e “[...] se colocaram de maneira subordinada no papel de economias primários-exportadora nas redes globais de produção (RGPs) de *commodities* minerais”. E a CFEM detem papel importante nessa conjuntura, pois a elevação na sua arrecadação a partir de 2001 até 2013, com queda em 2009, foi um importante elemento para sustentar o modelo político-econômico neoextrativista (WANDERLEY, 2017).

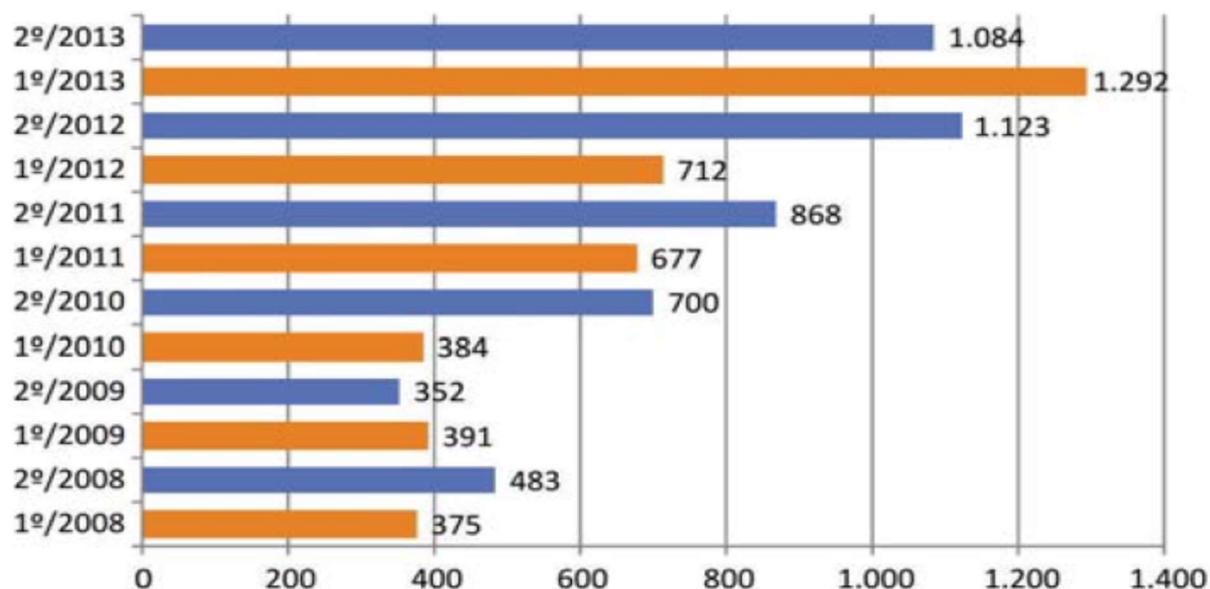
Gráfico 2 - Gráfico da produção mineral brasileira para o período de 1994 à 2018



Fonte: IBRAM. Relatório anual de atividades julho/2017 a junho/2018.

Pois, como se vê na figura acima, que apresenta os valores em bilhões de dólares para a Produção Mineral Brasileira (PMB), após o pico do *boom* em 2011, foram registradas quedas sucessivas. No entanto, em 2017 registrou-se um crescimento e para 2018 projeta-se, também, crescimento nos valores da PMB.

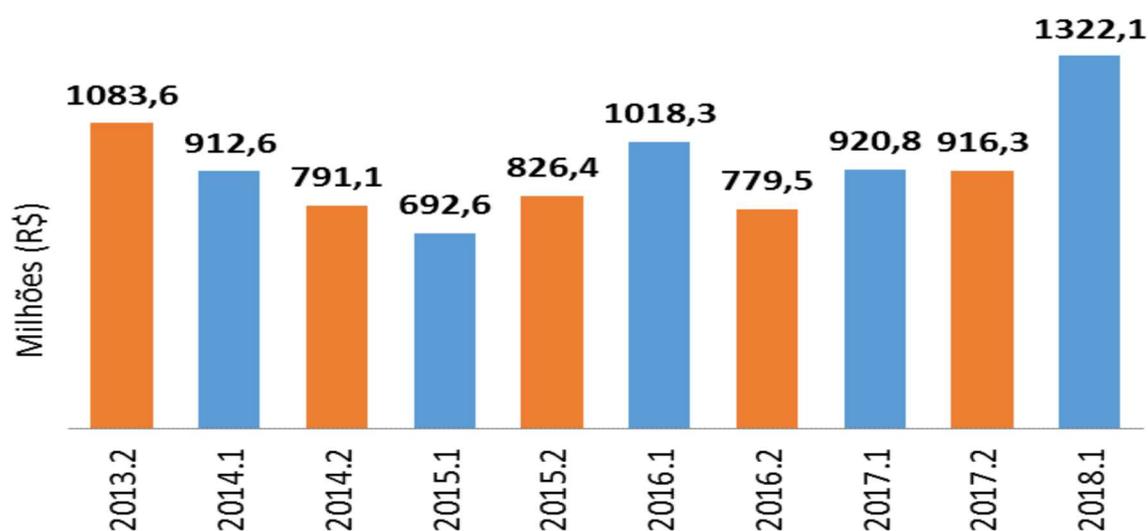
Gráfico 3 - Arrecadação semestral da CFEM durante o período compreendido entre os anos de 2008 e 2013 (valor nominal em R\$ milhões).



Fonte: DNPM/DIPAR

Fonte: DNPM. Informe mineral 2º/2013

Gráfico 4 - Arrecadação semestral da CFEM durante o período compreendido entre o 2º semestre de 2013 ao 1º semestre de 2018 (valor nominal em R\$ milhões)



Fonte: ANM. Informe mineral 1º/2018.

E em 2018<sup>11</sup>, os dados referentes a arrecadação da CFEM, apontavam um valor muito próximo ao do ano de 2013 (valor mais alto da arrecadação durante o período). Em 2013 o valor total foi de R\$ 2.376.174.750,78 enquanto que em outubro de 2018 (portanto, dados em aberto) o valor era de R\$ 2.136.370.329,02. Valores elevados como os de 2018 apontam para uma reativação do superciclo? Na conjuntura política brasileira após o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, no ano de 2016, o que se viu foi o crescimento da arrecadação da CFEM, que no ano de 2017 apresentou valor (R\$ 1.837.048.217,16) ligeiramente maior do que em 2012 (R\$ 1.834.958.234,73) sendo possível imputar esse fato com base no estabelecimento da Lei 13.540/2017 que alterou as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)? Algo que deverá ser respondido por pesquisas posteriores tendo em vista o processo ainda em curso apontar um fenômeno que não pode ser descartado que se refere à recuperação dos preços das *commodities* minerais. E mais, se os valores da CFEM estão mais altos, mesmo que não esteja sendo vivenciado um novo *boom* das *commodities* é fundamental se debruçar futuramente sobre essa situação para observar a enorme renda que não foi capturada no período de 2003-2011, tendo em vista, principalmente, o protagonismo desempenhado pelo minério de ferro nas operações minerais e na arrecadação da CFEM.

Esse modelo de desenvolvimento econômico nacional, aplicado pelos países da América do Sul, esteve fortemente alicerçado nos altos preços das *commodities* apresentado ao longo dos últimos anos (GUDYNAS, 2009; MILANEZ; SANTOS, 2013). Todavia, o mercado de *commodities* é extremamente volátil, tendo em conta o elevado grau de instabilidade dos preços dos produtos primários (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 131). Doravante, o que ocorrerá, apenas mostrará o que está posto desde o início, ou seja, a enorme volatilidade de uma economia dependente da exploração de recursos naturais, como se construiu nos países da América Latina, através do extrativismo, seja ele em sua versão tradicional ou em sua versão progressista recente, ampliará as tensões econômicas e socioambientais já existentes.

Mobilizando diversas estratégias a atividade de mineração consegue fazer com

---

<sup>11</sup> Dados do DNPM

([https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao\\_cfem.aspx](https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx) - acesso em 10 de outubro de 2018).

que regiões dependam delas inteiramente. No dia 5 de novembro de 2015, a empresa Samarco Mineração S/A (Vale S/A/BHP Billiton Brasil Ltda.) foi responsável por um dos maiores desastres ambientais e sociais ocorridos no Brasil e do mundo. Corroborando com Zhouri et al. (2016, p. 50, itálico no original) “[...] *desastres são acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade*”. Neste caso, a empresa mineradora Samarco (Vale/BHP Billiton) é a responsável pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, no município de Mariana (MG), que matou 19 pessoas (trabalhadores da empresa, trabalhadores contratados por empresas terceirizadas e moradores), provocou um aborto e deixou um rastro de destruição decorrente do mar de lama tóxica que percorreu o leito do Rio Doce, inclusive atingindo o litoral do estado de Espírito Santo, afetando milhares de pessoas.

Como esclarecido por Zhouri et al. (2016, p. 52, itálico no original) é mister “[...] considerar o evento crítico deflagrado pelo rompimento da barragem do Fundão como um *desastre tecnológico*” e não desastre natural, pois a abordagem do desastre como natural culpabiliza apenas agentes não sociais, apesar da área de risco ter sido produzida pela forma de agir do megaempreendedor com o aval do Estado (ZHOURI et al., 2016). Além do mais, a temporalidade do evento caracterizado como natural pode levar à cessação das reparações e compensações socioambientais de forma prematura no que tange aos reais impactos socioambientais causados deslegitimando as demandas por direitos de reparação sendo “[...] fundamental considerar que os *desastres são processos prolongados no tempo social da experiência vivida dos afetados*” (ZHOURI et al., 2016, p. 54, itálicos no original).

Considerando, portanto, o desastre como tecnológico ressalta-se a intenção humana, o erro e a negligência culpabilizando, de fato, a empresa Samarco (Vale/BHP Billinton) com a anuência do Estado. A própria Samarco (Vale/BHP Billinton) declara em seu *site* (<https://www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao/> acesso em 18/10/2018, minha ênfase) que

[...] a barragem de Fundão mantinha um volume de rejeitos de aproximadamente 55 milhões de metros cúbicos, **dentro do limite permitido e licenciado pelo órgão ambiental competente – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram) –**, de até 111 milhões de metros cúbicos.

Portanto, além do empreendimento estar devidamente licenciado, conforme a legislação pertinente, a empresa foi reconhecida diversas vezes como responsável socioambientalmente e segura (ROJAS; PEREIRA, 2017, p. 3) explicitando a ineficácia dos métodos aplicados com vistas a prever os diversos impactos e a incapacidade de fiscalização das operações de um empreendimento. Contudo, é importante lembrar – como discuti sobre a noção de extrativismo – que as primeiras décadas do ano 2000 foram marcadas pelo *boom* dos preços das *commodities* fazendo com que a atividade de mineração no Brasil, principalmente de minério de ferro, fosse intensificada com vistas a obter grandes lucros contando com o forte apoio do Estado, mesmo quando gerido por partidos e governantes considerados como progressistas. Por isso mesmo, PoEMAS (2015, p. 5, minha ênfase) afirmou que

O rompimento da barragem do Fundão marca, no Brasil, o fim do megaciclo das commodities que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Entretanto, dados indicam que existe uma relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. [...] Essa relação estaria associada à **aceleração dos processos de licenciamento ambiental e à pressão sobre os órgãos licenciadores na fase de preços elevados, bem como à intensificação da produção e pressão por redução de custos no período de redução dos preços.**

A partir desse desastre pode-se compreender a perversidade e crueldade da “minério-dependência”, pois mesmo sendo um dos maiores desastres da história do Brasil, com repercussões sociais, ambientais e econômicas irreversíveis, e de longo alcance espacial, parte da população do município de Mariana (MG) e representantes do poder público se mobilizaram em defesa do retorno das atividades de mineração.

As manchetes a seguir procuram ilustrar as mobilizações ocorridas em torno do caso:

- 1) Notícia de 18 de novembro de 2015: “Protesto em apoio à Samarco é feito em frente à Prefeitura de Mariana - Com faixas e cartazes, manifestantes eram, na sua maioria, funcionários. Segundo o grupo, mobilização foi feita pelas redes sociais.” (PROTESTO..., 2015).
- 2) Notícia de 21 de novembro de 2015: “Moradores pedem que Samarco fique em Mariana mesmo após desastre. Passeata foi organizada pela Associação Comercial e pela OAB na cidade. Barragem se rompeu no dia 5; 8 corpos identificados e 11 são procurados” (MORADORES..., 2015)
- 3) Notícia de 5 de junho de 2016: “Prefeito de Mariana fala em procurar outra

mineradora, caso Samarco encerre atividades” (RIBEIRO, 2016)

A defesa da mineradora Samarco não decorre de ingenuidade por parte da população e dos prefeitos, pois se insere em um contexto de dependência econômica que conta com diversos processos de legitimação social da atividade no âmbito de localidades geralmente pobres. Trata-se de um movimento dialético entre a pobreza e a mineração no âmbito da ideologia do desenvolvimento que as tornam, ao mesmo tempo, cada vez mais fortes

De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM [Indústria Extrativa Mineral] dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados. Em particular, a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e social (ZONTA; TROCATE, 2016, p.27).

Inclusive a ampla circulação dessas notícias contrasta com as enormes dificuldades encontradas pelos afetados para buscar a justiça ambiental servindo, ademais, para ampliar o sofrimento ao passarem por discriminações e preconceitos sob a alegação, de parte da população de Mariana, de que essas pessoas “[...] seriam as responsáveis pelo fechamento da mineração e pela perda dos doze mil empregos diretos e indiretos” (ZUCARELLI, 2016, p. 321).

Através de uma consulta ao *site* do *Facebook* ([https://www.facebook.com/pg/ficasamarco/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/ficasamarco/about/?ref=page_internal) acesso no dia 19/10/2018) foi possível identificar a existência de uma página (“FicaSamarco”) dedicada à manifestações de pessoas interessadas em pedir para que a empresa Samarco (Vale/BHP Billiton) permaneça explorando os recursos minerais no município de Mariana sob a seguinte justificativa: “*Como cidadãos de Mariana, sabemos que a cidade precisa da mineração pra sobreviver. Queremos que Samarco fique, para que nossas famílias tenham como viver.*” No dia 19 de outubro de 2017, por exemplo, essa mesma página do *site Facebook* publicou o seguinte texto:

Campanha Mariana pede socorro! 2 anos da tragédia e fala-se de tudo, menos do **desemprego** e do **caos social** que estamos vivendo. Vamos chamar atenção das pessoas e da mídia sobre o desemprego, peço que coloque essa capa no perfil do seu Facebook até o dia 05

de novembro de 2017. Quando completa 2 anos e sabemos que mídia vai falar de Rio Doce, de atingidos, de Ongs e não vai lembrar da **outra tragédia** em consequência da paralisação da Samarco; o desemprego. Vamos mostrar que a tragédia foi muito além do Rio Doce. Grupo Justiça Sim. Desemprego Não.

Outra página do *site Facebook*, intitulada “Justiça sim, Desemprego Não”, apresenta o seguinte texto para qualificá-la: “O grupo quer e busca oportunidade empregatícia e o **retorno do progresso** da cidade de Mariana e região **que vivem da mineração...**”

As ênfases são minhas a fim de ressaltar as principais ideias e argumentos que os grupos favoráveis à retomada das atividades da Samarco (Vale/BHP Billiton) se valem. Os apelos desse grupo de pessoas, que se reuniram através dessas comunidades virtuais localizadas no *site do Facebook*, procuram evidenciar um outro desastre. Que, segundo eles, se instalou, não necessariamente, em decorrência do evento crítico, mas sim por parte das ações com vistas a punir a empresa mineradora, bem como aquelas que visam compensar e reparar os danos causados por ela aos milhares de afetados. Valem-se de termos semelhantes aos utilizados no discurso produzido pelos atingidos como caos social e tragédia com forte apelo à ideia de vida e morte, contudo procurando inverter a possível associação das palavras mineração-morte para mineração-vida. Ou seja, para essas pessoas, o fim da mineração tem como significado a morte econômica. De acordo com Acselrad; Bezerra (2010, p. 204) tal comportamento pode estar associado à uma chantagem de deslocalização dos investimentos.

Inclusive, a paralisação ou redução das atividades da empresa mineradora, segundo outras manifestações presentes nessas páginas do *site Facebook*, indicam casos de suicídio não pelo sofrimento e pelo medo de um novo desastre, mas sim em decorrência da ameaça do desemprego. O apoio de parte da população de Mariana, assim como de outras localidades, a empreendimentos potencialmente desastrosos como esse pode ser enquadrado como um caso no qual a política é substituída pela submissão e as

“**alternativas infernais**” impõem-se como norma, regra de juízo que produz a medida comum das coisas, mecanismo de disciplinamento e controle (Foucault, 1976), que faz com que os indivíduos se vejam **aprisionados** nos imperativos da competitividade, nos requisitos de serem capazes de atrair sobre si e suas localidades os investimentos

disponíveis no mercado (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 180, minha ênfase).

O risco para essa população que “abraça” a Samarco (Vale/ BHP Billiton) está associado a uma promessa de emprego, que por sua natureza profética pode não se configurar em fato real, e a ideia de que sem ela nada haverá para que possam obter alguma renda. Como num feitiço, consentem mobilizados pela expectativa de evitar perdas que consideram maiores do que um desastre das proporções, com que ainda se vê, diante do rompimento da barragem de Fundão de propriedade da empresa mineradora Samarco (Vale/BHP Billiton). Conquanto, há de afirmar, juntamente com Zucarelli (2018, p.178) “[...] os atingidos vivenciam, compulsoriamente, o desastre em seu cotidiano”.

Ademais deve-se ter em conta que a noção de extrativismo não deve ser utilizada, apenas, para condenar os governos que não romperam com o extrativismo e, pelo contrário, reforçaram-no, caracterizando-os, erroneamente, como únicos responsáveis pelo modelo extrativista continuado em seus países, haja vista a longa história dessa forma de desenvolvimento. Isso, porque, esse conceito e a crítica, acertada, aos governos que deram continuidade e aprofundaram o modelo extrativista, podem ser capturados pelo espectro da direita política com vistas, inclusive, a denegrir todo o conjunto da esquerda (sejam os movimentos sociais ou partidos políticos, por exemplo).

Mas, as críticas a esses governos intitulados por progressistas, que não romperam e não debateram profundamente a continuidade e o aprofundamento desse estilo de desenvolvimento, devem ser ressaltadas como faz Lander (2017, p. 90, minha ênfase, itálico no original)<sup>12</sup>

Que medidas concretas devem ser tomadas no presente, em questões fundamentais como energia, produção de alimentos, modelo de transporte ou urbanização, para dar passos na direção de outro padrão produtivo (e um modelo de sociedade) não extrativista, não rentista? Como criar condições favoráveis para dinâmicas de

---

<sup>12</sup> No original: “¿Qué medidas concretas habría que tomar en el presente, en asuntos tan medulares como el energético, la producción de alimentos, el modelo de transporte o la urbanización, para dar pasos en la dirección de otro patrón productivo (y un modelo de sociedad) no extractivista, no rentista? ¿Cómo crear condiciones favorables para dinámicas de experimentación social sin las cuales no hay transformación democrática posible? Al no haber iniciado esta transición, los llamados gobiernos progresistas pasarán a la historia como los responsables de haber acelerado los procesos de destrucción del planeta y de haber contribuido a frustrar las esperanzas de *otro mundo posible*.”

experimentação social sem as quais não há transformação democrática possível? Por não terem iniciado essa transição, os chamados governos progressistas ficarão na história como responsáveis por acelerar os processos de destruição do planeta e por terem contribuído para **frustrar as esperanças de outro mundo possível.**

Essa situação de dependência diante das atividades de mineração, por parte dos municípios do Quadrilátero Ferrífero, pode contribuir para a valorização dos espaços rurais através das atividades vinculadas ao turismo. Pois, os espaços rurais não impactados diretamente pelas atividades de mineração apresentam características paisagísticas que podem ser valorizadas para se desenvolver o turismo rural e ecológico, ou o seu consumo por parte de cidadãos através das segundas residências, sítios de recreio e condomínios residenciais, por exemplo. Mas, até que ponto, em um contexto de dependência econômica das atividades de mineração, a valorização dos espaços rurais de Brumadinho seria capaz de criar melhores condições sociais, econômicas, culturais e ambientais para a população rural?

### 1.3. APA-Sul: entre o campo e a cidade

Diversos espaços do Vetor Sul da RMBH estão demarcados como algum tipo de unidade de conservação. Contudo, gostaria de destacar a Área de Proteção Ambiental Sul (APA-Sul RMBH) instituída pelo Decreto Estadual número 35.624, de 8 de junho de 1994. Ela incide sobre a região situada nos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara. Em 2001, através da Lei estadual n.º 13.960, de 26 de julho de 2001 foram incluídas regiões pertencentes aos municípios de Barão de Cocais, Catas Altas, Mário Campos e Sarzedo. O principal objetivo do estabelecimento da APA-Sul RMBH, segundo o artigo 2º do decreto estadual (minha ênfase) que a estabeleceu, é

[...] proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, **especialmente os recursos hídricos necessários ao abastecimento da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte** e áreas adjacentes, com vista à melhoria de qualidade de vida da população local, à proteção dos ecossistemas e ao

desenvolvimento sustentado.

Conforme analisaram Freitas (2004) e Camargos (2004), a mobilização dos moradores dos loteamentos fechados situados no vetor sul da RMBH, com fortes vínculos urbanos e compondo a classe média e alta da sociedade foi o fator fundamental para a institucionalização da APA-Sul RMBH. Os moradores desses loteamentos residenciais passaram a se preocupar, principalmente, com os danos ambientais decorrentes das atividades desenvolvidas pelas empresas de mineração e pelos empreendedores imobiliários, “[...] acostumados a pôr e dispor sobre a produção do espaço” (FREITAS, 2006, p. 171). Entretanto, deve-se ressaltar, em consonância com Laschefski (2006, p. 335),

[...] que a exportação dos impactos negativos para fora de seus limites físicos e o aprofundamento da segregação social aumentam a insustentabilidade desse conceito de moradia, ao contrário do que a aparência organizada dos condomínios pretende sugerir.

E em nossa pesquisa foi possível perceber que em Brumadinho, principalmente na face oeste da Serra da Moeda, inserida na lógica de produção do espaço do vetor sul da RMBH, mesmo os loteamentos residenciais que não contam com infraestrutura destinada a impedir a circulação de não proprietários em sua área, apresentam elevado grau de insustentabilidade apesar da principal motivação de seus moradores em se estabelecer nesses lugares tenha sido um combinado de segurança e natureza.

Ademais, esses moradores se mobilizaram para fazer valer a representação de natureza que os motivou a morar no vetor sul em diferentes períodos da ocupação desse espaço desde os anos de 1950. As pessoas que se mudaram para os enclaves situados na região sul da RMBH tentam reduzir os desgastes da vida moderna valorizando a contemplação da natureza como uma estratégia para se obter maior qualidade de vida. Se isolam, com o objetivo de fugirem da violência e da poluição que “[...] discursivamente confinou-se nos centros e periferias distantes” (FREITAS, 2006, p. 170). Segundo Laschefski (2006, p. 315)

[...] pode-se observar, nas últimas décadas, uma crescente migração urbano-rural, sobretudo de famílias das classes média e alta, que procuram sossego e segurança em áreas distantes das zonas urbanizadas. No caso de Belo Horizonte, o alvo de tais grupos tem sido uma região ao sul da capital, o denominado Eixo Sul, cujo acesso

se dá pela BR-040.

Em outro trabalho Laschefski (2008,p. 6) afirma que, de maneira geral, essas famílias procuraram sossego e segurança devido à “insustentabilidade do urbano”. Ao estudar a sustentabilidade geográfica dos condomínios no Vetor Sul da RMBH ele identificou 2 grupos de moradores de loteamentos residenciais que nomeou por: “antigos” e “mais novos”. Portanto, segundo Laschefski (2008) os “antigos” compraram terrenos enquanto moravam na cidade para estabelecerem suas segundas-residências e, com o passar dos anos, mudaram-se definitivamente. Outros moradores antigos passaram tempo considerável no campo, seja por terem nascido e crescido nesses espaços ou por terem familiares no campo, os quais visitavam periodicamente, guardando, portanto, fortes vínculos com esses lugares e, por isso, em determinada época de suas vidas mudaram-se para espaços que guardassem alguma semelhança com o campo. Contudo, pode-se afirmar que, em grande medida, as motivações dos moradores antigos tem a ver com a oposição campo-cidade na qual o campo ocupa lugar de destaque. Já os “mais novos” tiveram como principais motivações a busca pela segurança e por algum diferencial social com vistas a ampliar o prestígio ou maior inserção em uma determinada fração da sociedade.

Camargos (2004, p. 136) destaca que no processo de criação da APA Sul RMBH, diferentes representações da natureza, às vezes contraditórias e conflituosas, foram mobilizadas a fim de fazer com que os interesses de determinados grupos se tornassem universais. Foram mobilizadas representações sobre a estagnação econômica que a instituição de uma APA traria para a região em decorrência de sua riqueza mineral, principalmente em ferro. Tal representação foi conduzida pelas prefeituras dos municípios que se localizam na área da APA e, também, pelas empresas mineradoras. Mas a relação entre as representações e seus mobilizadores não foi estática. A título de exemplo: as mesmas mineradoras que representaram a conservação da natureza como obstáculo às suas atividades econômicas perceberam que poderiam encampar o discurso e a representação da natureza sob proteção, através da implementação da APA-Sul RMBH, ao preverem as áreas de menor ocorrência mineral ou antecipando-se ao descomissionamento de suas minas e, com isso, tornando-se empresas enquadradas no *hall* das ambientalmente responsáveis, além de, obterem, o que se convencionou chamar por “segunda safra” através de empreendimentos imobiliários das áreas não destinadas à mineração, decorrentes do

descomissionamento ou da baixa ocorrência de minérios.

Para estabelecimento da APA Sul moradores dos condomínios residenciais, ONGs, empresas mineradoras, prefeituras e outras instâncias do Estado se mobilizaram em sua defesa. Contudo, os trabalhadores mais pobres, os habitantes rurais e os moradores dos diversos povoados da região não participaram e até desconheciam o movimento de constituição da APA Sul (CAMARGOS, 2004, p. 137). Porém, essas pessoas já eram afetadas por transformações decorrentes desse processo, pois passaram a ser representadas como portadores de uma ruralidade que deveria ser preservada creditando aos mesmos uma íntima relação com a natureza, a simplicidade do viver, a guarda das tradições do campo, dentre outras características que lhes foram imputadas a fim de construir uma representação de ruralidade que pudesse ser convertida em produto cultural para ser comercializado. Inclusive, não precedeu a criação da APA-Sul RMBH a conscientização ambiental de populações rurais, algo considerado usual nos processos de criação de unidades de conservação. Pois, como já foi afirmado, ela resultou da pressão de moradores dos loteamentos residenciais mobilizados em torno da luta pela preservação dos elementos que foram utilizados para construir a representação de natureza que lhes atraíram quando decidiram se mudar para região.

Laschefski; Costa (2008), através dos conceitos “campo”, “*doxa*” e “*habitus*” (BOURDIEU, 1975 apud Laschefski; Costa, 2008), os autores identificaram que o estímulo ao turismo ecológico e ao turismo rural, como estratégia para o desenvolvimento local, foi feito pelos agentes [tanto a *ortodoxia* quanto a *heterodoxia* (BOURDIEU, 1975 apud Laschefski; Costa, 2008)] que disputavam o poder e a hierarquia do campo da produção do espaço da APA-Sul RMBH, sem levar em consideração os interesses e desejos dos moradores mais antigos (do campo e da cidade) que, portanto, figuram como excluídos do jogo. Ou seja,

[...] o campo delimita uma arena conflitiva, na qual os agentes disputam o poder e o seu posicionamento na hierarquia do mesmo, embora todos compartilhem certos pressupostos comuns, que ordenam o seu funcionamento. Os agentes do polo dominante, através de suas práticas *ortodoxas*, pretendem conservar intacto o seu capital social acumulado, enquanto os dominados tendem, através das suas práticas *heterodoxas* e estratégias de subversão, desacreditar os detentores reais de um capital legítimo, porém, sem que se contestem os princípios que regem a estruturação do campo (Laschefski; Costa, 2008, p. 312).

Além do mais, as representações elaboradas no contexto de implementação da APA-Sul RMBH incidiram sobre o campo dessa região pretendendo torna-lo produto para ser consumido através do turismo rural ou ecológico. Como alternativas ao desenvolvimento local esses mesmos agentes, da *heterodoxia* e da *ortodoxia* (BOURDIEU, 1975 apud Laschefski; Costa, 2008), propõem alternativas para a geração de emprego e renda das populações rurais de Brumadinho com a oferta de empregos nas empresas mineradoras e nos loteamentos residenciais.

Contudo, os empregos que serão gerados pelas atividades ligadas ao turismo rural e ecológico, associados aos empregos que poderão ser gerados nos loteamentos residenciais e nas empresas mineradoras, contribuem para amenizar conflitos e ampliar o consenso, pois tendem a afastar um grande número de pessoas das atividades de agropecuária e que poderiam, portanto, identificar com maior facilidade os impactos negativos sobre a natureza (por exemplo, sobre os recursos hídricos, como diminuição do volume das águas ou a perda de suas qualidades). Além disto, a produção de um campo destinado às atividades turísticas não ressaltará os conflitos ambientais nem os impactos decorrentes da instalação dos loteamentos fechados e das empresas mineradoras, pois se destina ao descanso e ao lazer.

É possível afirmar, seguindo Laschefski; Costa (2008), que no âmbito da APA Sul RMBH foi produzido um discurso hegemônico que sustenta que o fator primordial da região é a sua beleza natural – obviamente, idealizada, romantizada e produzida intencionalmente – e que os impactos sobre ela devem ser impedidos. Por exemplo, a ocupação não planejada e fora dos padrões estéticos dos empreendimentos residenciais destinados às classes média e alta, são vistos como ameaças ao espaço exclusivo da elite da RMBH, pois, assim como as empresas mineradoras, poderão gerar impactos que desvalorizará suas propriedades. E em uma paisagem elitizada, produzida intencionalmente, a solução de problemas ambientais segue a lógica da injustiça ambiental sendo privilégio dos segmentos sociais de maior renda.

#### 1.4. Vetor sul da RMBH como expressão contemporânea da unificação entre o campo e a cidade sob o mando dos dominantes.

É possível verificar, através do que foi apresentado até agora, que Brumadinho faz parte de um contexto socioespacial bastante contraditório. O campo deste município é marcado pelas atividades de mineração, todavia, atrai um grande número de moradores das cidades, principalmente de Belo Horizonte, que anseiam construir suas segundas residências, chácaras ou sítios de lazer. Inclusive, diversos cidadãos se mudaram definitivamente para um dos diversos loteamentos residenciais estabelecidos na área delimitada como rural pelo município de Brumadinho que contam, ou não, com infraestrutura diversa estabelecida para impedir a livre circulação de pessoas, em grande parte, com terrenos de aproximadamente 1000 m<sup>2</sup> e com parte do empreendimento ocupado por algum tipo de reserva vegetacional. Conquanto, a proximidade da cidade de Belo Horizonte – representada como caótica, poluída, violenta, dentre outros atributos extremamente negativos – e a presença das atividades de mineração, com seu elevado grau de degradação ambiental, é utilizada para associar o campo e o rural em Brumadinho à natureza, apesar desse espaço ter sido transformado pelas atividades de agricultura e pecuária desenvolvidas por muitas gerações. Lembrando que a história desse município é marcada pela agropecuária, já que desempenha a função de produtor de alimentos, desde o século XVII, quando expedições de bandeirantes chegaram à região.

Destaquei, também, o fato do município de Brumadinho encontrar-se associado ao contexto metropolitano produzido a partir da capital do estado de Minas Gerais e a sua inserção subordinada nesse contexto. A análise da produção do espaço do Vetor Sul da metrópole belo-horizontina, representado e produzido como espaço elitizado, permitiu identificar a extensão que o metabolismo territorial do modo de vida urbano pode atingir e sua relação com a monoculturização do espaço (LASCHEFSKI, 2006, 2008).

Ademais, a presença de unidades de conservação contribui para a produção de um discurso que visa representar esse campo como lugar de preservação/conservação da natureza. Destarte, é possível afirmar que a representação do campo de Brumadinho como ambiente natural e, até certo ponto, considerado como ambiente intocado pelas atividades econômicas, se apoia em

representações negativas da cidade e na intensa degradação causada pelas empresas mineradoras. Diante desse quadro pôde-se identificar que a valorização do campo associado à natureza é valiosa para os interesses dos empreendedores ligados às atividades de turismo e de negócios imobiliários colocados como capazes de gerar postos de trabalho e renda para a população local situada no âmbito da minério-dependência. Contudo, questões ligadas à produção agropecuária acabam ficando em segundo plano, apesar de haver uma mobilização recente, pelo menos desde 2014, de diversas pessoas do município como, por exemplo, técnicos em agropecuária, biólogos, empresários do turismo e do setor imobiliário, assentados da reforma agrária, agricultores familiares e quilombolas que procuram estabelecer grupos de agricultores e consumidores de alimentos orgânicos e agroecológicos. Inclusive, a EMATER-MG escritório local tem procurado incentivar e orientar algumas dessas iniciativas. Entretanto, em meados do ano de 2018 a mobilização de agricultores ainda era baixíssima conforme pude verificar através dos trabalhos de campo.

A CFEM e outros impostos arrecadados pelos municípios que são minerados contribuem para a consolidação do quadro da minério-dependência. Entretanto, é necessário ressaltar que o Brasil pode ser enquadrado como um dos países mais liberais em relação à taxa mineral, principalmente quando destinada à exportação. Elabora-se um discurso, bastante poderoso, que se vale das ideias em torno do desenvolvimento, da geração de empregos e da arrecadação tributária. Esses discursos tem a capacidade de introjetar nos atingidos a ideia de que é necessário suportar a carga decorrente da operação das empresas mineradoras. Legitimam socialmente a atividade em localidades pobres em termos de renda monetária. Minimizam e desqualificam as experiências dos atingidos. Enfim, o que o desenvolvimento traz? A carga, sobre os mais vulneráveis, de atividades tão danosas como a mineração. Neoextrativismo, consenso das commodities, acumulação por espoliação, chantagem de deslocalização e alternativas infernais iluminam conceitualmente esse contexto histórico, que contou com a presença de governos intitulados como progressistas, no qual se observou a ampliação da extração destrutiva de bens naturais.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E DA POPULAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO:**

Nesse capítulo procurei realizar uma descrição, baseada, fundamentalmente, em dados primários, produzidos em campo através de conversas com informantes apontados como chave para a suscitar questões referentes às atividades econômicas e sobre a população do campo no município de Brumadinho.

### **2.1. Brumadinho como receptor de produtores rurais expulsos pelo avanço da cidade**

Segundo EMATER-MG (2015) a produção agropecuária municipal se destaca pela citricultura (tangerina ponkan, mexerica carioca, laranja, limão), pela olericultura caixaria (chuchu, abóbora, pimentão, pepino, mandioca, berinjela), pela olericultura (folhosas) e pela pecuária de leite e de corte. A produção de folhosas do município, juntamente com a de Ibirité, Mário Campos, Sarzedo e São Joaquim de Bicas abastece, principalmente, os municípios de Contagem, Betim e Belo Horizonte.

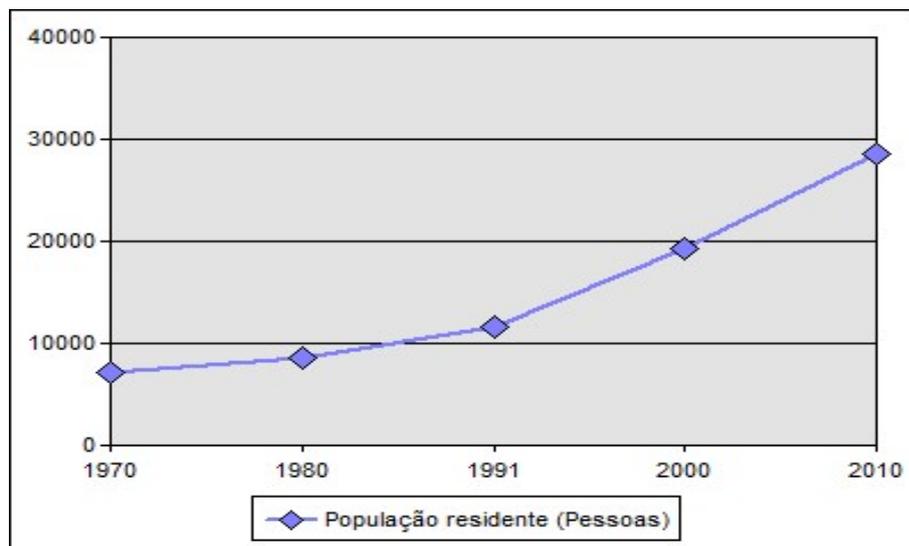
Apesar da importância da produção agrícola desses municípios para o abastecimento na RMBH foi possível identificar que está ocorrendo uma migração de agricultores desses municípios em direção à Brumadinho, pois o valor da terra e da mão de obra aumentaram devido a expansão das cidades na RMBH, acarretando dificuldades para manterem, ou ampliarem, a produção. Essa migração de produtores rurais é uma questão importante, pois poderá elevar os preços dos alimentos consumidos, por exemplo, em Belo Horizonte, já que os custos com transporte tendem a aumentar devido ao aumento da distância, como expresso na fala de um entrevistado (assentada da reforma agrária V, 2016): “Acaba com a área rural aqui e eu vou ter que ir para Bonfim e cada vez mais longe do mercado, encarecendo cada vez mais a minha produção”.

## 2.2. Perfil dos produtores rurais de Brumadinho – juventude rural em questão

Segundo os funcionários da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do escritório local da EMATER-MG, é possível afirmar que grande parte dos produtores rurais de Brumadinho é composta por agricultores familiares. Entretanto, essa classificação está baseada em dois critérios que são utilizados para conceder a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). São eles: a) trabalho realizado principalmente pelos membros da família e b) parcela significativa da renda proveniente das atividades de agropecuária. Contudo, há, também, produtores não familiares, situados principalmente na citricultura e na pecuária, que utilizam majoritariamente mão de obra contratada. Eles se subdividem em dois tipos nos quais: 1) a maior parte da sua renda provém de outra(s) atividade(s) que desenvolvem, não ligadas à agropecuária e inclusive podendo se localizar na cidade e 2) a maior parte da sua renda provém das atividades de agropecuária, conquanto empregam mão de obra externa em detrimento do trabalho familiar. E há, também, os assentados da reforma agrária e os membros de comunidades quilombolas. Ademais, essa classificação incide sobre aquelas pessoas que se envolvem, de alguma maneira, com as atividades de agropecuária. Todavia, já deve estar claro, que a população residente no campo de qualquer município brasileiro não deve ser vista apenas sob esse viés. Há famílias que residem no campo e toda a sua renda provém das atividades que desenvolvem na cidade. Além desses, há aposentados, pensionistas e beneficiários de algum tipo de programa governamental que não exercem, nem no campo ou na cidade, nenhum tipo de atividade destinada à obtenção de remuneração ou alimentos. E por residirem em espaços rurais, conforme determinado pela legislação do município, são contabilizados como parte da população rural.

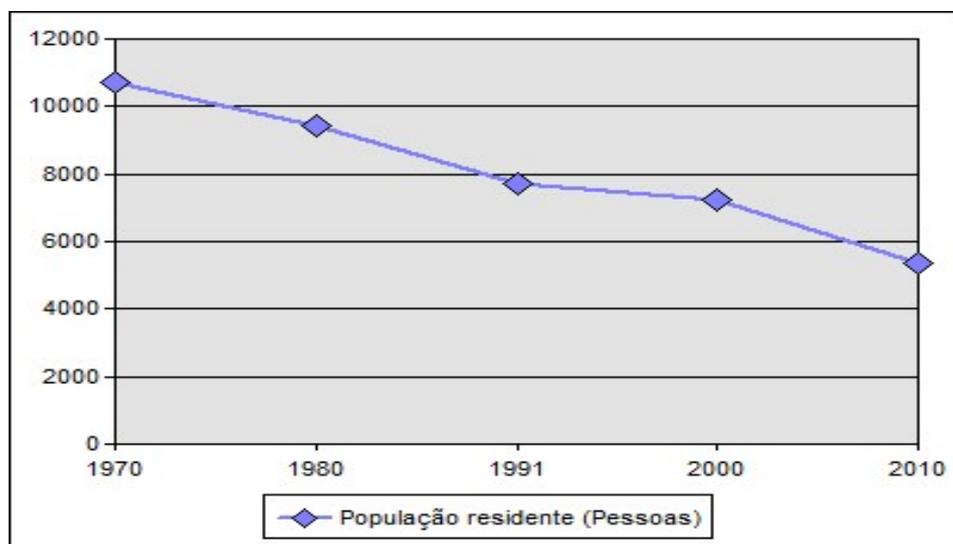
Segundo dados do IBGE, é possível perceber que a população urbana residente no município de Brumadinho apresentou crescimento ao longo do período compreendido entre os anos de 1970 e 2010. Com relação à população rural residente no município, no período compreendido entre 1970 e 2010, o que se vê é a sua diminuição, seguindo, de tal forma, o quadro demográfico brasileiro no qual houve a diminuição dessa população e, em contraposição, o aumento da população urbana.

Gráfico 5- População residente na área urbana do município de Brumadinho no período de 1970-2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Gráfico 6- População residente na área rural do município de Brumadinho no período de 1970-2010.

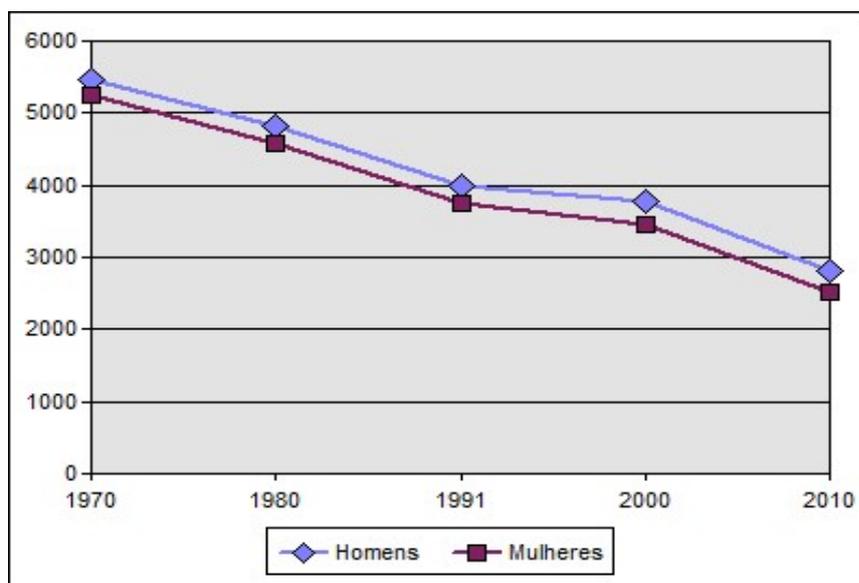


Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

O gráfico a seguir nos mostra que a diminuição da população rural de Brumadinho se deu em ambos os sexos.

Gráfico 7- População residente na zona rural de Brumadinho por sexo no período de 1970-

2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Porém, ao observar a razão de sexo ao longo do período de 1970 e 2010, pode-se afirmar que a população rural de Brumadinho se encontra em processo de “masculinização”. Os valores relativos à razão entre o número de homens e o número de mulheres na população rural do município de Brumadinho estão listados na tabela a seguir:

Tabela 5 – Valores da razão de sexo da população rural em Brumadinho no período de 1970-2010.

<b>ANO</b>	<b>VALOR DA RAZÃO</b>
1970	104,2
1980	105
1991	106,5
2000	109,3
2010	111,9

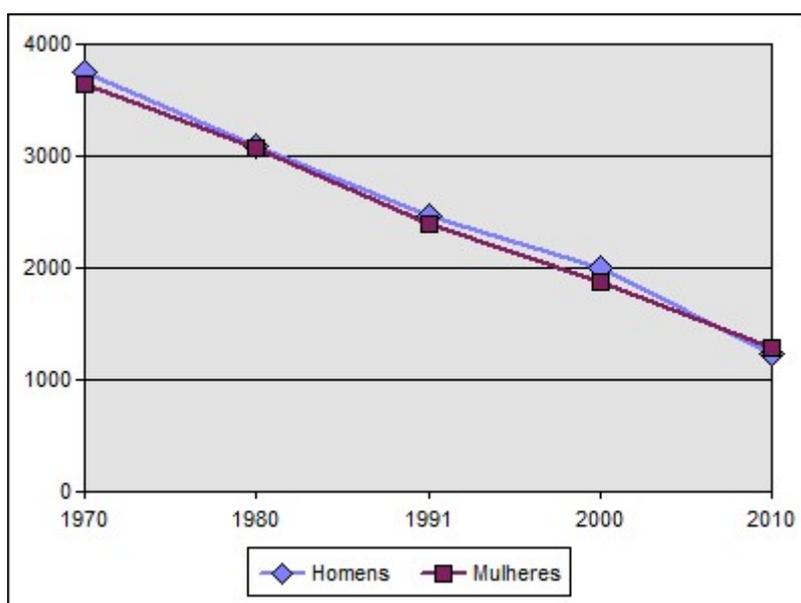
Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Segundo Costa, Matos, Valle (2015, p. 289), “a Razão de Sexo quando oscila entre os valores 95 e 105 revela existência de equilíbrio no número de homens e

mulheres em uma dada população”. Levando-se em consideração a razão de sexo, como fizeram Costa, Matos, Valle (2015), pode-se afirmar que a “masculinização” da população rural de Brumadinho ocorreu em 1991, quando apresentou valor acima de 105, tornando-se mais alta em 2010 ao atingir o valor de 111,8.

Através do gráfico a seguir é possível perceber que a população residente na área rural de Brumadinho, com idade até 30 anos, reduziu consideravelmente ao longo do período de 1970 e 2010. Especula-se que essa diminuição tenha ocorrido pela busca de oportunidades de estudo e trabalho em outros municípios, principalmente nas áreas urbanas economicamente mais pujantes, como a cidade de Belo Horizonte. E, talvez, seja essa parcela da população rural de Brumadinho que tenha sido a grande responsável pela forte diminuição da população total.

Gráfico 8- População residente na área rural de Brumadinho, por sexo e até os 30 anos de idade no período de 1970-2010.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Ao se observar a razão de sexo na população rural residente em Brumadinho com idade até 30 anos verificam-se os seguintes valores:

Tabela 6 – Valores da razão de sexo da população rural, com idade até 30 anos, em Brumadinho no período de 1970-2010.

<b>ANO</b>	<b>VALOR DA RAZÃO</b>
1970	102,4
1980	101,5
1991	101,5
2000	105,7
2010	94,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE.

Portanto, tais valores indicam que o processo de “masculinização” da população do campo de Brumadinho com idade de até 30 anos não vem ocorrendo, pois apenas no ano 2000 a razão entre sexos atingiu o valor de 105,7. Valor que no âmbito desse trabalho – em consonância com o trabalho de Costa, Matos, Valle (2015) – é considerado como indicativo desse fenômeno demográfico. Porém, deve-se ressaltar o valor encontrado para a razão entre o número de homens e o número de mulheres da população rural de Brumadinho no ano de 2010: 94,8. Esse valor expressa o fenômeno inverso à “masculinização” da população, ou seja, identifica que há um número maior de jovens mulheres no campo.

Portanto, através dos dados demográficos do IBGE é possível afirmar que:

- a população rural de Brumadinho declinou desde os anos de 1970, seguindo a dinâmica demográfica do êxodo rural;
- ao longo do período de 1970-2010 foi possível identificar, a partir de 1990, a “masculinização” da população rural;
- mas, ao mesmo tempo, ao se recortar uma parcela dessa mesma população, composta por pessoas com até 30 anos de idade, verificou-se que o número de mulheres jovens é maior do que o de homens com até 30 anos de idade.

Contudo, o Engenheiro Agrônomo da EMATER-MG local, responsável pela extensão e assistência técnica dos produtores rurais de Brumadinho, afirma que “[...] muitos jovens estão dando continuidade” (agrônomo EMATER-MG M, 2016) às atividades de agropecuária desenvolvida pelos seus pais. Ele não está se referindo à

toda a população rural do município, que envolve, obviamente, pessoas que não se dedicam às atividades de agricultura e pecuária, mas aos produtores rurais, com os quais ele tem contato devido ao trabalho que desenvolve através da extensão rural. Essa percepção, de que “muitos jovens estão dando continuidade” às atividades de agropecuária, é fundamental para relativizar os dados estatísticos que mostram o declínio da população rural local. Não se trata de desconsiderar o êxodo rural, mas sim encará-lo como um problema que apresenta condições de ser resolvido, evitando-se as suas graves consequências, principalmente, para aqueles que migram para as cidades. Além de ser fundamental para refutar a proposta de erosão do paradigma agrário, como querem decretar alguns estudiosos – por exemplo, Favareto (2006, 2007) –, serve para reafirmar a importância de políticas agrícolas e de reforma agrária em seu sentido mais amplo que engloba educação, saúde, melhoria da rede de fluxos, questões socioambientais, dentre outras.

O exemplo dos familiares mais próximos é fundamental para amparar a decisão dos jovens com relação ao futuro, pois quando a situação dos pais e avós na “roça” é penosa os filhos tendem a rejeitar a ideia de trabalhar com a agropecuária e optam por migrar para a cidade, mesmo que seja para trabalhos precários e moradias igualmente precárias. Segundo um dos entrevistados (morador da localidade Jangada R, 2018), que escolheu ficar no campo do município de Brumadinho após ter morado em outras cidades de municípios da RMBH quando trabalhou em empresas de mineração, foi a transformação da roça em rural que lhe permitiu fazer essa escolha. Ainda segundo esse entrevistado, a roça deve ser entendida como um espaço no qual estão ausentes a telefonia, a *internet*, o rádio, a televisão e que o deslocamento até áreas comerciais e estabelecimentos educacionais, por exemplo, sejam difíceis de serem realizados tornando tais lugares isolados ou afastados. A roça transformada em rural seria, portanto, o lugar onde os fluxos materiais e imateriais poderiam ser realizados de maneira eficiente. Obviamente que a transformação do campo, diante das relações que estabelece com a cidade, não se resume à dinâmica dos fluxos. Contudo, é relevante a observação realizada por esse entrevistado, haja vista ele ter compreendido que se trata de uma transformação do campo e do rural sem a sua substituição pela cidade e pelo urbano o que pode ser confrontado com Martins (2014, n.p.) através das duas passagens a seguir:

Num mundo rural cada vez mais rural, sem ser necessariamente cada vez mais urbano, o que a valorização ideológica do moderno e urbano define como atraso e como passado precisa ser revisto à luz do que é próprio das ciências sociais.

O mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional, isto é, reconstituindo e atualizando sua diferença como fonte de identidade e instrumento de afirmação e sobrevivência. Essa é a dialética do processo social.

Atento a essa possível transformação da roça em rural, um dos entrevistados pretende transformar a propriedade da família para desenvolver atividades ligadas ao lazer e ao turismo tornando-a, segundo ele, mais atrativa aos filhos. Ele pretende montar “[...] um alambiquezinho, penso em montar aqui os doces que eu mexo com eles e montar aqui uma área de convivência. [...] uma coisa bonitinha, para receber as pessoas” (agricultor familiar P, 2016). Ele acredita que esse tipo de rural – pluriativo sob uma perspectiva Chayanovista (SCHNEIDER, 2003) – pode ser a realidade do campo daqui para frente. Inclusive, afirma ser esse o caminho para outros produtores rurais conseguirem fazer com que os filhos permaneçam no campo. Ou seja, conjugando atividades de agropecuária e serviços – associados ao lazer e turismo, por exemplo, afirmando que “Cada fazenda, na minha cabeça, pode, cada propriedade, pode ter 3, 4 chalés para receber” (agricultor familiar P, 2016). De fato, a exploração das atividades ligadas ao turismo pode ser uma alternativa de obtenção de renda adicional em casos como esse, no qual as pessoas que executarão a atividade serão os próprios agricultores, não se transformando em mão de obra para empreendedores desse ramo. Conquanto, não se trata de abandonar a propriedade da família para assalariar-se. Contudo, é o mesmo cuidado que se deve ter com a conversão completa da agropecuária para o mercado, a fim de evitar problemas como o endividamento associado à baixa ou nenhuma capacidade de produção para autoconsumo.

A compreensão do atual contexto espacial, no qual as fronteiras entre campo e cidade não são mais tão rígidas como eram na era industrial, é também fator fundamental para que os jovens possam permanecer no campo. Para um dos entrevistados (agricultor familiar P, 2016) é necessário que os jovens do campo conheçam tudo o que se refere à cidade. Para valorizar o campo não é necessário negar a cidade. Eles podem se manter interessados com relação aquilo que é da cidade, porém sem desvalorizar o que é do campo. Até porque, as fronteiras entre o

campo e a cidade não são intransponíveis. A realidade espacial contemporânea é a de uma conexão mais forte entre campo e cidade, de um maior imbricamento entre estas realidades espaciais. Mas a atenuação da fronteira não carrega consigo apenas benesses podendo, inclusive, acarretar a distribuição dos problemas urbanos, desdobrando-se em uma condição de injustiça ambiental. Segundo Zhouri; Laschefski (2010), em situações de injustiça ambiental, grande parte do ônus do desenvolvimento incide sobre a parcela da população mais pobre.

Contudo, essa visão de que os jovens terão condições de escolher sobre a sua permanência ou não no campo não foi compartilhada por todos os entrevistados. Um dos motivos elencado por um deles, para que muitos jovens rurais não permaneçam trabalhando no campo durante a vida adulta, é o fato de que

na sociedade brasileira, o rural, a agricultura familiar não é valorizada. Então a concepção que se tem é que você tem que ir embora para a cidade se você quer ter sucesso, se você quer ser bem-sucedido você tem que ir embora. Se você produzir, se você for agricultor, se você plantar, ou que seja criar o gado, você não é exitoso. A ideia que se tem é que você tem que ir embora. E o que a gente vem observando é que lá a população urbana está sofrendo a cada dia com isso, porque a escassez de alimento, uma vez que 70% do que come é da agricultura familiar e se ela está acabando a sociedade urbana vai pagar preços caros ou vai deixar de ter alguns produtos (assentada da reforma agrária V, 2016).

Portanto, trata-se da desvalorização do campo, de seus habitantes e do trabalho da agropecuária. Entretanto, essa valorização, como está exposto na fala do entrevistado, não depende apenas dos exemplos familiares. A associação negativa que se faz do trabalho na agropecuária com fracasso pessoal é, minimamente, contraditória pois

Você tem uma sociedade que exclui. Ela necessita desse campo, mas ao mesmo tempo ela vira as costas para esse campo como se ele não existisse. Ao mesmo tempo que você está muito próximo, ao mesmo tempo há um distanciamento: porque você come, mas não sabe de onde vem. Você acha que aquilo brotou lá na gôndola e pronto (assentada da reforma agrária V, 2016).

Trata-se de uma situação mais complexa que envolve a forma negativa como o campo, o rural e as atividades de agropecuária foram, e ainda são, de um modo geral, representados pela sociedade e transformá-la não deve ser responsabilidade

somente da família.

### 2.3. O papel da Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho (ASPRUB) para o fortalecimento da agropecuária de caráter familiar

A Associação dos Produtores Rurais de Brumadinho (ASPRUB), com registro de criação datando de 2001, era, até o início do ano de 2017 a mais relevante associação de agricultores e pecuaristas presente no município de Brumadinho. Todavia, no dia 18 de fevereiro de 2017, foi fundada a Cooperativa do Produtores Assentados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Terra Produtiva, que passou a desempenhar um importante papel na organização da produção e comercialização dos agricultores na RMBH, fundamentalmente, os assentados da reforma agrária. Dela fazem parte agricultores do Assentamento Pastorinhas, localizado em Brumadinho. Contudo, ainda não há registro de outros agricultores do município que tenham se associado a essa cooperativa.

Os principais produtos comercializados pela ASPRUB são: leite, bebida láctea, feijão, laranja, tangerina ponkan, mel, além de hortaliças e legumes. A maior parte dos associados é composta por agricultores familiares. De acordo com o presidente da APSRUB “é tudo pequeno. 2 hectares, 4 hectares, 5 hectares. Quem precisa sobreviver está nesse patamar” (agricultor familiar P, 2016).

Porém há também agricultores e pecuaristas que não são considerados como familiares. “Até a maioria deles mora em Belo Horizonte. São produtores do município, mas sobrevivem mesmo em Belo Horizonte” (servidor público J e servidor público F, 2016). Obviamente, utilizam, predominantemente, a mão de obra contratada na região para executar as tarefas. A atuação dos cidadãos no campo não se dá somente pelo interesse de exploração das atividades de turismo e lazer no campo. Os cidadãos também se interessam pelas atividades de agropecuária no campo como fonte de renda complementar. Em alguns casos observa-se que a renda serve para pagar os gastos com a manutenção da propriedade destinada, fundamentalmente, para o lazer e, em outros casos, ela é rentável a ponto de cobrir os gastos com a propriedade e gerar renda adicional para os seus proprietários. Na maior parte dos casos não se trata de práticas agrícolas e de pecuária consideradas como inovadoras e altamente

tecnificadas.

De acordo com funcionários da prefeitura, os agricultores que não são considerados como familiares fazem parte “[...] da ASPRUB por conta da agregação de valor que tem com a comercialização do leite” (servidor público J e servidor público F, 2016). Para agregar valor ao leite produzido pelos associados a ASPRUB mantém um contrato com um laticínio em Betim que capta a produção leiteira ao longo de todo o ano sem grandes variações de preço, levando em consideração que o leite sofre grandes oscilações em decorrência do período das águas e da seca. Além da compra, o laticínio também beneficia o leite, transformando-o em bebida láctea que é comercializada pela associação através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). A lei 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para estados e municípios, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE deve ser utilizado para adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares. A comercialização se dá através de chamada pública, o que dispensa a necessidade de processo licitatório. Já o PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696/2003, no âmbito do Programa Fome Zero, tem por objetivo adquirir alimentos, também provenientes da agricultura familiar, para atender pessoas em situação de insegurança alimentar que sejam assistidas por entidades socioassistenciais, além de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares. Para participar desses programas não é necessário que o agricultor familiar faça parte de alguma associação, podendo, portanto, comercializar individualmente. Porém a lei expressa que os assentamentos rurais, as comunidades quilombolas e indígenas tem prioridade sobre os demais. Entretanto, é fundamental que estes agricultores apresentem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-PRONAF) ativa para que possam participar desses, bem como de outros programas oferecidos pelo Governo Federal como: crédito via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), seguro da produção, aposentadoria rural, Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo (PRONATEC), dentre outros. Esses e outros programas do Governo Federal são geridos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário que em 2016, foi fundido com o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome e por fim se tornou, apenas, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil – SEAD).

Além do PNAE e do PAA a ASPRUB já cogitou comercializar os seus produtos com as empresas mineradoras que contam com restaurantes para os seus funcionários, mas não conseguiram concretizar essa relação, pois o preço oferecido pelas mineradoras para comprar os alimentos foi considerado baixo pelos associados.

Apesar da ASPRUB desempenhar um papel bastante importante para agropecuária do município ela enfrenta dificuldades. Uma delas é a fraca participação dos associados na gestão e administração da associação. De acordo com funcionários da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho (servidor público A, 2016)

A ASPRUB, a associação de produtores, é até triste de falar, mas o pessoal não vem aqui nem para receber o dinheiro. Pagamento do leite, que é marcado dia tal, o pessoal não reúne. Não reúne nem para receber o dinheiro. Isso aí é associação? Isso é associar? Da mexerica só quando tem interesse extremo deles que eles vem.

As dificuldades apontadas pelos funcionários da Prefeitura de Brumadinho para desenvolver trabalhos que possam contribuir com a ASPRUB são tão grandes que eles costumam falar que não realizam uma atividade de assistência técnica, mas sim de “insistência técnica”. Todavia, deve-se levar em consideração que as associações cumprem o papel de inserirem os agricultores familiares no mercado. Contudo, muitos deles não estão adaptados à forma de trabalho requerida por essas entidades, apesar de seus membros desempenharem, ativamente, diversas atividades de caráter comunitário como mutirões de serviços agropecuários e de manutenção das propriedades, envolvimento na organização de festas locais, entre outros exemplos. Ademais, o Estado e entidades privadas poderão envidar esforços para qualificarem esses sujeitos, em um processo de longo prazo, alterando esse quadro. Contudo, isso não ocorrerá sem contradições e embates devido à diversidade dos sujeitos que estarão envolvidos, assim como de seus interesses.

No final de 2016 pode-se observar que os associados da ASPRUB estavam apreensivos com relação a eminente transformação da associação em cooperativa. De acordo com funcionários da Prefeitura a Empresa Brasileira de Extensão Rural do estado de Minas Gerais (EMATER-MG) estaria divulgando que o cooperativismo é a

melhor forma dos agricultores familiares se organizarem para tratar dos assuntos ligados a produção e comercialização fazendo-os crer que a forma de associação apresenta muitos impedimentos para a comercialização de produtos. O acesso a outros mercados, não só o institucional através do PNAE e PAA, é um dos argumentos utilizados para que a ASPRUB se transforme em cooperativa, o que permitiria que os alimentos produzidos fossem comercializados com as empresas mineradoras, com os condomínios e com Inhotim.

O incentivo dado pela EMATER-MG ao cooperativismo conta, por exemplo, com apoio do Governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), porém em Brumadinho, os produtores associados à ASPRUB não estão convencidos que a mudança de associação para cooperativa lhe trará tantos benefícios frente aos riscos que apresenta tal mudança. Esse receio é explicado por dois funcionários (servidor público J e servidor público F, 2016) da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho, ao dizerem que “a gente vem de história que já teve uma cooperativa no município que quebrou. [...] era cooperativa da grande BH. Era da Itambé. Quebrou! [...] ficou todo mundo largado, não tinha como vender”. O presidente da ASPRUB (agricultor familiar P, 2016) disse que “a cooperativa nossa aqui deixou uma imagem de corrupção e roubo”.

Através da fala de um funcionário do escritório local da EMATER-MG percebe-se a enorme importância que as ações governamentais como PRONAF, PNAE e PAA podem desempenhar para o fortalecimento dos agricultores familiares:

E o PRONAF, além do financiamento, que o pessoal foca mais, financiamento de plantio, ou de compra de trator, de equipamento com carência e juros. Eles possibilitam outras coisas, por exemplo, aqui a gente tem o PNAE que o produtor, agricultor familiar, ele entrega para a Secretaria de Educação e a secretaria entrega para as escolas e ele recebe por isso, uma taxa, ele tem uma cota todo ano. E também tem o PAA que é gerido pela Prefeitura, aqui na Secretaria. Esse programa é similar ao da Escola, da Alimentação Escolar, o produtor entrega e depois entrega para as instituições, como: São Vicente de Paula, APAE. Esses dois aqui é R\$20.000 por produtor no PNAE e R\$6.000 – 9.000 no PAA. E tem agricultor que entrega em dois. Então, além dele vender para a CEASA, no PNAE foi mudando, ele pode vender R\$20.000 para Brumadinho, R\$20.000 para Ibirité, R\$20.000 para outros municípios, então teve essa mudança aí. Então o produtor vende para a CEASA, vende para os supermercados, vende para o PNAE, para o PAA, e também na feira da agricultura familiar, que é um programa nosso também. Que a gente até inaugurou esse ano

(agrônomo EMATER-MG M, 2016).

O mercado institucional é, portanto, um dos canais, dentre outros, que os agricultores familiares dispõem para se manterem ativos.

Entretanto, propostas de desenvolvimento rural baseadas em mecanismos que tornam os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, dentre outros, dependentes de uma empresa ou subordinados ao mercado, obrigando-os a dedicarem muito tempo para produzir o que será comercializado, podem gerar consequências bastante graves como o endividamento das famílias resultando, em alguns casos, na venda da propriedade a fim de saldar as dívidas. Em determinadas situações os agricultores familiares que se dedicam a produzir para o mercado podem ser exitosos e conseguem pagar os insumos e as dívidas decorrentes dos empréstimos que eventualmente realizaram, ao mesmo tempo em que conseguem produzir ou obter a renda necessária para sustentar a família.

A venda direta ao consumidor também é aventada como um importante caminho para os agricultores de Brumadinho e que poderá ser concretizada no município, pois em 2016 foi inaugurado o barracão do produtor. O barracão do produtor destina-se ao atendimento das necessidades dos produtores rurais de uma localidade, principalmente ao que se refere a estratégias de comercialização. A inauguração desse espaço em Brumadinho é fruto, de pelo menos, 20 anos de negociações. As divergências políticas entre governo do estado, gestores da CEASA-MG e políticos locais levaram à essa enorme demora.

Os associados da ASPRUB pretendem usar o barracão do produtor como

uma central de vendas direta. Esse que é o primeiro projeto que eu tenho na minha cabeça e vou lutar por ele. Porque eu acho que. Tudo que nós produzimos nessa região de agricultura é direcionado para o CEASA. Aqui todos os dias, se você ficar ali na praça do Aranha, na parte da tarde, desce de 4 a 6 caminhões para o CEASA (agricultor familiar P, 2016).

Porém, o estabelecimento de um barracão do produtor não significa o fim da comercialização com a CEASA-MG, mas, talvez, a sua intensificação, pois a existência de um ponto de comercialização tende a facilitar os negócios. Caberá aos agricultores que utilizarão o barracão se organizarem para conseguirem melhores resultados nas negociações que estabelecerão com os compradores de sua

produção.

#### 2.4. Luta pela reforma agrária em Brumadinho: Assentamento Pastorinhas

O Assentamento Pastorinhas, situado no município de Brumadinho, é um dos assentamentos localizados na RMBH. Os outros são: Dois de Julho (entre Betim e Esmeraldas); Serra Negra (Betim), Dom Orione (Betim), Ho Chi Minh (Nova União), e Santa Cruz (Betim).

O Assentamento Pastorinhas é fruto da ocupação de uma propriedade rural improdutiva realizada no dia 25 de junho de 2001. A ocupação se deu por necessidade dos trabalhadores sem terra. Segundo Silva (2008, p.3) pode-se falar de uma identidade sem terra, que

[...] vai, no entanto, passar a progressivamente abrigar setores para além do tradicional camponês deserdado da terra (posseiro, assalariado rural, meeiro, bóia-fria, agregado, etc.). Uma parte cada vez maior de moradores das periferias urbanas, trabalhadores urbanos de condição precária, vão enxergar no acesso à terra rural uma possibilidade de resgatar alguma autonomia e a perspectiva de vida digna, além do pertencimento a um grupo e a uma vida comunitária e rural.

Inicialmente os trabalhadores estavam organizados em torno do sindicato de trabalhadores rurais, apoiados, portanto, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). De entrada, compuseram a ocupação 120 famílias que acabaram se dispersando ao longo do processo de acampamento e obtenção do direito de permanecer na terra sendo, atualmente, apenas 20 famílias. Os trabalhadores que realizaram a ocupação vieram de municípios como Sarzedo, Ibitiré e Mário Campos, por exemplo. Apesar da identidade sem terra não estar vinculada exclusivamente com o camponês deserdado, como afirma Silva (2008), os trabalhadores que ocuparam a área que se transformou no assentamento Pastorinhas são, majoritariamente, agricultores. E, de acordo com uma das lideranças do Assentamento Pastorinhas (assentada da reforma agrária V, 2016),

[...] deixando a paixão de militante, e olhando pelo lado de organizador, de convívio é muito mais fácil você ter, e para o grande sucesso do assentamento, o perfil rural deve ser respeitado. Porque senão você vai fazer ocupação de solo e vai trazer pessoas para dentro com práticas que não condizem com o perfil do agricultor e aí rapidinho ele vende, passa para terceiros, vira um problema enorme. Então grande sucesso do assentamento foi ter mais de 90% de agricultores.

Grande parte dos trabalhadores sem terra que compõem o assentamento Pastorinhas eram agricultores do cinturão verde da RMBH composto, por exemplo, pelos municípios de Ibirité, Sarzedo e Mário Campos. Para uma das lideranças do assentamento “é uma tradição ser produtor rural. Meu pai era meeiro”(assentado da reforma agrária M, 2016). Corroborando, portanto, com a investigação iniciada por Silva (2008, p. 14) que constatou que “[...] as famílias desse assentamento eram quase todas horticultoras em Bom Jardim (município de Mário Campos) que plantavam a meia suas hortas, pois não tinham terra”. Ademais, as mobilizações em torno da Reforma Agrária que atingem os trabalhadores do campo e da cidade, inclusive permitindo que trabalhadores pobres das periferias que exercem atividades extremamente precárias e de baixa remuneração procurem o acesso à terra para desempenharem atividades de agropecuária que lhes garanta maior qualidade e dignidade de vida, reitera a necessidade de se pensar o campo em seu sentido produtivo. Nesse sentido caminha a reflexão de Alentejano (2003, p. 42) ao propor que sejam produzidos assentamentos

[...] onde se desenvolvam inúmeras atividades geradoras de renda e trabalho, aproveitando-se as potencialidades do território e da trajetória social dos assentados [...] oferecendo-lhes infraestrutura adequada, apoio à produção agrícola e não agrícola e condições para o livre exercício de sua cidadania.

Os sem terra que ocuparam a área em Brumadinho eram agricultores que estavam, no campo ou na cidade, mas sem acesso digno à terra para trabalharem e por isso se mobilizaram. Conquanto, não se dá por resolvidas as questões agrárias por meio da decretação da erosão de seu paradigma.

Apesar de terem ocupado a área mobilizados em torno da FETAEMG-CONTAG romperam logo após a ocupação. De acordo com um dos assentados (assentada da reforma agrária V, 2016) a justificativa para o rompimento adveio, da interpretação de

parte dos envolvidos na ocupação, de que eles estavam servindo como massa de manobra, para atender interesses partidários em algumas ocasiões, e não comendo a base de um movimento que, de fato, contribuiria para a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Uma das lideranças do assentamento informou que a grande preocupação foi a de tornar, o mais rápido possível, a área ocupada em produtiva. Com essa preocupação, participavam pouco de reuniões ou outros momentos de formação política oferecidos pela FETAEMG-CONTAG, já que deviam parar as suas atividades agrícolas. Essa visão crítica acerca dos movimentos sociais do campo defendida por alguns membros da ocupação, que deu origem ao Assentamento Pastorinhas, fez com que ficassem mal vistos por um determinado tempo, pois

[...] a gente foi chamado de capitalista. Porque a gente sempre falou que tem que produzir, tem que trabalhar, tem que vender e você tem que ter qualidade de vida. Aí você vai ocupar a terra para ficar de baixo da lona o resto da vida? Então aqui como o pessoal foi construindo moradias dignas, tendo acesso a carros, ao PRONAF (assentada da reforma agrária V, 2016).

Contudo, essa dualidade, mobilização política e produção agropecuária não é uma regra.

A área ocupada pelo assentamento Pastorinhas tem 152 hectares, sendo que apenas 10% dela é utilizada para as atividades de agropecuária, pois o restante é ocupado por mata preservada pelo antigo proprietário e que não foi retirada após a ocupação pelos trabalhadores sem terra<sup>13</sup>. De acordo com uma importante liderança do assentamento (assentada da reforma agrária V, 2016) eles

[...] tem 140 hectares de mata. É a única. Se você pegar aqui em volta das mineradoras e pegar uma imagem no *google* a gente está em uma ilha<sup>14</sup>. Então qual é o meu medo? Eles descobrirem algum minério aqui dentro. Ou então usar isso aqui. Porque eles tem que ter umas áreas de preservação.

---

<sup>13</sup> Como pode ser observado através da Figura 8 na página 100.

<sup>14</sup> Conforme pode ser visto através da Figura 7 na página a seguir.

Figura 7 - Imagem do Google Earth que situa, através do polígono em vermelho, a “vila” de casas do Assentamento Pastorinhas e parte utilizada para cultivos e criações. Ademais, é possível perceber, à noroeste do Assentamento, a presença de áreas mineradas.



Fonte: Google Earth (acesso em 21 fev. 2019)

Fotografia 1 – Vista de área de mineração a partir do terreno do Assentamento Pastorinhas



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Fotografia 2 – Vista de parte da área destinada à produção no Assentamento Pastorinhas



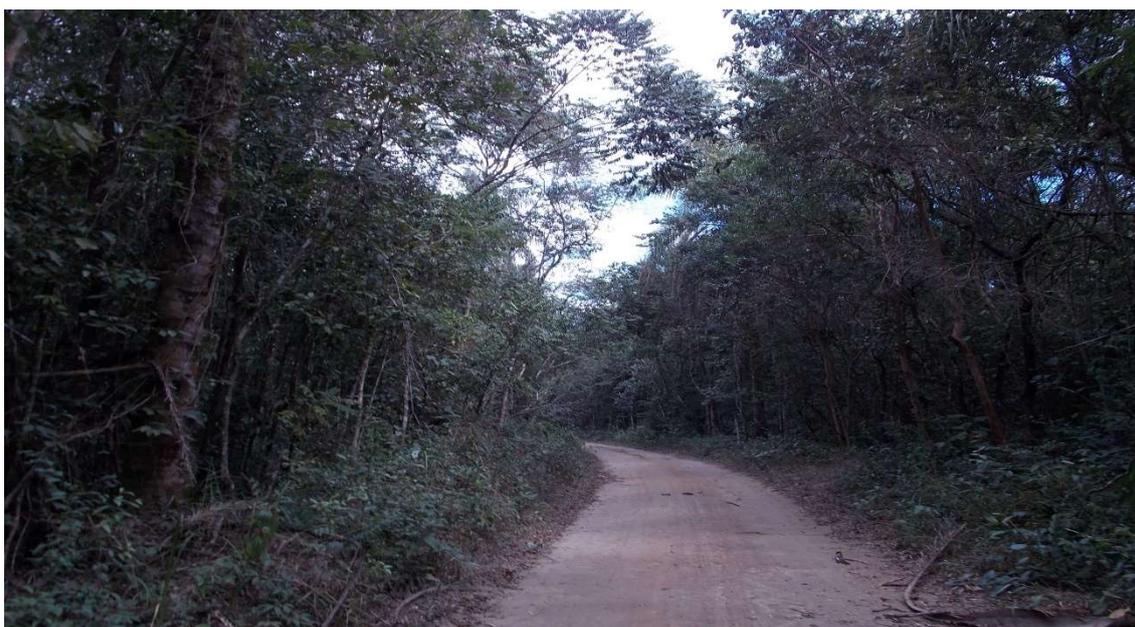
Fonte: Acervo pessoal (2016)

Os assentados já tentaram, de diferentes maneiras, reduzir o valor que devem pagar sobre o título do imóvel rural que lhes foi transferido via política de reforma agrária em decorrência do fato de não utilizarem, de forma produtiva, a maior parte do assentamento que está ocupada por um fragmento remanescente de mata atlântica. Um dos assentados (assentado da reforma agrária M, 2016) fez a seguinte observação acerca dessa situação: “nós temos estoque de carbono, mas não recebemos nada por isso. Inhotim recebe por estoque de carbono apesar de ter expulsado moradores de uma comunidade”. Outro assentado (assentada da reforma agrária V, 2016) asseverou da seguinte forma:

nós aqui no assentamento temos 140 hectares de remanescente de mata atlântica e tem 10 anos que a gente tenta pelo bolsa verde. O Inhotim recebe R\$1.000.000 e não sei quanto de ICM... dessa coisa do Bolsa Verde. Eu fui até eles para que ensinassem. Mas eles não falam nada! Não ajudam, nem nada!

Portanto, se levar em consideração a utilização de apenas 10% da área que ocuparam, os assentados do Pastorinhas preservam uma área bem maior de reserva legal do que a determinada pela legislação ambiental.

Fotografia 3 – Estrada de terra que perpassa a mata preservada no Assentamento Pastorinhas.



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Figura 8 – Imagem do *Google Earth* com desenho do polígono em linha vermelha que demarca, aproximadamente, a área do Assentamento Pastorinhas na qual pode-se observar a proporção entre área ocupada e área de mata preservada.



Fonte: Google Earth (acesso em 21 fev. 2019).

O Assentamento Pastorinhas, juntamente com outros assentamentos da RMBH, a saber: Dois de Julho (entre Betim e Esmeraldas), Dom Orione (Betim), Ho Chi Minh (Nova União), e Santa Cruz (Betim), reunidos em Betim, fundaram, no dia 18 de fevereiro de 2017, a Cooperativa dos Produtores Assentados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Terra Produtiva que tem como principais objetivos:

- Reafirmar o papel fundamental que os assentados desempenham para a segurança alimentar, buscando, assim, ressignificar as representações depreciativas acerca do rural, bem como dos assentados da reforma agrária;
- Permitir com que os assentados tenham condições mais robustas de acesso ao mercado de alimentos, que é consideravelmente ocupado por atravessadores e pela empresa Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CeasaMinas;
- Contribuir para a materialização das condições que permitirão à juventude rural refletir sobre a sucessão rural, desobrigando-os a migrar para as cidades;
- Criar reais condições para que os assentados possam contribuir para a preservação ambiental que tanto lhes é requisitada.

Fotografia 4 - Placa da Cooperativa Terra Produtiva.



Fonte: Acervo pessoal (2017)

O evento de fundação da Cooperativa Terra Produtiva foi realizado na Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (ARCA) situada em Betim e serviu para que os assentados da RMBH pudessem interagir e dialogar sobre as suas expectativas acerca dos trabalhos da Cooperativa, bem como para cumprir algumas exigências legais com o intuito de registrá-la e colocá-la em funcionamento.

As principais lideranças dos assentamentos tiveram a companhia de representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG); do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG-CONTAG), e das Prefeituras de Betim e Nova União.

De acordo com uma das lideranças do Assentamento Pastorinhas, escolhida como a primeira presidenta da Cooperativa Terra Produtiva, a sua fundação é mais uma ação que “temos que organizar, se não seremos engolidos pela metrópole” (assentada da reforma agrária V, 2017). Essa liderança percebe que se os assentados não se organizarem, assim como os demais agricultores, há a possibilidade, nada remota, do campo na RMBH “virar só reserva ambiental. Vai tudo virar turismo”. Além dos assentados há a previsão de que façam parte dessa Cooperativa os membros de comunidades quilombolas e os povos indígenas da RMBH que se interessarem.

A constituição da Cooperativa Terra Produtiva se insere em um contexto no qual, de acordo uma liderança do Assentamento Pastorinhas (assentada da reforma agrária V, 2017), os movimentos sociais organizados “não estão dando conta de gerar renda e assistir esse povo que está aqui na metropolitana”. A fundação dessa Cooperativa, no entanto, não está descolada de outras questões igualmente importantes, e vai se estruturando em torno de alguns pilares ou frentes de luta: a) juventude rural; b) luta do rural frente a forte urbanização; c) organização da produção (via cooperativa, por exemplo). Essa mobilização está ocorrendo com o intuito de fortalecer politicamente a população rural. Não há o interesse de torná-los membros de um movimento social, já formatado, e com isso enquadrá-los, mas de permitir com que os assentados ampliem sua autonomia e possam protagonizar suas histórias.

O assentamento Pastorinhas se destaca na RMBH por ter sido “o assentamento pioneiro, quando o governo lançou o projeto, nós fomos o primeiro assentamento do estado a vender para o PAA” (assentada da reforma agrária V, 2017). Pela enorme

experiência acumulada e pela grande capacidade demonstrada em trabalhar com o mercado institucional uma das assentadas do Pastorinhas foi convidada a conduzir os projetos ligados ao PAA no município de Brumadinho. Ao longo do período 2015-2016 essa assentada passou, então, a orientar a Prefeitura na condução do PAA e do PNAE.

Com relação ao PNAE o Assentamento Pastorinhas é uma grande referência. Eles já participaram do PNAE de Sarzedo, Brumadinho, São Joaquim de Bicas, Lagoa Santa, Santa Luzia e já atenderam diversas escolas estaduais de Belo Horizonte. E essa grande capacidade do assentamento, em comercializar via mercados institucionais fez com que outros produtores rurais, que disputam o mesmo mercado, cogitassem uma investigação sobre as suas atividades. Essa ação, de acordo com essa mesma assentada, indica que muitas pessoas ainda “[...] acham que a gente não tem capacidade. Talvez pela visão que eles tem que você tem que ser só mendigo. Quando eles pegam: o assentamento ganhou aqui, ganhou ali, esse povo não tem produção!” (assentada da reforma agrária V, 2017).

Os assentados do Pastorinhas acreditam que a partir do ano de 2017 poderão passar por grandes dificuldades para acessar o mercado institucional em decorrência do cenário político que passam a enfrentar, já que o prefeito eleito em Brumadinho é apontado por eles como um adversário, pois a área que ocupam é vizinha a do político e já foi alvo de disputas. Eles o acusam de ter soltado animais sobre a área destinada ao plantio agrícola. Também estão bastante preocupados com o cenário político nacional estabelecido após o *impeachment* imposto à Presidenta Dilma Roussef que culminou, dentre outras ações, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que poderá gerar retrocessos nas políticas agrárias, como o PNAE. Esses possíveis retrocessos, bem como outros, os preocupam tendo em vista a forma como o mercado de alimentos na RMBH está estruturado, haja vista, o grande domínio exercido pela CEASA-MG. Por exemplo, a alimentação escolar “compra 30% apenas do agricultor familiar, o restante ela compra do distribuidor do CEASA, que compra produto nosso, que vai lá no CEASA e volta para cá” (assentada da reforma agrária V, 2017).

Os assentados do Pastorinhas já tentaram comercializar uma parte da produção com o Inhotim, porém não conseguiram. Em uma das tentativas, eles enviaram uma lista com os produtos e seus respectivos preços – abaixo do preço de mercado, deve-

se ressaltar – junto de uma cesta de alimentos para amostra, mas não chegaram a nenhum acordo. Um fato que chama bastante a atenção, pela perversidade, foi a tentativa de um *chef*, de um dos restaurantes do Inhotim, ao tentar arregimentar os agricultores do assentamento:

teve um *chef* de um restaurante lá, parece que é holandês, que esteve aqui. Queria que a gente produzisse – olha que eu falei: ninguém planta uma semente para esse cara – alguns alimentos exóticos e ele não voltou até hoje. E se a gente tivesse investido? Quem é que ia pagar a conta? Quem é que ia ficar com o nosso prejuízo? E aí um dia que ele me pediu a tabela de preços ele achou caro. E a gente com preço não de venda direta não. Colocou preço tudo abaixo. Ele achou caro. Quer dizer: quer explorar mesmo! Quer levar o agricultor a exaustão de exploração! (assentada da reforma agrária V, 2016)

Devido a dificuldades de comercialização como essa o mercado institucional torna-se de fundamental importância para agricultores familiares e assentados da reforma agrária e deve, portanto, ser fortalecido.

## 2.5. As comunidades quilombolas de Brumadinho e a condição de sem-terra.

Há, no município de Brumadinho, seis comunidades quilombolas. Sendo que 4 foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, apesar de não terem a titulação das terras. As comunidades quilombolas reconhecidas são: Sapé, Marinhos, Ribeirão e Rodrigues. Próximo a elas, estão as comunidades quilombolas, não reconhecidas, de Lagoa e Massangano.

Um dos grandes problemas identificados durante os trabalhos de campo foi o fato de que essas comunidades quilombolas, reconhecidas ou não pela Fundação Cultural Palmares, ainda não dispunham de terras para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e não se encontravam mobilizadas para encampar uma luta de acesso à terra como lhes é garantido pela legislação conforme o Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o Decreto número 4887 de 20 de novembro de 2003, a Instrução Normativa número 57 de 20 de outubro de 2009, a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho e o Decreto número 5051 de

19 de abril de 2004. De acordo com um funcionário do escritório local da EMATER-MG as comunidades quilombolas de Brumadinho dispõem apenas de

[...] fundo de quintal. [...] Marinhos, Sapé, eles produzem mais fundo de quintal, praticamente. A secretaria doa sementes de hortaliças, sementes de feijão. Nesse ponto que a gente dá prioridade. Para a doação, mas só que as terras deles são pequenas. E às vezes eles arrendam com os próprios produtores vizinhos. Então eles arrendam. Daí utilizam a patrulha mecanizada da secretaria. Então eles fazem o plantio de feijão, fazem o plantio de milho, depois dividem, meio a meio (agrônomo EMATER-MG M, 2016).

Foi identificado que devido ao fato de alguns quilombolas produzirem em terrenos cedidos por fazendeiros da região (meeiros, parceiros, dentre outras formas) tem medo de enfrentar a luta pela regularização de seus territórios, perderem e ficarem, a partir de então, sem acesso às parcelas de terra que esses fazendeiros cedem. Portanto, a condição de produtor rural sem terra aprisiona o quilombola, pois com medo de perder a terra que cultiva na forma da parceria, também não luta para ter o acesso definitivo a terra que lhes pertence por direito. Um outro fator que colabora para a permanência dessa situação é a forte relação que essas comunidades mantem com o Inhotim, já que esse instituto emprega uma parte considerável de seus moradores e com isso, garantem renda para permanecerem em suas comunidades.

Contudo, as comunidades quilombolas de Brumadinho, já foram alvo de muitas ações, das mais diversas entidades (ONG's, Universidades, Empresas, etc), que entrevistaram os seus membros, realizaram os mais variados tipos de diagnósticos, pesquisas e projetos, mas não contribuíram, de fato, para mudanças significativas na realidade econômica e social de seus componentes. Porém, na relação com o Inhotim, uma parte considerável dos membros dessas comunidades quilombolas tornaram-se empregados do Instituto. De acordo com um quilombola da comunidade do Sapé e trabalhador do Inhotim

[...] antes de ter o Inhotim, os jovens, os meninos da faixa etária, da minha idade, todo o mundo saía em busca de emprego em São Paulo [...] começou então todos os jovens a saírem da comunidade, pois era a única fonte de emprego, a não ser as fazendas e o sítio que tem lá, porque não tinha essa oportunidade de emprego. E acabava que as tradições, os costumes da comunidade começaram meio a que despencar porque os jovens indo. Porque assim: é avô passando para pai, é pai passando para filho. Então com o Inhotim abriu uma oportunidade muito grande. Porque isso mudou um pouco. Hoje, por

exemplo, tem um ônibus, só da comunidade e da região lá das comunidades quilombolas que é Marinhos, Rodrigues, Sapé, tem outras que não são mas são da zona rural que é Aranha e Coronel Eurico (quilombola empregado do INHOTIM E, 2016).

Se um dos fatores que poderiam impactar a continuidade das tradições culturais das comunidades quilombolas é a migração para outras cidades vê-se que os empregos gerados pelo Inhotim podem contribuir para minimizá-lo. Esse caso demonstra o quão importante seria o reconhecimento do direito à terra e a sua regularização para que as tradições culturais quilombolas pudessem ser mantidas. Entretanto, como eles não tem terra para trabalhar e não lutam para acessá-la, conseguem se sustentar e manter as suas tradições em decorrência da realização de trabalhos assalariados na cidade ou no campo apresentando pouca relação com as atividades de agropecuária.

Há, aproximadamente, 45 moradores da comunidade quilombola do Sapé empregados no Inhotim ocupando cargos de jardineiros, faxineiros, tratoristas, recepcionistas e mecânicos. Mas há, também, moradores do Sapé que trabalham na oficina de cerâmica do Inhotim – Oti. A contratação de diversos moradores do Sapé para trabalharem na fabricação de cerâmicas associa-se a tradição do trabalho com o barro que já desenvolviam:

...você chegou a entrar na Igreja? Tem vários vasos de barro. [...] casas de sapé, então as paredes feitas de barro. Então por exemplo a casa da minha irmã mesmo era feita de barro com bambu quando ela casou. O chão lá de casa passava era barro, barro branco. Que a gente buscava, ajudava as mães a buscar nas matas o barro branquinho e passava no chão. Então, tem muito a ver com essa história. Os jarros da igreja, os jarros que põe na mesa nas festividades, tudo era (quilombola empregado do INHOTIM E, 2016).

Em 2016 o escritório local da EMATER-MG iniciou a retomada de um trabalho na comunidade quilombola de Marinhos, que havia sido iniciado em 2013, com a instalação de uma padaria comunitária. De acordo com o agrônomo da EMATER-MG em Brumadinho

Essa padaria chegou através do Programa Minas Sem Fome, se eu não me engano foi em 2013. Devido às condições sanitárias, da vigilância sanitária, o local onde foi escolhido para instalar a padaria lá em Marinhos não preencheu os requisitos. Então os equipamentos ficaram parados um bom tempo. Então a gente esteve lá no ano

passado e verificamos que os equipamentos estavam parados e falamos: temos que dar um jeito de colocar os equipamentos para funcionar. Então a gente, junto com a Secretaria de Agricultura, e EMATER-MG, fizemos uma capacitação com uma coordenadora nossa da EMATER-MG, que veio aqui e fez uma prática com elas, deu um curso para elas, de panificar, para resgatar o conhecimento e depois a gente começou a fazer outras ações. Abriu a possibilidade delas comercializarem os produtos na feirinha da agricultura familiar em Brumadinho, mas só que devido ao problema que elas não tem um forno ainda bom, assim para produção maior, elas desanimaram. Mas agora a gente com essa parceria lá no Kairós, lá tem uma área mais adequada, e tem um forno de maior capacidade, elas estão fazendo alguma produção (agrônomo EMATER-MG M, 2016).

A partir de 2016, portanto, a Incubadora Kairós da ONG Instituto Kairós passou a assistir esse projeto.

## 2.6. Estratégia camponesa em Brumadinho: abandono parcial das atividades de agropecuária

Em Brumadinho, a realidade não é apenas de emigração e envelhecimento populacional, pois, foi possível identificar que há casos de trabalhadores que deixaram as atividades na cidade ou em outros ramos, como a mineração, e voltaram a trabalhar na agropecuária. Um dos entrevistados, funcionário da Prefeitura de Brumadinho disse que

...você vê muito produtor. Você vê pessoas que trabalhavam na mineração. Era produtor, foi trabalhar na mineração e agora voltou a produzir de novo. A mudança de cenário do minério. O pessoal saiu do minério e aí uma opção que eles tiveram principalmente o pessoal daqui foi voltar para agricultura. Tem muitos produtores que estão na produção porque saiu do minério (servidor público municipal J, 2016).

O que esse fato demonstra é que a agropecuária é uma fonte importante para o desenvolvimento local diante de outras atividades econômicas que podem apresentar um elevado grau de volatilidade como a mineração. Segundo outro entrevistado, também funcionário da prefeitura local, nos últimos anos a agropecuária vem se tornando uma importante alternativa de emprego e renda para a população

local, tendo, inclusive pessoas que retornam para a atividade depois de trabalharem na mineração. Essa constatação foi feita pelo funcionário da prefeitura ao verificar o aumento dos pedidos de assistência técnica: “como eu dou assistência técnica é visível que a demanda de serviço da secretaria aumentou em 30, 40% por causa disso. Todo mundo quer virar para a produção de mexerica, o feijão, no ano passado deu bem, milho, pecuária, então isso é visível!” (servidor público A, 2016).

Foi possível, também, verificar o movimento de retorno às atividades de agropecuária no campo de Brumadinho através dos pedidos de uso do maquinário da patrulha mecanizada:

Tem os comparativos igual de máquina agrícola. Teria que pegar os do ano passado, o desse ano e ver o quanto que aumentou e o por que aumentou. A maioria de pedidos novos aqui é de gente que trabalhava em outra empresa, às vezes quebrou, ou fechou, ou foi demitido, e resolveu mexer na roça. Arrendar, plantar horta, alguma coisa assim (servidor público A, 2016).

Esse mesmo funcionário da prefeitura é taxativo ao afirmar que

Inclusive a área de horta aumentou muito! É uma cultura mais fácil de mexer e, o pessoal, muita gente que trabalhava na Vale resolveu mexer com horta [...] O pessoal está plantando mesmo, justamente, porque não tem uma outra atividade e aí ele pega o terreno que já era dele e que está parado e quer plantar 1000, 2000, 3000, porque a mexerica não deixa de ser uma renda, ainda mais que esse ano a mexerica deu preço, então o pessoal vê aquela vantagem toda de plantar mexerica (servidor público A, 2016).

Ademais, Brumadinho é, desde 2013, o maior fornecedor de tangerina para o CEASA MG da Grande Belo Horizonte, respondendo por 25-33% do produto ao longo do período 2013-2016. Isso correspondeu, a uma produção de, mais ou menos, 5 mil toneladas de tangerina por ano encaminhada para a Ceasa MG da Grande Belo Horizonte.

Além dos empregos oferecidos pelas empresas de mineração, os condomínios residenciais atraem fortemente a população rural, fazendo com que abandonem as atividades ligadas a agropecuária para se dedicarem exclusivamente a essas ocupações. O assalariamento da população rural em Brumadinho decorre, principalmente, da oferta de empregos pelas mineradoras e pelos condomínios. Foi possível observar que há produtores rurais que conjugam o trabalho nas empresas

mineradoras ou nos condomínios residenciais com as atividades de agropecuária.

## 2.7. Autonomia e liberdade camponesa mesmo que restrita

Um produtor rural acha que conseguirá fazer com que os filhos se interessem pela propriedade e não procurem emprego, por exemplo, nas empresas mineradoras ou nos condomínios residenciais, pois, assim diz ele:

eu não queria que eles fossem trabalhar de empregado para os outros e largassem isso aqui. Porque aqui eles não precisam de muito dinheiro para viver e vão ter uma qualidade de vida melhor do que ter um emprego de R\$1500 na cidade e não ter liberdade nenhuma (agricultor familiar P, 2016).

Esse raciocínio deve ser sublinhado, pois determina algo fundante da lógica camponesa: a autonomia.

eu gosto do rural. Eu gosto do tipo de vida que eu levo. Eu não tenho emprego, eu sou uma pessoa livre. Eu estou aqui e estou tranquilo. As coisas estão equilibradas. Mas eu queria que eles ganhassem isso que eu tenho para eles não dependerem dos outros (agricultor familiar P, 2016).

Ele ressalta que o melhor aspecto do trabalho no campo com a agropecuária é a liberdade. Esse depoimento, muito se aproxima da ideia do equilíbrio entre satisfação familiar e fadiga decorrente da autoexploração do trabalho na unidade de produção familiar proposto por Chayanov (CHAYANOV[1924], 2014). Em casos como o exposto pelo depoimento acima vê-se que

[...] o cálculo aritmético objetivo do lucro líquido mais elevado possível, numa dada situação do mercado, não faz com que tal iniciativa econômica seja ou não aceitável. Isto será determinado pelo confronto econômico interno de avaliações subjetivas. Entra-se, todavia, em consideração com as condições objetivas particulares de unidade econômica. (Chayanov [1924], p. 108)

Para Ploeg (2016, p. 76) “[...] é possível definir a condição camponesa como

uma luta por autonomia e melhores rendas dentro de um contexto que imponha dependência e privação”. Aqueles que se mantem no campo e não se tornaram assalariados procuram, portanto, manter um certo aspecto de liberdade e autonomia que está presente na forma como se organiza o trabalho camponês. Mas, a autonomia e liberdade camponesa não está descolada do contexto sócio espacial da RMBH e, por isso, se manter na atividade, grande parte das vezes, pode ser considerado um sinal de resistência, já que em Brumadinho tanto a mineração quanto os condomínios residenciais são vistos como lugares de trabalho promissores. Uma assentada da reforma agrária, tem percebido que

o rural aqui vem sofrendo uma descaracterização por esse processo imobiliário de luxo [...] A Região Metropolitana aqui, a cidade em si, a expansão urbana é um dos fatores mais agravantes que eu vejo hoje, que coloca em ameaça o rural de sustentabilidade econômica e ambiental. Porque as propriedades estão sendo engolidas pelos bairros ou condomínios. Você dorme em um dia e no outro amanhece condomínio do seu lado já! (assentada da reforma agrária V, 2016).

E a ocupação do campo em Brumadinho por propriedades de cidadãos interessados em estabelecer sítios de lazer, ou fixarem residência, em decorrência da permanência do modo de vida citadino, descolado da base física de onde se instalam, podem se tornar geradores de impactos que podem afetar negativamente os moradores do campo que detêm modos de vida associados à base física na qual se inserem.

## 2.8. Nos condomínios de Brumadinho o trabalho é mais tranquilo?

O município de Brumadinho tem se auto intitulado como vocacionado para instalação de condomínios residenciais horizontais. Ademais, esse título consta do Volume 1, Diagnóstico e Diretrizes para a Estrutura Urbana e do Território Municipal, do Plano Diretor do Município de Brumadinho, onde se lê na página 37:

Uma das características do município é a sua vocação para os condomínios horizontais. Nele se instalaram vários condomínios,

como o Retiro das Pedras (que é o mais antigo de Minas, datando de 1972), o Retiro do Chalé, a Aldeia da Cachoeira das Pedras e as Quintas de Casa Branca (BRUMADINHO, 2006).

Porém, o que definiria a vocação de um município para condomínios horizontais? Além do mais, essa característica tem sido ressaltada como importante para o desenvolvimento do turismo no município.

Fotografia 5 – Placa indicativa de condomínio em Casa Branca, Brumadinho.



Fonte: Acervo pessoal (2016)

Fotografia 6 - Placa indicativa de condomínio em Casa Branca, Brumadinho



Fonte: Acervo pessoal (2016)

Fotografia 7 - Placa indicativa de condomínio em Piedade do Paraopeba, Brumadinho



Fonte: Acervo pessoal (2016)

Constatou-se que em Brumadinho há 16 condomínios residenciais. São eles: Retiro das Pedras, Jardins, Mãe Terra, Eco Casa Branca, Estância da Cachoeira, Reserva de Piedade, Água Claras, Retiro do Chalé, Aldeia da Cachoeira das Pedras, Quintas de Casa Branca, Recanto do Vale I e II, Ville Casa Branca, Gran Royale, Quintas do Brumado, Recanto da Serra e Parque das Águas I e II.

A tabela a seguir contém alguns dos maiores e menores valores encontrados ao se acessar o endereço eletrônico de uma das imobiliárias que atuam na região.

Tabela 7 – Valores de casas e lotes em condomínios de Brumadinho no ano de 2017

CONDOMÍNIOS	CASAS	LOTES
Retiro do Chalé	R\$680.000,00	R\$318.000,00
	R\$4.200.000,00	R\$600.000,00
Jardins	R\$580.000,00	R\$120.000,00
	R\$850.000,00	R\$150.000,00
Mãe Terra	R\$450.000,00	R\$95.000,00
	R\$660.000,00	----
Águas Claras	R\$590.000,00	----
	R\$1.200.000,00	----
Recanto da Serra	R\$550.000,00	R\$125.000,00
	R\$750.000,00	R\$180.000,00
Quintas do Brumado	----	R\$150.000,00
Gran Royalle	----	R\$160.000,00
	----	R\$180.000,00

Fonte: site: <<http://vivanoretiro.com.br/plus/>> Acesso em: 22 mar. 2017. Elaboração própria.

Além desses dados sobre o valor de casas e terrenos em condomínios de Brumadinho um dos funcionários da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho afirmou que “Qualquer terra aí é R\$100.000 o hectare aqui. Enquanto que em outros lugares é R\$15.000-R\$20.000” (servidor público A, 2016). Ainda de acordo com esse entrevistado

as mais próximas de Brumadinho (se refere à sede municipal) não acha por menos de R\$100.000 (o hectare) [...] próximo dos condomínios ainda é mais caro. Em torno de R\$100.000 o hectare ou mais. Próximo de mineradora, próximo dos condomínios, vai puxando mais para o interior, descendo mais para o Rio Manso, para o Bonfim aí consegue diminuir um pouco. Mais próximo de Belo Horizonte, ele vem de lá para cá o preço. Ele vem decrescendo de lá para cá. R\$100.000 R\$150.000 o hectare. Qualquer chácara, se for comprar chácara de 1.000 metros lá no Aranha, ou para cima lá, é R\$100.000, R\$120.000. De uns R\$80.000 para cima (servidor público A, 2016).

Esses dados são importantes para corroborar com o fato de que o campo vem se transformando em decorrência de um processo imobiliário de luxo.

Os impactos sobre o campo estão associados ao aumento do preço da terra, aumento do preço da mão de obra, impactos sobre os recursos hídricos, assalariamento, dentre outros. A oferta de empregos nos condomínios residenciais de Brumadinho tem contribuído, por exemplo, para aumentar o valor da mão de obra local. Um jovem agricultor familiar asseverou que as pessoas de sua geração, com as quais ele convive, não continuaram estudando após a conclusão do ensino médio, pois logo arrumaram emprego nos condomínios do município, principalmente o Retiro do Chalé. E isso acabou, de acordo com ele, elevando o valor da mão de obra, pois, em suas palavras:

o Chalé deu muito emprego, o Retiro, o condomínio deu muito emprego, começou a ganhar... eu falo que para nós aqui, para fora do condomínio ficou ruim demais, porque você não consegue um trabalhador de menos de R\$100 o dia (agricultor familiar R, 2016).

Constata-se, portanto, que a oferta de empregos nos condomínios residenciais levam trabalhadores rurais do município a deixarem de trabalhar para os produtores rurais que tinham condições de pagar por funcionários em sua propriedade, ou deixarem as atividades de agropecuária que desenvolviam. Os empregos disponíveis nos condomínios residenciais são, majoritariamente, aqueles associados com a conservação e limpeza, nas funções de jardineiros, faxineiros, porteiros e diaristas. Funções de baixa remuneração, mas que podem contar com dias e horários pré-determinados de trabalho, descanso semanal remunerado, férias, 13º salário, plano de saúde, cesta básica, dentre outros benefícios sociais e direitos trabalhistas.

Mas esses empregos não são voláteis? Ou seja, em momentos de dificuldades financeiras por parte dos proprietários de casas nesses condomínios eles terão menos serviços, podendo, inclusive ficarem desempregados? Mas, de acordo com o mesmo jovem produtor rural de Brumadinho, citado anteriormente, a partir, do ano de 2015, tornou-se possível contratar trabalhadores que aceitem receber menos, em decorrência, do momento de crise econômica pelo qual o país vem passando. Porém, ele acredita que logo que essa crise passar o valor da mão de obra subirá novamente.

Outro produtor, com mais de 30 anos de experiência na produção de cachaça artesanal, afirma que não se acha mais, com facilidade, trabalhadores para as funções na roça: “Uns tempos atrás, assim, todo mundo ficava doido procurando serviço. Hoje está sendo ao contrário” (agricultor familiar E, 2016). Para ele, esse fato se justifica

Porque o pessoal, porque dependendo, assim, é um serviço mais fácil. Vai lá, limpar um jardim. Trabalha pouco. Acaba ganhando muito. Então o serviço aqui de roça tem que trabalhar bastante, tem que fazer alguma coisinha, trabalhar um pouquinho para ter como a gente sustentar, ter como pagar, então está todo mundo preferindo assim um emprego mesmo nesses condomínios (agricultor familiar E, 2016).

Ele diz que os empregos nos condomínios são mais procurados e valorizados pela população, pois o trabalho no campo é mais penoso e remunera menos do que o realizado por eles nesses espaços. O fato é que no campo o trabalhador não apresenta uma renda mensal determinada com a qual possa contar e parte considerável do seu sustento advém da roça que cultiva e dos animais que cria. Mas há também uma ideologia bastante forte que representa o urbano como sinônimo de progresso e de desenvolvimento. Mesmo sem se mudarem, os trabalhadores que se envolviam com a agropecuária e agora exercem as suas atividades dentro desses enclaves residenciais passam a se ver como parte da cidade e com isso acreditam ter alcançado um patamar mais elevado de qualidade de vida. Ademais, o fato é que essa ideologia do desenvolvimento pelo urbano não se trata de um aspecto ilusório, mas sim sedutor. Sedução que decorre da participação do trabalhador rural em uma espécie de “circuito urbano”, que ele não tinha acesso quando era produtor rural, e que engloba o ônibus, a moto ou o carro para deslocar-se, diariamente, de casa para o trabalho, o celular, e outros bens materiais que ele passa a ter a fim de se “igualar” a outras pessoas que o possuem e, também, por necessidade para o trabalho. Também a sedução do urbano pode decorrer do fato de seu trabalho ser desempenhado na casa de uma pessoa que apresenta valores urbanos e com isso ele passa a compartilhar alguns dos seus hábitos diários.

Apesar desse entrevistado (agricultor familiar E, 2016), com grande experiência na produção de cachaças, ter dito que o emprego nos condomínios ser melhor do que o da agropecuária, ao ser perguntado sobre qual decisão tomaria caso recebesse uma proposta de trabalho em um dos condomínios do município não titubeou e respondeu: “Não! Até o momento eu prefiro aqui”. Durante a entrevista, já estava claro que essa seria a resposta. Então, ela apenas confirma o fato de que, mesmo considerando a roça muito penosa, pouco rentável e o trabalho no condomínio mais tranquilo e mais rentável, a questão financeira não determina essa decisão, prevalecendo o equilíbrio que pode ser estabelecido entre a satisfação pessoal e familiar e a fadiga decorrente

da autoexploração do trabalho. Ademais, trata-se do lugar onde a sua família sempre morou e, portanto, é recheado de lembranças que não podem ser monetarizadas.

2.9. Através da agricultura a família pode garantir alimento barato, saudável e fresco todo os dias!

De fato, em grande parte das entrevistas e conversas realizadas em campo, verificou-se que diversas pessoas passaram a se empregar nos condomínios residenciais do município, tendo como principais motivações a natureza dos serviços realizados, já que são considerados mais leves, capazes de garantir a esses trabalhadores um salário mensal e outros direitos trabalhistas, caso tenham a carteira de trabalho assinada pelos seus patrões. Porém, pouco se falou sobre a perda de autonomia com relação a produção de sua alimentação. Contudo, de acordo com uma assentada da reforma agrária de Brumadinho, deve-se somar ao certo grau de autonomia e liberdade camponesa outros fatores que colaboram para a permanência de alguns trabalhadores em suas atividades de agropecuária: segurança e soberania alimentar, qualidade de vida, qualidade do sono e saúde.

Quem é agricultor familiar de verdade tem uma diversidade de alimentos na propriedade que é enorme. Então ele tem segurança alimentar e ele tem soberania alimentar. Que são duas coisas fundamentais que a sociedade, eu acho que daqui há uns 10 anos, ela vai ver que isso é mais importante do que ter um salário e trabalhar na sombra. É ter segurança e soberania alimentar. E a qualidade de vida que, infelizmente, no sistema capitalista ela não é mensurada. A qualidade do sono. Você trabalha, mas não tem horário. Você está almoçando e o cara chegou e quer que limpe a piscina, quer que corte a grama, você não para. Na sua casa você tem o seu horário, o pouco que você acorde mais cedo ou estenda, mas você tem o seu, quem faz o horário é você! E nesse sistema a qualidade de vida não é medida. E a ilusão pelo ter, pelo dinheiro, porque você vive numa sociedade que vale o que você tem e não o que você é. Então você vai estar nessa busca constante de mais e mais. E aí fazer com que, se você pegar um agricultor familiar e pegar esse que vende a mão de obra ele adoece mais fácil, ele tem mais hipertensão, ele tem mais doenças crônicas, do que quem trabalha lá no dia a dia. Aí, qual é a solução? É a valorização do trabalho rural! (assentada da reforma agrária V, 2016).

Esse depoimento está calcado sobre o conceito de soberania alimentar, visto que sua construção se dá pela *práxis* camponesa. A soberania alimentar está para além da ideia estrita de fornecimento e abastecimento de alimentos. Sua dimensão é mais ampla e engloba noções de autogestão, liberdade e autonomia camponesa baseando-se em, pelo menos, “[...] cinco dimensões, a saber: alimentar, energética, genética, hídrica e territorial; as quais tanto são interdependentes quanto supõem uma materialidade objetiva para além do solo, considerando-se a terra como território” (PAULINO, 2015, p. 179).

Outra fala dessa mesma assentada da reforma agrária de Brumadinho é bastante didática para se compreender um pouco mais acerca do que Chayanov ([1924], 2014) teorizou, vejamos:

Um cara que sai de manhã ele tem que pegar serviço 7h lá no condomínio e ele vai ganhar R\$820,00, que é o salário mínimo ele tem que comprar o feijão, café, o açúcar, a carne, a verdura, ele vai ter que comprar isso tudo. Se ele estiver produzindo lá ele não coloca, ele não consegue dimensionar que ele tem a carne, que ele vai ter ovos, que ele vai ter o frango, ele vai ter o porquinho, se ele tiver uma cabra ou uma vaca ele vai ter o leite. Ele tem as frutas. E aí ele não consegue monetarizar o que ele tem. Porque se ele conseguir fazer, conseguir mensurar isso, ele ganha mais que os R\$820,00. Sem contar com a qualidade do alimento que ele vai estar consumindo, porque ele vai consumir um alimento muito mais limpo e sem contar o que ele desembolsa. Ele não consegue fazer a lógica do que ele tem para o que ele desembolsa com os R\$820,00. Então é uma ilusão! (assentada da reforma agrária V, 2016).

Deve-se atentar para o fato de que as atividades de agropecuária citadas estão intimamente ligadas às necessidades alimentares da família e, portanto, quanto maior for a produção, menor será a necessidade da família de recorrer ao mercado.

## 2.10. Tradição e inovação do campo de Brumadinho: produção de cachaças e cervejas artesanais.

Uma importante atividade agrícola do município de Brumadinho é a produção de cachaças artesanais. O município já foi considerado um dos maiores produtores

de cachaça artesanal do Estado de Minas Gerais. No Diário Oficial do Município de Brumadinho, ano 2, edição 255, do dia 25 de agosto de 2014, página 1, foi publicado que o município é “nacionalmente conhecido pela qualidade das aguardentes, Brumadinho está entre os maiores produtores de cachaça artesanal com o selo da Associação Mineira dos Produtores de Cachaça de Qualidade (Ampaq)”. Já o site “Descubra Minas” do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-MG), que tem como objetivo reunir informações sobre, por exemplo, história e turismo dos municípios mineiros, também afirma que Brumadinho apresenta significativa produção de cachaça artesanal, além de ser recordista em cachaças certificadas pela AMPAQ (INFORMAÇÕES..., 2017).

O que de fato se identificou foi que os produtores rurais de Brumadinho, há gerações, produzem cachaça artesanal, tanto para consumo dos familiares, quanto para a venda. Um dos produtores de cachaça artesanal de Brumadinho nos contou que “[...] deve ter uns 30 anos que a gente mexe. Agora igual no meu caso aqui eu faço pouquinha, mas é o ano todo também. Não tem safra não. É o ano todo. Então eu faço pouco mas é o ano todo” (agricultor familiar E, 2016). O movimento para compra de cachaça desse produtor, como se constatou em campo, é bastante intenso, pois em um intervalo de 1 hora, pelo menos 3 grupos de pessoas, majoritariamente homens, compraram, cada grupo, mais de 2 litros.

A tabela a seguir foi produzida a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho. Ela lista os produtores de cachaça do município com vistas a dar um pequeno panorama sobre o setor.

Quadro 1 – Produtores de cachaça artesanal de Brumadinho

<b>CACHAÇA</b>	<b>TIPO</b>	<b>REGISTRO</b>
Cachaças: Água da Bica, Rainha do Milênio, Sonhadora e Velha União.	Empresário Ativo Envasador	Sim
Brumado Velho	Empresário Inativo	Sim
Cachaça Abrideira e Saideira	Empresário Ativo	Sim
Segredo do Patriarca e Dômina Suave	Empresário Ativo Envasador	Sim
Cachaça Puro Sabor de Minas	Empresário Ativo Envasador	Sim
Engenherinha Coelho	Empresário Inativo	Sim
Cachaça Estiva	Empresário Ativo Envasador	Sim
Boa Vitória	Empresário Inativo	Sim
Cachaça do Ataíde	Produtor Rural Inativo	Não
Cachaça Alegria da Vida	Produtor Rural Ativo	Não
Cachaça Zélia e Graziela	Produtor Rural Inativo	Não
Cachaça do Edivaldo	Produtor Rural Ativo	Não
Alambique do Sr Jair	Produtor Rural Inativo	Não
Cachaça do Máximo Aparecido	Produtor Rural Inativo	Não
Cachaça do Vicente Messias	Produtor Rural Ativo	Não
Cachaça do Vicente Mateus	Produtor Rural Ativo	Não

Fonte: Entrevista semiestruturada com funcionário da Prefeitura de Brumadinho em 2016. Elaboração própria.

A tipologia utilizada nesse quadro de produtores de cachaça artesanal foi feita pelo funcionário da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho que forneceu os dados referentes à produção de cachaça no município. As pessoas nomeadas por ele como “Produtor Rural” são aquelas que produzem cachaça com mão de obra, majoritariamente, familiar. Obtêm a maior parte dos rendimentos e dos alimentos que se destinam ao sustento da família, da atividade de agropecuária que eles mesmos realizam. Enquanto que o outro grupo, nomeado como “Empresários”, não depende economicamente das atividades de agropecuária que desenvolve, sendo, a produção de cachaça, eventualmente, uma delas. Portanto, os “Empresários” dispõem de outra fonte de renda, considerada a principal, obtida em outras atividades que não as de agropecuária. Um desses “Empresários” gerencia uma loja que comercializa automóveis na cidade de Belo Horizonte, outro é bancário aposentado e há, também, um grande industrial do setor de vestuário, por exemplo.

O que fez com que Brumadinho aparecesse como um dos municípios com grande produção de cachaça foi o enorme volume fabricado pelo alambique de propriedade de um grande empresário do ramo de vestuário.

No caso em tela verifica-se, através da tabela, que os “Produtores Rurais” de cachaça artesanal não dispõem de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), enquanto que os “Empresários” dispõem. Isso, permite dizer que a legalização da atividade onera o produtor e por isso apenas os “Empresários” tiveram condições de realiza-la. Enquanto que os “Produtores Rurais” se mantem produzindo cachaças, sem o registro de seu alambique no MAPA, com vistas a garantir o sustento familiar. A explicação dada pelos produtores de cachaça artesanal para não se registrarem, foi, de fato, o custo dessa operação. Um dos produtores de cachaça artesanal entrevistado disse que a carga de impostos é bastante elevada podendo chegar a 54% do valor da bebida (empresário de bebidas R, 2016). Porém, a grande reclamação desses produtores é a de que os impostos são elevados e não são diferenciados quanto à condição do produtor. Ou seja, produtores de cachaça menos capitalizados pagam os mesmos valores que produtores mais capitalizados gerando, obviamente, uma concorrência bastante desleal. O Engenheiro Agrônomo da EMATER-MG em Brumadinho, informou que “[...] a gente vai tentar fazer o diagnóstico, perguntar e a queixa do pessoal que fechou é o seguinte: quando está clandestino funciona, quando legaliza começa a ter muita fiscalização e o imposto

muito caro, da cachaça” (engenheiro agrônomo EMATER-MG, 2016).

Os produtores de cachaça artesanal já contaram com a possibilidade de se enquadrarem no “Simples Nacional”, que é um regime tributário simplificado para atender às micro e pequenas empresas. Foram excluídos desse tipo de tributação no ano de 2000, mas, já conseguiram reverter essa situação e em 2018 estarão, novamente, incluídos no “Simples Nacional”.

Apesar do município ser considerado grande produtor de cachaça artesanal e a atividade ser bastante difundida pela zona rural, sendo possível identificar um ou outro produtor em diversas localidades do município, a atividade vem declinando em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos produtores que procuraram se registrar. Os custos de produção, principalmente os relacionados aos impostos, se tornaram mais elevados e a comercialização da produção não foi suficiente para cobri-los. Portanto, a concorrência enfrentada pelos produtores de cachaça artesanal desenha-se sobre esse quadro.

Uma das políticas desenvolvida pela administração municipal que contribui para a manutenção da produção de cachaças no município e, também, para a sua valorização é a realização, anual, geralmente no mês de agosto, do Festival da Cachaça. Trata-se de um evento organizado pela Prefeitura, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para promover e incentivar a produção de cachaça artesanal local. Nesse evento, os produtores de cachaça artesanal do município são convidados a ocupar as barracas cedidas pela prefeitura expondo e vendendo o seu produto. A prefeitura cede, além das barracas, garrafas com lacre e rótulo para que os produtores possam comercializar a produção de forma mais padronizada.

A produção de cachaças artesanais em Brumadinho vem chamando a atenção de turistas e empreendedores desse ramo de atividade econômica. Há, inclusive, agências de turismo que realizam passeios pelos alambiques da região de Brumadinho, Moeda e Belo Vale. Um dos produtores de cachaça artesanal entrevistado informou que já recebeu proposta de donos de meios de hospedagem do município para abrir seu alambique para visitação. De acordo com ele

tem demanda. A gente, inclusive aqui, tem 3 pousadas, tudo pequeninha, mas os donos dessas pousadas sempre reclamam com a gente: quando é que voc es v o receber o pessoal? O pessoal chega aqui. Tem os produtos l  e eles bebem e querem ir lá (empresário de

bebidas R, 2016).

Constatou-se que a produção de cachaça em Brumadinho é um importante elemento para o turismo rural no município. Além de sítiantes que compram, com mais frequência, a produção local, turistas de final de semana também se interessam em comprar esse produto.

A produção de cerveja artesanal também vem chamando a atenção dos turistas que visitam Brumadinho. Há, ainda, poucas pessoas que se dedicam a esse negócio, porém há uma família que se dedica a essa atividade no distrito de Aranha e que tem recebido um bom número de visitantes, principalmente, aos finais de semana e feriados.

Fotografia 8 – Destaque da placa da Cervejaria da família Piacenza



Fonte: Acervo pessoal (2016)

Essa família fabrica e vende a cerveja em um pequeno bar e restaurante que montaram no terreno do sítio onde moram com os filhos. Esse local foi preparado para permitir com que o turista possa comprar, beber e comer o que eles produzem e, também, conhecer como é produzida a cerveja artesanal. Além disso, o proprietário dessa pequena cervejaria ministra um curso para as pessoas que desejam aprender sobre o processo de fabricação de cerveja artesanal. De acordo com os proprietários

dessa cervejaria a origem dos alunos são as mais variadas, sendo que poucos são moradores de Brumadinho,

mês retrasado, foi um pessoal da Serra do Cipó, que tem uma pousada na Serra do Cipó e estão querendo colocar uma cervejaria lá. Aí eles fizeram o curso aqui. Ele é de Contagem. Aí já tem um pessoal que marcou hoje, eles vieram para o voo livre, para a pista lá em cima, aí foram andar por Brumadinho para ver o que tinha, porque não está dando para voar, vieram para cá e já deixaram pago o curso desse mês. [...] Para eles poderem vir. Então é muito variado. Tem gente de São Paulo que quer fazer o curso aqui. Aí a gente tem que ver como fazer para atender (empresários de bebida W e J, 2016).

Essa família de empresários do ramo de bebidas saiu de Belo Horizonte há mais de uma década para residir em Brumadinho onde desenvolvem essa atividade. Não plantam a matéria prima que utilizam na fabricação das cervejas e das outras bebidas e raramente compram de produtores locais.

Fotografia 9 – Detalhe da estante de dentro do estabelecimento com os produtos em exposição.



Fonte: Acervo pessoal (2016).

## 2.11. Equinocultura de Brumadinho: entre grandes haras e pequenos currais

Há uma atividade no campo de Brumadinho que chama bastante a atenção: a equinocultura. A equinocultura é uma atividade que reúne criadores riquíssimos como, também, os menos capitalizados. Criam animais que se destinam ao lazer, às competições ou ao trabalho nas atividades de agropecuária.

A criação de cavalos é considerada por muitos uma atividade econômica da elite. Porém, existem criadores de cavalos pouco capitalizados e que dispõem de um número pequeno de animais, comercializando-os com menos tempo de vida para que possam obter algum lucro.

Há, em Brumadinho, pelo menos, 8 grandes haras de criação e cuidados de cavalos. São eles: Haras Felicita, Haras Capitão Lucão, Haras do Juarez, Haras Marina Sansão, Haras Recanto das Pedras, Haras RK, Haras Serra da Moeda e Haras Pontal. Esses haras se dedicam, principalmente, a criação de cavalos da raça Mangalarga Marchador e são reconhecidos nacionalmente pela qualidade dos animais que criam e por isso figuram no mercado, muitíssimo valorizado, desses animais.

Foi possível constatar que em Brumadinho a criação de cavalos e a realização de cavalgadas vem se estabelecendo como uma importante atividade no campo do município. De acordo com um dos funcionários da EMATER-MG em Brumadinho “[...] um outro potencial que a gente tem aqui são as cavalgadas. Aqui tem várias cavalgadas” (agrônomo EMATER-MG M, 2016). Elas acontecem por toda a área delimitada como rural do município, mas identificamos que as cavalgadas realizadas próximas ao condomínio Retiro do Chalé, na encosta da Serra da Moeda, são mais famosas.

Além dos criadores de cavalo que dispõem de área para poderem criá-los, há, também, os proprietários de equinos que não tem condições de cuidar dos animais durante a semana e, por isso, alugam baias onde deixam os seus animais sob os cuidados de pessoas especializadas. Além de oferecem o serviço de baias esses estabelecimentos equestres alugam animais para pessoas que estejam interessadas em participar de alguma cavalgada ou que deseja realizar um passeio.

Deve-se, portanto, sublinhar o fato de que os sitiantes, nomenclatura

comumente usada em Brumadinho para caracterizar os proprietários de segundas residências, localizadas na zona do rural do município, usufruídas, principalmente, para o lazer de final de semana e outros momentos do ano em que os proprietários não se encontram trabalhando (como férias e feriados) são os principais consumidores dos serviços oferecidos pelos proprietários de estabelecimentos equestres que oferecem baias para aluguel. Os sítiantes podem dispor de área e infraestrutura para poder criar o(s) seu(s) animais, mas para que isso seja realizado em sua propriedade, haveria grande dispêndio de dinheiro, além de ter que contar com mão de obra especializada. Constatou-se que os gastos que o sítiante tem com um cavalo para o lazer são bastante elevados, pois o cavalo lhe custou, aproximadamente, R\$3.000,00 e é usado em momentos de folga do trabalho que realiza na cidade, proporcionando-lhe um gasto mensal de, aproximadamente, R\$500,00 para pagar o aluguel da baia. Contudo, sem contabilizar outros valores que decorrem das necessidades do animal. Trata-se, claramente, de uma atividade de lazer realizada por pessoas que compõem as classes sociais mais abastadas.

As cavalgadas, as trilhas ou os passeios realizados com os cavalos no município não necessitam de, praticamente, nenhum tipo de infraestrutura para que seja realizado, diferentemente das corridas de cavalo, rodeios ou de provas hípicas. Em decorrência disso a instalação de condomínios residenciais no município foi apontada por um dos criadores de cavalo de Brumadinho como negativa, mesmo compreendendo que para alguns moradores do município tenha sido bom, principalmente, devido a geração de empregos, pois, em suas palavras, “[...] evolui, vem a evolução junto” (agricultor familiar R, 2016). Um dos sinais dessa evolução, ainda de acordo com ele, é o asfalto, apesar dele considerar que “[...] o asfalto não contribui para o cavaleiro” (agricultor familiar R, 2016). Esse paradoxo é interessante de se observar. Pois, para ele, enquanto rurícola, que compreende progresso, desenvolvimento e evolução de uma localidade a partir da implementação de elementos urbanos (como o asfalto) rechaça esses elementos quando relacionados às cavalgadas, pois durante a realização das cavalgadas o asfalto não contribui para um passeio confortável. Para os turistas que procuram visitar o campo aos finais de semana, as estradas de chão conservadas, ou seja, sem buracos ou pedras, podem figurar como um atrativo a mais, caracterizando o lugar como mais rústico em relação à cidade sem, no entanto, tornar o passeio desagradável. Mas ao se tratar, por

exemplo, do escoamento da produção agrícola o asfalto contribui enormemente, facilitando os deslocamentos, tornando-os mais rápidos e menos custosos. Ou nos deslocamentos das crianças e jovens rurais para as escolas em dias de chuva evitando que se atrasem ou não possam comparecer às aulas devido ao péssimo estado das estradas.

De acordo com um pequeno criador de cavalos de Brumadinho são poucas as pessoas no município que dependem economicamente da criação de cavalos, principalmente quando está se tratando de criatórios de cavalos, pois

[...] é o criatório que dá o gasto, que você tem o gasto de manter, tem o gasto de proprietário, tem o gasto de manter o haras, tem o gasto de fazer o cavalo para exposição que não é fácil, que é um gasto altíssimo. Esse gasto é um dos piores. Você tem com medicamento, tem com o peão, tem com o transporte, muita coisa que envolve. [...] porque esses outros que tem esses cavalos que vão para exposição, que tem esses gastos todos, eles tem uma outra atividade rentável que aqui ele faz mais de lazer, mais de esporte dele, mais um lazer de final de semana (agricultor familiar R, 2016).

Verifica-se, portanto, que os haras, ao menos em Brumadinho, não são algo lucrativo, onde capitalistas investem a fim de acumularem mais capital. Ademais, os haras figuram como propriedades particulares de cidadãos, onde criam as raças de cavalos que gostam e desfrutam do lazer que essa criação pode lhes render. Além do lazer, a vaidade pessoal também entra em cena quando se trata da criação, de grande porte, de cavalos de raça como os Mangalarga Marchador.

É muito vaidoso esse pessoal que eu acabei de falar. É muito vaidoso. Então eles querem ter um nome bom, querem ser reconhecidos no meio [...] é pelo reconhecimento. Muito vaidoso. Todos esses que eu falei, muito vaidosos. Tanto é que tem um desses que tem um haras por aqui que é coisa de novela. [...] Haras Serra da Moeda. Esse é trem de... você fica até com vergonha quando você entra lá dentro (agricultor familiar R, 2016).

Obviamente, trata-se de um lazer para poucas pessoas, já que os animais, a manutenção dos mesmos, das instalações e a mão de obra necessária geram custos extremamente elevados.

Tanto a criação de cavalos, como as atividades de lazer, esporte e turismo realizadas com esses animais, em Brumadinho, tem pouco apoio da Prefeitura local ou de outras entidades públicas. Isso advém da condição de parte dos interessados

na atividade, que como identificou-se, são, em grande medida, pessoas das classes mais ricas.

## 2.12. Turismo pode figurar como alternativa econômica para os residentes do campo em Brumadinho?

O turismo é aventado em diversos municípios brasileiros, que se situam nos mais diversos contextos, como uma atividade econômica capaz de gerar renda e desenvolvimento. Essa atividade é especialmente incentivada em municípios como Brumadinho que apresentam pouca diversidade econômica, visto que os principais empregadores do município são a Prefeitura, o Inhotim e as empresas de mineração. Em outros municípios do Quadrilátero-Ferrífero de Minas Gerais, como Mariana, essa situação de dependência econômica pode ser ainda maior. Portanto, a atividade turística é incentivada como uma alternativa a essa dependência.

Destacam-se como atrativos turísticos de Brumadinho a localidade de Casa Branca, o distrito de Piedade do Paraopeba, a rampa de voo livre localizada na Serra da Moeda (situados na face oeste da Serra da Moeda), Inhotim, além de pousadas e restaurantes dispersos pelo município.

Foi possível identificar que a exploração da atividade turística pelos empreendedores do setor no município de Brumadinho é feita quase que de forma isolada. Os turistas que procuram, por exemplo, a rampa de voo livre para praticarem algum tipo de esporte aéreo eventualmente exploram outros atrativos do município. Há, também, muitos turistas que se encaminham para o município a fim de praticarem outras atividades esportivas como *mountain bike*, *moto cross* e *trekking*, por exemplo, e que pouco exploram outros atrativos do município.

Apesar da grande dimensão do município e dos mais diferentes tipos de atrativos turísticos que o compõem o que se identificou foi que o principal tipo de turismo realizado em Brumadinho é aquele de final de semana para fins diversos como esportes, lazer, descanso e gastronomia, por exemplo.

### 2.12.1. A presença do Inhotim e os limites do turismo como atividade econômica em Brumadinho.

Em Brumadinho a atividade turística ganhou especial tônus a partir da instalação e abertura para visitação do Inhotim no ano de 2006, apesar do turismo rural, ecoturismo e o turismo de aventura estarem presentes no município há mais tempo como nos informaram os funcionários da Secretaria de Turismo e Cultura municipal.

Segundo Faria (2016)   possível compreendermos que o Inhotim   um importante vetor de urbanidade no município de Brumadinho devido   capacidade de atra o de turistas e de negócios que ele det m. Desde os anos de 1990 Bernardo Paz (proprietário do Inhotim), através das suas empresas, comprou uma enorme extensão de terras no local onde está instalado o museu, desterritorializando uma comunidade rural que contava com, aproximadamente, 300 moradores.

Ainda de acordo com Faria (2016) está prevista a constru o de outros empreendimentos pelo Inhotim que tende a ampliar a participa o do instituto na economia do município. Ademais, as diversas melhorias realizadas nas estradas do município, desde o início das atividades do instituto, facilitaram o acesso de visitantes e turistas, assim como podem contribuir para eleva o dos lucros de atividades que procurem se associar ao museu. Através das obras e melhorias nas estradas do município, principalmente aquelas que permitem a sua liga o com a rodovia federal BR-040, poderá se consolidar a liga o do Inhotim ao vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, reconhecidamente um vetor de expansão imobiliária de alta renda que congrega os municípios de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e, também, Brumadinho. Portanto, os benefícios econômicos, para o Inhotim, dessa liga o com a rodovia BR-040, são bastante óbvios. O turismo rural, o ecoturismo, as pousadas e restaurantes, bem como o lazer praticado na zona rural delimitada pelo município, tendem a se aproveitar da presença desse museu de grande capacidade atrativa transformando, assim, sobremaneira o campo.

Essa transforma o do campo pela atividade turística deve ser vista com bastante parcim nia, pois ela requer diversas outras a oes complementares para que possa gerar renda e emprego para a popula o do município. Uma a o

complementar fundamental que deve acompanhar a expansão de atividades de turismo em uma determinada localidade é a capacitação da população interessada. No caso de Brumadinho, segundo funcionários da Secretaria de Turismo e Cultura do município, apesar de haver um grande número de pessoas do município trabalhando no setor não há qualificação, “então, hoje, em algumas atividades específicas do turismo, por exemplo: garçom, camareira, as vezes a gente tem dificuldade de encontrar esses profissionais em Brumadinho”(servidor público P, 2016). Com vistas a superar essa situação a Prefeitura local, através da Secretaria de Turismo e Cultura, já ofereceu, em diferentes oportunidades, cursos de capacitação e treinamento em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR):

[...] nós já trouxemos vários cursos, já trouxemos de garçom, recepcionistas em meios de hospedagem, voltados para a área de culinária: *pizzaíolo*. Agente de turismo, já trouxemos também de recepcionista. Trouxemos de auxiliar de cozinha, dentre outros. Sempre nós estamos trazendo esses cursos e esses programas de capacitação (servidor público P, 2016).

Um dos programas de capacitação que a Secretaria de Turismo e Cultura ofereceu à população de Brumadinho, em parceria com o SENAR, foi o Programa de Qualificação para Agentes de Turismo Rural com o objetivo de fazer com que os profissionais do setor de turismo local possam promover o município para além do Inhotim. “Então estão se formando agentes de turismo e o que eles irão fazer é promover o município, o interior do município. Todos aqueles produtos e serviços ali, além do Inhotim”(servidor público P, 2016).

Existem outras iniciativas que procuram promover o turismo no município para além do Inhotim, mas ainda são, como as desenvolvidas pela Prefeitura de Brumadinho, de pouca expressividade e bastante recentes. Merecem, portanto, maior atenção do poder público local para que possam, de fato, desenvolver esse setor econômico.

2.12.2. Inhotim: fraco indutor turístico em Brumadinho, porém franco indutor urbano no contexto regional.

Um dos funcionários da Secretaria de Turismo e Cultura de Brumadinho compreende que o Inhotim desempenha um papel muito importante no município, pois

[...] você tem um município aí que cresceu muito incentivado pela exploração mineral. Você tem várias famílias voltadas para isso. [...] aí você vem com o Inhotim impactando essa turma de 14, 15 anos. Então, quer dizer, pegando uma parte da família e trazendo para uma outra dinâmica, com uma outra mentalidade, já introduzindo isso na cabeça das pessoas. O Inhotim promove isso. A interação entre os jovens. O primeiro emprego. Então você vem tendo uma mudança dos conceitos, que havia uma certa desconfiança sobre o que é isso. Inhotim? O que é isso? [...] hoje está incorporado exatamente porque ele está criando essa abertura com as comunidades também. Que é fundamental dentro do processo de aceitação e assimilação e pertencimento deles junto das pessoas (servidor público R, 2016).

Mas até que ponto o Inhotim tornou a população brumadinhense menos dependente das empresas de mineração se o capital utilizado para construir o instituto veio das atividades de mineração realizadas pelo seu proprietário? Se uma parte considerável dos recursos financeiros utilizados pelo Inhotim provém de um dos seus maiores patrocinadores que é a empresa mineradora Vale? Diante disso, a presença do Inhotim no município tende a eliminar ou atenuar conflitos relacionados com a mineração ao fazer com que a população identifique as empresas mineradoras como parceiras do desenvolvimento local, da arte, da cultura e da educação.

A presença do Inhotim em Brumadinho também deve ser vista com moderação no que se refere a capacidade de geração de emprego e renda, bem como para ampliar os negócios turísticos, pois, de acordo com um funcionário da Secretaria de Turismo e Cultura do município, o Inhotim vem se constituindo de forma independente e a

prova que o Inhotim tem essa independência do município como parceiro é só a gente pensar na oferta que ele está instituindo dentro dele. Começou apenas com algumas galerias e um restaurante, hoje você tem lá dentro 12 equipamentos de alimentação, constituíram-se uma pousada, um hotel, que já está na sua fase de finalização [...] e isso é bom? É, para o Inhotim. Mas para Brumadinho e para o turismo

em Brumadinho isso não é bom. Porque o turista ele fica ilhado. [...] então o município não se desenvolve. O destino não se desenvolve (servidor público P, 2016).

De acordo com Faria (2016, p.42, 43) as pretensões do empresário Bernardo Paz, proprietário do Inhotim, são de construir, pelo menos, a) um Hotel *Boutique* que se chamará Nhô e contará com 44 chalés de alto luxo e uma vila de apartamentos; b) 9 pousadas; c) um teatro; d) um Centro de Convenções; e) uma rua com lojas de marcas globais; f) aeroporto, e g) “vilas tecnológicas” destinadas a receber um grande número de moradores. Como bem demonstra Faria (2016, p. 44), para a execução desses projetos há a necessidade de obter um grande número de terras, visto que “o empresário já possui hoje uma área de aproximadamente 1.100 hectares (11.067.128 m<sup>2</sup>)”.

“Brumadinho é só Inhotim para visitação. É. Tem gente que nem conhece Brumadinho. Onde é a cidade de Inhotim?” (servidor público A, 2016). Essa é a fala de um dos funcionários da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Brumadinho ao ser indagado sobre a importância do Inhotim para o turismo rural no município. Essa sua opinião vai ao encontro, portanto, com a forma independente de atuação do Inhotim no município tratada logo acima. Essa percepção é compartilhada por outras pessoas que foram entrevistadas ao longo da pesquisa. Por exemplo, para um dos produtores rurais de Brumadinho “o pessoal vem visitar o Inhotim e pergunta: cadê? A cidade chama Inhotim. [...] Você vê que tem a placa para o lado da BR-381. Você vindo de BH pela BR-381 você vê a placa: INHOTIM” (agricultor familiar R, 2016). Enquanto que para um assentado da reforma agrária “o Inhotim está flutuando” (assentado da reforma agrária M, 2015), pois não colabora, de maneira efetiva, com o desenvolvimento rural local. Em certa medida, o Inhotim é um gerador de empregos, mas, de maneira geral, as oportunidades de trabalho que oferece são de baixa remuneração. E deve-se indagar: qual é o papel que Inhotim ocupa como *lócus* privilegiado da recepção de recursos provenientes da política de compensação ambiental?

Outro fato, impressionante, que colabora para entender como o Inhotim vem sendo representado como algo independente do município de Brumadinho foi a forma como o Ministério do Turismo, em 02 de abril de 2016, através do *Facebook*, informou que “Brumadinho, a cidade mais próxima a Inhotim, fica a 60km de Belo Horizonte”. Tal fato, proveniente de um erro grosseiro, é, contudo, exemplar, pois representa

fortemente o Inhotim como entidade independente do contexto onde está inserido.

### 2.13. Segundas residências em Brumadinho: extensão do modo de vida urbano industrial.

Há, também, em Brumadinho um grande movimento de proprietários de segundas residências (sitiantes) que se dirigem ao município nos finais de semana, feriados ou férias para aproveitarem as suas propriedades localizadas, geralmente, em áreas rurais. O IBGE classifica esses domicílios como “domicílios particulares não ocupados de uso ocasional”. O Censo Demográfico do ano 2000 constatou que o estado de Minas Gerais apresentava 289.006 domicílios nessa categoria, enquanto Brumadinho apresentava 2.315 destes domicílios. No Censo Demográfico de 2010 foram identificados 449.452 domicílios de uso ocasional no estado enquanto que em Brumadinho o número passou para 3.733. Ainda de acordo com o IBGE, através dos dados do Censo Demográfico de 2010, Brumadinho é um dos 140 municípios brasileiros que apresentam um percentual de 20,1% a 30% de domicílios particulares não ocupados de uso ocasional. Segundo Arrais (2013, p. 33), seria importante para a análise, contabilizar, não somente os domicílios particulares não ocupados de uso ocasional, mas, também, “[...] a ocupação de áreas sem edificação (lotes e glebas parceladas em condomínios fechados), pois são potenciais estoques para construção de residências secundárias”. Em Brumadinho, de acordo com o Plano Diretor do município, é possível identificar que as localidades de Piedade do Paraopeba, Casa Branca, Alberto Flores e Palhano apresentam índices consideráveis de lotes sem edificação. Em Piedade do Paraopeba, no ano de 2000, apenas 1% dos lotes de um loteamento aprovado em 1982 havia sido edificado, e em 2006, o percentual de lotes com edificação passou para 4%. Já a localidade de Casa Branca apresentava, no ano de 2000, apenas 7,4% dos lotes com edificações, e em 2006, esse percentual passou para 21,5%. Em Alberto Flores, no ano de 2000, 11,2% dos lotes contavam com edificações, e em 2006, 29% dos lotes. E, em Palhano, 30,8% dos lotes contavam com edificações em 2000, número que aumentou para 55,1% em 2006.

Apesar desses números serem de 2006, quando o Plano Diretor de

Brumadinho foi publicado, eles são bastante significativos pelo fato de evidenciarem uma considerável reserva de valor monopolizada por proprietários individuais ou grupos empresariais e que, certamente, impacta a questão habitacional e fundiária do município, ainda mais se somado à existência de um grande percentual de domicílios de uso ocasional como verificado pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Mesmo havendo a necessidade de atualização desses dados eles demonstram que a ocorrência de segundas residências no município de Brumadinho é elevada e, portanto, corrobora com a análise de que o seu território faz parte de um contexto espacial que se liga à expansão da urbanização da RMBH. Nesse contexto, segundo Arrais (201, p. 44) “É oportuno assinalar que a emergência contemporânea dos assentamentos de segunda residência guarda relação com a urbanização, com a expansão do tecido urbano, como anunciado por Lefebvre (1991)”.

De acordo com Arrais (2013, p. 35) “é oportuno não perder de vista que a denominação domicílio de uso ocasional designa um conjunto de situações espaciais que não se limitam ou mesmo não apresentam como único indutor a atividade turística”, visto que parte das pesquisas acerca do tema das segundas residências as associam à tal atividade. No caso de Brumadinho, é possível concordar com essa observação, não sendo prudente, portanto, adjetivar uma família, moradora da RMBH, que se desloque frequentemente – finais de semana, feriados e férias – para seus sítios, chácaras ou residências em condomínios residenciais fechados, situados em áreas rurais ou de expansão urbana, como turistas. Conquanto, não são turistas em virtude da própria condição de proprietários e da frequência dos deslocamentos realizados pela família, tornando a segunda residência fortemente vinculada ao cotidiano familiar. Enfim, as segundas residências demonstram a fragmentação do morar e a intensificação das formas de lazer privativos (ARRAIS, 2013, p.45).

### **3. RELAÇÕES CAMPO, CIDADE, RURAL E URBANO DIANTE DA PROBLEMÁTICA URBANA E ANÁLISE CRÍTICA DAS PROPOSTAS EM TORNO DO “NOVO RURAL”.**

A definição clara e exata sobre o que é campo e rural no Brasil é alvo de intensos e longos debates acadêmicos. Diversos autores, como Marques (2002), José Eli da Veiga (2007) e Suzuki (2007) enveredaram sobre esse debate, identificando que a dificuldade para se obter uma aceção clara sobre esse espaço decorre, em larga medida, da imprecisa definição oficial utilizada no país proveniente do IBGE. Esse órgão do governo federal utilizou, para a realização do Censo Demográfico de 2010, a definição de área rural como o espaço exterior ao urbano, ou seja, toda a área do município que não foi definida através de um procedimento legal como área urbana deve ser entendida como rural. Conforme Costa; Onofre dos Santos; Costa (2013, p.111) “Enquanto a área correspondente aos setores censitários urbanos é definida de acordo com a legislação vigente, os setores rurais são o efeito residual dessa mesma legislação” e que pode ser apontado como um dos fatores responsáveis, longe de ser o mais importante, pela desvantagem que o campo teve, historicamente, no âmbito das políticas de desenvolvimento econômico.

Os estudos que se debruçam sobre questões que tocam na forma de definição político-administrativa das áreas rurais ou urbanas, são de grande importância, já que algumas prefeituras delimitam determinadas áreas como urbanas com o objetivo de obterem maior recolhimento de tributos através do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Além do mais, em algumas municipalidades, os funcionários dos setores da educação e da saúde recebem um valor adicional para exercerem suas atividades em áreas rurais, entretanto, a transformação dessas áreas em urbanas, através de um procedimento político administrativo, pode servir para reduzir os valores presentes na folha de pagamento municipal. Entretanto, é possível depreender que as definições de áreas rurais ou urbanas utilizadas pelo IBGE decorrem das decisões tomadas no âmbito dos municípios, que apenas as referendam utilizando-as nos Censos Demográficos, bem como em suas mais diversas pesquisas. Esse é, portanto, um tema de fundamental importância, e que deve ser tratado no contexto da legislação

brasileira que rege o uso e o parcelamento do solo. E mais, a sua utilização decorre de uma opção teórico-metodológica que deve estar expressa na pesquisa. Geralmente é utilizada por pesquisadores que se valem, majoritariamente, de informações agrupadas em diferentes bancos de dados.

Haja vista a importância do tema e o envolvimento que o IBGE tem com esse debate, esse órgão do governo federal vem tornando pública a reflexão que vem fazendo em torno dessa temática. Em 2011 lançou o Atlas do espaço rural brasileiro com o objetivo de divulgar a forma como esse órgão federal tem procurado compreender o campo e o rural no Brasil, pelo menos, desde a realização do Censo Agropecuário de 2006. Segundo o IBGE (2011) essa publicação procura lançar luz sobre uma realidade bastante complexa, se comparada com as décadas anteriores, na qual as relações estabelecidas entre o campo e a cidade já não podem ser compreendidas, somente, a partir de uma leitura dicotômica. Trata-se de uma iniciativa tomada por parte do IBGE, para repensar as metodologias utilizadas em suas pesquisas, principalmente, os Censos Demográficos. Esse esforço ganhou publicidade em 2011 e apresentou o seu último resultado em 2017. Porém, parece que ainda não foi concluído.

Como indícios da superação das relações dicotômicas estabelecidas entre o campo e a cidade o IBGE (2011) ressalta a identificação de diversas atividades econômicas no campo, tornando-o um espaço não apenas de atividades primárias *stricto sensu*. Além do mais, dão destaque “[...] para uma integração intersetorial da economia e para a emergência da variável ambiental como elemento-chave” (IBGE, 2011, p. 10).

Apesar de continuar procedendo metodologicamente através da contagem populacional e identificação da principal atividade econômica desenvolvida no lugar o IBGE (2011, p. 243, minha ênfase) afirma sua nova forma de compreender o campo, o rural e as relações que esses estabelecem com as cidades e o urbano da seguinte maneira:

Longe da visão de dualidade rural-urbano que orientou os estudos, levantamentos e políticas voltadas para o meio rural e suas relações com o urbano, o enfoque atual refere-se a uma **nova ruralidade** que redefine o recorte rural-urbano no âmbito das sociedades capitalistas modernas. Este espaço rural associa **produção agrícola com outras atividades**, revalorizando e diversificando o meio rural com práticas atuais e modernas nas formas de produzir e de interagir com o urbano.

**A nova ruralidade é um processo que imprime desenvolvimento e constrói, num processo mais amplo, um novo hábitat e um novo território para a sociedade contemporânea.**

A nova ruralidade, segundo esse órgão do Governo Federal, compreende a pluriatividade, a “variável” ambiental e integração do campo com a cidade numa equação fortemente marcada pela ideologia do desenvolvimento sustentável. O campo deixa de ser visto de maneira abjeta pelos cidadãos. Contudo, passa a ser reforçado como espaço de consumo capaz de fornecer “[...] bem-estar a populações através de uma qualidade de vida melhor” (IBGE, 2011, p. 243). Trata-se, portanto, de uma visão simplista sobre o campo, o rural e as relações que podem ser estabelecidas com a cidade e o urbano, levando a crer que toda a população residente no campo poderá se beneficiar dessa nova ruralidade. Esse raciocínio nega, portanto, questões fundamentais como a reforma agrária, educação e saúde do campo, infraestrutura básica como água, esgoto e iluminação, dentre outros elementos que compõem o urbano e que não foram completamente “instalados” no campo. Contudo, Alentejano (2003, p. 40-41) é certo:

[...] a criação de um padrão de desenvolvimento no meio rural pautado pela equidade e pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, em consonância com a diversidade regional brasileira, não pode prescindir de uma estruturação radical da estrutura fundiária, razão maior das desigualdades econômicas e sociais existentes no meio rural brasileiro. E tal reestruturação jamais será consensual, pois atinge um dos pilares da riqueza e do poder no Brasil. Reordenar o espaço agrário brasileiro através de uma ampla e massiva reforma agrária é o passo primordial para construir um novo padrão de desenvolvimento rural, o que, por sua vez, é requisito fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o conjunto do país, rompendo com séculos de dependência, miséria e desigualdade.

Conquanto, afirmar o potencial de desenvolvimento do país, principalmente do campo, a partir dessa concepção de nova ruralidade, baseada no tripé pluriatividade, meio ambiente e integração com a cidade, não contribui, de maneira alguma, para ampliar a cidadania a todo o conjunto da população brasileira. Pois, a meu ver, não adianta o IBGE decretar o fim da visão dicotômica sobre as relações estabelecidas entre o campo e a cidade substituindo-a pela ideia de uma nova ruralidade e, para que, assim como fez o Barão de Münchhausen<sup>15</sup>, a população residente no campo

---

<sup>15</sup> Personagem da literatura fantástica que foi, em uma de suas diversas proezas, capaz de se salvar,

deixasse de figurar subalternamente diante dos interesses dos principais atores do modo de produção capitalista.

Já em 2015, como desdobramento do projeto do Atlas do espaço rural brasileiro o IBGE publicou o Relatório Técnico do Projeto Regiões Rurais, no qual iniciou a argumentação afirmando que o campo não pode ser mais marcado, apenas, pelos tempos lentos, em decorrência da inserção, de fato, do modo de produção capitalista industrial e urbano nesses espaços. E por isso, adverte que é fundamental realizar pesquisas periódicas sobre a forma como esses espaços se organizam em vista da velocidade das transformações que podem sofrer.

Trata, inclusive, de uma mudança do papel que o campo pode desempenhar na organização do espaço. Segundo o IBGE (2015) as cidades concebidas como únicos espaços capazes de controlar os fluxos em diversas escalas conviveriam, contemporaneamente, com a atuação do campo, fundamentalmente em decorrência do agronegócio mundializado, como pontos nodais dessa rede mundial de fluxos. Diante dessa perspectiva não haveria mais lugar para análises que levassem em consideração a dicotomia campo-cidade reconhecendo que há uma enormidade de fluxos que organizam o espaço sob uma divisão territorial do trabalho mais complexa do que aquela que associava o campo às atividades primárias e a cidade às atividades econômicas dos setores secundário e terciário. Entretanto, essa rede mundial de fluxos tem como seus principais pontos nodais as cidades mais importantes dos países desenvolvidos como, por exemplo, Nova Iorque, Tóquio, Londres, Pequim e Paris.

Para o IBGE (2015), a partir dos anos de 1960 ocorreu uma mudança histórica “[...] sem retorno, de um Brasil rural para um **país predominantemente urbano**, virada essa que não se limite aos parâmetros populacionais/legais, mas de **profunda alteração nos padrões culturais** em direção a um complexo mundo urbano-industrial” (IBGE, 2015, p. 8, minha ênfase). E em outra passagem IBGE (2015) procura fundamentar a sua concepção de urbano com base no conceito “urbanização extensiva”.

Pode-se afirmar que nas últimas décadas do século XX ocorreu um processo de **urbanização extensiva** no Brasil através do qual a

---

juntamente com o seu cavalo, de um atoleiro arrancando-se dessa situação lamacenta ao puxar os seus próprios cabelos levando, consigo, entre as pernas, o cavalo que montava.

influência do ritmo e do **modo de vida urbano atingiu e submeteu o campo à sua cultura e condições de consumo e produção**, eliminando a separação entre o rural e o urbano e unificando a problemática regional/rural e urbana tornando-se mais afinada a uma abordagem relacional do território brasileiro (IBGE, 2015, p.12, minha ênfase).

Diante, portanto, de um processo iniciado nos anos de 1960 e com fortes implicações nas décadas de 1980 e 1990 o IBGE procurou repensar a sua concepção teórico metodológica: de regiões agrícolas para regiões rurais (IBGE, 2015, p.9). O IBGE (2017) declarou que o tema das relações entre o campo e a cidade é um dos mais caros para a formação identitária dessa instituição. No documento “Classificação e caracterização do espaço rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação”, publicado em 2017, o IBGE parece estar próximo de concluir as reflexões que se propôs realizar, desde 2011, com a publicação do “Atlas do espaço rural brasileiro” (IBGE, 2011) passando pelo “Projeto Regiões Rurais – Relatório Técnico” (IBGE, 2015, minha ênfase) como se vê no seguinte trecho:

As transformações que ocorreram no campo e nas cidades nos últimos 50 anos vêm a demandar, nos dias de hoje, abordagens multidimensionais na classificação territorial. O rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea, portanto, a identificação de padrões dessas manifestações se constitui um desafio principalmente ao se considerar a extensão do território brasileiro. Em relação ao meio rural vale destacar elementos como o aumento das **atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais** na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas. Por outro lado, a **intensa urbanização vivenciada** no País deve levar em conta hoje não apenas os processos migratórios como também o **fenômeno da peri-urbanização** tanto pela difusão do modo de vida urbano quanto pela construção de novas zonas residenciais.

É possível demarcar, diante dessas 3 publicações, realizadas no intervalo de 6 anos, que o IBGE tem compreendido como atributos essenciais do campo, e das relações estabelecidas entre o campo e a cidade, no país os seguintes elementos:

- O campo não deve ser visto como palco exclusivo para as atividades do setor primário da economia.
- As atividades econômicas ligadas ao setor terciário são, paulatinamente, uma realidade no campo brasileiro.

- As famílias residentes no campo são, cada vez mais, pluriativas.
- A natureza passou a ser valorizada economicamente e não vista apenas como entrave às atividades econômicas realizadas no campo. O que guarda estreita relação com os três pontos acima se suportado pela ideologia do desenvolvimento sustentável.
- A urbanização subsumiu, em parte, o campo brasileiro, precipuamente no que tange ao consumo e a forma como as atividades econômicas são desenvolvidas nesse espaço.
- A mecanização tornou-se uma realidade nas atividades de agropecuária.

Apesar de considerarem que ainda devem refletir mais sobre as características que definem o rural e o campo, bem como as relações que se estabelecem entre eles, a cidade e o urbano, nesse mesmo documento publicado em 2017 o IBGE propôs uma tipologia de municípios alinhada a sua recente reflexão sobre as transformações nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade. Os critérios utilizados para essa tarefa foram a densidade demográfica e a acessibilidade da população a um centro urbano de considerável importância na rede urbana nacional. Portanto, essa classificação empreendida pelo IBGE permanece centrada no urbano. A tipologia proposta foi a seguinte: município predominantemente urbano, intermediário e predominantemente rural. E esse estudo concluiu, a partir dessa tipologia, que

[...] 76,0% da população brasileira se encontra em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26,0% do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros, foram classificados como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6% como rurais adjacentes e 5,8% como rurais remotos (IBGE, 2017, p. 61).

Portanto, apenas 26% dos municípios podem ser considerados como urbanos e concentram 76% da população, enquanto que a maior parte dos municípios brasileiros foi considerada rural. A proporção entre a população urbana e os municípios considerados como predominantemente urbanos permite visualizar o padrão extremamente concentrado de ocupação do espaço, o que está longe de ser um alento se compreendermos que as demandas desse contingente populacional urbano extrapolam os limites políticos administrativos dos municípios que ocupam. Quero dizer que o modelo de urbanização brasileiro, que tem 76% de sua população

considerada como urbana, assim como o de outros países, demanda muito mais espaço do que os limites político-administrativos dos 26% dos municípios considerados predominantemente urbanos. Em decorrência do modo de produção e consumo urbano-industrial-capitalista essas áreas urbanas exigem enormes fluxos de matéria e energia que extrapolam os limites políticos administrativos dos municípios, pressionando o campo ao exigir desses espaços água, alimentos, energia, recursos minerais e, inclusive, amenidades ambientais que pouco ou nada podem ser obtidos dentro de seus limites político administrativos. Conquanto, essas exigências contribuem, para em diversos casos, subordinar espaços e populações aos interesses e desejos desse modelo de urbanização.

E por isso, na minha pesquisa, concordo com Suzuki (2007, p. 144) ao afirmar que

o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro lado, há muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte. [...] A distinção entre o rural e o urbano, muito mais vinculada à lógica da reprodução das relações sociais que a materialidade espacial, campo e cidade, permite pensar que há rural na cidade e urbano no campo.

Contudo, levando em consideração essa premissa, o trabalho de pesquisa não se torna mais fácil, haja vista, ser necessário construir um caminho metodológico que seja frutífero esquivando-se de receitas prontas, procurando maior engajamento transdisciplinar – que não é tarefa de um único pesquisador – a fim de superar “[...] o dilema interpretativo do que seja campo e cidade, bem como as suas metamorfoses e as relações entre estas duas realidades socioespaciais” (SUZUKI, 2007, p. 146).

### 3.1. Pode-se falar em “novo rural”?

A fim de propor metodologias e análises para as relações socioespaciais estabelecidas entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, Eli da Veiga utilizou

diversos dados secundários como densidade demográfica e setor de ocupação da população sem refletir sobre a legislação concernente ao parcelamento e uso do solo consagrada pelo IBGE. Segundo Eli da Veiga (2007, p. 132) é possível afirmar, inequivocamente, que “não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas”. Não me proponho refutar os dados estatísticos aos quais esse pesquisador recorreu para sustentar as suas análises. Contudo, devo problematizar o uso desses dados procurando relativizá-los reforçando a importância das análises empíricas que poderão indicar a extensão e os impactos da urbanização para além das fronteiras político-administrativas das cidades, bem como identificar ruralidades nos mais diversos espaços. Ademais, as leituras dos dados provenientes de grandes pesquisas estatísticas, como o Censo Demográfico ou Censo Agropecuário realizados pelo IBGE, não devem ser feitas acriticamente sendo fundamental o estranhamento em relação a esses dados<sup>16</sup>.

Para sustentar a afirmação acima, Veiga (2007, p. 133) recorreu ao grau de artificialização dos ecossistemas, que segundo ele é a melhor forma de reconhecer a urbanização do espaço. Esse é um dado que pode ser obtido pelos números relacionados à densidade demográfica e pode servir para embasar um possível índice de pressão antrópica. De acordo com este autor (VEIGA, 2007, p. 133) as áreas naturais conservadas, praticamente intocadas, seriam as representantes dos espaços rurais mais legítimos, enquanto que as megalópoles estariam situadas no pólo contrário, por apresentarem elevado grau de artificialização. Portanto, essa concepção associa natureza à ruralidade sem refletir sobre os seus conteúdos.

Dessa forma, Veiga defende que a definição do espaço como rural deve se apoiar sobre a densidade demográfica que indicará o grau de artificialização ecossistêmica. Quanto maior a densidade demográfica, maior será a artificialização do ecossistema e mais urbano será aquele espaço. Conseqüentemente, imputa-se ao campo, e evidentemente, aos seus moradores, a função de “guardião(ões) da natureza”.

Partindo dessa concepção dual, de espaços mais e menos artificializados, Veiga (2007) identificou que o campo pode se apresentar, diante das relações urbano-

---

<sup>16</sup> Conforme uma das falas do Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida durante a Mesa 1 – Sociedade, desenvolvimento e cidadania na perspectiva do rural brasileiro, realizada no dia 28 de agosto de 2018, dentro da programação do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais que aconteceu nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

rurais (ou relações estabelecidas entre ecossistemas mais ou menos artificializados), sob três padrões básicos: a) um primeiro padrão, no qual prevalece a ideia de espaço como exportador de bens primários, b) outro padrão no qual seria possível identificar atividades que permitem a exportação de bens manufaturados e c) um terceiro padrão no qual

[...] **as vantagens comparativas se deslocam para o chamado setor 'terciário', pela atração de rendas geradas nas cidades**, que são importadas através dos deslocamentos de aposentados, turistas (inclusive o fenômeno da 'segunda residência', como as 'casas de campo' ou 'chácaras de recreio'), esportistas, participantes de eventos, etc (Veiga, 2007, p. 139, minha ênfase).

Ainda segundo Veiga (2007) a combinação desses 3 padrões, com a maior presença das atividades relacionadas ao terceiro padrão, e com as atividades dos outros dois, em formas menos agressivas ao meio ambiente, é encontrada nos espaços rurais mais dinâmicos. Portanto, é bastante evidente, no caso do campo de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, a presença desses 3 padrões com uma forte tendência de crescimento da participação das atividades ligadas ao lazer e turismo, apesar da permanência das atividades de mineração em grande escala. Esse município apresentou, na última década, o crescimento do setor terciário em seu campo, fortemente associado à dinâmica de expansão metropolitana da região sul da cidade de Belo Horizonte e à instalação do Inhotim.

Levando em consideração os padrões estabelecidos por Veiga (2007) o campo em Brumadinho se comportaria como as regiões rurais mais dinâmicas decorrente do fenômeno da “nova ruralidade” que transformou a configuração anterior desse espaço fornecendo-lhe conteúdo fortemente marcado pela presença do setor terciário. Entretanto, o “novo rural”, nos termos de Veiga (2007, p.146), surgem em contextos de prosperidade econômica que permitem alcançar a

[...] conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, através das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis.

A partir desses critérios é possível afirmar que no Brasil dificilmente serão encontradas essas “regiões rurais dinâmicas”. Pois, em um país, onde temas tão

fundamentais para o campo, como a Reforma Agrária, ainda são assunto de polícia, longe se está de atingir um contexto mais igualitário de desenvolvimento econômico. Deve-se, ao menos, duvidar de propostas autointituladas modernas que afirmam, dentre outras coisas, que a Reforma Agrária não seja fundamental para minimizar a pobreza no campo (cf. GRAZIANO; NAVARRO, 2015). Ao contrário do que diz, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus cadernos de conflitos no campo, que a necessidade da Reforma Agrária é urgente para que se possa frear a violência no campo, visto que ocorreram 61 e 71 assassinatos no campo nos anos de 2016 e 2017, respectivamente, sendo os mais elevados desde quando a CPT iniciou a publicação sistemática de seus registros em meados da década de 1980<sup>17</sup>. Esses registros guardam estreita relação com o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, finalizado no ano de 2016, escancarando a face violenta da política capitaneada, principalmente, pela “[...] bancada dos 4-B (Boi, Bala, Bíblia e Banco) que vem protagonizando as diferentes ações contra os assentamentos, contra os direitos indígenas, dos quilombolas, à legislação ambiental” (PORTO-GONÇALVES et al., 2017, p. 34). No âmbito do município de Brumadinho, apesar de eu não deter nenhum registro oficial relacionado a casos de violência, foi evidente a mudança de postura das pessoas que eu encontrei e pude conversar ao longo dos anos de realização dessa pesquisa. Durante o ano de 2015 até meados de 2016 foi possível perceber que as pessoas estavam mais receptivas e dispostas a conversar sobre as questões que lhes incomodavam, entretanto, a partir do segundo semestre de 2016 muitas pessoas começaram a se esquivar, procurando evitar falar sendo, inclusive, mais difícil marcar entrevistas após esse período. Ademais, importantes lideranças locais que ocupavam cargos na administração local foram exonerados, afastados e/ou tiveram seus salários reduzidos após a mudança na gestão decorrente das eleições municipais no ano de 2016. Além disso, a contratação de algumas dessas lideranças, por parte de outras prefeituras da RMBH, que estavam prestes a ocorrer não foram concretizadas sem justificativas claras. Ademais, essas lideranças ainda relataram que sofreram ameaças de violência física como, por exemplo, perseguições por automóveis nas estradas da região como tentativa de forjar um acidente automobilístico.

---

<sup>17</sup> Ver a coleção de Cadernos de Conflitos publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra. Disponível em <https://cptnacional.org.br/>.

Diante desses dados da CPT e depoimentos colhidos no decorrer da pesquisa, deve-se reiterar o despautério daqueles que, diante da configuração desse “novo rural”, decretam a erosão do paradigma agrário que enfatizava a importância das políticas de desenvolvimento agrário alicerçadas sobre os aspectos produtivos e a necessidade premente da Reforma Agrária como fazem Favareto (2006, 2007) e Buainain et al. (2013). Segundo Buainain et al. (2013, p. 116) “O tema da reforma agrária, concretamente, perdeu sua relevância, e a insistência (e correspondente alocação de recursos) em ações estatais nesse campo não encontra nenhuma justificativa razoável.” Nos últimos anos<sup>18</sup>, o sociólogo Zander Navarro, tem ministrado palestras, nas quais profere o fim da necessidade de políticas de desenvolvimento agrário como a Reforma Agrária e, também, trabalha pelo detrimento da agroecologia. A seguir reproduzo uma das telas de sua apresentação no senado federal, realizada no dia 04 de dezembro de 2016, que sintetiza bem as ideias que esse conjunto de autores do “novo rural” procuram defender com essa tese (NAVARRO, 2016):

Figura 9 – *Slide* produzido por Zander Navarro que sintetiza as ideias em torno do que propõe como “novo rural”

## O Brasil e o mundo rural contemporâneo

---

### **Tema 4. As implicações (sociais, tecnológicas)**

1. O “tempo histórico” da **reforma agrária se esgotou** – nenhum argumento justifica mais tal política pública
  2. Não há mais tempo para criar um “caminho tecnológico” **radicalmente alternativo** à agricultura moderna: **a “agroecologia” não é esse caminho.**
  3. É preciso difundir, urgentemente, o **acesso à tecnologia moderna** para a vasta maioria dos produtores rurais de menor porte

Fonte: Apresentação através de *slides* feita por Zander Navarro com o título “O mundo rural brasileiro: seis tendências” em 2016.

<sup>18</sup> Tomo por base duas palestras que o Engenheiro Agrônomo em tela proferiu no ano de 2016. A primeira, realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, requerida pela senadora Ana Amélia (PP-RS) como audiência pública com o objetivo de discutir o conteúdo do livro “Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra” de autoria conjunta de Zander Navarro e Xico Graziano, publicado em 2015. E a segunda, realizada em dezembro, por ocasião do Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais 2016, promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.

Como os autores da corrente do “novo rural” não levam em consideração em suas análises as relações de poder acabam concluindo que o paradigma agrário encontra-se obsoleto e deve ser decretada a sua erosão. Entretanto, Porto-Gonçalves et al. (2019b) recorre aos dados sobre conflitos no campo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino para afirmar que

O ano de 2018 registra um acirramento dos conflitos por terra no Brasil. Com relação à extensão de terras (hectares) em disputa no território brasileiro, houve, de 2017 para 2018, um aumento da área em disputa de 6,5%, com cerca de 39 milhões e 425 mil hectares implicados em conflitos no campo, em 2018, contra 37 milhões e 19 mil hectares, em 2017. **Registre-se que a área de 39 milhões e 425 mil hectares implicada em conflitos em 2018 corresponde a 4,6% da área total do país, o que dá a dimensão da importância da terra, e tudo que nela está implicado, na atual conjuntura brasileira. Permitam-nos frisar: em um só ano, cerca de 40 milhões de hectares, ou seja, 4,6% da área territorial do país, estava sendo objeto de disputa. Não há a menor dúvida que há uma questão (de reforma) agrária em aberto** (PORTO-GONÇALVES et al. ,2019b, p. 104, minha ênfase).

Portanto, como os autores da corrente do “novo rural” não levam em consideração em suas análises as relações de poder ignorando dados como esses, acerca da enorme extensão de terras e famílias implicadas em conflitos sociais por terra e por água no Brasil, se aventuram ao afirmar a obsolescência da reforma agrária e do paradigma agrário.

Ainda segundo Favareto (2007), a erosão do paradigma agrário está acompanhada da crescente racionalização econômica da vida no campo que interfere, inclusive, em uma das principais características das populações rurais: o contato mais íntimo com a natureza. Navarro (2015) defende essa tese afirmando que o mundo rural brasileiro encontra-se, desde os anos 2000, imerso em uma sociabilidade capitalista que está “[...] ancorada em um binômio [...]: a multiplicação de mercados e a decorrente monetarização da atividade e, também, da própria vida social do campo” (NAVARRO, 2015, p. 187). Conforme Porto Gonçalves (2002) falar de racionalidade passou a significar falar de um determinado tipo, qual seja, aquela que se funda nos parâmetros da ciência em detrimento de outras formas de conhecimento (não científicos). Novas formas de relacionamento com a natureza passam a ocorrer, contudo, sob princípios, cada vez mais, racionais (tecnocientíficos). Conquanto, para a consolidação dos espaços do “novo rural”, essa relação mais racional com a

natureza deve ser aproveitada com o objetivo de captar rendas urbanas, principalmente através do mercado imobiliário (primeira ou segunda residências) e do turismo (rural, ecológico ou de aventura, por exemplo). Para Favareto (2006) um tipo ideal de nova ruralidade poderia ser medido quando

Um determinado padrão de urbanização associado a características morfológicas do território, envolvendo o meio ambiente e a estratificação social, favoreceu a que ali se criasse uma forma de uso social dos recursos naturais onde a busca pela conservação encontra correspondentes em formas de dinamização da vida social. A diversificada economia local conta com um alto grau de integração econômica e de coesão territorial. Paisagem, cultura e economia se entrelaçam de uma maneira a fazer com que se consiga associar a dinamização econômica com bons indicadores sociais e com desempenho positivo em indicadores ambientais.

Portanto, a dimensão ambiental é fundamental para caracterização do que esse autor, junto com outros já apontados acima, procuram fazer sob o título de “nova ruralidade”. Contudo, parece que a ênfase na dimensão ambiental e seu entrelaçamento com a cultura e a economia, como defendem Veiga (2004) e Favareto (2006), a fim de dinamizar a economia encontra-se alicerçada sobre a ideologia do desenvolvimento sustentável em seu sentido de "adequação ambiental" ou "modernização ecológica" (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

José Graziano da Silva (1997) vem, desde os anos de 1990, refletindo sobre as mudanças pelas quais os espaços rurais tem passado indicando a sua transformação para algo novo, em decorrência da presença, cada vez maior, de atividades econômicas não-agrícolas e, conseqüentemente, de agricultores em tempo parcial. Em parte, a presença das atividades econômicas não-agrícolas no campo decorre do processo de urbanização, que incentivou a expansão do setor de serviços, especialmente, das atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Conquanto, não é o “mundo rural” que está criando outro tipo de riqueza, como afirmou Graziano (1997), já que se trata da mercantilização de determinadas características presentes nos espaços rurais que são representadas em contraposição às da cidade, como, por exemplo, a proximidade com a natureza em relação ao “concreto” da cidade. Ou seja, baseia-se na ideia de que espaços rurais e urbanos possam ser diferenciados segundo graus de artificialização ecossistêmica. Concomitantemente, observa-se o crescimento do número de segundas residências de cidadãos nos espaços rurais representados como portadores de rara beleza, como aqueles que ainda comportam

áreas montanhosas ou lacustres, por exemplo.

Partindo de uma revisão dos estudos e propostas sobre o espaço e desenvolvimento rural no âmbito dos Estados Unidos da América, da França e de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da literatura internacional, concernente ao tema, Abramovay (2003, p. 25) identificou características gerais que permitem uma definição de campo. São elas: o contato mais imediato com a natureza, a ocorrência de áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. Tal proposição está de acordo com a conjectura de Veiga (2007) acerca do grau de artificialização ecossistêmica, pois ambas se baseiam na densidade demográfica como indicador fundamental para a classificação de espaços como campo ou cidade.

Favareto (2006) também concluiu que as transformações socioespaciais em curso no Brasil, permitem estabelecer uma nova forma de organização socioespacial rural, tornando-se primaz as atividades ligadas ao setor de serviços, principalmente lazer e turismo (em detrimento das atividades de agropecuária), que tendem a se aproveitar de uma condição ímpar do campo: sua baixa densidade demográfica que, segundo os autores da mesma corrente (VEIGA, 2004, 2007; GRAZIANO, 1997) indicaria uma menor artificialização ecossistêmica e, portanto, uma relação mais próxima da natureza.

Abramovay (2003, p.26) afirma que a relação com a natureza, no campo, foi alçada à categoria econômica, considerada uma “[...] promissora fonte de geração de renda rural” assim como afirma Favareto (2014, p. 1112) acerca da proximidade com a natureza:

[...] os recursos naturais, antes voltados para a produção de bens primários, são agora crescentemente objeto de novas formas de uso social, com destaque para a conservação da biodiversidade, o aproveitamento do seu potencial paisagístico e a busca de fontes renováveis de energia.

Portanto, essa relação estabelecida entre camponeses com o território deixa de ser uma característica forjada por eles, ao longo de uma íntima e ancestral afinidade, que lhes permitem, por exemplo, identificar as condições meteorológicas, pedológicas e hidrológicas sem recorrerem, necessariamente, à métodos científicos conve

ncionais.

Ainda segundo Abramovay (2003, p. 26) a valorização econômica da natureza, associada aos ambientes rurais, ocorreu, fortemente, nos Estados Unidos da América durante os anos de 1980. Contudo, ela se tornou mais nítida e evidente nos países da Europa ocidental. E isso também se tornou visível no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990. Veiga (2004) resume esse “consenso” acerca, segundo ele, do novo rural (ou ruralidade avançada) nos países do norte, principalmente os EUA e os países da Europa Ocidental, através do quadro 2.

Desses 10 pontos que Veiga (2004) listou como parte de um “consenso” obtido através das reformulações político-econômicas para o desenvolvimento rural feitas pelos países centrais em decorrência das transformações geopolíticas das décadas de 1980 e 1990 é possível verificar que a dimensão ambiental é estruturante como pode ser lido através do Quadro 2 apresentado na página seguinte. Contudo, baseada em sua valorização econômica que é construída no contexto das relações estabelecidas entre campo, cidade, rural e urbano nas quais, o campo e o rural apresentam como conteúdo a dimensão ambiental e cultural que o urbano e as cidades não detêm, como vegetação, água, relações sociais mais afetivas e tradições que proporcionariam melhores condições de vida à população em contraposição ao modo de vida urbano industrial.

Entretanto, a valorização do campo marcado pelos aspectos naturais não se dá sem contradições, pois estudiosos europeus (confira, por exemplo, FIGUEIREDO, 2001) alertam para o fato dessa valorização ocorrer em detrimento do aspecto produtivo, ou até, de que essa valorização tende a opor um espaço produtivo e um espaço pós-produtivo. Abramovay (2003, p.29) afirma que

[...] a medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover –, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.

Contudo, é importante ressaltar que se deve, também, debater a forma como se dá a exploração da terra e as relações sociais no âmbito das atividades de agropecuária para que se atinja práticas menos predatórias.

Quadro 2 – 10 Pontos listados por Veiga (2004) a fim de resumir o que ele nomeou por consenso básico, de meados dos anos de 1990, sobre a Ruralidade Avançada.

1. As zonas rurais, que englobam os locais de residência de um quarto da população europeia e de mais de um quinto da americana, e mais de 80% dos dois territórios, caracterizam-se por tecidos culturais, econômicos e sociais singulares, um extraordinário mosaico de atividades e uma grande variedade de paisagens (florestas e terras agrícolas, sítios naturais incólumes, aldeias e pequenas cidades, centros regionais, pequenas indústrias etc.).
2. As zonas rurais, bem como os seus habitantes, formam uma autêntica riqueza para suas regiões e países e podem ser bem competitivas.
3. As maiores partes dos espaços rurais europeus e norte-americanos são constituídos por terras agrícolas e florestas que influenciam fortemente o caráter das paisagens.
4. Dado que a agricultura certamente permanecerá como importantíssima interface entre sociedade e ambiente, os agricultores deverão cada vez mais desempenhar funções de gestores de muitos dos recursos naturais dos territórios rurais.
5. Mas a agricultura e as florestas deixaram de desempenhar papel predominante nas economias nacionais. Com o declínio de seus pesos econômicos relativos, o desenvolvimento rural, mais do que nunca, deve envolver todos os setores socioeconômicos das zonas rurais.
6. Como os cidadãos europeus e norte-americanos dão cada vez mais importância à qualidade de vida em geral, e em particular a questões relativas à saúde, segurança, ao desenvolvimento pessoal e lazer, as regiões rurais ocuparão posições privilegiadas para satisfazer tais interesses, oferecendo amplas possibilidades de um autêntico desenvolvimento, moderno e de qualidade.
7. As políticas agrícolas deverão se adaptar às novas realidades e desafios colocados, tanto pelos desejos e preferências dos consumidores, como pela evolução do comércio internacional. Deverá haver, sobretudo, uma adaptação que impulse a transição de um regime de sustentação de preços para um regime de apoios diretos.
8. Os subsídios estabelecidos pelas respectivas políticas agrícolas serão crescentemente contestados. É já ampla a aceitação de que apoios financeiros públicos devam ser cada vez mais condicionados a uma adequada gestão dos recursos naturais, à manutenção e ao reforço da biodiversidade e das paisagens culturais.
9. As reformas das políticas agrícolas da primeira metade da década de 1990 conservaram inconsistências, duplicações e alta complexidade jurídica, apesar de inegáveis avanços em termos de transparência e eficácia.
10. Torna-se absolutamente necessário promover a capacidade local de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais e, nomeadamente, iniciativas privadas e comunitárias bem integradas a mercados globais.

Fonte: VEIGA (2004, p. 59).

Ou seja, não se trata somente de uma maior valorização da natureza,

especialmente sob parâmetros econômicos, mas sim de outras formas de relação como diversas experiências agroecológicas vem demonstrando.

Como já foi dito, a densidade demográfica é um dos indicadores utilizados pelos estudiosos da “corrente” do “novo rural” para se compreender a forma como esse espaço vem sendo organizado e produzido contemporaneamente. Segundo Abramovay (2003) a baixa densidade demográfica presente nos espaços rurais não deve ser encarada, apenas como sinônimo de esvaziamento do campo, pois constatou-se que nos países europeus ocidentais e nos EUA ocorreu um considerável fluxo migratório populacional em direção a essas áreas. São pessoas que não se ocupam, fundamentalmente, das atividades relacionadas a agropecuária, mas que procuram no campo aspectos que não encontram facilmente nas cidades como a presença de áreas verdes e a possibilidade de residirem em casas com quintais. Conquanto, parece ser primordial que haja infraestrutura de transportes eficiente para que possam realizar periodicamente deslocamentos para a cidade próxima a fim de trabalharem (diariamente, por exemplo) ou para consumirem produtos e serviços em supermercados ou bancos, por exemplo, já que parecem se encontrar “umbilicalmente” ligados às cidades.

Assim como Veiga (2007) e Graziano (1997), Abramovay (2003, p.33) encara o “novo rural” como uma possibilidade de desenvolvimento e de geração de renda. Se uma das principais características desse “novo rural” é a sua baixa densidade demográfica, seria fundamental mantê-la para que o desenvolvimento e a geração de renda permaneçam. Mas, como controlar a ocupação do campo, evitando torna-lo densamente povoado? Quais seriam as ações necessárias para que isso seja efetivado? As camadas mais pobres da sociedade também alimentam o mesmo desejo de morar no campo? Melhor: são tocadas por um discurso que representa o campo como um lugar aprazível para se morar? Sabendo-se que os serviços de comunicação e de transportes no Brasil são, de maneira geral, precários, já que não são rápidos, confortáveis e eficientes, morar no campo e trabalhar na cidade exige do indivíduo que faz tal escolha maiores gastos. Ele deverá contratar serviços especializados de comunicação (internet e telefonia celular, que não se encontram amplamente disponíveis no campo) bem como possuir automóvel para os seus deslocamentos o que amplia a inserção dessas famílias em uma sociedade fortemente marcada pelo consumo.

Pires (2003, p. 305) ao estudar a evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima em sua dissertação de mestrado associou o automóvel a um estilo de morar que tem fortes ligações com o modelo de organização espacial estadunidense. E mais, em decorrência da falta de transportes públicos eficientes o automóvel cumpre mais do que a função de deslocamento, pois contribui para ampliar a desigualdade socioespacial.

Como na Londres do século XIX, o subúrbio londrino ou a cidade jardim de Howard (1996) se utilizou do trem, tipo de transporte que permite a apropriação perfeita do subúrbio. No caso do subúrbio americano, o automóvel substitui o trem como transporte possibilitando outro tipo de *vantagem*: a individualidade do transporte permitida pelo meio de acessibilidade e a desigualdade existente entre classes no Brasil que inibe o amplo acesso à sociedade de consumo, transformaram o veículo individual em artigo de luxo, e os moradores desses bairros, em privilegiados. Todos esses elementos: acessibilidade, qualidade de vida e conforto associado à noção da segurança estiveram associados à propaganda do estilo Alphaville de morar. Somados a eles está o *status* da moradia em *condomínio*, elemento da cultura moderna que faz duas associações: a do culto ao carro e o culto ao lugar sofisticado da moradia (PIRES, 2003, p. 305).

Diante disso, as camadas mais pobres da sociedade apresentam condições para residirem no campo e trabalharem nas cidades? Ou se trata de um movimento realizado apenas pelas classes mais abastadas da sociedade?

No caso de Brumadinho, a institucionalização de um grande número de unidades de conservação e a ocupação de uma parte considerável do município pelas empresas mineradoras (que impactam fortemente e negativamente o ecossistema onde operam), podem ser indicados como fatores que permitiram a permanência da baixa densidade demográfica, visto que essas áreas e suas adjacências contam com algum tipo de impedimento legal para serem ocupadas. Além disso, a valorização econômica das áreas rurais, representadas como pouco artificializadas, pelos empreendedores imobiliários tende a tornar o preço da terra elevado, atalhando grande parte da população de residir nesse espaço.

Enfim, é possível conjecturar que a tendência do campo valorizado como ambiente natural permaneça com baixa densidade demográfica caso não sejam criados postos de trabalho e não seja melhorada a infraestrutura de comunicações e transporte. Daí decorre a produção de espaços elitizados, com fortes traços de

segregação socioespacial, nos quais, apenas algumas parcelas da sociedade brasileira (geralmente associadas aos maiores estratos de renda) reúnem condições para morar ao mesmo tempo que desfrutam do acesso a serviços e bens urbanos sem comprometer a cidadania.

A produção desse “novo rural”, está associada a ampliação da mobilidade individual. O asfaltamento das vias que permitem as ligações entre campo e cidade, conjugada com uma sociedade baseada nos automóveis, permite com que as famílias citadinas se desloquem, periodicamente para o campo próximo às cidades onde residem para apreciarem a paisagem composta pelas amenidades rurais. Enquanto as classes mais ricas compram terras, com o objetivo de acumularem reservas financeiras e, também, construírem suas primeiras ou segundas residências, as classes menos abastadas se deslocam para o campo em busca de hospedagens, pesque e pague ou outros serviços de turismo e lazer que combinem a aproximação da natureza com as tradições rurais.

Ademais, fica a impressão de que a configuração do “novo rural”, como tratam Veiga, Abramovay, Graziano, Navarro e Favareto encontra-se, cada vez mais, sob a égide de vetores urbanos de produção espacial, aproximando-se, portanto, da noção de *continuum* da cidade com o campo. Pois, se conforma um espaço com elementos de uma natureza produzida para o consumo dos cidadãos, a fim de se refugiarem do caos das cidades. Trata-se, da produção intencional, por parte do capital, de uma natureza e do campo que se constituam, simbioticamente, como oposições ao caos, à poluição e outras mazelas da cidade, mas sirvam, também, como complemento do cotidiano dos cidadãos pertencentes às classes médias e mais abastadas.

Ademais, a valorização da natureza não está sendo realizada por cidadãos que se mantêm nas cidades? E quando passam a morar no campo, permanecem hiperconectados com a forma de viver nas cidades? Segundo Andersson et al. (2016) essa forma de produção do espaço corresponde a busca por uma “*quase-rural life privately*” que não pode ser tomada como fundante de novas relações socioambientais, pois indicam, a meu ver, a expansão e o aprofundamento do modo de vida urbano-industrial. A valorização da natureza é bem descrita pelo próprio Favareto (2007), pois é aquela das amenidades naturais que são consumidas através das atividades turísticas ou da constituição das segundas residências, que devem ser compreendidas como extensões da vida nas cidades. O próprio deslocamento

definitivo para o campo, a fim de se aproximar das amenidades naturais, está alicerçado sobre o modo de vida que a família estabeleceu anteriormente na cidade.

A avaliação realizada por Favareto, Veiga, Abramovay e Graziano acerca da configuração de um “novo rural” está baseada em uma leitura rasa e, conseqüentemente, equivocada da obra de Henri Lefebvre. Pois eles asseguram que o filósofo francês afirmou ao longo de seus escritos que os caracteres substantivos do campo e do rural se diluiriam diante da constituição da sociedade urbana. Entretanto, seria o fim do rural. Para Favareto (2006, p. 22) Lefebvre afirmou que houve a passagem completa de uma era industrial para uma era urbana através da Revolução Urbana. Ao fazer uma consideração como essa, tão infundada, Favareto (2006) nega a maior parte dos estudos e reflexões do filósofo francês que se dedicou a compreender, exatamente, a complexidade das transformações pelas quais o mundo ocidental estava passando, desde os anos de 1960, que indicavam o fim e o início de eras. Entretanto, sem que esse processo estivesse concluído por si só, sem a necessidade da ação humana, fundamentalmente, através de uma revolução que se baseia, inclusive, na forma de produção do espaço. Esse disparate está exposto da seguinte maneira em Favareto (2006, p. 22)

Segundo o filósofo e sociólogo francês, originalmente um pesquisador dedicado aos estudos rurais, a passagem para o último quarto do século passado havia representado a emergência da sociedade urbana, a sucessora da sociedade industrial: a Revolução Urbana.

Ainda segundo Favareto (2006) para uma crítica mais detida ao pensamento de Henri Lefebvre sugere consultar Veiga (2004). Nesse texto, Veiga (2004) insiste em uma de suas ideias centrais como solução para compreender o conteúdo do campo, do rural, da cidade e do urbano que é a associação, direta, entre ocupação do espaço e alteração do ecossistema, defendendo a existência de uma gradação de ecossistemas mais e menos alterados face a urbanização que estariam vinculados à densidade demográfica. Portanto, segundo essa lógica, áreas rurais apresentariam menor grau de alteração ecossistêmica, enquanto que as megalópoles apresentariam os mais elevados graus de alteração ecossistêmica, indicando, elevada urbanização. É fácil notar que esse autor compreende as relações estabelecidas entre a cidade e o campo pela perspectiva da continuidade entre esses espaços que são separados por graus de alteração ecossistêmica. Ainda de acordo com Veiga (2004) para sustentar

a crítica à Lefebvre ele afirma que a extinção da população rural indicaria a urbanização completa, contudo, não passa disso a sua análise da obra desse filósofo francês, que não é demais reforçar, se estende por mais de 30 livros produzidos ao longo de pelo menos 50 anos.

Segundo esses autores observa-se, em diversas partes do mundo, a capacidade do campo em atrair a população, representando um indício da permanência do rural. Ou seja, indicaria que a tese de Lefebvre está errada. Mas até que ponto a tese central de Lefebvre indica o fim do rural diante da urbanização completa da sociedade? Contudo, em quais fatores se baseia a capacidade de atração que o rural exerce sobre uma grande parcela da população mundial? São os mesmos fatores que caracterizavam os espaços rurais durante a era industrial? Inclusive, a era industrial é marcada pela oposição entre campo e cidade, na qual o campo é tido como lugar do arcaísmo e a cidade lugar de avanços. As transformações nos espaços rurais, das quais tratam esses autores, e que eles caracterizam como a emergência de um novo rural, não são, na verdade, traços de uma nova forma de produção do espaço na qual a dispersão e a desconcentração populacional e de atividades econômicas, proporcionadas pelos avanços empreendidos nos meios de transportes e comunicações, se impõe? **Não se trata, como bem definiu Lefebvre (2004) da implosão-explosão da cidade, num fenômeno que não tem em si a capacidade de anular a ruralidade e nem a urbanidade, mas sim, tornar mais forte a contradição entre segregação e integração socioespacial?**

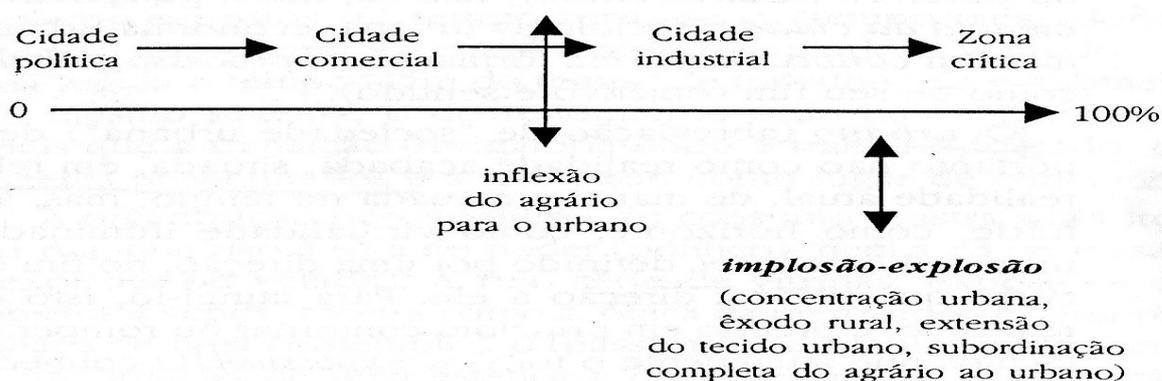
3.2.1. A era urbana pode ser reconhecida como uma superação, por completo, da era industrial?

De acordo com Lefebvre (2001) vivemos em um momento histórico no qual o processo de urbanização é total e que as diferenças, antes existentes entre a cidade e o campo, que os colocavam como lados opostos e dicotômicos, tornaram-se mais sutis fazendo com que as relações estabelecidas entre esses espaços ficassem mais complexas, haja vista a extensão do tecido urbano. Esse tecido urbano refere-se, não apenas a uma malha física, de edificações, “[...] mas a uma lógica, a um conteúdo

social, que é a lógica surgida com a industrialização que leva a prevalência das trocas, da compra e venda e do mundo da mercadoria, do dinheiro e do capital” (SOBARZO, 2004, p. 59).

Nos anos de 1960, Lefebvre (1978b, p.227) indicou a sua preferência em denominar a sociedade como “urbana” frente a outras qualificações, como: sociedade industrial, técnica, de consumo, do lazer, etc.. A urbanização completa da sociedade, antes de estar acabada, pronta, é, também, uma tendência. Doravante, a sociedade urbana como **hipótese teórica**, apontada pelo filósofo francês em meados do século XX, permite um marco inicial de reflexão: a urbanização cem por cento (LEFEBVRE, 1978b, p. 227).

Figura 10 - Eixo espaço temporal do processo de urbanização total.



Fonte: Lefebvre (2004, p.27).

O filósofo Henri Lefebvre lançou a hipótese acerca de um eixo histórico para as sociedades no qual poderiam ser feitas duas marcas, sendo elas o 0% e o 100% de urbanização. Esta hipótese, portanto, vincula-se a um **objeto virtual**, nem por isso fictício, que pode estar além do constatável empiricamente, e que antecipa e prolonga uma tendência. Conquanto, dessa forma, reitera-se que o analista deve se preocupar pela produção do espaço e menos com as coisas no espaço (LEFEBVRE, 1991). Ademais, esse objeto virtual

[...] não é outra coisa que a **sociedade planetária e a ‘cidade mundial’**, além de uma **crise mundial e planetária da realidade e do pensamento**, além das **velhas fronteiras traçadas desde o predomínio da agricultura**, mantidas no curso do crescimento das trocas e da produção industrial (LEFEBVRE, 2004, p.28,29, minha ênfase).

Do 0% de urbanização, passando pelas cidades política e comercial, o conflito entre a riqueza imobiliária (propriedade fundiária) e o movente (mercadorias) é intenso. O campo ainda guardava primazia na relação com a cidade em decorrência, principalmente, da riqueza imobiliária. A cidade comercial encontrava-se, até então, “[...] como uma ilha urbana num oceano camponês” (LEFEBVRE, 2004, p. 23). A constituição do Estado, que já se esboçava como realidade sob o domínio do racionalismo, trouxe importante baliza: a inflexão do agrário para o urbano. O Estado se tornou o ente, por excelência, detentor da razão. O desenvolvimento da razão, cartesiana fundamentalmente, permitiu o descolamento das pessoas com relação à natureza (mundo tenebroso e misterioso). A realidade urbana passou, portanto, a mediar as relações entre sociedade e natureza. A inflexão do agrário para o urbano ocorreu pouco antes do surgimento da cidade industrial visto que

[...] essa inversão de sentido não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da existência do mercado. É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica (LEFEBVRE, 2004, p. 25).

A partir de então a cidade passa a ter um peso maior nas relações com o campo. Essas cidades europeias tem um caráter revolucionário em sua gestação. É a burguesia que rompe com o poder que estava instalado e admite a cidade como *locus* de suas relações.

A indústria compreendida como não-cidade, pois surge fora dela, com o objetivo de buscar matérias primas, obter energia e mão de obra, foi ao longo do tempo – portanto, do eixo que tende aos 100% de urbanização – procurando conquistar e penetrar a cidade. E, quando conseguiu, a fez explodir “[...] e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria” (LEFEBVRE, 2004, p. 25).

### 3.2.2. Zona (ou fase) crítica – contradições, incertezas, cegueira...

Precede a zona (ou fase) crítica o fenômeno descrito por uma metáfora emprestada da física nuclear: implosão-explosão da cidade,

[...] ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.)” (LEFEBVRE, 2004, p. 26, itálico no original).

Este fenômeno se associa, portanto, com a conquista da cidade comercial pela indústria após a inflexão do agrário para o urbano. Porém, ainda não se teria atingido o final dessa linha e, hodiernamente, vivenciar-se-ia, o que Henri Lefebvre nomeou como zona crítica, após a cidade industrial e o processo de implosão-explosão.

A fase crítica designa um campo cego (LEFEBVRE, 2004). Lefebvre (2004) utiliza o termo campo cego para indicar a existência de características obscuras da fase crítica que se situa, retomando o eixo espaço temporal da urbanização total, entre o industrial e o urbano. Serve para sublinhar as incertezas. **Mas a cegueira advém da incapacidade do olho que procura ver, mas não só, pois há ocultação.** De acordo com Lefebvre (2004, p. 38), procura-se compreender a sociedade urbana utilizando-se categorias, conceitos, que foram forjados ao longo da era industrial, sendo, portanto, necessário revê-los. Contudo, não se trata apenas de “[...] uma ausência de educação, mas de ocultação” (LEFEBVRE, 2004, p. 38). O campo cego implica ocultação e representações que não serão superadas através da iluminação do que se encontra sob a penumbra (LEFEBVRE, 2004, p.39).

O campo cego indica, portanto, a força que as ideologias e as representações apresentam, pois para Lefebvre (2004), a ideologia significa ocultamento que se dá através das representações. As ideologias são os cegantes que impedem de se olhar para o desconhecido (LEFEBVRE, 2004, p. 39). A era urbana, ainda por se completar, não superou, ao mesmo tempo, as eras anteriores, principalmente, ao se tratar de formações espaciais como a brasileira onde se acumulam, ainda sem solução, diversos problemas dessas três eras. O foco do olhar, evidentemente, por conta da

incompletude do urbano, encontra-se desviado e é, exatamente aí, que reside a tarefa do analista que se depara com o campo cego. Pois, por ser campo está posto à exploração e à ação, contudo há impedimentos decorrentes das ideologias que tendem a ofuscar a vista e desviar o intento<sup>19</sup>.

Ademais, a zona crítica marca a transição da era industrial para a era urbana. Ao se definir três grandes eras para a história humana ocidental (agrária, industrial e urbana) Lefebvre não decretou a supressão de uma pela outra integralmente. Não se trata de uma periodização excludente, na qual uma era implicaria no fim imediato da outra. O que se deve reter dessa periodização é o fato de se estar vivendo um momento diferente com relação às eras anteriores, pois os mais diversos componentes da vida estão em transformação, apesar de muitos ainda resistirem sem mudar. Entre a ausência e a presença encontra-se, portanto, a zona crítica.

Com a hipótese acima, Lefebvre (2008, p. 80 e p. 87) quis colocar em questão, teórica e prática, o conjunto da vida social, compreendendo que o fenômeno urbano se apresenta como realidade global, fundamentado sobre o deslocamento da problemática industrial para a problemática urbana. O deslocamento se dá, portanto, de uma problemática que tendia apenas para a homogeneização e uniformização para uma que evidencia, também, a diferenciação, em decorrência do amplo conjunto de redes e fluxos numa complexificação múltipla espaço-temporal (LEFEBVRE, 2004). Tal processo não se faz sem contradições e conflitos. Ao mesmo tempo em que se observa a integração de atividades de agropecuária às relações de produção capitalistas, como se vê, por exemplo, através do agronegócio e outras formas de desenvolvimento da agropecuária comercial, observa-se, também, inúmeras resistências e propostas de novas relações de produção que procuram escapar à homogeneização e uniformização característicos da era industrial decorrentes, por exemplo, das iniciativas agroecológicas. Assim como é possível verificar sobre as formas de produção do espaço associadas a metabolismos territoriais urbano e não-urbano como propõe Laschefski; Zhouri (2019). Conseqüentemente, a produção do espaço associa-se, ao mesmo tempo, à homogeneização e uniformização, assim como, à diferenciação com o recrudescimento dos conflitos resultando em um espaço

---

<sup>19</sup> “O urbano, velado, escapa ao pensamento que se cega e se fica apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual. As discontinuidades (relativas) entre o industrial e o urbano encontram-se, assim, mascaradas e ilusoriamente sedimentadas (assim como estiveram e frequentemente ainda estão entre o rural e o industrial)” (LEFEBVRE, 2004, p. 47, 48).

homogêneo-fraturado (LEFEBVRE, 2008, p. 49). No contexto da sociedade urbana a contradição se assenta sobre a integração e a segregação e não mais, apenas, sobre a oposição cidade e campo o que não indica o desaparecimento do campo, do rural e das atividades de agropecuária.

### 3.2.3. Oposições: campo – cidade e segregação – integração

Antes da inflexão do agrário para o industrial e para o urbano, o campo detinha certa preponderância ou autonomia diante das cidades política e comercial. O campo não era subalterno à cidade. A divisão social do trabalho existente não subjugava o campo frente a cidade. A divisão social do trabalho, materializada na divisão campo-cidade, estabelecida a partir do capitalismo industrial inaugurou a dominação da cidade sobre o campo.

A zona crítica representaria, dentre outras questões, uma outra forma de relação campo-cidade, pois

[...] as contradições não se situam mais entre a cidade e o campo. A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro 'riqueza-poder' e as periferias, entre a integração e a segregação (LEFEBVRE, 2004, p. 155).

A oposição segregação-integração é marcante, por exemplo, quando se analisa o agronegócio brasileiro. Os capitais mobilizados pela atividade do agronegócio são de grande magnitude, comparáveis a outras atividades exercidas no âmbito da cidade. A importância econômica que o setor do agronegócio vem recebendo no Brasil, desde a década de 1990, o torna central diante da política nacional. Segundo Porto-Gonçalves et al. (2019b) o bloco de poder fundado no capital financeiro e nos capitais de exportação de bens primários agrícolas e minerais ganhou maior força diante do ciclo de acumulação inaugurado pelo Plano Real (1994) que

[...] levou à reprimarização da nossa pauta de exportações e, ainda, viu cair a contribuição do setor secundário industrial no PIB de cerca de 26%, em 1994, para menos de 10% nos dias atuais. Acrescente-se

a continuidade da política financeira e de exportação de produtos agrícolas e minerais que caracterizaram todos os governos desde FHC, sem exceção (PORTO-GONÇALVES et. al., 2019b, p. 120).

Fazer parte da cadeia do agronegócio, mesmo que a atividade seja desempenhada no campo, pode significar compor a centralidade do poder político, econômico e social.

Para Henri Lefebvre (2001, p. 94, itálico no original)

a *segregação* deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente de rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano).

O par dialético segregação-integração decupa o cotidiano em fragmentos, transforma as dimensões da vida em espectros. Vida privada, lazer, transporte, trabalho encontram-se separados e a produção do espaço segue esse curso disjuntivo.

Sobarzo (2006, p. 58), ao analisar a obra de Henri Lefebvre, propôs que

a cidade pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico. O urbano corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

Assim também se procede com o rural e com o campo. Pois, seguindo a lógica da não dualidade, da não dicotomia no pensamento lefebvriano, o campo é “a base prático-sensível e o rural, a realidade social” e tanto o rural quanto o urbano, como morfologias sociais, em decorrência da atenuação das fronteiras entre campo e cidade, podem ocupar esses dois espaços. Obviamente, que, de acordo com Lefebvre, diante da era urbana, a influência da morfologia social urbana é enorme e é capaz, inclusive, de transformar (visto que nenhuma cultura é ou pode ser estática) a morfologia social rural, porém sem apagá-la. O domínio do urbano é inegável, mas sem que isso signifique a negação de um pelo outro.

### 3.2.4. Tecido urbano

A expansão da sociedade urbana é explicada por Lefebvre a partir de uma metáfora bastante elucidativa: o tecido urbano.

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 2004, p. 17, itálico no original).

O que o autor propõe com a proliferação do tecido urbano é, muito provavelmente, o que ele observou próximo à sua terra natal, na região dos Pirineus franceses.

O que se esboça, e se oferece aos olhos como o reflexo, impõe outra problemática que é a transição do rural para o urbano. Os problemas se sobrepõem, se exasperam: destino de uma terra marcada pela História, as tradições camponesas, os próprios camponeses. A industrialização se apodera de regiões até então negligenciadas. A urbanização, cuja importância cresce sem cessar, transforma o que existia anteriormente. (LEFEBVRE, 1978a, p. 11, minha tradução)<sup>20</sup>.

E é todo um conjunto de problemas e questões que se colocam a partir do tecido urbano e a formação, ainda que incompleta, da sociedade urbana. A ampliação do assalariamento, as rupturas e ameaças às tradições camponesas, a necessidade de novos conceitos e novas abordagens para se compreender a produção do espaço em decorrência, inclusive, do recrudescimento dos conflitos entre integração e segregação amplificados pela era urbana, que, ao invés de neutralizarem as contradições anteriores, por exemplo entre proletariado e burguesia, tendem a acentuá-las (LEFEBVRE, 1978a, p. 12).

Ao afirmar que o tecido urbano corrói a vida agrária Lefebvre (2004) estava se referindo às três eras de sua periodização com o objetivo de ressaltar a força da

---

<sup>20</sup> No original: “Lo que ahí se esboza, y se ofrece a los ojos como a la reflexión, impone otra problemática que es el tránsito de lo rural a lo urbano. Los problemas se superponen, se exasperan: destino de una tierra marcada por la Historia, las tradiciones campesinas, los campesinos mismos. La industrialización se apodera de regiones hasta entonces olvidadas. La urbanización, cuya importancia crece sin cesar, transforma cuanto existía anteriormente”(LEFEBVRE, 1978a, p. 11).

era urbana.<sup>21</sup> Trata-se, principalmente da transformação das heranças do feudalismo. E quando se trata de feudalismo deve-se ter especial atenção, pois essa é uma fase histórica europeia que não deve ser transplantada para o Brasil. Entretanto, a extensão do tecido urbano transforma a realidade dos camponeses e das atividades de agropecuária de diferentes maneiras sem significar a sua eliminação.

Mas como o tecido urbano se prolifera? Lefebvre não vê a metáfora do tecido urbano apenas como uma malha estendida sobre o território representando as formas urbanas. Para ele, uma representação ainda mais elucidativa da ideia do tecido urbano, seria a de uma “[...] espécie de proliferação biológica e uma espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras” (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

O tecido urbano carrega consigo, por onde expande, sistemas de valores e de objetos, mas sua expansão não é ilimitada, não se dá por todo o território com a mesma intensidade, e por isso, permite dizer que a “A relação 'urbanidade-ruralidade', portanto, não desaparece; pelo contrário, intensifica-se, e isto mesmo nos países mais industrializados” (LEFEBVRE, 2001, p. 12). Ou seja, a existência de grupos portadores de ruralidade, como os camponeses, em meio a expansão do modo de vida urbano industrial não é um contrassenso e deve receber a atenção do Estado com vistas à produzir ações direcionadas às suas particularidades. Inclusive, essas diferenças tem sido valorizadas como mercadorias, quando associadas às atividades de turismo e lazer, por exemplo, que visam atender aos interesses de cidadãos.

A implosão-explosão, ainda incompleta, está diante de nós. Convive-se com o prenúncio da era urbana e os resquícios da era industrial. Trata-se de um período de grandes reestruturações e transformações que, analogamente, traz incertezas.

A metáfora do tecido urbano, proposta por Lefebvre, pode ser analisada a partir de dois pontos de vista:

---

<sup>21</sup> “Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento)? Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes” (LEFEBVRE, 2004, p. 17). Contudo, é preciso reforçar, “[...] se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da *problemática urbana*” (LEFEBVRE, 2004, p. 27, itálico no original).

Se se puser os fenômenos em perspectiva a partir dos campos e das antigas estruturas agrárias, pode-se analisar um movimento geral de concentração: da população nos burgos e nas cidades pequenas ou grandes – da propriedade e da exploração – da organização dos transportes e das trocas comerciais, etc. O que resulta ao mesmo tempo no despovoamento e na 'descamponização' das aldeias que permanecem rurais perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequeno comércio local. Os antigos 'gêneros de vida' caem no folclore. Se se analisar o fenômeno a partir das cidades, observa-se a ampliação não apenas das periferias fortemente povoadas, como também das redes (bancárias, comerciais, industriais) e da habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 11)

Contudo, o que Lefebvre estabeleceu como sendo o movimento de expansão do tecido urbano, a partir do ponto de vista da cidade, apresenta enorme semelhança com a proposta de constituição do “novo rural”. Ou seja, a ampliação das redes e da habitação pode significar a extensão do domínio da cidade sobre o campo transformando-o de diversas maneiras. Por exemplo, poderá ocorrer o assalariamento da população do campo em atividades não agrícolas como as requeridas em loteamentos fechados destinados às segundas residências, que, conseqüentemente, poderá gerar uma grande diminuição das atividades de agropecuária correndo-se o risco de agravar problemas sociais e ambientais diversos.

O estudo das relações estabelecidas entre campo e cidade tornou-se extremamente complexo diante do advento, mesmo que incompleto, da sociedade urbana. Na verdade, é exatamente em decorrência da incompletude da constituição da sociedade urbana, ou seja, da fase crítica, que a dificuldade se impõe. A implosão-explosão da cidade, a expansão do tecido urbano, levou ao surgimento, por exemplo, de aglomerações secundárias como as cidades satélites. Também constituíram as periferias que se tornam cada vez mais distantes do centro. “Além de lugares com status, ao que parece, intermediários, mal definidos, nem cidade nem campo, ‘isolats’, ‘guetos’” (LEFEBVRE, 1986, p. 2).

### 3.2.5. Desruralização e incompletude urbana: características fundamentais do campo cego

Henri Lefebvre identificou que estava em curso a transformação da sociedade industrial a caminho de uma sociedade de outro tipo: a sociedade urbana. Nesse processo de grandes transformações, profundas, mas também sutis, não se previu, de antemão, a extinção do campo. O que Lefebvre trouxe em seus textos, acerca da sociedade urbana e das transformações sobre o campo, decorrem desse processo. Ou seja, de maneira geral, a forma como o campo se subordinava à cidade, ao longo da era industrial, não mais ocorre, pois algo novo está se estabelecendo. Índícios dessa nova era e da nova forma de relação entre campo e cidade são: proliferação de enclaves residenciais no campo destinados, tanto a primeira, quanto a segunda residências; elevação do número de atividades ligadas ao lazer e ao turismo que passam a ser realizadas no campo. Contudo, o que deve se afirmar é que o campo não se encontra subordinado à cidade, apenas como local de produção de alimentos, detentor de técnicas rudimentares e da imbecilidade. O campo, em decorrência da era urbana, se tornou um espaço com fortes ligações com a cidade, com vistas a servi-la por meio de outras funções como: lazer, turismo e moradia; alimentos e recursos hídricos; amenidades ambientais que reverberam sobre o clima como um todo. Todavia, a definição, inclusive, sobre a pertinência e existência do campo é, ainda, uma questão aberta, parte da fase crítica na qual a sociedade urbana se encontra, e caso sejam operadas análises com conceitos derivados da era industrial permanecerá em um campo cego.

A partir da produção intelectual de Henri Lefebvre é possível afirmar que em decorrência do advento da sociedade urbana ter-se-á a transformação das relações entre campo e cidade. Esse par não será mais capaz de definir, por si só, as contradições da produção do espaço, pois essas se deslocaram para o par integração-segregação. E campo e cidade não representam, a priori, nem segregação, nem integração. Inclusive, a proposta dos autores da “corrente” do “novo rural” é a de que o campo se integre a partir da representação de natureza intocada, de rara beleza, associadas às tradições rurais, para ser consumido pelos cidadãos.

Como procurei demonstrar a representação do rural produzida pela corrente do “novo rural” age como uma resposta a um problema real, que é o descaso histórico

com o campo e os seus moradores. Contudo, é falsa, pois dissimula as reais finalidades, haja vista, colaborarem, muito mais, para o avanço do capital imobiliário e do setor de serviços sobre o campo.

O “novo rural” identificado por esses autores, certamente, define algo de novo. Contudo, sob o domínio da urbanização, através do papel preponderante que o setor de serviços passou a desempenhar. Portanto, uma outra divisão territorial do trabalho vai se constituindo: passa-se de uma divisão territorial na qual o campo figurava, apenas como fornecedor de matérias primas (ou seja, como a base do setor primário) e a cidade como consumidora dessas matérias primas, pois nela se baseava, exclusivamente, as atividades industriais e aquelas ligadas ao setor de serviços. Passa-se para uma divisão territorial do trabalho na qual o campo e a cidade não detêm funções que lhes são exclusivas. As atividades destinadas ao fornecimento de matérias primas (através, principalmente, da agropecuária e extrativismos) são, ainda, em larga medida, desenvolvidas no campo. Apesar da presença da agropecuária e de extrativismos realizados nas cidades suas lógicas, muitas das vezes, são outras que não nos permitem classificá-las, apenas sob a lógica da produção de matérias primas. Contudo, é certo que as cidades não são o *loci* específico das atividades industriais e do setor terciário que estão espalhadas para os mais diversos locais (inclusive o campo), em busca de vantagens locacionais que permitam aos seus proprietários auferirem maiores lucros.

Para os autores da “corrente” do “novo rural”, esse espaço representa uma considerável alternativa para o desenvolvimento rural de maneira sustentável, pois, segundo os mesmos, as transformações em curso, com a proliferação de atividades econômicas não-agrícolas, apoiadas, principalmente, sobre o setor de serviços (turismo e lazer, essencialmente), trazem consigo funções de conservação e preservação ambiental atuando, inclusive, na recuperação de áreas antes degradadas afirmando o papel dos rurícolas como guardiões da natureza.

Diante do exposto até agora deve-se considerar a impossibilidade de compreender o campo separadamente da cidade. As funções e o conteúdo do campo passaram por diversas transformações ao longo do tempo e por isso continuam importantes os debates acerca das relações entre esses espaços, principalmente sobre os rebatimentos sobre o campo, dado que é fundamental e necessário se pensar em formas de desenvolvimento que contribuam, de fato, para as populações

do campo.

Segundo Marques (2002) desde os anos de 1970 retomou-se a perspectiva dicotômica na análise cidade e campo resultante da noção de degradação da vida nas cidades e crise urbana, na qual uma imagem de campo próximo da natureza foi elaborada e que tem como pano de fundo a representação do campo como espaço menos artificializado em oposição ao elevado grau de artificialização das cidades. A dicotomia campo-cidade tende a ser ampliada pela

[...] transformação da paisagem rural em objeto de consumo e a tendência crescente de elaboração e/ou valorização de identidades rurais para atender a exigências mercadológicas. Estas mudanças observadas de modo mais significativo em países desenvolvidos como a França levam à passagem da imagem do campo ligada à produção, à atividade agrícola, para a imagem-consumo (MARQUES, 2002, p. 103).

E é nesse sentido que Marques (2002, p. 99, minha ênfase), critica a forma de análise elaborada por Veiga:

[...] sua análise de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade-campo. Desta forma, o autor **apreende de forma naturalizada a manipulação da imagem do espaço rural como espaço natural**, defendendo a necessidade de se tirar vantagem desta tendência, que **transforma o espaço rural em objeto de consumo**.

Corrobora-se, portanto, com a crítica realizada por Marques (2002) sobre a proposta de Veiga, que pode ser estendida aos autores da “corrente” do “novo rural”, no que se refere ao reforço ideológico que eles realizam diante dos processos de transformação do campo, e de seus habitantes, a fim de torná-los uma mercadoria para ser comercializada.

Na era industrial grandes parcelas da população foram “arrancadas” do solo para serem transformadas em operários das indústrias. Os camponeses desgarrados do solo passam, portanto, a formar, em países do continente europeu, como na Inglaterra, uma grande massa de trabalhadores assalariados que possuíam, apenas, a força de trabalho para vender aos capitalistas industriais que constituíam um pequeno número de proprietários de meios de produção. Das relações sociais estabelecidas entre trabalhadores assalariados e capitalistas industriais são

produzidas as mercadorias comercializadas no mercado. Ainda dessa relação social entre capitalistas e assalariados gera-se a mais valia que comporá parte fundamental do lucro. Contudo, apesar das transformações sociais do mundo ocidental terem ocorrido neste sentido – da oposição entre classes sociais como trabalhadores assalariados e capitalistas – a passagem da era agrária para a era industrial não significou a eliminação dos camponeses, que por apresentarem fortes relações com a terra – seja na forma de propriedade, posse, arrendamento, ou outra – não passaram a compor a massa de assalariados nas cidades, permanecendo no campo produzindo alimentos para a sua subsistência e/ou mercado. Todavia, os camponeses não formam uma classe social isenta das influências da dinâmica capitalista. Foram gestadas diversas formas de subordinação dos camponeses ao sistema capitalista urbano-industrial. Basta, por exemplo, ver os inúmeros casos de agricultores e pecuaristas integrados aos frigoríferos, aos laticínios, à indústria do fumo, dentre outros. Segundo Fernandes (2013, p. 157)

O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado.

Outras formas de subordinação do campo e de seus moradores à dinâmica capitalista são marcantes na era urbana e ocorre através da valorização de suas características atuais para fins de mercado.

O campo passou a ser qualificado como detentor de uma natureza de rara beleza, ainda preservada, para fins de contemplação. Nesse sentido, o campo vai sendo moldado para tornar-se um espaço para ser consumido. Segundo Marques (2002, p. 110, minha ênfase)

[...] o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. [...] **Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.**

A população do campo deve, primeiro, se tornar autônoma para que a condição de subordinação do campo diante da cidade possa ser quebrada. A população empobrecida do campo e da cidade (MARQUES, 2006, p. 182) deve ser protagonista

das decisões que lhes afetam. Para que isso possa ocorrer deve-se ampliar o acesso às informações e a educação não centrada na dinâmica urbano-industrial, tornando-se sujeitos políticos de fato. Sem essa preocupação, mesmo com os incentivos destinados à comercialização dos produtos da agropecuária ou a outras atividades econômicas, a condição de população subalterna permanecerá. Organizações sindicais, movimentos sociais populares, coletivos, associações e cooperativas tem sido, dentre outras formas, as alternativas encontradas por essa população para tentarem obter autonomia.

### 3.3. Elaboração de um rural idílico

A partir, principalmente das obras de Lefebvre, que ressaltam o movimento de constituição da sociedade urbana, uma busca pela definição clara e objetiva das categorias campo, cidade, rural ou urbano passou a se assemelhar com uma insídia. Se procurar uma definição de campo e de cidade a partir da base produtiva encontrará, por exemplo, a seguinte armadilha: o campo é o lugar da produção agropecuária, mas pode-se observar que na cidade as hortas urbanas crescem e se tornam importantes fontes de renda e de alimentos para diversos indivíduos; e observa-se a presença crescente, no campo, de atividades ligadas ao setor terciário, como o turismo. De acordo com Lefebvre (1991a, p.68)

a vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. [...] essas mediações não podem ser compreendidas sem os simbolismos e *representações* (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos cidadãos.

Verifica-se na literatura brasileira<sup>22</sup> acerca do tema das relações que são estabelecidas entre a cidade e o campo múltiplos esforços por elaborar definições acerca das categorias campo, cidade, urbano e rural. Contudo, ressalta-se os

---

22 Destacamos aqui alguns autores como João Rua; Glácio José Marafon; Maria Encarnação Beltrão Spósito; Júlio César Suzuki; Roberto José Moreira; Francisco Graziano Neto; Ricardo Abramovay, dentre outros que envidam esforços na direção de compreender o atual estado das relações entre cidade e campo, entre o rural e o urbano.

trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela socióloga portuguesa, Elisabete Figueiredo, acerca do campo e do rural português e europeu que podem contribuir enormemente para as pesquisas no Brasil. Em seus trabalhos, ela identificou que diversas áreas rurais em regiões remotas de Portugal foram transformadas para cumprir funções de proteção e conservação ambiental. Destaca-se o projeto de pesquisa intitulado “*Rural Matters*”. Em tal projeto, a equipe de investigadores coordenada pela pesquisadora portuguesa, da Universidade de Aveiro, teve como objetivo compreender a reconfiguração do campo e do rural, procurando analisar a dissociação entre campo e rural das atividades de agropecuária. Um dos apontamentos fundamentais foi que esse processo pode significar, tanto, constrangimentos, como, potencialidades para o campo e os seus habitantes. De acordo com a socióloga, em decorrência da própria história social e econômica do campo e das relações, historicamente estabelecidas, entre campo e cidade “O espaço rural-natural aparece cada vez mais como um complemento do desenvolvimento urbano e, muitas vezes, constitui-se como um contrapeso” (FIGUEIREDO, 2008, p. 159, minha tradução)<sup>23</sup>.

A representação do campo como espaço de conservação natural foi acompanhada pelo entendimento de que esse espaço também cumpre uma função de reserva moral e cultural, não representando mais uma oposição ao desenvolvimento ou ao moderno, marginalizado, portanto. “Mas é mais um sinônimo de uma noção que se refere à modernidade (ou pós-modernidade) expressa através da descoberta e valorização das diferenças, do *autêntico* e do *genuíno*” (FIGUEIREDO, 2008, p. 161, minha tradução, itálicos no original)<sup>24</sup>.

Essa representação social do rural-natural, como reserva ambiental, moral e cultural, decorre, portanto, das relações historicamente estabelecidas entre campo e cidade. Tratar-se-ia, portanto, de uma representação social de um rural idílico (FIGUEIREDO, 2008). Corrobora-se com Figueiredo (2008, p. 162) quanto ao papel hegemônico que a representação social do campo e rural idílicos detém frente a outras imagens sociais. Deve-se enfatizar que as características ambientais, sociais e culturais – reais ou idealizadas – ocupam um lugar central nessa representação social do rural idílico, ou do rural-natural.

---

<sup>23</sup> No original: “Rural-natural space increasingly appears as a complement of urban development and is often instituted as a counterbalance” (FIGUEIREDO, 2008, p. 159).

<sup>24</sup> No original: “[...] but is rather a synonym of a notion referring to modernity (or postmodernity) expressed through the discovery and valorization of the differences, of the *authentic* and of the *genuine*” (FIGUEIREDO, 2008, p. 161, itálicos no original).

O campo idílico cumpriria, por exemplo, a função de um lugar de descanso, de restauro, de reenergização, de contemplação. Mas quem o apropriaria para esses fins? Os rurícolas compreenderiam o espaço que vivenciam dessa forma? Ou são os cidadãos que assim concebem (representam) o campo e “usufruem” de suas amenidades? Raymond Williams, em “O campo e a cidade” (2011, p.201), afirmou que “Raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem”, haja vista, o conceito de paisagem denotar uma dimensão fortemente associada à contemplação: aquilo que a vista alcança para ser contemplado. Criticamente, a socióloga portuguesa entende que a representação do campo e do rural idílicos denota uma nova forma de subordinação diante da perspectiva urbana.

Como o campo se integrava diante da era do capitalismo industrial? E hodiernamente: como o campo se integra frente a constituição da sociedade urbana?

Se a integração das áreas rurais sob os modelos dominantes até cerca de duas/três décadas atrás foi feita pelo tamanho de sua capacidade de produção e modernização, **atualmente as áreas rurais estão sendo integradas seletivamente com base na sua capacidade de preservação natural e, por extensão, seu uso recreativo** (FIGUEIREDO, 2008, p. 169, minha tradução, minha ênfase)<sup>25</sup>.

A perversidade que a representação social do campo e do rural idílicos comporta é demarcada por Figueiredo (2008, p. 162, minha ênfase) da seguinte maneira:

A função simbólica das áreas rurais, acima mencionada, voltadas aos locais da natureza (como lugares de descanso, de regeneração, de contemplação, entre outros aspectos), bem como o idílico, se desenvolve em um cenário de longa evolução, através do qual a **sociedade rural se torna vazia de suas oposições sociais mais fortes e tornando-se despolitizada** (Chamboredon, 1985: 140) **e esvazia-se de sua função produtiva** (FIGUEIREDO, 2008, p. 162, minha tradução, minha ênfase)<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> No original: “If the integration of the rural areas in the type of models which were dominant until about two/three decades ago was made by the size of their capacity for production and modernization, **nowadays rural areas will be integrated selectively based on their capacity for natural preservation and, by extension, recreational use**” (FIGUEIREDO, 2008, p. 169, minha ênfase).

<sup>26</sup> No original: “The aforementioned symbolic function of the rural areas as *back to nature* locales (as places of rest, of regeneration, of contemplation, among other aspects) as well as the *idyllic*, develops in a scenario of long evolution, through which rural society **becomes empty of its stronger social oppositions and it gets depoliticized**’ (Chamboredon, 1985:140) **and it is even emptied of its**

A construção de uma representação social/visão social de mundo como essa não substituiu de forma alguma a dicotomia presente nas relações entre o rural e o urbano, pois “[...] trata-se de reconhecer que a pré-modernidade que caracteriza uma parte importante das nossas áreas rurais é actualmente uma mais-valia dessas mesmas áreas” (FIGUEIREDO, 2001, p. 3). Ou seja, a não integração, de determinadas áreas rurais (no caso português, mas também, no caso brasileiro) aos circuitos capitalistas mais modernos no que tange às atividades de agropecuária pode ser um fator para que estas áreas passem a ser valorizadas por meio da elaboração da representação social do campo e do rural idílicos. Por não ter sido ocupado pelo agronegócio e apresentar atividades de agropecuária de menor porte (quando destinadas exclusivamente ao mercado), mas também de subsistência e complemento das necessidades das famílias, nas quais os seus membros dividem o tempo de trabalho, seja: a) como agricultores e pecuaristas (nas terras onde moram ou de parentes e familiares, bem como nas terras de outros onde prestam serviço por tempo determinado ou tornam-se empregados fixos), b) como jardineiros, pedreiros, caseiros, dentre outras funções inerentes aos cuidados das residências de cidadãos no campo, e c) como empregados no conjunto de atividades associadas à mineração, o campo próximo à Belo Horizonte, no município de Brumadinho, são representados pelos cidadãos como pouco alterados.

No contexto metropolitano, de intensa transformação da natureza para a produção das cidades que a conformam, espaços representados como pouco alterados tornaram-se raros e valorizados. Portanto, essa valorização está calcada sobre a representação do campo como lugar de pequenas alterações o que o aproximaria da ideia de uma natureza intocada, noção própria da sociedade urbano industrial (DIEGUES, 2001). Cachoeiras, trilhas, montanhas, áreas de mata, por exemplo, são apropriadas para usos privados por parte daqueles que tem condições de cercar e demarcar parcelas de terras como suas. Dessa forma, o campo, tornado raro, é oferecido como mais uma mercadoria para quem dispor de recursos financeiros suficientes para comprá-lo.

Segundo Figueiredo (2018) são dominantes, entre boa parte das populações

---

**productive function** (FIGUEIREDO, 2008, p. 162, minha ênfase).

citadinas dos países da Europa Ocidental, os discursos e as representações sobre o rural e sobre o campo reconfigurados e, até certo ponto, revalorizados frente a outros discursos e representações que os associam à produção agropecuária ou à pobreza em termos de renda monetária. São produzidos discursos e representações sobre o campo e o rural como idílicos através dos quais procura-se valorizá-los como “[...] repositório de valores culturais e recursos naturais fundamentais que devem ser protegidos e preservados” (FIGUEIREDO, 2018, p. 41). São discursos e representações produzidos externamente, fundamentalmente por populações citadinas sobre o campo e sobre o rural. Mas, que mesmo produzidos externamente, tem efeitos poderosos sobre a produção do espaço e da ruralidade, pois tendem a contribuir para “[...] o emergir de novas procuras e de novos consumos” (FIGUEIREDO, 2018, p. 41). Inclusive, decorre dessa aparente imaterialidade, haja vista sua produção exterior, a possibilidade de tornar esses discursos e representações idílicos sobre o campo e o rural globais.

### 3.3.1. Ideologias e representação do campo e do rural

A representação do campo e do rural como idílicos ganha força, pois encontra-se suportada por ideologias, igualmente, hegemônicas. Ademais, deve-se fazer uma importante consideração sobre as estratégias de dominação e subordinação presentes na sociedade contemporânea. Segundo Lefebvre (1983, p. 37) a sociedade procura se estabelecer sobre representações que tendem a substituir aquilo que deveriam representar. Portanto, trata-se de uma das representações possíveis sobre o campo de Brumadinho, sem, portanto, tornar-se a única, e muito menos, a que demonstre os aspectos fundamentais daquela realidade. Pode-se conjecturar, inclusive, que ela seja um instrumento importante de dominação e controle produzido e utilizado pelas classes mais abastadas da sociedade e por empreendedores (sejam eles imobiliários, do turismo, etc) a fim de garantirem a sua hegemonia sobre a produção do espaço. Concordo com Fairclough (2001, p.122) ao dizer que

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio estável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Aproxima-se, portanto, as representações das ideologias com vistas a interpretá-las como instrumentos destinados a ações de ocultação, submissão e qualificação de espaços, valores, ideias e seus sujeitos.

A representação social do rural como idílico, ou como rural-natureza, transformou ou transformará esse espaço – que em alguns casos ainda é representado socialmente como sinônimo de atraso e pobreza – em um espaço de oportunidades para o crescimento econômico dos seus habitantes? A representação social de um rural natureza contribuiu ou contribuirá para autonomizar os rurícolas que, novamente, em diversos lugares, ainda são subalternizados aos ditames de ordens distantes? Autonomiza-se o morador do campo ao incluí-lo no circuito de atividades capitalistas através do setor de serviços, principalmente a fim de atender os desejos de lazer e ócio (programados) de cidadãos?

Tendo em conta que as ideologias apresentam uma matriz ou base material, esta permite ebulir ou estagnar a reprodução de circuitos de valorização dos capitais. Em competição, os capitais em suas variações disputam novos espaços de acumulação. Desse modo, a conformação dos mercados tem penetrado na produção, distribuição e consumo não só de mercadorias e espaços, mas também de processos concernentes à apropriação inclusive das relações sociais, dos corpos, das emoções, dos sentimentos, da vida (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014, p. 208-209).

Trata-se exatamente disso: da mercantilização de tudo, inclusive do espaço e da vida! A “naturalização do rural” é uma estratégia do capitalismo em tempos de sociedade urbana, a fim de absorver mais elementos para auferir novas rendas. O

desejo de morar na “cidade grande” – metrópole – que o camponês (de forma bastante generalista) alimentou e alimenta, convive, atualmente, com o desejo das classes citadinas (médias e abastadas) de se mudar, temporariamente ou em definitivo, para o campo – lugar no qual a “natureza ainda está de pé” e o “ar é mais fresco”! Mas, sempre, recorrendo a uma natureza asseptada/pasteurizada (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014, p. 214) aos desejos citadinos.

Conquanto, aceitar tal representação do campo e do rural (idílico ou rural-natural) é, portanto, uma operação ideológica. Baseando-se em Therborn (1991, p. 13, minha tradução) é possível assimilar que

A função da ideologia na vida humana consiste basicamente na constituição e modelagem do modo como os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes e reflexivos em um mundo estruturado e significativo. A ideologia funciona como um discurso dirigido ou - como diz Althusser - interpela os seres humanos como sujeitos<sup>27</sup>.

Essa representação social do rural como idílico vem se tornando hegemônica em decorrência de sua associação com ideologias, igualmente, hegemônicas. Compreende-se que a representação do rural idílico, como representação social hegemônica, advenha da sobredeterminação de classe de uma estrutura ideológica, já que “[...] todas as ideologias estão inscritas em um sistema global de poder social constituído por classes em conflito cuja força é variável” (Therborn 1991, p.33, minha tradução)<sup>28</sup>. O aspecto da hegemonia de uma classe no capitalismo é fundamental para a compreensão desse modo de produção. De acordo com Lefebvre (1991) a hegemonia de classe significa mais do que simples capacidade de influenciar e não se estabelece apenas através do uso da violência e da repressão, pois se utiliza de diversos meios e instrumentos para que se efetive como tal. Geralmente, a mediação humana é o principal meio para o exercício hegemônico de classe, podendo se realizar através de políticos, líderes sob diversos aspectos (por exemplo, atletas, músicos, entre outros), intelectuais ou especialistas. Ademais, “A classe dominante busca

---

<sup>27</sup> No original: “La función de la ideología en la vida humana consiste básicamente en la constitución y modelación de la forma en que los seres humanos viven sus vidas como actores conscientes y reflexivos en un mundo estructurado y significativo. La ideología funciona como un discurso que se dirige o – como dice Althusser – interpela a los seres humanos en cuanto sujetos” ((THERBORN, 1991, p. 13)

<sup>28</sup> No original: “[...] todas las ideologías están inscritas en un sistema global de poder social constituído por unas clases en conflicto cuya fuerza es variable” (Therborn 1991, p.33).

manter sua hegemonia por todos os meios disponíveis” (LEFEBVRE, 1991b p. 10, minha tradução)<sup>29</sup>.

Para Henri Lefebvre (2006) a representação é sempre aquilo que se constitui entre o mundo sensível e a abstração (o conceito ou a ideia). Compreendendo, portanto, o nível intermediário do intelecto analítico. Nem sempre as representações são ilusões, erros, mitos ou símbolos. Não se distinguem em verdadeiras ou falsas, mas sim em estáveis ou móveis, alegorias ou estereótipos.

Duas importantes representações presentes no modo de produção capitalista são aquelas que se vinculam com a representação quantitativa do trabalho e a representação do não trabalho. Através das representações do espairecimento Lefebvre (2006, p. 45) afirma que o não trabalho tornou-se, também, um ramo a ser explorado, absorvido pelo modo de produção capitalista e com isso, se vê, o espairecimento preenchido de obrigações e acabam se parecendo com o cotidiano, porém deslocado, levemente, de lugar.

Para Henri Lefebvre (2006, p. 68) as representações são inevitáveis e, quiçá, necessárias. Não são essencialmente, sem dúvida, verdadeiras. Mas, também, não são falsas, “[...] ao mesmo tempo, são falsas ou verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas "reais" e falsas como dissimuladoras das reais finalidades” (LEFEBVRE, 2006, p. 68, minha tradução)<sup>30</sup>. Elas conferem status de verdade ou de falsidade ao relacionar-se com as condições de existência de quem as produz (LEFEBVRE, 2006, p.57). As representações se originam a partir de uma conjuntura de forças em uma sociedade dividida em classes, dirigindo-se à toda sociedade. Enquanto os dominados são interpelados, no contexto dessa sociedade dividida em classes, e não rompem com tal dominação seguem aceitando as imagens impostas e, inclusive, as reproduzem introjetando-as, tornando, ainda mais difícil, a revolta<sup>31</sup>. E

---

<sup>29</sup> No original: “The ruling class seeks to maintain its hegemony by all available means” (LEFEBVRE, 1991, p. 10)

<sup>30</sup> No original: “[...] sino a la vez falsas o verdaderas: verdaderas como respuestas a problemas ‘reales’ y falsas como disimuladoras de las finalidades ‘reales’” (LEFEBVRE, 2006, p. 68)

<sup>31</sup> Os dominados obedecem devido a algumas circunstâncias que se relacionam com a forma como ocorrem as interpelações dos sujeitos gerando, pelo menos, seis efeitos: “O primeiro corresponde à *adaptação*, uma espécie de conformidade que permite que os dominadores sejam obedecidos e que tenha como causa uma determinada distribuição social do conhecimento e da ignorância. Um segundo é a *inevitabilidade*, uma obediência por ignorância relativa à possibilidade de alternativas à sociedade atual, sobre uma marginalização política de amplos setores da população em sociedades capitalistas avançadas. O terceiro efeito compreende o *sentido da representação*, um efeito de dominação ideológica na medida em que a ‘representatividade’ dos dominadores é confrontada por outras ideologias. A representatividade dos dominadores pode basear-se em uma sensação de semelhança ou pertencimento, em que dominadores e dominados são vistos como

os dominantes, objetivando perpetuarem a sua dominação, acentuam as características que lhes conferirão mais força procurando naturalizá-las e as convertendo em caracteres definitivos e estáveis. Por exemplo: a representação do campo e do rural como idílicos propõe-se, inclusive, como resolução do problema, real, relacionado ao descaso com os seus habitantes no que se refere a crescimento econômico, aumento da qualidade de vida, desobrigação da migração de jovens do campo para a cidade para garantirem a sua sobrevivência, etc. Mas, a representação idílica, a qual afirma contribuir para o desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo, como o turismo rural, diversificando, de tal forma, a economia desses espaços tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes rurais? E se sim, em que medida contribui e faz a transformação? Ou, a finalidade de tal representação, se identifica mais com os interesses do capital imobiliário e dos serviços urbanos para o consumo dos moradores da cidade, o que, faria, com que houvesse o assalariamento da população rural que se sujeitaria, a partir de então, à relação de exploração tipicamente capitalista? Não seria aqui que a alienação espreitaria os sujeitos?

Afirma-se, portanto, que as representações sempre tem um suporte social e um conteúdo prático não significando simples fatos, nem simples efeitos e muito menos são compreensíveis como resultantes de suas origens. São falaciosas? Certamente, ou seja, tem a intenção de enganar simulando a verdade. Porém, são mentirosas? Nem sempre e não em essência.

Na sociedade capitalista “O espaço integra as novas raridades. [...] É preciso acrescentar que a raridade do espaço acompanha a raridade crescente dos recursos e bens anteriormente abundantes: a água, o ar e até a luz?” (LEFEBVRE, 2008, p. 153). A expansão do tecido urbano incluiu novos setores econômicos no *hall* do modo de produção capitalista.

---

pertencentes ao mesmo universo, independentemente de como este se defina. O quarto efeito, a *deferência*, seria um efeito de enunciações no qual os dominadores são concebidos como uma casta à parte, possuidora de superiores qualidades – qualificações necessárias para dominar que somente os dominadores possuem, a exemplo da descendência e/ou da educação. O quinto efeito do processo de interpelação/submissão e qualificação implica o *medo* promovido pela força e violência, que fazem funcionar a dominação pela força e pelo exercício do poder. Por fim, há a *resignação* associada ao medo, que deriva de considerações a respeito do que é possível em uma situação determinada, levando à submissão e à constelação de forças reinantes. O medo/resignação podem também corresponder a uma obediência decorrente da impossibilidade prática de uma alternativa clemente, melhor, mais do que a força repressiva dos poderes existentes” (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014, p.210,211, *itálicos no original*).

Por meio dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e nas regiões montanhosas. [...] **Essa indústria dos lazeres se estende ao espaço desocupado pela agricultura e pela produção industrial clássicas** (LEFEBVRE, 2008, p. 157, minha ênfase).

A constituição da sociedade urbana, portanto, como descrito nas metáforas de implosão-explosão da cidade e expansão do tecido urbano, não rompeu com a fragmentação do espaço, senão a aprofundou. Por isso a revolução urbana, como descrita por Henri Lefebvre (2004), é ainda pertinente e fundamental de ser realizada. O contexto atual da sociedade capitalista exige que os trabalhadores sigam padronizados, diariamente, para os seus locais de trabalho. Não se misturam, ao longo da semana – nos dias “úteis” - lazer e atividade produtiva destinada à sua sobrevivência. De tal forma, são reservados tempos e espaços para o trabalho e para o lazer. Torna-se natural, corriqueiro, comum e indiscutível que os trajetos diários e as funções de todos sejam cumpridas, esperando o momento ideal de se repor as energias a fim de continuarem no trabalho. A natureza dominada, controlada, produzida para fins de consumo, travestida por paisagens rurais, é alçada a função de recuperação de ânimos. Ganha função contemplativa e procura realizar o descolamento da realidade da cidade caótica e poluída do dia a dia estressante. De certo, o espaço se configura fragmentado e hierarquizado.

A representação da cidade, como elaborada aqui – caótica, poluída, estressante – colabora para a construção da representação do campo e do rural idílicos, exatamente por ressaltar a contraposição entre cidade e campo. Contraposição que se baseia na raridade dos elementos que são evocados para compor a representação do rural idílico. Uma representação de natureza ainda preservada e intocada é, como já deve estar claro, mobilizada para a elaboração da representação desse rural que se contrapõe à cidade do caos, do estresse e da poluição.

Mas, trata-se da pasteurização da “natureza natural” como ensinam Pereira; Del Gaudio (2014, p. 214):

[...] uma natureza/paisagem profundamente alterada para manter o simulacro do 'natural'. As árvores selecionadas e esteticamente podadas, gramados aparados, domados, os insetos e quaisquer pragas ausentes: o paraíso natural ao gosto do cliente – que pouco tem de natural.

O domínio racional da sociedade ocidental sobre a natureza que produziu os espaços citadinos do caos, da degradação ambiental, da competição, da aflição, também produz, contudo, um campo na metrópole que evoca a natureza como o seu principal atributo.

Os indivíduos são interpelados de tal maneira que não cabe mais combater a natureza, dominá-la, controlá-la, pois isso já teria sido feito. Deve-se deixar incluir-se na paisagem rural-natural a fim de contemplá-la e recarregar as energias. Uma nostalgia da natureza passa a compor a representação social do campo e do rural. Cria-se um passado que não se viveu. Inventa-se uma tradição. Romantiza-se aquilo que não foi experimentado. Corrobora-se, portanto, novamente com Pereira; Del Gaudio (2014 p .214) quando afirmam que

[...] esse retorno à 'natureza' é aparente porque esse bucólico e natural é ele mesmo profundamente humanizado, uma segunda natureza adaptada aos padrões estéticos de um determinado tempo e grupo social específico.

A ideologia das novas raridades, como entendida por Pereira; Del Gaudio (2014, p. 216), é fundamental para o entendimento da representação social do campo e do rural idílicos.

É justamente dessa crença na finitude cada vez mais irrefutável da natureza que eclodem problemáticas tais como “nosso futuro comum”, a “escassez absoluta de água”, o “esgotamento do petróleo” - a própria “natureza natural” do mundo, constituindo-a como “nova raridade”.

As geógrafas Pereira; Del Gaudio (2014) criticam o processo de mercantilização que há por detrás da concepção de novas raridades. Não significa, portanto, que os problemas ambientais inexistem, que não haja, diante do processo de constituição da sociedade urbana, o açambarcamento de todo o espaço, impactando-o. A crítica que elas tecem

[...] é dirigida especificamente para a construção da ideia de finitude da natureza, da água, do ar, do petróleo e seja lá do que for para a conversão de bens comuns em negócios e mercadorias. Observamos a construção ideológica não apenas de uma ideia, mas da materialidade de um processo/ideia pela comercialização de áreas verdes, privatização das águas, políticas de “sequestro de carbono”, dentre outras proposições (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014, p. 230-231).

Diante, portanto, da expansão do tecido urbano metropolitano, as áreas rurais, como representações sociais da simplicidade, do verdadeiro contato com a natureza, dos valores mais humanos, seriam, sob essa ideologia das novas raridades, cada vez mais escassas. Mas essas áreas escassas, que não foram açambarcadas pela urbanização, estão sendo pasteurizadas/asseptadas.

A assepsia da natureza torna-se, inclusive, valor agregado. Ao se idealizar a viagem ao hotel fazenda, deseja-se um atendimento “vip”, ausente de insetos e dos trabalhos de cozinhar e servir as refeições. Ninguém idealiza uma ida ao hotel fazenda para ordenhar vacas, matar galinhas ou plantar uma roça para a própria alimentação. (PEREIRA; DEL GAUDIO, 2014, p. 230).

Indubitavelmente, as representações sociais do campo e do rural idílicos estão sendo materializadas em um contexto no qual se tem a fuga para o rural-natural revestida como uma ação de quem procura escapar da cidade. E por isso, busca-se a sua oposição. O campo, representado e produzido como espaço privilegiado da natureza, oposto à cidade, é o lugar ideal para que as pessoas possam se reestabelecer para o retorno programado da rotina da cidade. Produz-se, destarte, um campo idílico.

3.3.2. Elementos para elaboração das representações sociais do campo e do rural idílicos em Brumadinho: depoimentos de turistas, que visitaram o município em 2016, colhidos através do *site TripAdvisor*

A fim de se analisar a construção das representações sociais acerca do campo e

do rural idílico optou-se por verificar os elementos que se referem a essa representação e que compõem os comentários dos membros da comunidade virtual de viagens *TripAdvisor* sobre Brumadinho. As redes sociais e os mais diversos *sites* registrados na rede mundial de computadores se tornaram, no Brasil, ao longo dos últimos 20 anos, importantes instâncias do cotidiano. Um exemplo é o *TripAdvisor* que pode ser considerado “[...] o maior site de viagens do mundo e ajuda turistas a planejarem e reservarem a viagem perfeita.”<sup>32</sup>. Em funcionamento desde o ano 2000 o alcance das informações divulgadas e compartilhadas por ele é bastante significativo visto que, em 2016, operava em 48 países e 28 idiomas<sup>33</sup>. Outros números que nos ajudam a compreender a importância, a dimensão e o alcance de suas informações serão listados aqui a partir de informações coletadas no endereço eletrônico do *TripAdvisor*<sup>34</sup>:

- Visitas ao site: 340 milhões de visitantes em um único mês e 103 milhões de usuários cadastrados.
- Avaliações e opiniões acerca de lugares: 350 milhões de avaliações e opiniões sobre mais de 6,5 milhões de empresas em mais de 136 mil destinos, incluindo: mais de 1 milhão de hotéis, pousadas e hotéis especializados; 775 mil propriedades do “Aluguel Temporada”; 626 mil atrações; 3,8 milhões restaurantes; 53 milhões de fotos feitas pelos usuários. Em média, cerca de 2.600 novos tópicos são postados diariamente nos fóruns do TripAdvisor.
- Fotos: Mais de 200 novas postagens a cada minuto.

O *site* permite que o usuário selecione o destino que lhe interessa e obtenha informações acerca de voos, o que fazer, restaurantes, hospedagens, veja fotos daqueles que já visitaram o lugar, etc. Por se tratar de um endereço eletrônico que tem como um de seus objetivos subsidiar o planejamento de uma viagem as avaliações e opiniões dos usuários cadastrados acerca do destino de interesse são

---

32 Site TripAdvisor. Apresenta grande variedade de informações e serviços para turistas. Disponível em <[https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact\\_Sheet.html](https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact_Sheet.html)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

33 Site TripAdvisor. Apresenta grande variedade de informações e serviços para turistas. Disponível em <[https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact\\_Sheet.html](https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact_Sheet.html)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

34 Site TripAdvisor. Apresenta grande variedade de informações e serviços para turistas. Disponível em: <[https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact\\_Sheet.html](https://www.tripadvisor.com.br/PressCenter-c4-Fact_Sheet.html)>. Acesso em: 19 jun. 2016.

fundamentais. Sobre Brumadinho havia mais de 12000<sup>35</sup> avaliações e opiniões que poderiam servir como subsídio ao planejamento da viagem. Essas informações encontram-se distribuídas entre: acomodação; aluguéis de temporada; voos; o que fazer; restaurantes; fórum.

Diante da enorme quantidade de informações reunidas por esse site procurei selecionar e identificar avaliações e opiniões apresentadas pelas pessoas que visitaram esse município e se preocuparam em descrever, através desse site, a experiência que tiveram. Devo reiterar que não são depoimentos fornecidos à minha pesquisa, pois foram escritos nessa plataforma a partir de diversas motivações as quais desconheço, pois não entrei em contato com os usuários que as realizaram, mas que tem como elemento central a experiência que tiveram ao visitar as “atrações” do município de Brumadinho. Concentrei-me no item “o que fazer”, que contava com 5684<sup>36</sup> avaliações sobre 13 tipos de atrações. As 13 atrações eram, em ordem crescente de avaliações: Inhotim; Parque Estadual do Rola Moça; Cachoeira da Ostra; Vila de Piedade do Paraopeba; Igreja Matriz de Brumadinho; Rota da Cachaça; Cachoeira da Toca de Cima; Fazenda dos Martins; Igreja Nossa Senhora de Piedade; Igreja Batista Nacional Ebenezer; Serra da Calçada; Siga La Vaca Safari Rural; Destilaria Pedra do Cedro.

Diante do grande número de avaliações e opiniões, mais de 5.000, sobre as 13 atrações de Brumadinho optei por analisar as 10 primeiras avaliações e opiniões escritas para a atração “Parque Estadual do Rola Moça”, assim como, para a atração “Vila de Piedade do Paraopeba”<sup>37</sup>. Foi possível identificar alguns elementos que ajudam a compor a representação de Brumadinho como uma paisagem rural idílica. Como já foi dito, a representação do campo e do rural idílicos realiza-se, majoritariamente, para atender à recreação, ao lazer, ao ócio, ao consumo dos cidadãos. Por isso, a análise dos comentários realizados por membros da comunidade virtual *TripAdvisor*, que estiveram em Brumadinho, pode contribuir para revelar elementos que garantem a hegemonia da representação do campo e do rural idílicos. E, pelo fato desse *site* subsidiar o planejamento de viagens, as opiniões expressas

---

35 Em acesso ao site TripAdvisor realizado no dia 19 de junho de 2016.

36 Em acesso ao site TripAdvisor realizado no dia 19 de junho de 2016.

37 O acesso ao endereço eletrônico para coletar essas avaliações e opiniões ocorreu no dia 21 de junho de 2016. Todas as avaliações e opiniões foram copiadas e reunidas em um arquivo que pode ser acessado sem a necessidade de conexão com a internet.

por quem já esteve no lugar podem servir para consolidar uma imagem sobre aquele espaço, mesmo que não seja, de fato, a sua correspondência fiel, fortalecendo, de tal maneira, uma ou outra representação.

Quando o usuário realiza uma avaliação e opina no site do *TripAdvisor* ele preenche um formulário no qual primeiro define se aquele lugar é “horrrível”, “ruim”, “razoável”, “muito bom” ou “excelente”. Em seguida, preenche o título da sua avaliação, quando é, contudo, convidado a fazer um resumo da sua visita ou destacar os detalhes mais interessantes, para em seguida descrever a atração. O *site* convida o usuário a contar às pessoas sobre a sua experiência. Ele ainda deve preencher como classifica o tipo de visita: “romântica”; “familiar com crianças pequenas ou adolescentes”; “com amigos”; “de negócios”, ou “sozinho”. Ademais, deve preencher quando visitou. É opcional o preenchimento de outras informações como, por exemplo, duração recomendada da visita e compartilhamento de fotos.

#### 3.3.2.1. Depoimentos de turistas sobre o Parque Estadual do Rola Moça em 2016: mirando um trio de relações – urbanização, rural e natureza.

O Parque Estadual do Rola Moça é uma Unidade de Conservação gerida pelo Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF – MG). Localiza-se nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibirité e Brumadinho, sendo considerada como uma das mais importantes áreas de conservação ambiental do estado de Minas Gerais, principalmente em decorrência de sua localização em área metropolitana e por abrigar importantes mananciais que servem para o abastecimento da capital do estado. Sobre a atração “Parque Estadual do Rola Moça”, dentre as 10 primeiras avaliações e opiniões apresentadas, ressalta-se os elementos apresentados a seguir.

A paisagem vista a partir dos mirantes que se encontram na área do Parque Estadual do Rola Moça é constantemente citada nas opiniões e avaliações realizadas. Um dos comentários assim descreve a experiência da paisagem avistada a partir de um dos mirantes do Parque: “[...] de um lado a cidade lá embaixo e de outro as

serras”<sup>38</sup>. As referências à natureza como lugar que proporciona paz e tranquilidade são constantes, como na seguinte: “Pra quem gosta de Natureza e a Paz de uma serra, vale a pena conhecer. Não fica muito longe do centro e a vista de lá é linda”<sup>39</sup>. Como nessa descrição foi possível perceber que é constante a referência à proximidade do lugar com a cidade de Belo Horizonte. Se esboça uma relação entre o que se intitula por natureza e o espaço da cidade. Uma relação entre a cidade como ambiente construído e a natureza como ambiente preservado, sem a interferência humana, como ilustrado da seguinte forma: “Existem ângulos onde se pode observar a área preservada do Parque e a malha urbana, bom momento para reflexão sobre preservação do nosso patrimônio natural e sobre o crescimento de Belo Horizonte”<sup>40</sup>. Suscita, ademais, uma contraposição, aparentemente intransponível, entre a urbanização e a natureza. É o que também se lê em “O Parque tem muitas atrações desde uma vista maravilhosa até a vilinha de Casa Branca com cachoeiras e pousadas em um ambiente pitoresco e rural, mas bem próximo a cidade grande”<sup>41</sup>. Com esta citação o trio urbano, rural e natureza, e suas relações, toma forma. A natureza é evocada também em sua raridade e perfeição: “Perfeição da natureza! A Serra do Rola Moça é um lugar de rara beleza! A típica vegetação do serrado (*sic*) e variados animais silvestre (*sic*) fazem deste luga (*sic*) uma raridade da natureza”<sup>42</sup>.

3.3.2.2. Depoimentos de turistas sobre Piedade do Paraopeba em 2016: vende-se/aluga-se (finais de semana, temporadas ou para morar) espaço bucólico, rústico e interiorano

Piedade do Paraopeba é um dos distritos de Brumadinho e situa-se na porção leste do município, próximo a localidade de Casa Branca que é bastante procurada pelos que visitam Brumadinho. Esses dois lugares situam-se “ao pé” da Serra do Rola Moça. Com relação a “Vila de Piedade do Paraopeba” as referências ao lugar como

---

38 Realizado pelo usuário: “wenderson f”.

39 Realizado pelo usuário: “sillasreis”.

40 Realizado pelo usuário: “guilhermemarra”.

41 Realizado pelo usuário: “Sandro S”.

42 Realizado pelo usuário: “Glaucilene V”.

bucólico, rústico e interiorano são marcantes. “Local bucólico e rústico. Local oferece artesanato da região e comida mineira em locais sugestivos. Natureza mto (*sic*) bonita e condomínios residenciais muito bem cuidados”<sup>43</sup>. E também em “Lindo vilarejo! Uma cidadezinha aconchegante, com um ar bucólico. Excelente para viajar a dois e curtir um fim de semana romântico”<sup>44</sup>. As características desse espaço como bucólico, rústico e interiorano aparecem como mercadorias a serem consumidas. O espaço do distrito de Piedade do Paraopeba é representado como bucólico, rústico e interiorano para ser consumido aos finais de semana, como na segunda citação, ou serve como parte do cenário perfeito para a instalação de condomínios residenciais. Trata-se do consumo imaterial do espaço. A beleza da paisagem serve para agregar valor à outras mercadorias ou serviços oferecidos para os turistas como os provenientes do artesanato e da culinária local vendidos como tradições do lugar.

A valorização do bucólico, rústico e interiorano aparece, também, em “Cidade pequena, com cara de interior, comida mineira, petiscos e suco de frutas de verdade”<sup>45</sup>. O que permite o usuário do *site TripAdvisor* afirmar que são verdadeiras as frutas que servem para o preparo dos sucos em Piedade do Paraopeba? Não seriam verdadeiras as frutas que servem para o preparo dos sucos nas lanchonetes da cidade de Belo Horizonte?

A representação da “Vila de Piedade do Paraopeba” como um espaço de consumo para cidadãos aos finais de semana pode ser identificada através do seguinte depoimento: “Passeio de domingo. A vila encanta pelas Igrejas e astral interiorano, contudo não tem muitas opções de lazer. Recomendo visita em um domingo para almoço no restaurante madona Pieta”<sup>46</sup>. Diferentemente do comentário anterior, nesse, o usuário do *site* destaca um restaurante que, pelo nome, oferece comida proveniente da gastronomia italiana. O “astral interiorano”, as Igrejas e o restaurante especializado em comida italiana compõem, de acordo com essa avaliação, um domingo de lazer recomendável. Além de um espaço com elementos naturais e culturais ao gosto do consumidor cidadão vê-se que a excentricidade pode compor um cardápio de lazer de domingo ao adicionar um restaurante, provavelmente italiano, ao distrito de Piedade do Paraopeba, uma típica “vila”.

---

43 Realizado pelo usuário: “LincolnRay”.

44 Realizado pelo usuário: “Fernanda C”.

45 Realizado pelo usuário: “Leonardo S”.

46 Realizado pelo usuário: “Elizabeth M”.

A representação da cidade como caos e desordem se apresenta nos depoimentos quando, por exemplo, tem-se o seguinte: “Um lugar de descanso e paz! [...] tudo para quem deseja alguns dias de descanso longe da agitação da cidade... um lugar dentro da natureza”<sup>47</sup>. Qual é o espaço que se encontra fora da natureza? A cidade seria um ambiente não natural? Ademais, volta-se a ideologia da raridade da natureza. O distrito de Piedade do Paraopeba, por exemplo, seria um resquício diante da artificialização ecossistêmica. Portanto, a partir da representação da cidade como caos e desordem, representa-se o campo como espaço rural-natural em oposição a partir da ideologia da natureza como raridade.

A ideologia da natureza como raridade não está descolada da romantização do rural e da natureza e pode ser inferida a partir desse depoimento: “Aconchegante. [...] estrada de terra, macaquinhos pelo caminho e sentido (*sic*) o cheiro da natureza. Armazéns com muita delicadeza e produtos caseiros”<sup>48</sup>. A estrada de terra tão deplorável no ambiente da cidade por representar o atraso, a pobreza, por identificar uma parte da cidade ainda não urbanizada, quando se trata da representação do rural para o consumo é valorizada, tornando-se parte importante da paisagem. A rua não asfaltada na cidade é fruto de disputas políticas sendo, inclusive, instrumento de barganhas eleitorais numa democracia de favores. Muitos candidatos a prefeitura de diversas cidades do país as utilizam para angariar votos prometendo, se eleitos, asfaltá-las. Ou, quando se trata de candidatos a reeleição, as asfaltam para garantir aquela parcela de votos. Assim, também, pode-se interpretar com relação à natureza. A presença de “macaquinhos pelo caminho”, da mesma forma que a estrada de terra, tornar-se-ia um problema caso estivesse se referindo à cidade, como amplamente noticiado por diversos meios de comunicação. Os “macaquinhos pelo caminho” poderiam ser vistos como pragas, como invasores, etc. representando, portanto, um aspecto negativo. Para tais representações acerca da presença de animais na cidade podem ser citadas as manchetes de 2 notícias:

- 1) “Macacos-prego invadem casas por comida”(GLOBO REPÓRTER, 2012).
- 2) “Quatis e macacos invadem casas no interior de SP e problema para no MP. População de animais explodiu em Palmital. Tranquilidade da cidade estaria garantida se eles se contentassem com a área onde nasceram”(GLOBO REPÓRTER, 2014).

---

47 Realizado pelo usuário: “Erika V”.

48 Realizado pelo usuário: “Armênio V”.

Tanto a “estrada de terra” como os “macaquinhos pelo caminho” compõem uma representação do rural como idílico com elementos que se estivessem na cidade comporia a sua representação como desurbanizada. O usuário ainda reiterou em sua avaliação o cheiro da natureza. Qual seria o cheiro da natureza? Tratando-se do campo idílico esse cheiro seria o proveniente dos galinheiros ou dos currais de bovinos? Deve-se observar que os elementos destacados na avaliação anterior também poderiam ser interpretados diferentemente pelos moradores do campo: um agricultor, por exemplo, poderia desejar que a estrada de terra fosse asfaltada para que o caminhão da associação de produtores de leite chegue com mais facilidade à sua propriedade, ou que os seus filhos possam se apresentar, mesmo nos dias de chuva, no horário da entrada na escola.

#### 3.4. Especificidades das relações campo-cidade/rural-urbano na formação socioespacial brasileira.

A partir da análise dos depoimentos de usuários da comunidade virtual *TripAdvisor* foi possível identificar como as representações sociais acerca da natureza e do campo se imbricam, diante da ideologia da raridade da natureza. Essas representações do rural são construídas, em grande medida, pelos cidadãos. Outras representações acerca do campo e do rural são feitas por outros grupos sociais sob ideologias diversas. Mas, o que se vê no campo de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, é a consolidação de uma representação do campo e do rural idílicos.

Sobretudo, a representação da natureza e do campo está associada com a fuga do caos urbano – na verdade, a representação da cidade como ambiente do caos – e a busca pela paz, pela tranquilidade, pela simplicidade, por experiências mais verdadeiras, compondo uma oposição de representações.

A partir da implosão-explosão da cidade ocorre a expansão do tecido urbano. Antes da implosão-explosão da cidade industrial, que inaugura a era urbana, o campo deveria se integrar à economia por meio da produção e pelo uso de máquinas e insumos modernos. Por isso, aqueles espaços rurais que não se “modernizaram”

representavam o passado, o atraso, a rusticidade e se encontravam destinados ao abandono. Após a implosão-explosão a integração do campo continua a se dar pela produção e modernização tecnológica, mas, também, por sua capacidade de preservação ambiental e, por extensão, por seu uso recreacional (FIGUEIREDO, 2008).

A forma urbana se expande sem deixar de ser acompanhada pelo conteúdo urbano. Mas, não andam, necessariamente, sempre juntos. O conteúdo urbano – ressalta-se os valores ligados ao mercado – se apressam diante da forma. As redes de fluxos materiais e imateriais permitem a veloz expansão dos valores citadinos. São eles que ajudam a compor as representações acerca do rural idílico. As facilidades (para alguns, poucos, talvez) de deslocamento e de comunicação permitem aos citadinos expressarem suas opiniões acerca de um determinado lugar. As trocas de informações, cada vez mais facilitadas devido aos avanços nas telecomunicações, contribuem para a consolidação de visões de mundo acerca de determinados lugares, fatos ou fenômenos. As diversas redes sociais como o *TripAdvisor* podem servir para a consolidação de uma representação acerca de um lugar, pois os seus usuários se valem dela para realizarem suas viagens. Levam, portanto, de antemão, impressões do lugar que visitarão. Será que todos confrontam tais informações com as experiências que vivem? Ou apenas reiteram em suas experiências aquilo que leram sobre o lugar? A partir desse movimento, que não é unidirecional, tanto visitantes quanto empresários colaboram para que a representação do campo e do rural idílicos vá se tornando real. Ou seja, apesar da natureza e do campo serem representados como assestados ao gosto do cliente citadino ele é produzido de tal maneira. Apesar de simulacro, não deixa de ser real. Trata-se de tornar real o que foi representado. O simulacro aqui é a imitação, não apenas idealizada, ganhando a sua materialidade no espaço. Trata-se de um movimento dialético. Por um lado, temos a confirmação de um imaginário do rural. Por outro lado, os moradores locais procuram corresponder a este imaginário para agradar os turistas com o objetivo de aumentar o valor de troca.

O campo passa a ser produzido para atender os anseios dos citadinos deixando, portanto, de atender aos interesses dos rurícolas. A perversidade da representação do campo idílico advém do fato de que ela pode impedir a autonomia de seus habitantes. Por tal representação pode-se ter a impressão de que a oposição social/territorial do trabalho entre campo e cidade foi apagada. Os rurícolas são

interpelados por estratégias ideológicas que propugnam a modernidade, a melhoria das condições de vida de toda a população e a preservação ambiental através da inclusão do espaço que habitam nos circuitos econômicos urbanos.

Nesse movimento de ressignificação do campo é crescente a sua vinculação com a natureza em contraposição à cidade como ambiente construído no qual a natureza não estaria presente. Além disso, a cidade seria o ambiente do caos e da agitação enquanto o campo seria o representante da serenidade. Enfim, dialeticamente, a representação do campo idílico está fortemente imbricada pela representação da cidade como ambiente do caos, da desordem e do estresse.

#### 3.4.1. Constituição da aliança campo-cidade dos dominantes no âmbito da Formação Socioespacial brasileira

Moreira (2005) corrobora com o plano geral desenhado por Lefebvre (2004), contudo ressalva que “no Brasil o fenômeno da cidade e do campo só em linhas gerais seguiu o modelo universal” (MOREIRA, 2005, p. 1). Para esse geógrafo é fundamental que se reitere, pelo menos, dois fatos históricos fundamentais da formação socioespacial brasileira: o caráter agromercantil e exportador da colonização portuguesa e a natureza não subversiva da cidade no processo histórico. Vale ressaltar que esses fatos se encontram fortemente imbricados tornando a revolução burguesa daqui singular, pois deve ser considerada como

[...] algo distinto e ao mesmo tempo contemplativo dos termos da via prussiana e da via americana, não sendo uma nem outra, mas a via que seguem as **revoluções burguesas na América Latina. Isto é, a revolução burguesa de base numa relação cidade-campo estruturada como armadura da articulação contraditória de conjunto dos dominantes do campo e da cidade, garantindo-lhes a unidade por cima e ao mesmo tempo o controle e ação desintegradora da realização dessa aliança por baixo** (MOREIRA, 2014, p. 147, minha ênfase).

Ademais, a forma de operar dessas classes dominantes ao longo da história da formação espacial brasileira esteve pautada, e ainda é, por práticas de concessões como estratégia de antecipação, que tem o urbano e a cidade como moedas de troca,

a fim de evitar transformações profundas que possam desestruturar a armadura constituída pelas classes hegemônicas (MOREIRA, 2014, p. 294, 295).

No período do **Colonialismo e da Implantação da Moderno-colonialidade** (PORTO GONÇALVES, 2006) se assenta sobre a América Latina uma colonização de exploração que incluiu esse continente em uma lógica mundial, na qual as colônias latino-americanas tornaram-se fonte inesgotável de recursos, permitindo a acumulação primitiva de capitais no continente europeu e contribuindo para que esse se tornasse o centro hegemônico do mundo (devendo se registrar a passagem dessa centralidade do Oriente para o Ocidente a partir do século XVI).

Segundo Porto-Gonçalves (2016) a modernidade europeia, que levou consigo a colonização, contribuiu enormemente para uma **visão** que credita à cidade o *status* de local onde se desenvolvem todas as potencialidades do humano e por isso capaz de proporcionar formas de vida superiores às que são encontradas nos campos. Essa ideia está associada a uma concepção, também europeia, de que a ciência e a filosofia são formas superiores de racionalidade, capazes de melhor compreender o humano e a natureza. Inclusive, a racionalidade científica deslocou o humano em relação à natureza. Ao mesmo tempo, foram relegadas outras formas de entendimento do mundo realizadas pelos que não tinham acesso ao conhecimento desenvolvido pelas ciências. Vai se constituindo na América, portanto, uma oposição baseada na Cidade-Razão e Campo-Natureza sob a racionalidade moderno-colonizadora europeia com fortes traços de controle e dominação (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Na constituição desse sistema-mundo moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006) as **relações campo-cidade são fortemente marcadas pelo caráter agromercantil e exportador** (MOREIRA, 2005). Trata-se de uma economia rural destinada a atender às demandas de um mercado internacional. A produção local se faz a partir dos interesses europeus. A sociedade pode ser encarada como **rural cosmopolita**.

Sobre a base da relação terra-território-senhorio, regente de uma nova estrutura de relação homem-espaco-natureza, ergue-se uma sociedade rural com as janelas da casa-grande abertas para a entrada dos traços culturais de um mundo em franco caminho de integração. Os laços agromercantis sobre os quais esta sociedade se estrutura fazem dela a um só tempo senhorial e burguesa. **Senhorial nas relações para dentro. Burguesa nas relações para fora** (MOREIRA, 2011, p. 45, minha ênfase)

Pois, apesar de baseada em uma economia rural referenciava-se em valores mercantis e externos (MOREIRA, 2005). Portanto, as cidades cumprem uma função estritamente político-administrativa, a fim de organizarem uma sociedade rural cosmopolita. Um **híbrido de rural-local com mundial-cosmopolita** marca as relações estabelecidas entre o campo e a cidade, na qual a cidade não nasce das demandas internas da sociedade ou da evolução da divisão territorial do trabalho, mas sim configurou-se como uma necessidade de “[...] entronizar a sociedade colonial” (MOREIRA, 2005, p. 5) no âmbito de uma divisão internacional do trabalho na qual se tem um campo-colônia e uma cidade-metrópole. Trata-se, portanto, de um período no qual o rural vigorou frente ao urbano, como estabelecido pelo esquema geral desenhado por Henri Lefebvre (2004) no qual a cidade exercia uma função política, porém com as especificidades derivadas da imposição da economia agromercantil exportadora pela moderno-colonialidade europeia.

A emergência do período do Capitalismo Fossilista e do Imperialismo e a sua evolução (sem bruscas rupturas) para o Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (PORTO-GONÇALVES, 2006) é marcada pela criação das máquinas a vapor, que proporcionaram considerável ampliação na capacidade de produção de mercadorias, acompanhada da elevação da exploração da natureza sem romper, “[...] entretanto, a estrutura moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26).

Até o século XVIII a Europa não produzia nada para o mercado mundial. Mas explorava o mundo inteiro. Apenas com a Revolução Industrial as relações estabelecidas entre o campo e a cidade no continente europeu se modificaram com efeitos sobre as relações entre a sociedade e a natureza extrapolando os limites daquele continente. O Brasil e as outras colônias, que haviam contribuído para o processo de acumulação primitiva do capital na Europa, tornaram-se os responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas para a indústria nascente, principalmente na Inglaterra. Nesse momento histórico, a divisão territorial do trabalho ganha a face mais conhecida até os dias de hoje: a cidade passa a abrigar os setores secundário e terciário e o campo o setor primário. Se na Europa a cidade é revolucionária por aparecer “[...] como porta-voz da representação burguesa de mundo e a instância difusora do seu ideário revolucionário contra o mundo de representação rural das classes fundiárias” (MOREIRA, 2005, p. 3) no Brasil após a independência e a

instalação do Estado nacional, apesar de, também, subordinar e comandar o campo, ela mantém o seu caráter não subversivo ao se reafirmar como a sede do poder político da elite rural que procura transformar “[...] a sociedade colonial-escravista na sociedade industrial-urbana” (MOREIRA, 2005, p. 7). Consolidando, portanto, a visão europeia, advinda com a moderno-colonialidade, de que a cidade é um espaço dotado de características superiores que subjuga o campo e seus habitantes.

Deste modo, a cidade colonizou o mundo. A cidade seria como o locus por excelência da vida civilizada e própria do trabalho dos homens, mais que das mulheres, diga-se de passagem. A razão, masculina, permitiria deixar o reino da natureza através de um artefato, uma obra dos homens: as cidades. E as cidades, lugares de artes e conhecimento e poder local seriam autorizadas a dominar o mundo do campo, tanto o mundo rural e seus camponeses e os mundos dos povos / etnias / nacionalidades associadas à natureza, os outros, os selvagens (da floresta) ou bárbaros (palavra que deriva do canto desconexo dos pássaros, portanto, da natureza). [...] São profundas as implicações da oposição Cidade-Razão, por um lado, Campo-Natureza, por outro (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 296, minha tradução)<sup>49</sup>.

Em Moreira (2014) vê-se que a hegemonia conquistada pela elite agrário-exportadora no processo histórico permitiu a sua metamorfose em um leque de posições diversas que ocupou, tanto nas cidades quanto nos campos, impedindo com que o campesinato realizasse esse mesmo movimento, ficando circunscrito ao minifundismo. Esse é, portanto, um dos traços fundamentais e diferenciadores em relação ao plano geral desenhado pelo filósofo Henri Lefebvre, que marca as relações estabelecidas entre campo e cidade ao longo do processo de formação socioespacial brasileiro. É da matriz agromercantil exportadora que uma aliança campo-cidade dos dominantes irá se estabelecer, não sem contradições, numa constante “[...] repactuação da distribuição das cotas de mando” (MOREIRA, 2014, p. 149) entre as frações daquilo que era originalmente a elite agrário mercantil exportadora. O que

---

<sup>49</sup> De este modo, la Ciudad colonizó el mundo. La ciudad sería como el locus por excelencia de la vida civilizada y obra propia de los hombres, más que de las mujeres, dicho sea de paso. La razón, masculina, permitiría salir del reino de la Naturaleza a través de un artefacto, una obra de los hombres: las ciudades. Y las ciudades, lugares de las artes y del saber y locidel poder, estarían autorizadas a dominar el mundo *toutcourt*, tanto el mundo rural y sus campesinos como los mundos de los pueblos/etnias/nacionalidades asociadas a la naturaleza, los otros, los salvajes (de selva) o bárbaros (palabra que deriva del canto desarticulado de las aves, por tanto, de la naturaleza). [...] Son profundas las implicaciones de la oposición Ciudad-Razón, de un lado, Campo-Naturaleza, del otro. (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 296).

explica, por exemplo, a existência e persistência de uma Bancada Ruralista no Governo Federal<sup>50</sup> que se alimenta, inclusive, da forma como o pacto federalista no Brasil foi estabelecido. Não sendo por acaso a definição de cidade como sede municipal que controla, domina e organiza todo o município.

E é do mando sobre o município, reafirmado através do mando sobre a cidade em seu elo logístico com a fazenda, que o grande fazendeiro de lavoura e de gado, de cujas raízes emerge o industrial e a indústria, extrai sua presença política de mando sobre o Estado. É por meio do controle político do município que o vínculo terra-território-Estado institui-se e é mantido como a lei espacial estruturante por excelência da relação sociedade-espaço brasileiro no tempo. O poder sobre o município é, todavia, o viés de arranjo de espaço dessa lei. Com a propriedade de deste fazer a própria ossatura rural e urbana da organização geográfica do país. O domínio político do município é a base de referência. Mas é o monopólio da terra a fonte e o espelho. [...] Em suma, o município é o elo institucional que intermedia este fato, por decorrência pura e simples do modo pactual do federalismo. (MOREIRA, 2011, p. 140).

A formação socioespacial brasileira evidencia, portanto, uma organização que não colaborou para o desenvolvimento daquilo que se convencionou chamar por cidadania. Se a população das cidades brasileiras ainda carece das 3 dimensões básicas que compõem a cidadania (direitos civis, políticos e sociais) a população rural está, ainda mais longe, de conquistá-los plenamente. A análise das relações estabelecidas entre o campo e a cidade permite ver o papel que as elites rurais desempenharam, ao longo do tempo travestindo-se em outras frações de elite, emperrando a marcha da cidadania em nossa sociedade (CARVALHO, 2001).

Com as transformações na forma de realização dos fluxos (materiais e imateriais) decorrentes das inovações nos sistemas de comunicação e transportes – a partir, principalmente, da II Revolução Industrial – as fronteiras entre o rural e o urbano caminham na direção da atenuação. Contudo, sem alterações no papel de comando da modernização conservadora que a cidade desempenha (MOREIRA, 2005). A implementação e disponibilização da rede de transporte ferroviário, das transmissões via rádio, de transmissões via televisão, da malha rodoviária e, mais recentemente, da *internet* vão transformando a forma como os moradores do campo

---

<sup>50</sup> Desde 1995 a Bancada Ruralista atua formalmente no âmbito do Governo Federal através da Frente Parlamentar da Agropecuária (que já contou com outros nomes: Frente Parlamentar da Agricultura e Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária) que congrega políticos comprometidos com a defesa dos interesses do setor do agronegócio.

vivem suas vidas em decorrência da, cada vez mais ampla, difusão de valores produzidos e/ou ressignificados nas mais distantes cidades, consolidando-os como valores urbanos.

No final do século XX e início do XXI as relações campo-cidade no Brasil passam a ser marcadas por um movimento de homogeneização dos valores e dos modos de vida sob formas de representação de mundo do imaginário urbano ao mesmo tempo em que elimina e prenuncia um retorno ao rural do passado (MOREIRA, 2005).

Nos anos de 1980, a Globalização Neoliberal e o estabelecimento do Período Técnico-Científico-Informacional (PORTO-GONÇALVES, 2006), que se anunciou nos anos de 1960, ganhou mais força, abarcando mais evidentemente o Brasil, sem apagar elementos ligados ao colonialismo e ao imperialismo. Como demonstrado por Porto-Gonçalves (2006) e Moreira (2005, 2014) em cada período da formação socioespacial brasileira não houve supressão das características marcantes das fases anteriores, mas sim incorporação das mesmas ao se estabelecer um novo período.

Uma das principais características da Globalização Neoliberal relaciona-se com os enormes montantes da dívida externa que tem efeitos desastrosos sobre, principalmente, as questões sociais e ambientais. Haja vista as iniciativas que buscam realizar “ajustes estruturais” com vistas a obter *superávit* primário balizadas pelas taxas de juros. Estão incluídos nesses “ajustes estruturais”: as (contra)reformas trabalhista e previdenciária, por exemplo. Assim como a redução de gastos públicos com educação, saúde e assistência social. Inclusive, o estabelecimento de um teto para os gastos públicos. Além do mais, redução do orçamento destinado à programas vinculados à agricultura camponesa, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) justificando-se que o Estado deve ajustar as suas contas, como todos os indivíduos deveriam fazer, a fim de não gastar mais do que consegue arrecadar. Entretanto, nesses momentos de “ajustes” pouco se trata dos perdões de dívidas milionárias e bilionárias de indivíduos e grandes grupos empresariais dos mais diversos segmentos da economia como, por exemplo, mídia, telecomunicações, financeiro, minerário e agronegócio. O relatório da OXFAM (2016) apontou que latifundiários brasileiros e estrangeiros com terras no país são responsáveis por uma dívida que chegava na casa dos R\$ 900 bilhões e que uma pequena parte desses devedores era proprietária de terras em número suficiente para assentar o dobro de

famílias que se encontravam acampadas naquele ano.

Segue-se a seguinte lógica: o capital será aplicado em atividades produtivas, preferencialmente, em casos nos quais a atividade produtiva possa apresentar rendimentos superiores aos obtidos através das aplicações financeiras. Portanto, elevadas taxas de juros, além de desestimularem os investimentos produtivos,

[...] induzem a práticas produtivas que garantam uma rentabilidade dos investimentos compensando as taxas de juros altas. A maior exploração da natureza e a materialização dos danos ambientais podem bem ser, e tem sido, uma compensação para as altas taxas de juros (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 39).

A intensa exploração dos recursos naturais (solo, água, minerais, por exemplo) e transferências de indústrias altamente poluentes para a periferia do mundo, associa-se ao aumento da exploração do trabalhador, configurando, de tal maneira, uma desigual distribuição dos ônus e dos bônus que a fase de Globalização Neoliberal pode proporcionar. As cidades da periferia do mundo repetem a função que desempenharam na fase do Colonialismo e Implantação da Moderno-Colonialidade, como gestoras dos interesses externos, procurando comandar a produção realizada localmente. E intensifica-se a exploração do campo através das ações implementadas pelas empresas mineradoras e do agronegócio sob o discurso da necessidade de se atingir o *superávit*.

Contudo, como efeito da busca pelo *superávit*, como procurou-se apresentar aqui, houve a elevação da dívida ecológica (PORTO-GONÇALVES, 2006). O agravamento dos problemas ambientais nessa fase da história tem levado o capitalismo a desenvolver diversas estratégias com o objetivo de ultrapassá-los. Uma delas é a preservação de algumas áreas de recarga hídrica, que se encontram no campo, a fim de permitirem, principalmente, o abastecimento de água nas cidades, sem, contudo, transformar a forma como as atividades de mineração a utilizam. Ademais, o campo pode ser chamado para cumprir a função de um contrapeso e complemento diante de tal contexto de intensa degradação ambiental numa espécie de “valorização conservadora do rural” que se configura como uma visão que não compreende o campo como um espaço dinâmico, diverso, vivo e capaz de romper com a condição de subalternidade frente às cidades (ALENTEJANO, 2003). Portanto, apesar da importância de ações direcionadas à preservação e conservação da

natureza nas áreas próximas às cidades, elas devem se preocupar com as demandas dos moradores do campo.

### 3.5 Ajustando os termos: modos de vida citadino e rural diante da incompletude urbana

Agora é possível tratar de forma mais clara os conceitos de campo, cidade, rural e urbano. Campo e cidade devem ser entendidos como espacialidades, com especificidades que se relacionam às formações socioespaciais onde se desenvolvem. Rural e urbano se referem aos modos de vida que diferentes grupos desenvolveram ao longo da história. Não há correspondências diretas entre esses dois pares, ou seja, não foi, somente, no campo que modos de vida rurais se desenvolveram, assim como, não é apenas nas cidades que o modo de vida urbano industrial se desenvolve. Como não é possível destacar essas realidades, trabalhando-as separadamente, campo, cidade, urbano e rural desenvolveram-se no âmbito de suas relações e, portanto, fortemente imbricados um no outro.

Tanto na academia, quanto para o senso comum, essas categorias estão fortemente relacionadas à divisão territorial do trabalho decorrente do modo de produção capitalista europeu. Portanto, da era industrial. Uma das marcas desse período foi o intenso processo de migração da população do campo para as cidades sob as mais diferentes condições de vida. Deriva daí um discurso que interpreta a elevação do número de pessoas residindo nas cidades como sinônimo do processo de urbanização, obscurecendo “[...] o fato de mundialmente a cidade nascer sem vir acompanhada do urbano estruturalmente, mas é depois transformada por pressão popular” (MOREIRA, 2014, p. 293).

Então, está mais para modos de vida citadino e rural, do que para urbano e rural, haja vista a incompletude do urbano em decorrência das enormes dificuldades enfrentadas pela população em se atingir uma cidadania plena. Trata-se de um urbano presente-ausente instrumentalizado pelo modo de fazer política no Brasil, marcado por estratégias de concessão por antecipação, a fim de conter contestações e revoltas, impedindo o aprofundamento das mobilizações sociais (MOREIRA, 2014, p.294).

E mais: como nas cidades a urbanização está em um movimento de permanente incompletude, nos campos ela está ainda mais longe de se concretizar, apesar do avanço do tecido urbano.

#### **4. INJUSTIÇA AMBIENTAL-HÍDRICA COMO PARTE CONSTITUTIVA DO PROCESSO DE MONOCULTURIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Durante os trabalhos de campo realizados no município de Brumadinho foi constantemente citado pelos moradores do município, com os quais eu conversei, o fato da água estar “minguando” e como isso tem sido um enorme limitador para a continuidade das atividades de agropecuária que muitos deles e seus familiares desenvolvem, sejam elas para complementar a renda e alimentação ou como atividade econômica principal. Muitos deles apontaram que esse é um importante fator que impede, em diversos casos, a continuidade das famílias no campo fazendo com que elas optem por migrar para a cidade, principalmente Belo Horizonte. Esses dados, contudo, não são registrados sistematicamente por nenhum órgão da administração pública. Apenas são revelados pelos depoimentos daquelas pessoas que permanecem no campo.

Os conflitos em torno da água em Brumadinho envolvem diversos sujeitos como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, moradores e administradores dos condomínios residenciais, empresas mineradoras, Inhotim e pousadas.

Segundo o engenheiro agrônomo do escritório local da EMATER-MG

[...] se você perguntar ao produtor eles... a reclamação do agricultor é água, não é?! Mas aí, uma das causas que eles reclamam é a mineração, outros falam, talvez, que é o condomínio. Então a gente não tem nada certificado que é isso (agrônomo EMATER-MG M, 2016).

Essa fala corrobora com as conversas realizadas durante os trabalhos de campo. Os moradores do município, principalmente os que se ocupam, mesmo que parcialmente, com as atividades de agropecuária, identificam como potenciais causadores da redução de água disponível as empresas mineradoras e a instalação de diversos loteamentos residenciais destinados, principalmente, para o lazer dos cidadãos.

Sobre o uso indiscriminado dos recursos hídricos pelas empresas mineradoras o Presidente da ASPRUB declarou que

[...] todas as pessoas da região já perceberam que está influenciando muito na região esse rebaixamento de teto. Porque você sabe que tem rebaixamento de teto da Vale que já chegou em baixo. [...] a gente vê que a Vale, naquela serra, que ela já furou mais de 1.000 metros para baixo (agricultor familiar P, 2016).

Uma das principais lideranças do Assentamento Pastorinhas também criticou as operações realizadas pelas empresas mineradoras da seguinte maneira: “[...] a gente já perdeu mais de 40% do volume por causa dos rebaixamentos dos lençóis. E são atividades que estão totalmente licenciadas. Está tudo correto” (assentada da reforma agrária V, 2016). Além da crítica relacionada a forma de atuação das empresas mineradoras no município também são criticados os trâmites legais conduzidos pelos órgãos públicos que licenciam as atividades mineradoras, pois, apesar dos impactos negativos gerados pela operação de rebaixamento de nível do lençol freático realizada pelas empresas mineradoras não há inconformidade legal.

As empresas mineradoras impactam negativamente, de diversas formas, o município de Brumadinho. Por exemplo, no povoado do Córrego do Feijão encontra-se sob exploração da empresa Vale S.A. uma mina de ferro intitulada por mina Córrego do Feijão, que até o ano de 2003 era de propriedade da empresa Ferteco. Os moradores desse povoado trabalham, majoritariamente, com atividades relacionadas à mineração, seja nessa mina da Vale S.A. ou de outras empresas que detém a propriedade de outras minas próximas. Além das atividades relacionadas à mineração muitos trabalham com a construção civil e prestam serviços para os sítiantes seja para os cuidados dos jardins ou limpeza residencial, por exemplo. Poucos trabalham com atividades relacionadas a agropecuária e quando o fazem a exercem no sistema meação, parceria e aluguel. A Vale S.A. em parceria com uma ONG de atuação regional implementou um centro e uma horta comunitária no povoado além de ter mapeado locais e pessoas interessadas em implementar outras hortas. Contudo, poucos moradores se envolveram com o projeto, tanto o da horta do centro comunitário como o das hortas em outros espaços pelo povoado.

A foto a seguir foi tirada no mês de março do ano de 2018. É possível observar que o capim havia tomado conta de grande parte do terreno que foi cercado com o

objetivo de delimitar a área da horta desse projeto comunitário, inaugurado no ano de 2016, que tem como objetivo ser uma contrapartida da Vale S.A. ao povoado do Córrego do Feijão.

Fotografia 10 - Vista da horta, em 2018, implementada pela mineradora Vale S.A. em Córrego do Feijão como contrapartida pelos impactos que as suas atividades geram.



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Segundo depoimentos de moradores do povoado, no ano de 2018, poucas pessoas se encontram envolvidas de fato com esse projeto. Não é, portanto, muito difícil de compreendê-lo como uma iniciativa de baixa relevância para a população impactada sob as mais diversas formas em decorrência das atividades relacionadas à operação da Vale S.A. no povoado. Na semana de inauguração desse centro comunitário foi possível conversar com moradores locais que previam o baixo impacto positivo de uma ação como essa diante da carga negativa que o conjunto de atividades ligadas à mineração na Mina Córrego do Feijão impõe sobre os moradores desse povoado.

Muitos deles estavam preocupados com a enorme quantidade de poeira vermelha que adentra as suas casas durante o período seco e com o barro espesso que cobre a rua durante o período chuvoso tornando tarefas cotidianas como a limpeza das casas, lavagem e secagem das roupas enormes desafios e que são

totalmente ignorados. Ademais, no período seco, a água que abastece as casas, proveniente de uma rede de água administrada pela Vale S.A., chega, segundo os moradores do povoado, carregada de minério apresentando coloração avermelhada. Tais depoimentos foram facilmente comprovados quando eu me dirigi para a única mercearia do povoado Córrego do Feijão, onde os funcionários, também moradores do povoado, confirmaram que durante o período seco é comum abrir as torneiras das casas e ver a água com a coloração avermelhada. Essa situação se repete em outras localidades e povoados do município de Brumadinho, principalmente os situados nas cercanias da Serra Três Irmãos. Como, por exemplo, no povoado do Tejuco e na localidade de Casa Branca. São comuns reclamações acerca da qualidade das águas no período de seca. Uma agente comunitária de saúde do município de Brumadinho, em 2018, relatou que na localidade de Casa Branca, mais especificamente, no bairro da Jangada, em períodos secos, a população passa a relatar fortes dores abdominais e nos rins as quais associam ao consumo da água que chega às suas casas. Já no povoado Tejuco funcionários, professores e estudantes da Escola Maria Solano Diniz enfrentam enormes dificuldades ao longo do ano com abastecimento de água. Segundo reportagem do jornal Hoje Em Dia, publicada em 24 de novembro de 2016, são, geralmente, 5 meses do ano com dificuldades de abastecimento e no período chuvoso a água chega com alterações na coloração. Segundo a diretora da escola naquela época “a água é barrenta na época da chuva e enfrentamos grande escassez durante o ano” (JORNAL HOJE EM DIA, 2016). Ainda no âmbito dessa escola no povoado Tejuco, segundo depoimento da diretora no ano de 2018, a escola tem sido abastecida por caminhões pipa e por isso o problema foi amenizado. Entretanto, ainda segundo a diretora da escola, o povoado enfrenta diversos problemas decorrentes das atividades de mineração, sejam eles ligados à potabilidade da água ou ao intenso trânsito de caminhões que trabalham nas atividades de mineração que geram forte medo de atropelamento ou outros acidentes de trânsito. Inclusive, tornou-se recorrente, a necessidade de destacar um funcionário da escola para auxiliar os alunos a atravessarem a rua durante os horários de entrada e saída escolar. Situação comum nas cidades brasileiras diante do enorme fluxo de automóveis e característica não tão presente no campo. E mais, os funcionários da mercearia do povoado Córrego do Feijão afirmam que durante o período seco a venda de água engarrafada aumenta pois, a população local evita consumir a que chega em suas casas tendo em

vista diversos casos de dores abdominais e diarreia.

Um restaurante situado no povoado encerrou suas atividades no ano de 2017 em decorrência da dificuldade de acesso ao povoado. A estrada que liga esse povoado à sede municipal e à BR-040 é a principal reclamação dos moradores. São muitas as histórias de pessoas que foram obrigadas a descer no meio da estrada que liga o povoado à sede do município, principalmente no período chuvoso. As crianças, após a conclusão do 5º ano do Ensino Fundamental na escola do povoado, têm que se deslocar para a localidade de Casa Branca ou para a sede do município a fim de continuarem os seus estudos e enfrentam diariamente os problemas relacionadas às péssimas condições da estrada que permite essa ligação. Portanto, é comum para esses estudantes terem que continuar a viagem a pé até a escola após o ônibus escolar não conseguir avançar. Como se vê pelas fotografias números 11 e 12 essa estrada não é asfaltada e o trânsito de caminhões das empresas mineradoras é intenso.

Fotografia 11 - Estrada para Córrego do Feijão. O trânsito de caminhões é intenso e a qualidade da via está bastante comprometida.



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Fotografia 12 - Estrada para Córrego do Feijão. O trânsito de caminhões é intenso e a qualidade da via está bastante comprometida.



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Sobre a diminuição do volume de água, um dos entrevistados, agricultor familiar de Brumadinho, não culpa diretamente as empresas mineradoras ou os condomínios, apesar de ter constatado que

[...] a nascente principal já tem uns 3 anos que secou. Aí já está nascendo um pouquinho em baixo. Porque a nascente era lá no alto. Tinha ela lá, secou, vai secando, tinha várias nascentes e ela vai só secando, o pouquinho que ainda está conseguindo nascer já não, no fundo já, no brejo (agricultor familiar E, 2016). [...] Há 10 anos, quer dizer, tinha água ali para tocar moinho. Então, assim, eu acho que do jeito que lá vai daqui há uns 10 anos eu acho que a população inteira vai atravessar um problema sério (agricultor familiar E, 2016).

E, em mais uma passagem dessa entrevista, ele afirmou que é generalizado, no município, a percepção de que a água está cada vez mais escassa, pois “[...] é

todo lugar. Todo lugar. Igual por aqui, toda casa praticamente, assim, as casas mais antigas no caso. [...] tudo tinha aquela bica d'água na porta da casa" (agricultor familiar E, 2016).

A utilização de moinhos movidos pela força da água para beneficiar, principalmente, o milho era algo bastante comum no dia a dia das famílias rurais e a desativação de suas operações pode ser apontado como um importante indício sobre as mudanças sobre o acesso à água, tendo em vista que atualmente "não há água suficiente para tocar moinho". E não discuto aqui sobre as mudanças em torno do acesso aos alimentos provenientes da industrialização e as consequências sobre as práticas de beneficiamento do próprio alimento por parte das famílias rurais. Ressalto que o depoimento nos informa sobre a redução do volume e da força das águas. Os investimentos (recursos financeiros, materiais, mão de obra, etc.) para construir a maquinaria destinada a beneficiar os grãos foram realizados a partir da experiência de seus executores e não como uma aventura e a sua obsolescência decorreu, dentre outros fatores, pela diminuição da força das águas tornando-se incapaz de gerar energia hidráulica para alimentar o moinho.

Dias de Andrade (2015) nos ajuda a compreender sobre a escolha bastante planejada sobre o uso de artefatos técnicos como os moinhos em terras como as de Minas Gerais: "Os moinhos de rodízio foram mesmo um equipamento aqui sempre associado a terrenos mais movimentados, cujos cursos d'água encachoeirados poupavam maiores despesas em sua construção" (DIAS DE ANDRADE, 2015, p. 138). E em outra passagem afirma que

[...] suas implantações sempre procuraram garantir o melhor aproveitamento energético possível dos riachos em que se localizavam. Assim, poupavam aos seus construtores não apenas o custoso trabalho de construir azenhas e engrenagens (nas quais o acesso ao ferro de boa qualidade é imprescindível), mas também obras muito mais onerosas, como barragens e açudes (DIAS DE ANDRADE, 2015, p. 139).

"Água suficiente para tocar moinho" e as "bicas d'água na porta de toda a casa" alimentaram (hidrataram) o dito camponês de que "água não se nega a ninguém". Görgen (2018) afirma que a água deve ser tratada como um bem comum que não se nega a ninguém, como uma visão de mundo camponesa em contraposição à mercantilização da água que está imbuída de uma outra ética que torna possível o

inimaginável:

Hoje, em qualquer bar, meio litro de água sem gás custa mais que um litro de leite. E, sem dinheiro, sem água. Alguém se adonou da fonte, engarrafou e vende caro. E nega se não acontecer troca da mercadoria por dinheiro. Água virou mercadoria (GÖRGEN, 2018).

Portanto, é evidente que os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária de Brumadinho percebem que o acesso a água se tornou mais restrito ao longo dos anos, porém não é possível estabelecer apenas um gerador desse problema, já que identificaram as empresas mineradoras ou os condomínios residenciais como possíveis causadores da diminuição das águas.

Os que não culpam as empresas mineradoras ou os condomínios residenciais pelos impactos negativos sobre os recursos hídricos do município culpabilizam as mudanças climáticas (às vezes usam esses 3 agentes como culpados) afirmando que “o tempo hoje está totalmente diferente” ou “[...] por causa do tempo que não está ajudando igual assim para trás, uns anos atrás aí” (agricultor familiar E, 2016).

Porto-Gonçalves (2005) chama a atenção para os efeitos sobre os modos de vida não urbanos frente a desordem ecológica da seguinte maneira:

Não bastassem esses efeitos há um outro, pouco debatido mas de efeitos igualmente graves, que diz respeito ao fato de que outras diferentes formas de lidar com a água desenvolvidas por diferentes povos e culturas em situações muito próprias, estão impossibilitadas de serem exercidas até porque essa desordem ecológica de caráter global produz desequilíbrios locais de novo tipo, cujas dinâmicas hídricas estão longe de constituir um padrão que possa servir de referência para as práticas culturais. Esse problema vem sendo acusado por populações camponesas em diferentes regiões e lugares no Brasil, **que não mais conseguem fazer as previsões de tempo com a mesma precisão** que faziam há não mais do que 30 anos (anos 70). Assim, diferentes culturas e, com elas, diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos e, com eles, todo um enorme acervo de conhecimentos diversos sobre a forma de lidar com as dinâmicas naturais (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 119, minha ênfase)

De certo, o que se tem é que a forma de produção capitalista do espaço gera diversos conflitos em torno do acesso à água que faz parte de uma desordem ecológica global e não simplesmente de escassez hídrica como nos ensina Porto-Gonçalves (2005, p.119, minha ênfase)

Entretanto, é preciso sublinhar que embora estejamos diante de uma desordem ecológica global, particularmente visível quando abordado a partir da água, **seus efeitos estão longe de serem distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, pelas diferentes regiões e países do mundo, assim como estão muito desigualmente distribuídos os meios para lidar com a questão.**

E mais, os efeitos e os meios também se distribuem desigualmente quando se trata da, ainda pertinente, divisão territorial entre campo e cidade, que estabelecem relações cada vez mais associadas ao posicionamento que detêm em uma hierarquia de lugares mais e menos integrados ou segregados no âmbito de uma rede de fluxos, também desigual, de escala mundial. Portanto, no âmbito dessas relações territoriais as classes sociais que dispõem de maiores recursos financeiros, estejam elas no campo ou na cidade, detêm maior capacidade para solucionar os problemas que lhes afetam.

Gostaria de destacar duas iniciativas da prefeitura de Brumadinho que guardam relação entre si e que foram estabelecidas com o intuito de resolverem os problemas da “escassez hídrica”, sem, contudo, atuarem sobre o uso da água realizado pelas empresas mineradoras nesse município.

Em setembro de 2014 a prefeitura de Brumadinho lançou o programa Lagoa Viva que visava identificar e recuperar lagoas, açudes e barragens no município, principalmente na área rural, com vistas a atender às necessidades dos agricultores. Tratava-se de uma parceria público privada que contou com a participação da EMATER-MG. Um dos fundamentos desse projeto foi proporcionar maiores condições para que os reservatórios de até 5.000 m<sup>3</sup> pudessem ser identificados e regularizados frente a legislação concernente aos recursos hídricos em âmbito estadual. Esses reservatórios são classificados pela legislação pertinente como de uso insignificante e por isso não havia registros sobre eles e com essa iniciativa intenta-se algum tipo de registro. Além do uso que os agricultores poderão fazer dessas águas esse projeto, segundo o secretário de meio ambiente do município no ano de 2014 em declaração à reportagem exibida pelo programa de televisão do canal Globo (Globo Rural) no dia 01 de março de 2015, proporciona a recarga das águas subterrâneas pois:

O mais importante nesse contexto de crise hídrica é que a gente está fazendo uma recarga do lençol freático. Essa água que ao invés dela vir em um período de chuva, em um pico de chuva, e ela passar por

aqui e ir embora para os rios ela vem amortecendo nesses tanques. Ela tem mais tempo para penetrar no lençol que vai beneficiar diretamente toda a microbacia, que são as nascentes que estão nesse contexto, além dos poços artesianos que foram feitos para suprir a demanda de água. Então nós estamos guardando água para o período de crise. Então esse que é o projeto! (GLOBO RURAL, 2015)

Trata-se de uma importante iniciativa tendo em vista propor práticas de conservação de água e de solo de maneira mais integrada, mas que não deve ser posta como capaz de resolver toda a problemática da água, principalmente, no que se refere ao contexto de um aquífero ou de uma bacia hidrográfica. Contudo, pode contribuir para democratizar meios de lidar com a desordem ecológica e seus efeitos sobre as águas. Apesar da importância que esse projeto apresentou ele não foi continuado pela gestão que assumiu a administração municipal após as eleições de 2016.

Já em 22 de março de 2018 o município de Brumadinho publicou uma resolução que aprovou o Programa Água Viva, haja vista, a administração pública desse município considerar-se situada em uma “[...] região estratégica em relação aos recursos hídricos responsáveis pelo abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte” (resolução 22 de março de 2018). Em um contexto de enorme pressão sobre os recursos hídricos destinados ao abastecimento da cidade de Belo Horizonte, Brumadinho se esforça para contribuir com o abastecimento da metrópole. Esse programa tem, dentre outras funções, identificar e registrar as formas como a água tem sido utilizada. Tendo em vista que nem a Prefeitura sabe, ao certo, a situação das captações de água (superficiais e subterrâneas) que ocorrem no município. Segundo dados da Prefeitura há em seu território 52 poços tubulares sob a sua responsabilidade. Contudo, os dados são de um relatório produzido em 21 de dezembro 2012 e o funcionário da Prefeitura responsável por apresentar esse relatório disse não saber a real situação desses poços. Apesar da maior parte do município utilizar água captada através de poços artesianos, sejam eles de responsabilidade da Prefeitura ou geridos por associações locais e condomínios residenciais, a administração local não detém informações precisas como, por exemplo, número de poços, localização e vazão. Diante disso, o Programa Água Viva está sendo implementado para tentar regularizar as intervenções de menor impacto sobre as águas tendo em vista que através de conversas e trabalhos de campo no município pode-se constatar que há, pelo menos, o dobro de poços artesianos operando sem o

conhecimento da Prefeitura e sem outorga pelo órgão ambiental responsável. Conquanto, a realidade do município de Brumadinho não é diferente de outros no Brasil, pois,

[...] as estatísticas sobre a extração das águas subterrâneas são precárias. Segundo a ANA (2013) há 225.868 poços cadastrados, porém se estima que existam pelo menos 476.960. A maioria dos usuários das águas subterrâneas está em condição irregular, pois não possui outorga de recursos hídricos ou declaração de uso isento. A diferença entre os poços cadastrados e a realidade é significativa e implica reconhecer que o Brasil não sabe quanta água subterrânea extrai, nem os efeitos desse uso para os usuários outorgados, para os mananciais superficiais ou subterrâneos e nos ecossistemas (Villar, 2016, p. 89).

Nesse contexto de desordem ecológica global, com efeitos bastante graves sobre as águas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária de Brumadinho, são convocados a cumprirem uma função primordial que é a da preservação das águas – seja para uso local ou metropolitano –, mesmo diante da permanência do uso, muitas das vezes excessivo, desse recurso por parte das empresas mineradoras, condomínios residenciais e empreendimentos turísticos.

Uma das principais lideranças do Assentamento Pastorinhas em Brumadinho declarou acerca do programa Lagoa Viva o seguinte: “[...] além de nós produzirmos alimentos nós também somos obrigados a produzir água” (assentada da reforma agrária V, 2016). Os produtores rurais tornam-se, portanto, jardineiros ou guardiões da natureza com funções de conservação da natureza (FIGUEIREDO, 2003) e dessa maneira contribuem para que serviços de lazer e turismo, destinados fundamentalmente para cidadãos, possam se instalar valendo-se de toda essa riqueza. Juntamente com a conservação da natureza, esses guardiões devem conservar a sua ruralidade, da mesma forma como conservam a natureza, ou seja, intocada para fins de lazer e turismo urbanos. Mas como indagação a essa tese uma das lideranças camponesas do assentamento Pastorinhas lança o seguinte: “nós vamos viver de que?” (assentada da reforma agrária V, 2016). Conquanto, reafirma a necessidade de aprofundamento de iniciativas direcionadas à agricultura familiar que ampliem a autonomia em contraponto a subalternidade decorrente da “[...] *invenção do rural*, motivada pelas crescentes procuras e consumos deste espaço” (FIGUEIREDO, 2003, p. 570) haja vista o modo de vida cidadão.

Além dessas iniciativas organizadas pelo poder público municipal foi possível identificar uma organização não governamental (ONG) intitulada Abrace a Serra da Moeda que tem trabalhado, há pelos menos uma década, em torno de importantes questões socioambientais que afetam a população de Brumadinho, mais especificamente dos residentes nos condomínios residenciais, nas localidades e nos povoados localizados na face oeste da Serra da Moeda. Essa ONG organiza, anualmente, uma manifestação pública que procura evidenciar os conflitos inerentes ao uso da água na Serra da Moeda. Em 2017, a ONG Abrace a Serra da Moeda se manifestou contra a) a atuação da empresa Coca Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito (município que tem seus limites politico-administrativos fronteiriços à porção oeste de Brumadinho), b) um mega-empreendimento imobiliário (CSul) a ser instalado próximo à Lagoa dos Ingleses em Nova Lima e c) a reativação da mina da Serrinha, pela empresa mineradora Ferrous Resources do Brasil. A principal preocupação dessa ONG é com relação ao uso dos recursos hídricos que serão utilizados por esses empreendimentos e que poderá comprometer o uso da água realizado pelos moradores da região. Apesar da preocupação que essa ONG expressa com relação ao uso dos recursos hídricos da região da Serra da Moeda, denunciando 3 mega-empreendimentos que poderão, de fato, comprometer toda a dinâmica hídrica regional, é possível observar certa contradição na atuação dessa ONG, pois segundo um dos entrevistados

[...] todo o mundo gosta de falar de preservação, de proteção, mas é muito bom que você proteja para mim. Aqui em Brumadinho tem um movimento que se chama mãe d'água [...] quem puxa o movimento todos moram em condomínios. Foi lá e cercou a nascente, o outro botou a cachoeira no parque ecológico dele, no empreendimento dele, que ele tem a cachoeira era pública, ele foi lá e cercou porque ele comprou o terreno. Aí chama os agricultores para uma reunião que eu vou lá e está tudo cimentado, a mulher anda de carro, aí tem piscina, e troca de 8 em 8 dias troca a água da piscina, porque não paga, essa água não é paga, ela não tem o hidrômetro, então ela joga essa água com os resíduos, porque é assim. O pessoal fala de contaminação pela agricultura [...] não tem fossa séptica, aí depois intitula um movimento de proteção. É muito bom quando eu mando você proteger e eu vou ficar lá com as minhas regalias (assentada da reforma agrária V, 2016).

Ou seja, apesar desse movimento denunciar a atuação de megaempreendimentos e os impactos negativos que eles causam nos recursos

hídricos os seus membros, majoritariamente, moradores dos condomínios situados na encosta da Serra da Moeda, no município de Brumadinho, com destaque para o condomínio Retiro do Chalé, são apontados, também, como causadores de impactos negativos, pois são acusados de terem impactado nascentes, cercado cachoeiras que antes eram de uso público, terem impermeabilizado o solo impedindo a recarga natural de água através da infiltração, utilizarem indiscriminadamente a água para o lazer em piscinas, saunas e chuveiros juntamente com o descarte sem tratamento após a utilização.

Essa crítica apenas evidencia o enorme distanciamento da base de reprodução material das sociedades urbanas conforme nos ensinam Laschefski; Zhouri (2019, p.23, minha tradução, minha ênfase)

Esses "territórios flutuantes" do capital global evidenciam a alienação dos meios de vida modernos de sua base física de reprodução. Este fato limita as possibilidades, até mesmo de "cidadãos amigos do meio ambiente", para reduzir seus padrões de consumo devido à estrutura socioespacial dispersa na qual a vida cotidiana se desdobra. No espaço urbano, as relações socioambientais são mediadas pelo comércio e pela tecnologia: a água vem da torneira, a eletricidade da tomada e a comida do supermercado. Na vida cotidiana, rastrear as origens desses bens é simplesmente impossível. **Consequentemente, o território como base para viver tornou-se um conceito abstrato, sem significado real na vida cotidiana.** O acesso a recursos materiais para a vida é mediado pelo mercado e pela tecnologia. Devido ao seu distanciamento cognitivo das paisagens operacionais acima mencionadas, que sustentam seus meios de subsistência, as sociedades urbanas muitas vezes não sabem que seu espaço ambiental está se expandindo nos territórios de outras pessoas. Desnecessário dizer que as redes globais que permitem o metabolismo urbano consomem grandes quantidades de energia fóssil. Os indivíduos urbanos, portanto, são alienados não apenas dos bens e serviços produzidos por seu próprio trabalho, mas também dos territórios necessários para assegurar seu dia-a-dia<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> No original: "These 'floating territories' of global capital are evidence of the alienation of modern livelihoods from their physical base of reproduction. This fact limits the possibilities even of 'eco-friendly citizens' to reduce their consumption patterns due to the dispersed socio-spatial structure in which everyday life unfolds. In urban space, socio-environmental relations are mediated through commerce and technology: water comes from the tap, electricity from the plug and food from the supermarket. In everyday life, tracking the origins of these goods is simply impossible. **Consequently, the territory as a basis for living has become a somewhat abstract concept with no real significance in everyday life.** Access to material resources for a living is mediated through the market and technology. Due to their cognitive detachment from the abovementioned operational landscapes, which sustain their livelihoods, urban societies are often unaware that their environmental space is expanding in other people's territories. Needless to say, the global networks enabling the urban metabolismo consume vast amounts of fossil energy. Urban individuals, thus, are alienated not only from the goods and services produced by their own labor but also from the territories required to secure their day-to-day lives" (Laschefski; Zhouri, 2019, p.23, minha ênfase).

A ideologia do urbano como destino desejável e inexorável pode ser vista através dos depoimentos das pessoas que residem “aos pés da Serra da Moeda”, em sua face oeste, e trabalham nos condomínios residenciais dessa região de Brumadinho, principalmente no Condomínio Retiro do Chalé. Essas pessoas valorizam os empregos gerados pelo condomínio nas mais diversas funções. Afirmam que sem esses empregos as comunidades de Córrego Ferreira, Campinho, Suzana, Chácara, dentre outras, já teriam sido desfeitas: “se não fosse ele [o Condomínio Retiro do Chalé] estava todo mundo morto de fome!” (J. pedreiro e morador de Chácara, 2018). Apesar de não ser possível prever com tanta assertividade assim arrisco-me a realizar uma outra previsão que se desenha da seguinte maneira: sem a instalação dos condomínios residenciais a ideologia do urbano seria enfraquecida e a população poderia continuar ocupada com as atividades de agropecuária. Com a devida assistência técnica e políticas no sentido de incentivar a agroecologia, por exemplo, a gestão dos recursos naturais, inclusive das águas, poderia ser mais democrática e justa, pois a forma de ocupação do espaço por parte dos condomínios, em grande medida, é apenas consumidora de água.

Contudo, apesar desse debate ser relevante, no âmbito dessa pesquisa não ficarei detido sobre ele. Entretanto, utilizo duas fotos do loteamento Retiro do Chalé datadas do início dos anos de 1980 e imagens de satélite obtidas através do *software Google Earth*, de 2018, para mostrar que com o passar do tempo e o aumento da ocupação do loteamento desse condomínio residencial houve considerável recomposição vegetacional.

Fotografia 13 -Parte do loteamento do Retiro do Chalé no início dos anos de 1980. A referência para localização no loteamento é a Avenida Cachoeira que está no canto inferior direito da foto.



Fonte: Cedida pela ONG Abrace a Serra da Moeda.

Fotografia 14 - Parte do loteamento do Retiro do Chalé no início dos anos de 1980. A referência para localização no loteamento é a Alameda das Braúnas localizada mais ao centro da foto.



Fonte: Cedida pela ONG Abrace a Serra da Moeda.

Figura 11 - Imagem de satélite do Google Earth que mostra parte do condomínio Retiro do Chalé com as duas referências anteriores: Alameda das Braúnas e Avenida da Cachoeira.



Fonte: Google Earth (acesso em 10 jan. 2019).

Conforme tratei no início desse capítulo, ao longo da minha pesquisa, diante das diversas conversas e visitas que realizei, o conflito em torno da água foi se tornando uma preocupação central, haja vista, a forte propaganda em torno da “crise hídrica brasileira” que teria se iniciado em 2014, com forte incidência na Região Metropolitana de São Paulo, mas como parte de sua construção discursiva, também atingiu outras regiões, como Belo Horizonte. Contudo, um grave conflito chamou a minha atenção por se tratar da apropriação das águas subterrâneas como matéria prima para fabricação de mercadorias por parte de uma empresa transnacional e que poderia ser a responsável por privar parte da população de Brumadinho de acessá-la e que se tornou mais grave quando, em meados do ano de 2017, diversos moradores de Suzana e Campinho ficaram sem água em suas redes de captação e distribuição.

Portanto, gostaria de me debruçar sobre um caso específico de conflito ambiental relacionado à água no município de Brumadinho e que relaciona a operação

da fábrica de refrigerantes da Coca Cola FEMSA instalada no Distrito Industrial de Itabirito e a idilização do campo. Ressaltando que o processo de idilização do campo pode ser entendido, conforme Figueiredo (2008), como profundamente marcado por visões de mundo associadas ao modo de vida urbano industrial que tendem a produzir territórios descolados da sua base física imediata, tornando-se dependentes de espaços monocultivados (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019) que, geralmente, se encontram distantes e exigem enormes dispêndios de energia para suprir necessidades cotidianas fundamentais como água e alimentos. Apesar da fábrica da Coca Cola FEMSA ter se instalado na face leste da Serra da Moeda, no município de Itabirito, ela tem utilizado como matéria prima para a fabricação de suas mercadorias a água do Aquífero Cauê que também serve para abastecer uma parte da população de Brumadinho localizada na face oeste da mesma serra onde se dá o processo que intitulei de idilização do campo e do rural para fins de consumo citadino, no qual se tem uma grande quantidade de loteamentos residenciais (fechados ou não) destinados, principalmente, às classes média e alta de Belo Horizonte. Portanto, um dos elementos centrais desse processo de idilização do campo na região relaciona-se com a disponibilidade de água farta e de qualidade que pode ser obtida, principalmente, através da captação das águas subterrâneas.

A imbricação desses dois pontos acima (idilização do campo e abundância de água de qualidade) acabou, a meu ver, produzindo injustiça hídrica no contexto das relações desiguais do campo e da cidade tendo em vista modos de vida e de produção do espaço que podem se constituir de forma contraditória. E mais, esse conflito se dá em torno das águas subterrâneas que apesar de ser compreendida como um recurso mais democrático no que se refere à possibilidade de acessá-la tem se tornado, justamente por isso, um recurso escasso. Haja vista, o acesso as águas subterrâneas estar, cada vez mais, mediado pelas tecnologias de prospecção, perfuração e bombeamento que se associam intimamente à capacidade financeira para adquiri-las. Ademais, a gestão por parte do poder público dessa forma de acessar a água encontra bastante dificuldade para ser realizada sendo poucos os exemplos e modelos que poderiam subsidiar algo nessa direção, principalmente se estiverem pautadas na gestão por parte de órgãos governamentais e menos em formas locais ou autônomas de gestão.

Nesse contexto é importante frisar a noção de água como relações de poder e,

portanto, como território. E mais, esse conflito também demonstra que as relações cidade e campo permanecem dominadas pelo pólo da cidade, pois ganhou força um discurso durante o conflito em torno da água com a Coca Cola FEMSA que é a necessidade de preservá-la para abastecer a cidade de Belo Horizonte nos moldes do que Laschefski (2006, 2008) conceituou como “monoculturização do espaço”. E não é só a necessidade de água para abastecer Belo Horizonte que produz essa monoculturização do espaço, mas também o processo de idilização do campo o faz, haja vista se configurar como a destinação de uma parcela do espaço para o lazer e descanso dos cidadãos. Esse discurso se baseia em uma ideologia do urbano que determinou cidade e urbano como superiores ao campo e ao rural em um contexto fortemente influenciado pela colonização e que se justifica politicamente como estratégia de dominação de um sobre o outro.

assim, mais do que o fato de a humanidade ser urbana vivemos o espectro de que devemos todos ser urbanos! A urbanização é vista como um destino nos múltiplos sentidos que a palavra comporta e, assim, as políticas devem estar voltadas para superar o rural, essa forma pré-moderna e inferior de existência, que deve ser superada pela industrialização e, conseqüentemente, pela urbanização. (PORTO-GONÇALVES, 2008, n.p.)

E mais: “estamos assistindo mais a um processo de des-ruralização do que a um processo de urbanização, isto é, estamos diante muito mais de um desfazer do rural do que da conformação do urbano” (PORTO-GONÇALVES, 2008, n.p.).

#### 4.1. Conflito ambiental: Coca Cola FEMSA e comunidades ao sul do município de Brumadinho

A produção do espaço idílico advém da idealização romântica sobre o rural e a natureza por parte da mentalidade pequeno burguesa cidadina em oposição ao que ela considera odioso nas cidades (poluição, violência, congestionamentos, etc.) e no campo (idiotice, insetos, etc.)

Portanto, motivados pelo desejo de morar no campo idealizado produzem esse espaço. E um dos fatores mais marcantes da idilização do campo de Brumadinho

relaciona-se com a farta disponibilidade de água pura que jorra da Serra da Moeda. Segundo depoimento, durante a Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 7 de dezembro de 2017, de um morador e membro da Associação dos Moradores da Comunidade de Suzana e Região (AMOCOS) de Brumadinho

Nós sempre fomos privilegiados na região de Suzana, que é uma região de poder turístico muito grande, principalmente por causa da nossa oferta de água. Então, Suzana, Campinho, condomínios Retiro do Chalé e Águas Claras. A nossa região lá sempre foi elogiada e procurada por essa facilidade hídrica. A gente sempre teve isso como o nosso carro chefe.

Além de farta, em muitos casos, ainda, gratuita. A não ser, por exemplo, na comunidade de Suzana onde a Associação de Captação de Águas da Serra (ACAS) cobra por esse recurso. E em Campinho, recentemente, após iniciar o conflito com a empresa Coca Cola FEMSA, tentou, sem sucesso, implementar a cobrança pela água. Nesse caso, os hidrômetros foram instalados, porém não houve concordância sobre a cobrança das tarifas.

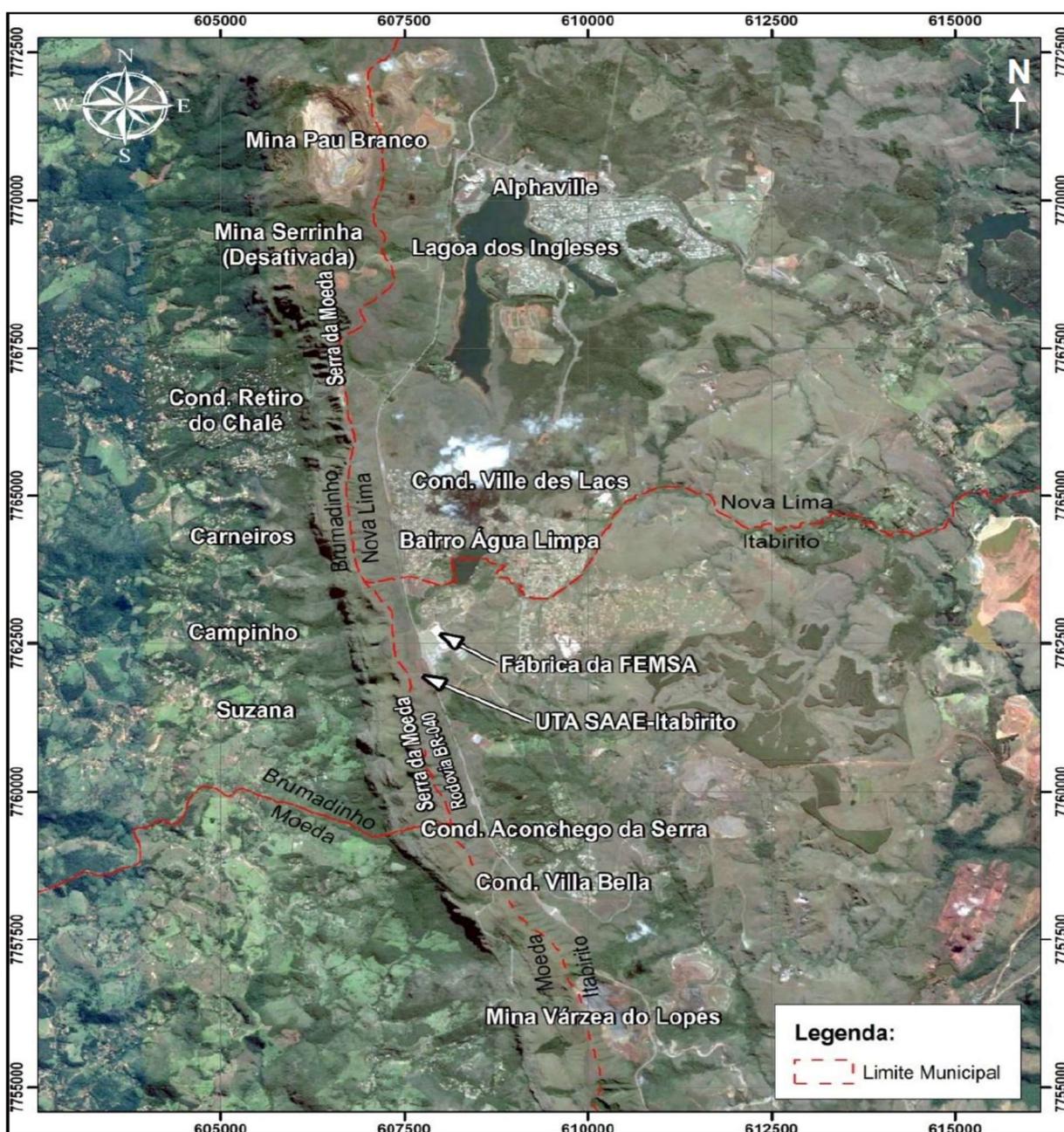
Entretanto, essa água, segundo os moradores, já não brota mais como antes, erodindo, portanto, um dos principais atributos desse rural idílico. Algo que os pareceres encomendados pela empresa Coca Cola FEMSA atribuem à condições climáticas dos últimos anos.

O conflito estabelecido em torno da apropriação da água por parte da Coca Cola FEMSA nos remete a outro problema em torno do acesso desigual sobre a água que se refere à forma de utilização das águas subterrâneas por parte dos sitiantes (cidadinos do rural idílico). Ele nos leva ao debate sobre crescimento populacional no campo – inclusive abre-se aí outra problemática relacionada ao esvaziamento do campo – com um modo de vida tipicamente citadino, ou seja, de certa forma desconectado com o local podendo gerar fortes impactos onde se instala. O impacto do crescimento populacional no campo não se restringe ao maior número de pessoas, mas ao modo como esses novos residentes utilizam os recursos disponíveis. Portanto, o conflito instalado na região, com diversos registros recentes de falta de água, está associado à diversos fatores: as atividades de mineração, a operação da Coca Cola FEMSA e a forma de vida citadina no rural idílico.

Os moradores do povoado de Suzana, Campinho, Gorduras, Carneiros e

Chácara, situados ao sul de Brumadinho, localizados “ao pé da Serra da Moeda”, (conforme localização presente na figura nº 11) relatam enfrentar, desde o ano de 2015, um grave problema relacionado à diminuição da vazão de água proveniente das nascentes que se encontram na face oeste da Serra da Moeda e abasteciam as suas redes de captação e abastecimento.

Figura 12 – Figura que mostra a localização de Suzana, Campinho e Carneiros, junto aos limites dos municípios circunvizinhos.



Fonte: Water Services Brasil (2018, p.6).

Figura 13 - Infraestrutura de recebimento, armazenamento e distribuição da água para os moradores de Campinho. Ao fundo se vê a face oeste da Serra da Moeda onde se encontra a nascente que abastece essa rede de água.



Fonte: Acervo pessoal 12/07/2018.

Figura 14 - Infra estrutura de recebimento, armazenamento e distribuição da água para os moradores de Carneiros. Ao fundo se vê a face oeste da Serra da Moeda onde se encontram as diversas nascentes que abastecem grande parte da



Fonte: Acervo pessoal 12/07/2018.

Há diversos depoimentos sobre a diminuição do volume de águas em diversos pontos dessas localidades que não se restringem a diminuição do volume de águas provenientes das nascentes que servem para o abastecimento local. São nascentes que não jorram água, assim como córregos e cachoeiras que não vertem mais como há alguns anos atrás como deixam claro os depoimentos ouvidos na Audiência Pública realizada na ALMG no dia 07 de dezembro de 2017. Entretanto, o conflito com a Coca Cola FEMSA e a população residente na face oeste da Serra da Moeda tem seus contornos mais bem definidos no que se refere à diminuição do volume de água que nasce na serra e serve para abastecer, através de uma rede de canos, a população local. No ano de 2016 os moradores da face oeste da Serra da Moeda relataram que uma das nascentes que abastece a localidade de Campinho secou completamente e, a partir de então, a Coca Cola FEMSA se comprometeu a enviar caminhões pipa diariamente que abastecem a caixa d'água dessa localidade. Situação que permanecia até o final do ano de 2018.

A fábrica da Coca Cola FEMSA, instalada no distrito industrial de Itabirito, perpassou por todo o trâmite legal exigido para operar. Encontra-se, portanto, operando segundo as exigências da lei. Contudo, os órgãos fiscalizadores dispensaram esse empreendimento de apresentar Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) por ter sido considerado como não causador de significativo impacto ambiental, ou seja, suas atividades foram interpretadas como não capazes de comprometer a qualidade de vida das pessoas ou de causar danos aos recursos naturais conforme o inciso I do artigo 1º do Decreto do Estado de Minas Gerais número 45.175 de 17 de setembro de 2009. Conquanto, por ter sido assim classificado não lhe cabia, legalmente, imputar-lhe compensações ambientais.

O processo administrativo de Licença Prévia desse empreendimento foi formalizado no dia 09 de setembro de 2011 acompanhado apenas por um Relatório de Controle Ambiental (RCA), haja vista a dispensa de EIA/RIMA que lhe foi concedida. Através do RCA (BRANDT MEIO AMBIENTE LTDA., 2011) foi possível observar que a Coca Cola FEMSA já procurava se isentar de prestar informações sobre um dos seus mais importantes insumos, sobre uma das suas principais matérias primas – a água – pois nesse documento declarou utilizar água captada e fornecida pelo Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE-

Itabirito). Mesmo tendo apresentado um quadro de um estudo dos consultores da Brandt Meio Ambiente LTDA. (2011, p. 36) no qual consta que a fábrica da Coca Cola FEMSA em Itabirito utilizará, em média, por mês, 173.253,1m<sup>3</sup> de água como matéria prima para fabricação de refrigerantes. Mesmo assim, ela continuou isenta de prestar maiores informações sobre a sua principal matéria prima. A dispensa de realização e apresentação de EIA/RIMA também impactou na análise da relação desse empreendimento com as Unidades de Conservação localizadas nas proximidades das instalações fabris dessa empresa. Segundo o próprio RCA apresentado pela Coca Cola FEMSA (BRANDT MEIO AMBIENTE LTDA., 2011) empreendimentos classificados como não causadores de significativo impacto ambiental, portanto dispensados de apresentar EIA/RIMA, podem utilizar um raio de influência (buffer) de 2.000 metros ao invés dos 10.000 metros exigidos quando não isenta o empreendimento de apresentar o EIA/RIMA. Caso não fosse concedida essa redução, em decorrência da classificação desse empreendimento como não causador de significativo impacto ambiental exigindo o EIA/RIMA, o órgão licenciador deveria dar ciência aos órgãos responsáveis pela administração das seguintes Unidades de Conservação: a) Reserva Biológica Campos Rupestres Moeda Sul, b) Reserva Biológica Campos Rupestres Moeda Norte e c) Estação Ecológica Arêdes. Além das já impactadas: d) Monumento Natural da Serra da Moeda, e) Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte e f) Área de Proteção Ambiental Serra da Moeda. Esse fato, muito provavelmente, possibilitou à empresa passar pelas fases do licenciamento de maneira mais rápida.

No dia 18 de novembro de 2014 a Autorização Provisória de Operação (APO) lhe foi concedida. Já no ano seguinte, no dia 15 de outubro de 2015, o MPMG firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itabirito e da Coordenadoria Regional das Promotorias Justiça da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e Paraopeba, com a fábrica de bebidas e o SAAE-Itabirito com o objetivo de controlar o licenciamento e estabelecer medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias relativas aos impactos ambientais do empreendimento. Um dos principais fatores para o estabelecimento desse TAC foi a ausência dos EIA/RIMA. Ausência sob a anuência do órgão fiscalizador do estado de Minas Gerais. Entretanto, mesmo após a assinatura desse TAC, moradores de Brumadinho formalizaram representações que relacionavam as alterações nas

vazões das nascentes que lhes abasteciam com o início das operações fabris por parte da empresa Coca Cola FEMSA. Portanto, o TAC firmado entre MPMG, Coca Cola FEMSA e SAAE-Itabirito não se configurou como uma solução técnica capaz de resolver de maneira consensual o problema conforme noticiou o próprio MPMG após a assinatura desse Termo (MPMG, 2015).

A primeira obrigação que esse TAC trouxe refere-se ao compromisso que o SAAE-Itabirito deve contrair com relação a elaboração de estudos acerca da disponibilidade hídrica e caracterização hidrogeológica local e não imputam à Coca Cola FEMSA essa mesma responsabilidade. Contudo, essa empresa encomendou a realização de pesquisa hidrogeológica na região que compreende o Aquífero Cauê e Gandarela.

No RCA/PCA não foi abordado o impacto sobre o aquífero sob o argumento de que a empresa seria abastecida pelo SAAE-Itabirito. Aqui, a meu juízo, a empresa Coca Cola FEMSA procurou se desvencilhar de um futuro problema com a conivência da autarquia, responsável pelo fornecimento de água, e da administração local interessadas em atrair essa fábrica para o seu distrito industrial, que até o ano de 2018, tinha apenas essa fábrica instalada. Segundo o jornal Estado de Minas, em matéria publicada em seu *site* no dia 01 de julho de 2011 (TAKAHASHI, 2011), Itabirito foi o município escolhido, dentre mais de 40 candidaturas, pela empresa Coca Cola FEMSA para sediar uma de suas fábricas por apresentar dois quesitos considerados fundamentais para as suas operações: localização às margens da BR-040 e acesso à água. Segundo depoimento dado pelo secretário de desenvolvimento econômico de Itabirito à época ao jornal Estado de Minas “os critérios foram essencialmente técnicos e **envolveram principalmente a matéria prima, já que a água representa 90% do produto**, e o local para decantação do resíduo final” (TAKAHASHI, 2011, minha ênfase). A Coca Cola FEMSA se colocou, meramente, como uma empresa cliente do serviço de abastecimento de água, procurando, dessa forma, se isentar de qualquer responsabilidade diante de impactos que poderia causar com a captação de água, mesmo ela sendo sua matéria prima fundamental. Ademais, caso o SAAE-Itabirito e a Prefeitura local não consigam fornecer a matéria prima requerida pela fábrica, a Coca Cola FEMSA poderá expor isso, dando brechas para que no futuro outras formas de gestão das águas possam ocorrer. Contudo, tais formas poderão se dar sem a presença da sociedade e do poder público além de enfraquecer diversas formas

autônomas de gestão das águas. Nessa lógica, se autarquias ou empresas públicas não tem condições de gerir a água, quem dirá que serão capazes de fazê-lo, autonomamente, os grupos de pessoas que dela necessitam? Inclusive, as formas menos dependentes do Estado que procuram gerir a água autonomamente foram alvo de críticas.

Outra justificativa utilizada para a dispensa do EIA/RIMA por parte da Coca Cola FEMSA foi o fato do distrito industrial de Itabirito ter realizado esses estudos. Ou seja, o distrito industrial estaria devidamente licenciado e, por isso, seria capaz de receber, dentro das normas legais, qualquer empreendimento. Contudo, o licenciamento ambiental do distrito industrial de Itabirito também não previu impactos no aquífero com justificativas variadas. Uma delas foi que havia a previsão de instalação de uma empresa que não requeria uso intensivo de água. Porém, após a confirmação da pretensão de instalação e operação da fábrica da Coca Cola FEMSA nesse distrito industrial não foram exigidos novos estudos. Em resumo: ninguém analisou o impacto da exploração do aquífero em vazões tão grandes, muito menos houve alguma preocupação em quantificar e monitorar o impacto decorrente da captação das águas através de poços tubulares profundos.

Os estudos conduzidos sob encomenda da Coca Cola FEMSA se referem, portanto, à necessidade de regulamentar as suas atividades, haja vista a sua operação ter começado sem ter apresentado Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Conquanto, a disponibilidade hídrica subterrânea da região onde se instalou não é conhecida, pois, segundo o depoimento da representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) presente na audiência pública realizada na ALMG em dezembro de 2017, é muito recente no Brasil as iniciativas que procuram subsidiar a gestão das águas subterrâneas, afirmando que há muito o que se fazer para poder conhecer e gerir esse recurso de maneira eficiente.

A legislação de recursos hídricos está muito mais avançada em relação às águas superficiais. A maior parte dos Estados que possui legislação relativa às águas subterrâneas tem se limitado à questão da outorga e são poucas aquelas que tratam da proteção e conservação destes recursos e a sua gestão integrada, principalmente a interface com as águas superficiais (MMA, [entre 2000 e 2018]).

Parece não haver instrumentos político-administrativos consolidados no país para a gestão das águas subterrâneas. Para as bacias hidrográficas existem maneiras

já implementadas de gestão compartilhada como, por exemplo, os conselhos de bacias hidrográficas. Contudo, a dinâmica das águas subterrâneas não se liga diretamente à dinâmica das águas superficiais nas bacias hidrográficas. Há conselhos definidos para gerir as águas dessas subbacias que se conectam com as ações das prefeituras e do estado, mas ainda não há formas de gerenciamento compartilhado dos aquíferos.

Está aí um enorme desafio para a geografia. Qual é a categoria espacial que dá conta dessas relações? Acredito que é possível trabalhar com território da maneira como nos ensina Porto-Gonçalves (2006, p. 290,291, *itálicos no original, minha ênfase*).

Assim, sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando *dos lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. [...] Toda a questão passa a ser, portanto, **quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e levados de um lugar para outro, assim como o próprio trajeto entre os lugares**. Como se vê, é toda a questão política que está implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território.

Ademais, a legislação acerca das águas subterrâneas no Brasil é, ainda, fraca e ineficiente para dar conta de toda a complexidade que lhe é pertinente. Portanto, deriva da fraqueza de normas que poderiam contribuir para dirimir situações conflituosas, como essa vivida por moradores de Brumadinho, medidas de prevenção e precaução como o Decreto 41.578, de 08 de março de 2001 (MINAS GERAIS, 2001). Esse Decreto regulamenta a Lei 13.199, de 29 de janeiro de 1999 (MINAS GERAIS, 1999) que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos em Minas Gerais e no artigo 38, em seu parágrafo único, tem-se

Art. 38. Parágrafo Único - A outorga de extração de águas subterrâneas, em local onde as disponibilidades hidrogeológicas não são conhecidas, será expedida após o encaminhamento, pelo interessado, dos testes de bombeamento que permitam a fixação das vazões a serem exploradas em condições sustentáveis para as reservas de águas subterrâneas e para as vazões de base dos corpos de águas superficiais (MINAS GERAIS, 2001).

Portanto, atento aos princípios inerentes ao direito ambiental de prevenção e precaução, mais especificamente sobre o segundo, posso me arriscar e perguntar:

quais são os interessados que permitem que a empresa Coca Cola FEMSA explore as águas subterrâneas dos Aquíferos Cauê e Gandarela sem ter apresentado EIA/RIMA que contem procedimentos e normas mais rígidas do que o RCA/PCA? Quem determinou que a fábrica de refrigerantes da Coca Cola FEMSA, durante a sua operação, não geraria significativos impactos sobre o meio ambiente, principalmente nas águas subterrâneas, haja vista ser essa a sua matéria prima fundamental?

Portanto, é possível conjecturar, com base no depoimento de um dos membros do MPMG, ouvido durante a Audiência Pública do dia 07 de dezembro de 2017 na ALMG, que os órgãos licenciadores e fiscalizadores competentes para esse caso tenham enormes responsabilidades sobre essa situação. Nesse caso, é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) vinculado no âmbito estadual à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD-MG), integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH), bem como na esfera federal integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o maior responsável. Pois é o IGAM o órgão responsável por conceder as outorgas. Ou seja, concede ao usuário o direito de utilizar a água. Trata-se de um direito ao uso da água e não um instrumento jurídico que confere a propriedade da água. Entretanto, se se confirmar que a captação de água dos Aquíferos Cauê e Gandarela para ser utilizada como insumo para a fabricação da mercadoria refrigerante pela empresa Coca Cola FEMSA tem impedido a população de Brumadinho de acessá-la essa outorga não concedeu um direito de uso, mas sim a propriedade da água à essa empresa.

A fábrica de refrigerantes e o SAAE-Itabirito afirmam estar agindo, desde o início, em conformidade com a legislação pertinente. Inclusive, se valem desse fato, pois não lhes interessa debater o que está expresso em lei com vistas a aprimorá-la. De fato, tanto o SAAE-Itabirito quanto a Coca Cola FEMSA parecem agir através da alegabilidade, ou seja, “[...] práticas que são formalmente legais, mas que aproveitam as lacunas ou limitações das regras para alcançar benefícios que são claramente contra o espírito do quadro jurídico” (GUDYNAS, 2016, p. 31, minha tradução)<sup>52</sup>. Tomando por base Santos; Ferreira; Penna (2018) interpreto que a forma como as licenças foram concedidas à fábrica da Coca Cola FEMSA contribuiu para obscurecer

---

<sup>52</sup> No original: “[...] prácticas que son formalmente legales pero que se aprovechan de los vacíos o limitaciones de las normas para lograr beneficios que claramente están contra el espíritu del marco jurídico” (GUDYNAS, 2016, p. 31)

os diversos danos ambientais potenciais, que, se iluminados, poderiam inviabilizar o empreendimento.

Interessa a uma empresa como a Coca Cola FEMSA localizar-se onde há matéria prima abundante e de qualidade para que possa produzir uma mercadoria com altas taxas de lucro, pois água de melhor qualidade significa menores custos de produção. Inclusive, valendo-se de leis e sistemas de fiscalização mais frágeis para subsidiar onde se instalarão mantendo-se em conformidade com a legislação. Trata-se de escolher um conjunto de fatores locacionais que seja favorável aos negócios que realiza. Água de qualidade farta e barata, legislação e fiscalização ambiental pouco restritivos aos seus negócios, fraca capacidade de organização popular e de fazer frente aos seus interesses. Seria esse o conjunto que motivou a sua instalação no distrito industrial de Itabirito?

Os estudos apresentados pelas empresas de consultoria contratadas pelo SAAE-Itabirito e pela Coca Cola FEMSA, conforme compromisso firmado no TAC, ao menos até maio de 2018, não apresentavam conclusões sobre os impactos decorrentes do bombeamento de água subterrânea realizado na face leste da Serra da Moeda sobre as nascentes situadas em sua face oeste. Essa situação de indefinição gerou intenso debate entre os envolvidos nesse conflito. Inclusive, resultou na realização de duas Audiências Públicas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nos meses de novembro e dezembro de 2017, com vistas a buscar soluções para esse conflito e que não surtiram o efeito desejado permanecendo, portanto, enormes dúvidas quanto à disponibilidade de água por parte dos atingidos. É fundamental mencionar que em nenhuma dessas duas audiências públicas convocadas pela ALMG se fez presente algum representante da Coca Cola FEMSA.

Somente no mês de maio de 2018 foi protocolada pela Coca Cola FEMSA a segunda fase dos estudos encomendados a empresa Water Services do Brasil (WSB) no qual os consultores contratados pelo empreendedor concluíram que o bombeamento das águas subterrâneas através dos poços que se encontram sob a responsabilidade do SAAE-Itabirito não afetam a vazão das nascentes situadas na face oeste da Serra da Moeda, mais especificamente, das nascentes de Campinho e Suzana. Esse segundo relatório afirma que a redução do volume de águas nas nascentes observadas e relatadas pelos moradores de Brumadinho decorre dos baixos índices de pluviosidade (abaixo da média histórica da região) registrados no

período compreendido entre os anos de 2012 e 2017. Esse argumento foi defendido pela fábrica de refrigerantes e pelo SAAE-Itabirito desde os primeiros estudos apresentados. Em nota de esclarecimento, publicada após a realização da Audiência Pública do mês de dezembro de 2017, a Coca Cola FEMSA afirmou que há

**evidências técnicas** indicam que os referidos poços não estão interferindo nas nascentes. Esta afirmativa se dá com base nos resultados obtidos no estudo hidrogeológico elaborado pela empresa Schlumberger Water Services e protocolado pelo SAAE no processo de outorga dos poços. O estudo visou, entre outros objetivos, averiguar se haveria relação entre a captação de água dos poços utilizados para o fornecimento de água à operação da fábrica em Itabirito e a redução de vazão em nascentes próximas. No mencionado estudo, **há todo o embasamento técnico** que demonstra que não foram encontradas evidências de que os poços outorgados ao SAAE Itabirito – e utilizados para o abastecimento da fábrica – estejam interferindo nas nascentes próximas das propriedades.

Segundo a empresa tratam-se de evidências tecnocientíficas e não resultam da observação dos moradores e seus ascendentes familiares ao longo de muitos anos. Ademais, parece ser esse o objetivo: desqualificar, desonrando, a observação empírica realizada por aqueles que por várias gerações produzem aquele espaço. Portanto, procura-se, através da utilização do instrumental da tecnociência, subjugar os conhecimentos de populações tradicionais e locais gestados por relações intimamente estabelecidas com os seus territórios. Produz-se um discurso no qual a tecnociência seria superiora a outras formas de conhecimento e detentora de uma razão indiscutível, não questionável. Segundo Porto-Gonçalves (2006) trata-se, portanto, de um tabu, um mito, que produz uma sociedade tecnocentrada, na qual há sempre que buscar uma solução técnica para tudo. Ademais, não se trata de uma crítica à técnica enquanto tal, mas sim das relações que a sociedade moderno-colonial estabelece com as técnicas que ela mesmo engendra através das relações sociais e, fundamentalmente, de poder.

A observação empírica dos atingidos pela escassez hídrica é desvalorizada. Sejam eles, inclusive, cidadãos que tem propriedades no campo. Suas observações são subjugadas, pois não utilizaram nenhum artefato técnico considerado válido pela racionalidade moderno-colonial para embasá-las. Conquanto, apenas observaram nascentes e cursos d'água minguando com o passar dos anos e, a partir de 2015 ficaram sem água em suas casas.

Portanto, a empresa Coca Cola FEMSA, tem procurado se defender através da produção de um discurso centrado na tecnociência como algo a-intencional. Mas, impregnado de valor moral intrinsecamente positivo e inquestionável.

A ciência e a técnica modernas, tal como concebidas pelo Ocidente europeu e expandidas pelo mundo, foram instituídas como critério não só de verdade mas, também, como se essa verdade tivesse uma **bondade moral naturalmente nela inscrita**. Com isso, a verdade científica deslocou outras formas de construção de conhecimento e se tornou uma verdade possuída por uma espécie de mais-valia simbólica: **o que é científico é bom** e, assim, o Estado e os gestores passaram a invocar a verdade científica como se fora *A Verdade*. Com isso, outros saberes tornaram-se menores – folclore; o saber popular tornou-se um não-saber; a religião perdeu seu reino; a arte passou a ser acessória, entretenimento; a filosofia, pouco a pouco foi deslocada e, até mesmo a política, para os gregos a mais sublime das Artes, passou a ser substituída por uma espécie de saber competente, uma mera administração das coisas, deixando de ser o *locus* por excelência onde todas as falas estavam convidadas a trazer a sua verdade. Com o tecnocentrismo, tenta-se afastar outros protagonistas possíveis e, assim, outras verdades ficaram impedidas de se apresentar enquanto cidadãs na pólis (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 85, 86, itálicos no original, minha ênfase).

Ademais, devo ressaltar que as empresas de consultoria ambiental envolvidas venderam uma mercadoria para o SAAE-Itabirito e para a Coca Cola FEMSA. Os estudos que essas empresas desenvolveram estão inseridos em uma lógica de relações mercantis. Trata-se de uma mercadoria feita sob encomenda para o empreendedor que a comprou. Decorre dessa lógica mercantil que o objetivo precípua desses estudos é concluir pela viabilidade ambiental do empreendimento (ZHOURI; LASCHESFKI; PAIVA, 2005). Entretanto, as incertezas permanecem. Pois, assim como fizeram para o primeiro relatório produzido pela empresa Schlumberger Water Services a ONG Abrace a Serra da Moeda analisou criticamente o segundo relatório apresentado pela Coca Cola FEMSA e produzido pela Water Services do Brasil. Com a juntada desses dois relatórios elaborados pela ONG supracitada ao inquérito civil o MPMG solicitou auditoria externa para pautar as providências que serão tomadas.

A primeira auditoria, concluída em 14 de agosto de 2017, recomendou a continuidade das pesquisas hidrogeológicas em decorrência dos dois relatórios apresentados, um encomendado pela Coca Cola FEMSA e outro pelo SAAE-Itabirito, não serem conclusivos. Diante disso, MPMG instou o estado de Minas Gerais a se manifestar com relação às medidas que seriam tomadas, haja vista o empreendimento

encontrar-se em operação há, pelo menos, 2 anos sem conhecimento sobre a disponibilidade hidrogeológica e, principalmente, por haver diversos reclames de moradores de Brumadinho sobre dificuldades de acesso à água e diminuição da vazão das nascentes situados na face oeste da Serra da Moeda.

Foi ao longo desse período de incertezas (até o final do ano de 2018), proveniente da não conclusão dos estudos realizados sob encomenda do SAAE-Itabirito e da Coca Cola FEMSA, além da falta de qualquer ação por parte do estado de Minas Gerais, que eu realizei diversas entrevistas e trabalhos de campo na região afetada, junto aos atingidos. Foram essenciais o apoio e os depoimentos de moradores locais responsáveis por gerir a rede de captação de água dessas localidades. Pois, são eles que lidam diariamente com toda a infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição da água. Um desses moradores encontrava-se, durante o período em que realizei as entrevistas e trabalhos de campo, tão entristecido com a situação que pôs à venda a propriedade que herdou dos seus pais. No local onde nasceu, foi criado e ainda vivia no ano de 2018 com a sua esposa ele relatou que “pescava e toma banho no córrego que passava no fundo lá de casa. Era água até no peito. Agora, não tem nada!” (morador B, 2018). Já outro morador, com mais de 80 anos de vida, residente em uma casa situada em um ponto mais acima do que a do morador citado no depoimento anterior, afirma que “tinha muita água! ‘Formigando’! Tinha um regozinho ali. Agora, só tem o buraco”. Esses depoimentos são de pessoas que moram há, pelo menos, mais de 50 anos no local, assim como muitos dos seus ascendentes familiares nasceram e foram criados na região. Esses dois moradores sempre utilizaram as águas provenientes da nascente de Campinho que no ano de 2016 chegou a secar. Enfim, o que eu pude escutar, tanto desses moradores que estão envolvidos diretamente com todo o aparato de captação, armazenamento e distribuição da água, como daqueles que não estão, é semelhante e retrata uma situação crítica e singular que teve os anos de 2016 e 2017 como marcos, por ter sido generalizada a dificuldade em acessar a água proveniente das nascentes da face oeste da Serra da Moeda, como em outros pontos dessa região.

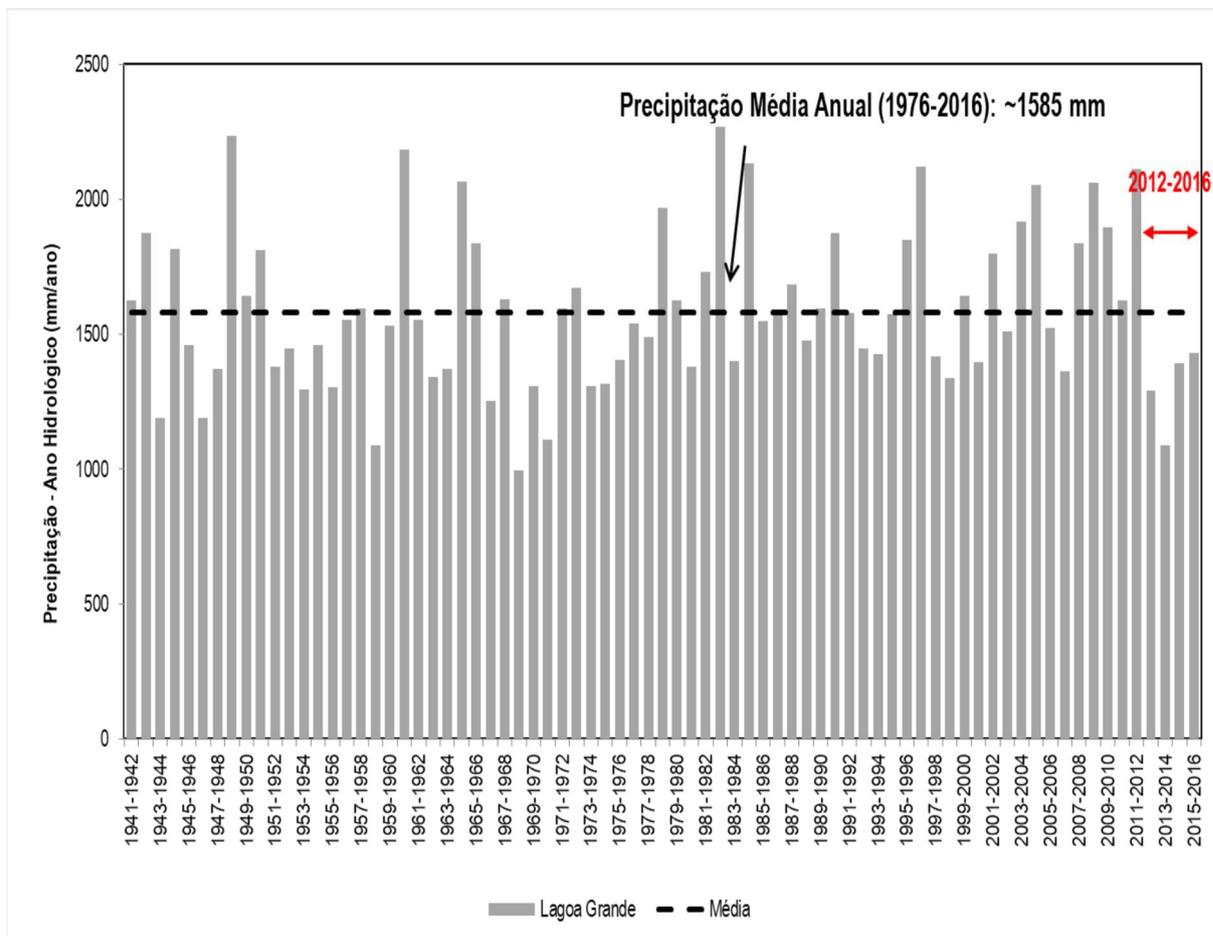
Analisando esse conflito a partir da ecologia política, compreendo que não é possível atingir uma situação de consenso entre as partes envolvidas, haja vista ele fazer parte de um contexto no qual se tem diferentes e, por vezes, contraditórias formas de produção do espaço. Procurei, através de entrevistas e trabalhos de campo,

produzir informações junto aos atingidos, mas também me debrucei sobre diversos documentos que compõem o Inquérito Civil Público, número 0024.11.00765-2, instaurado pelo MPMG com vistas a ressaltar diferentes aspectos desse conflito.

Conforme consta na introdução desse capítulo a Coca Cola FEMSA vem captando desde o início de suas operações, no final do ano de 2014 e início do ano de 2015, água subterrânea do aquífero Cauê e Gandarela, como matéria prima, para fabricar as suas mercadorias, através de poços artesianos situados na face leste da Serra da Moeda e que estão, formalmente, sob a responsabilidade do SAAE-Itabirito. Apesar dos poços estarem localizados fora dos limites político-administrativos do município de Brumadinho, inclusive não ser possível visualizá-los a partir das localidades que reclamam a diminuição de volume das águas nas nascentes que servem para abastecê-las, eles estão há 500 metros de uma dessas nascentes (uma das nascentes do povoado de Suzana). Ademais, apesar do forte discurso propagandeado pela mídia, especialmente a televisiva, acerca da crise hídrica global, decorrente da falta de chuvas, que impediria a recarga de lençóis freáticos e dos reservatórios para abastecimento de diversas cidades, inclusive Belo Horizonte, os moradores de Suzana e Campinho correlacionaram a diminuição do volume de águas disponível para seu uso com o início das atividades da fábrica da Coca-Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito, situado na escarpa leste da Serra da Moeda. O discurso da escassez hídrica foi utilizado pela empresa transnacional, que se apoia em estudos encomendados à empresas de consultoria com atuação global.

Os discursos sobre a crise hídrica global estão carregados de metáforas inclusivas e globalizantes que dificultam a sua crítica e a empresa de consultoria contratada pela Coca Cola FEMSA se vale de dados provenientes de uma série histórica com registros datados desde os anos de 1940 sob responsabilidade da Agencia Nacional de Águas (ANA) para subsidiar seus argumentos (gráfico 9).

Gráfico 9 - Série histórica de precipitação anual registrada na estação meteorológica Lagoa Grande (2012-2016)



Fonte: Water Services Brasil (2018).

Para analisar os dados pluviométricos e sua correlação com a diminuição da vazão das nascentes na região, procurei reproduzir a série histórica utilizada pela empresa contratada pela Coca Cola FEMSA a fim de fazer alguns comentários que subsidiam o debate em torno da produção de um discurso acerca da crise hídrica. Primeiramente, é fácil notar que o gráfico apresenta número maior de períodos com precipitação anual média ou acima dela, do que valores abaixo dessa linha. Apesar disso, os consultores sequer mencionam a importância desses dados, negligenciando uma informação importante para se compreender a dinâmica de recarga dos aquíferos. Ou seja, não bastaria se concentrar em curtos períodos de tempo para apreender o volume de água que está presente no aquífero, pois a relação entre recarga e extração de água, apesar ser influenciado pelo regime pluviométrico, não é por ele determinado. Inclusive “devido ao grande armazenamento do aquífero, este

poder ser, durante períodos específicos, explorado em volumes maiores que a sua recarga sem problemas, desde que isso ocorra de forma estudada e planejada” (TEIXEIRA et al., 2000, p. 430). Portanto, os consultores estabeleceram um discurso, apoiado por dados científicos, que se encontra em consonância com outro acerca da crise hídrica global e por isso ressaltam a baixa pluviométrica mais recente (período 2012 à 2016) como mecanismo responsável pelas alterações observadas em campo. Ademais, ressaltam esse mecanismo (variação de precipitação) capaz de impactar as vazões das nascentes do aquífero Cauê como um fenômeno natural e, portanto, não imputável às atividades econômicas, por exemplo. E se há períodos de seca recente, inclusive datados durante a concessão das licenças de instalação e operação da fábrica vale a pergunta: por que liberá-la para se instalar e operar, tendo em vista que estava previsto que ela utilizaria essa mesma água como matéria prima para a fabricação de suas mercadorias, sabendo do baixo índice de recarga recente decorrente dos baixos índices de pluviosidade?

Ainda sobre os dados arrolados no gráfico da série histórica de precipitação anual apresentado pelos consultores contratados pela Coca Cola FEMSA é possível observar dois períodos de baixa pluviosidade, semelhante ou mais acentuada do que o ocorrido no período de 2012-2016, registrados ao longo dos anos de 1950 e 1970, respectivamente. Contudo, os depoimentos dos moradores dessa região, ao serem indagados sobre diminuição drástica de água, não atestam situações semelhantes de falta de água como as que estão vivendo desde 2015. São depoimentos de pessoas nascidas e criadas na região, algumas pessoas com 50 anos residindo no mesmo lugar. Além do mais, suas famílias sempre habitaram a região e não relataram, em nenhum momento de suas vidas, condições parecidas com essa, o que poderia servir para a descartar a hipótese de que a escassez hídrica é um fenômeno estritamente natural decorrente da baixa pluviosidade confinada em um pequeno período.

Ademais, ao recorrer à uma empresa de consultoria de atuação global a Coca-Cola FEMSA pretende convencer os atingidos apoiando-se em *experts* de *know how* internacional em contraposição aos atingidos que se valem de outros saberes ou outras formas de racionalidade. Portanto, a Coca-Cola FEMSA se valeu da Schlumberger Water Services, na primeira fase de estudos que realizou, para impor um discurso científico de credenciais internacionais. Entretanto, com o apoio de profissionais como geólogo, engenheiro e meteorologista, colaboradores na ONG

Abrace a Serra da Moeda, os atingidos estão contrapondo os argumentos utilizados pela Coca-Cola FEMSA, também, através de um discurso científico. E não só, como também lutam judicialmente em inquérito civil público instaurado junto do MPMG. Nesse caso, com o apoio dessa ONG, os atingidos, apesar de não terem tido acesso à nenhuma informação prévia sobre os impactos decorrentes da instalação da fábrica de refrigerantes e da perfuração de poços artesianos para captação de água que lhe é destinada em decorrência da inexistência de EIA/RIMA, não se encontram tão à margem como em diversas outras situações de conflito ambiental. Nesse caso, sem o apoio técnico desses profissionais que colaboram com a ONG supracitada os atingidos, talvez, pouco teriam o que argumentar diante do volume de dados técnicos e científicos utilizados pela Coca Cola FEMSA e pelo SAAE-Itabirito. Pois, quem dialoga com um estudo hidrogeológico? Quem é geólogo? Quem é geólogo estrutural? Quem conhece algo tão desconhecido como águas subterrâneas? As empresas mineradoras que atuam no Quadrilátero Ferrífero talvez disponham de todo o aparato para tratar desse tema. Mas, será que colaborariam para dirimir um conflito como esse se elas mesmas atuam impactando diretamente as águas subterrâneas dessa região?

No dia 07 de dezembro de 2017 foi realizada Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para debater esse conflito. Participaram moradores, representantes das associações de moradores e de captação de água, representantes de ONGs ambientalistas, poder público municipal e estadual, profissionais técnicos de órgãos municipais e estaduais e representantes políticos. Todavia, nenhum representante da empresa Coca-Cola FEMSA esteve presente para dar o seu depoimento. O não comparecimento de nenhum representante da Coca-Cola FEMSA nessa Audiência Pública apenas escancara a forma como ela passou a agir desde meados do ano de 2017. Segundo depoimentos dos presentes na Audiência Pública a empresa transnacional procura se esquivar de qualquer reunião na qual possa ser chamada a dar explicações sobre a diminuição do volume de águas nas localidades de Suzana e Campinho. Segundo o presidente da Associação de Captação de Água da Serra (ACAS), entidade responsável por gerir a captação e distribuição da água na localidade de Suzana, em entrevista realizada no dia 09 de março de 2018 na sede da ACAS, a última reunião que tiveram com a Coca-Cola FEMSA foi em abril de 2017. Segundo ele, apesar de diversas reuniões terem sido

realizadas entre a empresa e os atingidos as informações nunca foram conclusivas ou objetivas. Portanto, as reuniões com os representantes da Coca-Cola FEMSA eram bastante evasivas e alguns atingidos acreditam que elas apenas serviram para que a empresa pudesse observar quais eram os atingidos mais envolvidos com o problema e os que apresentavam maior combatividade procurando enfraquecê-los e estabelecer ações direcionadas a eles. Ainda segundo o presidente da ACAS uma das estratégias da Coca-Cola FEMSA foi realizar reuniões em separado com determinados envolvidos no conflito até que, no caso da ACAS, não foram mais realizadas desde abril de 2017.

Como já apresentei a Coca Cola FEMSA procura responsabilizar o SAAE – Itabirito pelos estudos e licenças necessários para a utilização da água para fins industriais. A Coca-Cola FEMSA se coloca apenas como uma cliente dessa autarquia municipal e com isso procura amenizar os discursos que a colocam como causadora da diminuição das águas nas localidades de Suzana e Campinho. Essa estratégia tem sido exitosa, pois diversas falas de atingidos, durante a Audiência Pública realizada em dezembro de 2017, indicaram o SAAE de Itabirito como principal responsável e eximiram a culpa da Coca-Cola FEMSA. Ademais, em conversa com o presidente da ACAS também se pode observar o mesmo quando ele disse que “[...] apesar de achar a Coca responsável deve-se fazer com que o SAAE de Itabirito resolva, já que a Coca compra água do SAAE” (J. 2018).

De fato, o estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Meio Ambiente, e a Prefeitura de Itabirito tem enormes responsabilidades sobre esse conflito, haja vista não estar prevista, na Licença Prévia para a instalação do distrito industrial de Itabirito, as operações da fábrica da Coca-Cola FEMSA. Ademais, não foram realizados estudos que procurassem analisar os possíveis impactos nas águas subterrâneas decorrentes da instalação de uma empresa que tem a água como principal matéria prima para a fabricação das mercadorias comercializa. Contudo, consta da Licença de Operação da fábrica da Coca-Cola FEMSA a seguinte informação sobre o seu processo produtivo e o uso de sua principal matéria prima:

O empreendimento informou que serão consumidos 2,69 L de água para a fabricação de cada litro de bebida, devido a ajustes operacionais previsíveis para o início das operações. Ao longo do tempo, com a maturação das condições operacionais, os fatores de eficiência aumentarão, chegando a 1,40 litros de água consumidos

para a fabricação de cada litro de bebida em 2040. (MINAS GERAIS, 2015, p. 5)

Seria, portanto, fundamental requerer da Coca-Cola FEMSA estudos de impactos sobre as águas subterrâneas. Trata-se de uma responsabilidade inerente à empresa Coca-Cola FEMSA procurar compreender e analisar os impactos que causará onde se instalará. E, como ela mesma declara, o uso da água como recurso para a produção de refrigerantes é intensivo.

Apesar da previsão – longínqua, por sinal – de diminuição na utilização de água para a fabricação de um litro de bebida a Coca-Cola FEMSA prevê um aumento de produção de refrigerantes ao longo das próximas décadas como expresso no quadro a seguir o que resultará em igual elevação do uso de água:

Tabela 8 – Demanda de água da fábrica da Coca Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito durante o período de 2015 à 2040.

<b>Demanda hídrica da Coca Cola - FEMSA do ano de 2015 a 2040</b>						
<b>nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Vazão (m³/h)</b>	<b>Período</b>	<b>Volume diário (m³/dia)</b>	<b>Volume mensal (m³/mês)</b>	<b>Volume anual (m³/ano)</b>
1	2015	270	24	6.480	194.400	2.365.200
2	2020	340	24	8.160	244.800	2.978.400
3	2025	325	24	7.800	234.000	2.847.000
4	2030	340	24	8.160	244.800	2.978.400
5	2035	400	24	9.600	288.000	3.504.000
6	2040	452	24	10.848	325.440	3.959.520

Fonte: Licença de Operação da fábrica da Coca-Cola FEMSA (MINAS GERAIS, 2015, p. 5).

Obviamente, os impactos sobre os recursos hídricos tornar-se-ão mais elevados com o decorrer dos anos. Entretanto, o SAAE de Itabirito tem se responsabilizado pelo fornecimento de água para a empresa. Portanto, caberia analisar se essa autarquia está em consonância com as perspectivas de futuro dessa transnacional e, inclusive, se o licenciamento do Distrito Industrial de Itabirito encontra-se afinado com essas projeções.

Um dos argumentos utilizados para o licenciamento ambiental do Distrito Industrial de Itabirito foi a disponibilidade de água “[...] ressaltando que as fontes de

água não são as mesmas de abastecimento da população da Sede Municipal (do município de Itabirito)” (SUPRAM CM, p. 12, meu acréscimo). Contudo, parece claro que a análise feita não levou em consideração o impacto na face oeste da Serra da Moeda, pois prendeu-se aos limites municipais. O nível de abstração da burocracia na tentativa de organização do espaço é tão elevado que não se levou em consideração os efeitos do uso da água para além dos limites político-administrativos municipais. E também, nesse caso, as águas desrespeitam limites geográficos considerados referenciais de demarcação espacial como os divisores de água. Trata-se de um caso que segue por caminhos subterrâneos.

Segundo o processo administrativo para examinar a Licença Prévia do Distrito Industrial de Itabirito não houve nenhum estudo sobre a ocupação da face oeste da Serra da Moeda. Ou seja, não estava previsto nenhum estudo acerca dos impactos sobre aquela região. Levaram em consideração, na fase dos estudos de impacto ambiental, apenas a face leste da Serra da Moeda e ficaram presos aos limites político-administrativos municipais de Itabirito onde, de fato, foi instalado o Distrito Industrial. Contudo, os impactos do empreendimento, obviamente, não respeitam os limites político-administrativos municipais. Inclusive, extrapola também os divisores de água (a própria Serra da Moeda), já que o abastecimento de água do Distrito é feito a partir das águas subterrâneas que não obedecem às linhas de cumeada.

A Licença de Instalação do Distrito Industrial de Itabirito foi concedida com o compromisso de cumprimento de algumas condicionantes. Uma delas, a condicionante 10, que tratava sobre o Programa de Monitoramento de Águas superficiais e subterrânea sofreu uma alteração importante desde que foi estabelecida. A instalação do Distrito Industrial iniciou-se no ano de 2012 e em 2013 os empreendedores solicitaram dispensa da responsabilidade de monitoramento das águas subterrâneas não instalando piezômetros. Os empreendedores argumentaram na solicitação da dispensa que as atividades que seriam instaladas no Distrito Industrial de Itabirito apresentavam potencial poluidor de contaminação das águas subterrâneas. Contudo, após a desistência por parte dessas empresas e o anúncio da instalação da Coca-Cola FEMSA houve essa solicitação sob a alegação, portanto, de que ela não se apresenta como potencialmente poluidora das águas subterrâneas. Ou seja, uma condicionante prévia não foi cumprida justificando que a empresa que se instalará não é potencialmente poluidora. Contudo, o piezômetro é um instrumento

utilizado para medir a pressão de líquidos não servindo apenas para verificar a qualidade das águas subterrâneas.

#### 4.2. Privação do acesso à água em um contexto de falta de alternativas de emprego e renda

A ideologia do desenvolvimento e do progresso através da geração de renda e trabalho em um cenário de certa dependência econômica diante da atividade de mineração como é o caso dos municípios situados no Quadrilátero Ferrífero torna-se mais fácil de ser propalada e aceita pelos mais diversos segmentos da sociedade como pode ser visto no caso da Audiência Pública realizada na ALMG acerca do conflito entre Coca-Cola FEMSA e as localidades de Campinho e Suzana. Nessa oportunidade, muitas pessoas que se pronunciaram na Audiência Pública, afirmaram que, apesar de correlacionarem a diminuição da disponibilidade de água na face oeste da Serra da Moeda, oposta ao lugar de onde está sendo captada água para abastecer a fábrica da Coca-Cola FEMSA, não são contra a empresa, pois consideram-na fundamental para a geração de emprego e renda para a população. Uma das falas registradas nessa Audiência é emblemática sobre a força que essa ideologia tem ao interpelar os sujeitos envolvidos no conflito: “Nós não queremos parar o progresso! O progresso é necessário e a gente não pode parar. Quem somos nós para fecharmos uma fábrica da Coca ou um empreendimento?” (trecho do depoimento dado por um Advogado e morador de Brumadinho na Audiência Pública realizada na ALMG no dia 07 de dezembro de 2017). Esse progresso que não pode parar está embutido na ideia de des-envolvimento, ou seja,

[...] tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profunda ainda, na medida em que, ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista. O urbano é o *oikos* por

excelência de uma sociedade mercantil (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 81).

Complementa esse discurso o argumento da alternativa locacional ao empreendimento que, segundo os envolvidos nesse conflito e que defendem essa ideia, a situação pode ser solucionada de maneira satisfatória, para ambas partes, caso a Coca-Cola FEMSA passe a captar água subterrânea em outros poços na encosta da Serra da Moeda. Os que propõem tal resolução para o conflito se apoiam na contraposição existente entre a atividade de fabricação de bebidas e a mineração que não tem alternativa locacional haja vista a natureza extrativa de sua atividade. De acordo com Acselrad et al. (2012, p.171-172) esse raciocínio associa-se ao que foi denominado como fetichismo da mineração. Segundo tal forma de pensar

[...] a razão de existir do minério, sustentam os mineradores, é ser extraído, e a mineração deve ocorrer onde quer que esteja, dada a sua “rigidez locacional”. Alega-se que a sociedade existe acima do subsolo e que índios, quilombolas e geraizeiros podem se mover, mas o minério não. Os grandes interesses minerários não concebem, assim, que esses povos precisem estar no território onde estão. Ademais, as cavernas e sítios arqueológicos, também possuem “rigidez locacional” e têm sido destruídos por causa do próprio minério. Há que se estender, portanto, a ideia da “rigidez locacional” aos povos e comunidades com os seus territórios e não apenas aos recursos materiais

Segundo o documento “Análise Crítica do Relatório da Schlumberger para a Coca-Cola” produzido pela ONG Abrace a Serra da Moeda existiria, portanto, alternativas locacionais para a fábrica da Coca Cola FEMSA:

**Existem três alternativas para isto:**

- Deslocar seus poços para leste, para fora dos limites do Distrito Industrial, de tal forma que o cone de depressão não afete as nascentes. Neste caso, provavelmente, teria que se abastecer do aquífero Cercadinho;
- Ativar sua portaria de lavra na fonte de Água Quente, cuja água só difere da água dos poços atuais por ser mais bicarbonatada, o que exigirá um custo suplementar de tratamento.
- Adquirir a Fonte Indaiá, ainda mais próxima que a fonte Água Quente, também, com lavra suspensa e sem aproveitamento.

Como se vê, a luta por parte dessa ONG, principal articuladora dos envolvidos no conflito, não toca na questão da mercantilização da água e sua privatização. Pois,

em seu discurso ela reforça a ideia de que empresas como a Coca-Cola FEMSA são imprescindíveis para se atingir o desenvolvimento econômico às custas da drenagem dos recursos naturais disponíveis. Apenas tangenciam a questão do uso público da água, não problematizando o direcionamento da água como matéria prima para a fabricação de mercadorias comercializadas por uma empresa transnacional.

Outra questão fundamental e que também não é problematizada no âmbito desse conflito é o elevado número de poços artesianos perfurados na região onde o conflito está instalado. Segundo informações de moradores da região podem ser contabilizados mais de 50 poços de captação de água subterrânea sendo que a Prefeitura afirma que em todo o município há 52 poços. Toda a porção oeste da Serra da Moeda, no município de Brumadinho, conta com uma forte ocupação de segundas residências, sítiantes e citadinos que se mudaram em definitivo para o campo mas continuam trabalhando em Belo Horizonte. Os custos para a perfuração de poços de captação de água subterrânea variam segundo o terreno, a disponibilidade de água e profundidade. Contudo, na face oeste da Serra da Moeda foi possível verificar que poços mais profundos, com maior disponibilidade de água, custaram aproximadamente R\$30.000. Entretanto, há, também, os “mini-poços” que podem custar R\$3.000 e demoram apenas um dia para ficarem prontos e tem sido uma opção para diversos moradores dessa região que não podem arcar com os custos de perfuração de poços mais profundos. Contudo, poços como esses tem fornecido água por pouco tempo segundo aqueles que resolveram fazê-lo.

A população que imobilizou capital nessa região, comprando terras e casas, teve como principal motivador a sua enorme disponibilidade de água. Contudo, por não serem servidos por empresas de abastecimento de água e saneamento, sejam elas públicas, mistas ou privadas, dependem de outras formas de obter água para as suas residências e uma delas tem sido através da perfuração de poços com o objetivo de acessarem as águas subterrâneas. Entretanto, essa forma de acessar a água revela que a construção de um campo idílico, no contexto de forte interação com a cidade, haja vista estar situado no âmbito da metrópole de Belo Horizonte, apresenta, também, um componente de injustiça ambiental.

[...] com o motor a diesel se busca água no subsolo e, com isso, introduz-se no nosso léxico cotidiano novas expressões como aquíferos, já que as águas superficiais e mesmo os lençóis freáticos já não se mostram suficientes, pelo menos na hora e no lugar desejados.

Cada vez é maior o saque aos aquíferos e, deste modo, introduz-se um componente novo na injustiça ambiental generalizada no mundo e em cada país com a expansão da racionalidade económico-mercantil engendrada pelo capitalismo. Afinal, a captação de água na superfície era, de certa forma, mais democrática na medida que a água estava ao alcance de todos, literal e materialmente. Com a captação de águas nos subterrâneos os meios de produção, as bombas a diesel, se tornam *sine qua non conditio* e como nem todos dispõem desses meios **a injustiça ambiental ganha novos contornos por meio do desigual acesso aos recursos hídricos** (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 124, minha ênfase).

É evidente que o aumento de moradores e sitiante em Brumadinho gerou impactos sobre a água. A disponibilidade de água já não é a mesma em diversas localidades, pois houve, com a crescente ocupação, a perfuração de diversos poços de captação de água subterrânea que a desviaram de seus cursos anteriores. Não se trata de um impacto decorrente, apenas, do crescimento populacional, mas de um conflito de diferentes formas de uso da água. Os moradores mais antigos relatam que havia água disponível em maior quantidade do que nos anos mais recentes, já que não haviam tantos poços perfurados. Portanto, a elevação do número de sitiante e moradores nessa porção do município de Brumadinho que buscam o campo para “se afastarem da cidade” teve enorme impacto sobre a água, principalmente em decorrência da forma como a utilizam.

Contudo, não se trata de acusar o uso doméstico da água, mas apontar que houve alterações nos cursos de água (em suas diferentes formas e caminhos) que podem estar tornando-a escassa em alguns locais e para algumas pessoas. Quero chamar a atenção para a diferença de acesso à água em decorrência da renda, pois a perfuração de poços mais profundos e com estudos mais acurados sobre a disponibilidade e vazão os custos são mais elevados o que é comumente feito nos condomínios residenciais. Já em áreas ocupadas pelos mais pobres (em termos de renda monetária) a água utilizada, como se viu em campo, provem de cursos de água superficiais, afloramentos espontâneos ou poços rasos de custos mais baixos configurando, de tal maneira, usos e acessos desiguais.

A história de ocupação do Condomínio Águas Claras em Piedade de Paraopeba, próximo aos condomínios Retiro do Chalé e Mãe Terra, apresenta em um de seus trechos algo que é marcante para a discussão sobre a injustiça ambiental associada à disponibilidade de água. No início da ocupação do condomínio

O sistema de abastecimento era deficitário, a água não chegava em várias ruas por falta de pressão, ora por defeito nas bombas. Suas ruas eram de terra batida (encascalhadas) e sem canaletas. Em sua nascente (na Serra) a água era pura e cristalina, abundante, **mas percorria por superfície** sobre duas fazendas de gado, além de um pequeno povoado, o bastante para torná-la imprópria para o consumo. **Estava ali o nosso primeiro desafio: buscá-la limpa e canalizada em sua nascente "Mãe D água" a 4 km dali** (APROBAC, 2019).

Como se vê em destaque no trecho acima o desafio era canalizar a água que corria em superfície. Nesse caso, canalizar deve ser entendido como tornar privado o uso de um recurso que se encontrava disponível para o público. Ademais, a limpeza está associada à sua intocabilidade, pois deveria ser canalizada antes de poder ser utilizada por agricultores ou moradores locais (quicá mais antigos do que os moradores que investiram capital nas terras desse condomínio). Valendo-se dessa estratégia de privatização das águas agiram mais intensamente chegando a um estágio que comemoram por considerarem-no de:

Expansão e correção definitiva da rede interna de distribuição de água de nosso condomínio. **O estudo e projeto foram realizados por engenheiro hidráulico com larga experiência no setor.** Com muito sucesso portanto, foram instaladas mais 8 caixas d'água com o sistema hoje funcionando perfeitamente, além de muito espaço, **conforme a necessidade de armazenamento futuro de água.** Hoje temos um armazenamento aproximado de 240 mil litros e vazão de 4 litros por segundo na nascente (APROBAC, 2019).

Nesse caso destacamos a figura do engenheiro hidráulico que através de seus estudos e projetos encarna a tecnociência a fim de indicar a superioridade de seus conhecimentos com relação à outras possíveis formas de relacionamento com a água. E mais, é possível perceber que a preocupação com o abastecimento de água para os moradores do condomínio permaneceu como uma questão central, pois, além da reestruturação da rede interna de distribuição de água, foi planejada uma infraestrutura destinada ao armazenamento desse recurso.

Segundo a ONG Abrace a Serra da Moeda (2017, p.15, minha ênfase)

Caso tivesse havido um estudo hidrogeológico no EIA-RIMA do Distrito Industrial de Itabirito ou da Coca-Cola FEMSA para avaliar o impacto de se bombear água neste aquífero, **ter-se-ia percebido o quão as nascentes de Campinho e Suzana são sensíveis a pequenas variações do NA, naturais ou provocadas.**

E a crítica dessa mesma ONG ao segundo relatório traz o seguinte:

Equiparar as nascentes de Mãe d'Água e Valente com Campinho e Suzana é um disparate. Isto porque a intensidade da redução da vazão depende da carga hidráulica em cada nascente. A carga hidráulica nestas nascentes depende antes de tudo da face exposta do aquífero, que corresponde à diferença de altitude entre o NA superior do aquífero e o contato da fm. Cauê com a fm. Batatal. Este foi um parâmetro importante que deixou de ser medido no Estudo. **Enquanto a carga hidráulica do aquífero nas nascentes Valente e Mãe d'Água é de 30m e 78m respectivamente, nas nascentes de Campinho ela não passa de 2 a 3m. Correspondentemente as vazões em Valente e Mãe d'Água são da ordem de 259m<sup>3</sup>/h e 180 m<sup>3</sup>/h respectivamente, enquanto que em Campinho e Suzana elas são da ordem de 4m<sup>3</sup>/h e 10m<sup>3</sup>/h. Fica então óbvio que um pequeno rebaixamento do NA terá um impacto percentual muito grande na vazão das duas últimas nascentes e menos perceptível nas duas primeiras. Ou seja, para nascentes menores, tais que Campinho e Suzana, bastam pequenos rebaixamentos, de apenas poucos metros para fazer a diferença entre vazão expressiva e vazão nula.** O poço de monitoramento PZ03 mostrou no curso de pouco mais de dois meses (início de nov. 2016 e meados de jan. 2017) um rebaixamento de aprox. 10m, suficiente para repercutir 0,5m na nascente (ONG ABRACE A SERRA DA MOEDA, 2018, p.12-13, minha ênfase).

Esses argumentos permitem identificar mais um componente da injustiça ambiental (hídrica) no caso em tela. As nascentes menos sensíveis às variações no nível da água subterrânea (nível d'água, NA) servem para abastecer as residências do condomínio Retiro do Chalé. Portanto, ao se apropriarem das águas dessas nascentes, privaram o conjunto da população residente “aos pés da Serra da Moeda” de também fazerem uso dessas águas, tendo que buscar água nas nascentes descritas como mais vulneráveis, portanto, às variações do NA naturais ou provocadas. Entretanto, grande parte da população residente nessa região trabalha nesse condomínio. Ademais, desses trabalhadores pode-se observar a presença de imigrantes que se deslocaram para Campinho, Suzana, Gorduras, Carneiros, Chácara dentre outras comunidades em Brumadinho, com o objetivo de trabalharem nesse condomínio residencial e que passaram a pressionar ainda mais os recursos naturais, principalmente a água.

O condomínio Retiro do Chalé, que está localizado na mesma região que o condomínio Águas Claras, contudo situado em altitude maior na encosta oeste da Serra da Moeda, também atuou recentemente com vistas a garantir maior quantidade

de água para os seus condôminos. Recorrendo ao discurso da crise hídrica a gestão condominial do período 2014-2016 realizou uma vultuosa obra que é emblemática para se compreender a relação entre renda e acesso aos recursos naturais. Segundo a revista “Nosso Retiro”, publicação periódica do próprio condomínio Retiro do Chalé,

Como medida preventiva para enfrentar as graves consequências da **crise hídrica** de 2015, quando passamos pela **maior seca dos últimos 100 anos**, outra obra de vulto ocorreu paralelamente à reforma das piscinas: a nova Caixa d’Água do Condomínio, com capacidade para armazenar 500 mil litros de água captados da nascente Mãe d’Água (NOSSO RETIRO, 2016, p. 9).

Valem-se do discurso da crise hídrica, afirmando, inclusive que ao longo de um século as chuvas nunca foram tão escassas como no ano de 2015 a fim de justificarem a construção dessa nova caixa d’água. Chama a nossa atenção o fato dessa obra ter sido realizada em apenas 6 meses em um terreno com declividade que dificultava a execução do serviço. Entretanto, isso revela o quanto que a renda pode ser determinante para viabilizar projetos como esse, que permitem a uma população de alta renda armazenar ainda mais água proveniente da Serra da Moeda. A nascente Mãe d’Água é a mesma que serve ao condomínio Águas Claras supracitado. E, pelo menos os dois, tem capacidade de armazenamento em suas caixas d’água de 740 mil litros. Ainda no condomínio Retiro do Chalé, são realizadas análises periódicas para verificar a condição da água que recebe tratamento com cloro.

Outro condomínio – Mãe Terra – situado mais abaixo ainda do condomínio Águas Claras, no mês de junho do ano de 2017 ficou sem água conforme pode-se ler no comunicado da diretoria da Associação de Moradores do Condomínio Mãe Terra:

Prezados,  
Neste último fim de semana, fomos surpreendidos pela falta de água. **Literalmente a água acabou, e só podemos atribuir ao grande número de moradores que resolveram vir ao Mãe Terra.** Quase todas as 40 casas do nosso condomínio estavam ocupadas. Porém o problema foi prontamente sanado, graças à reserva de água que acumulamos na antiga caixa d’água, hoje recuperada, revitalizada e em perfeito funcionamento.  
A Diretoria (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO MÃE TERRA, 2017, minha ênfase).

Nesse caso se vê que, mesmo sendo um condomínio destinado a moradia de uma população mais capitalizada, os efeitos da falta de água foram sentidos. Contudo,

em decorrência dos investimentos que fizeram antes de 2017, na reforma de uma caixa d'água que os serve as dificuldades foram amenizadas, pois puderam acumular esse recurso. Ademais, associaram a escassez hídrica ao aumento de pessoas que passaram a residir no condomínio, sem problematizarem outros fatores como o aumento populacional e o uso mais intenso da água nos condomínios próximos situados mais acima.

Durante Audiência Pública, realizada em dezembro de 2017, na ALMG, o representante do SAAE-Itabirito, em parte de sua fala, culpou a administração pública de Brumadinho pela dificuldade de acesso à água que os moradores desse município estavam passando. Segundo ele “aquelas comunidades estão agindo por si só. Onde está o abastecimento público do município de Brumadinho nas localidades? Não existe”. Trata-se de produzir um discurso de eficiência da gestão das águas por parte das empresas (sejam públicas ou privadas) em detrimento de iniciativas de autogestão do serviço de abastecimento e tratamento de esgoto. No segundo relatório produzido pela empresa de consultoria contratada pela Coca Cola FEMSA, na seção destinada às recomendações, há um tópico destacado para lançar argumentos contrários à iniciativas de autogestão das águas que ocorrem na face oeste da Serra da Moeda. Procura-se construir um discurso de ineficiência na gestão das águas por parte da população de Campinho e Suzana, enquanto que a forma como os condomínios residenciais a gerem não é, sequer, citada. Ademais, parece-me que essas recomendações fogem ao escopo do próprio trabalho que foi encomendado pela Coca Cola FEMSA à essa empresa de consultoria figurando, portanto, como uma alternativa discursiva que visa desviar a atenção dos possíveis impactos negativos que o bombeamento de água subterrânea realizado pelo SAAE-Itabirito destinado a atender a demanda industrial de fabricação de refrigerantes poderia causar. Portanto, segundo essa empresa de consultoria, os moradores de Campinho e Suzana encontram-se em situação de vulnerabilidade por não contarem com empresa especializada na gestão da água.

**Apesar dos esforços empreendidos por estas comunidades**, a ausência de fornecimento de água por concessionária de serviço público representa uma **vulnerabilidade** para os usuários finais, uma vez que não há **equipamentos ou equipes especializadas** para fazer a manutenção do sistema e da qualidade da água ou que possam **agir com presteza** em caso de dano à rede de distribuição e/ou falha de abastecimento (WATER SERVICES BRASIL, 2018, p. 237).

Entretanto, o que eu pude constatar em campo foi que os moradores atendidos pelas associações que se organizaram para fornecer água, tem pouco a reclamar sobre da manutenção do sistema, da qualidade da água e da presteza na solução dos problemas. Ademais, os principais envolvidos com a gestão das águas nessa região guardam forte vínculos com o lugar. Alguns deles nasceram e foram criados na região, assim como seus ascendentes familiares e conhecem amplamente a dinâmica das águas.

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida antes do trágico evento crítico de rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, município de Brumadinho, de propriedade da Vale S.A. no dia 25 de janeiro de 2019. Entretanto, acredito ter indicado, principalmente, através da discussão em torno da minério-dependência no contexto mais amplo de vigência do modelo neoextrativista, o lado funesto (no sentido daquilo que pressagia a morte) das atividades de mineração em Brumadinho. Ademais, a geografia tem como papel fundamental colocar em relevo as presenças e as ausências do processo de produção do espaço sem, entretanto, acreditar que uma conclusão definitiva, objetiva e neutra fora atingida. Mais detidamente, no âmbito da minha pesquisa, sobre a problemática das relações socioespaciais estabelecidas entre cidade, campo, rural e urbano, bem como suas implicações para a questão ambiental, no âmbito do vetor sul da RMBH.

Num primeiro momento da pesquisa foi importante compreender como o município de Brumadinho se insere no contexto da formação espacial brasileira. A ocupação do espaço onde atualmente se situa o município de Brumadinho decorreu de um processo extremamente violento organizado para o benefício dos colonizadores portugueses em sua incessante busca por metais preciosos. Esse resgate histórico permite afirmar que as riquezas minerais continuam a alimentar, na região do Quadrilátero Ferrífero, onde se situa Brumadinho, o ímpeto voraz dos interesses estrangeiros.

As relações estabelecidas entre cidade e campo na formação espacial brasileira tem como um dos seus principais pilares de sustentação essas incursões violentas em busca de metais preciosos, escravização e assassinatos que permite observar a sua unificação sob o mando dos dominantes. Ou seja, o processo de acumulação primitiva de capitais para o continente Europeu impôs uma marca, ainda longe de ser superada na formação espacial brasileira, que se refere à hegemonia das classes dominantes do campo e da cidade unificadas a fim de conter uma união dos de baixo. Essa marca, até então indelével da formação espacial brasileira, se

estabeleceu em um contexto mundial no qual a cidade-Razão europeia vestida de cidade-metrópole colonizou o mundo determinando e dominando o campo-Natureza que foi vestido de campo-colônia.

Uma das características da formação brasileira decorre, portanto, dessa aliança da cidade e do campo sob a hegemonia dos dominantes que impede com que se contrua uma aliança campo-cidade dos de baixo que consiga romper com a minério-dependência que foi agravada durante o período caracterizado pelo neoextrativismo. A opção pela reprimarização da economia, com forte peso da mineração, associada à liberalização da taxaço mineral, elevou a carga sobre os mais vulneráveis que tiveram que suportá-la em troca dos interesses nacionais. O lado nefasto da hegemonia das classes dominantes, no contexto da minério-dependência, foi visto nessa pesquisa através, por exemplo, quando recorri às manifestações favoráveis ao retorno das atividades da Samarco (Vale/ BHP/ Billiton). E mais, com o rompimento da barragem de rejeitos da Vale S.A. em Brumadinho confirmou-se, ainda mais, a tese acerca da minério-dependência, haja vista, o desastre da Samarco (Vale S.A. e BHP Billiton) ter ocorrido três anos antes. Entretanto, apesar da semelhança entre esses dois desastres, que tem a Vale S.A. como principal protagonista, o ponto de partida da análise não deve ser essa “coincidência”. Pois, se a análise iniciar levando em consideração que o rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A. em Brumadinho foi a repetição do rompimento da barragem de rejeitos da mina Germano de propriedade da Samarco (Vale S.A. e BHP Billiton) poderá concluir que o problema está, apenas, na forma como os rejeitos provenientes da mineração são descartados. Portanto, indicaria que os dois eventos trágicos ocorreram pela utilização de um conjunto de técnicas ultrapassadas. Conquanto, uma solução mais “moderna” poderá ser implementada como se viu no anúncio realizado pelo presidente da Vale S.A., Fabio Schvartsman, no dia 29 de janeiro de 2019, no qual informou que as 10 barragens construídas sob a mesma técnica das que se romperam passarão pelos procedimentos inerentes ao descomissionamento. Apesar do anúncio ter sido feito com o intuito de afirmar um compromisso social e ambiental por parte da empresa mineradora devo ressaltar que essas barragens que serão descomissionadas já não estavam mais sendo utilizadas para o depósito dos rejeitos provenientes da exploração do minério de ferro. Portanto, cabe uma pergunta: por que elas não foram descomissionadas, haja vista os riscos

que elas envolvem e por não estarem sendo utilizadas? Portanto, deve-se abandonar a explicação para a ocorrência desses dois desastres, que tem a Vale S.A. como protagonista principal, que tome como ponto de partida as técnicas obsoletas de tratamento dos rejeitos da mineração. Defendo que esses dois desastres foram ocasionados pela forma predatória e agressiva de atuação da empresa mineradora Vale S.A. associada ao contexto do neoextrativismo. A semelhança com o desastre ocorrido no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, deriva da busca incessante pela elevação da extração do minério de ferro e diminuição dos custos, seja para aproveitar os elevados preços que essa *commodity* apresentou durante o período de 2003 à 2011 ou para compensar os preços em queda após esse período. Inclusive, o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão poderá incitar novos desastres decorrentes da intensificação da extração de minérios que a empresa Vale S.A. praticará a partir de então. A intensificação da extração não decorrerá, apenas, com vistas a obter recursos para cobrir os prejuízos financeiros decorrentes das multas e indenizações que lhe serão imputadas, mas, também, pelos custos que envolvem o descomissionamento das barragens anunciado quatro dias após o rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão. Pois, conforme o presidente da Vale S.A., o impacto decorrente desse processo “[...] será compensado através do aumento de produção em outros sistemas produtivos da companhia” (PORTAL DA MINERAÇÃO, 2019) num claro aceno aos acionistas dessa empresa. É de se esperar, reafirmo, que novos desastres ocorrerão.

Ademais, procurei demonstrar que a noção de neoextrativismo não substitui o conceito de acumulação por espoliação, mas o marca espaço-temporalmente e não deve ser encarado como uma etapa descolada da reprodução expandida do modo de produção capitalista e que permite acentuar o papel da hegemonia das classes hegemônicas do campo e da cidade. Nesse contexto de simplificação e dependência econômica aponto para a necessidade premente de aprofundar e ampliar o debate sobre a forma como ocorre a exploração mineral no país com vistas a garantir a soberania popular.

Um dos principais objetivos da minha pesquisa foi compreender como se estabelecem as relações socioespaciais entre o campo, a cidade, o rural e o urbano no contexto metropolitano. Diante desse objetivo, é possível considerar que o campo e o rural são chamados para cumprir, sob a ideologia do desenvolvimento sustentável

e do progresso, algumas funções como: fornecedor de um conjunto de alimentos (principalmente os hortifrutigranjeiros), reserva fundiária, lugar destinado ao lazer e ao turismo dos cidadãos, além da conservação e preservação ambiental. Ademais, concluo que a função de conservação e preservação ambiental, com destaque para as águas, requerida pela cidade de Belo Horizonte à Brumadinho trata-se de uma relação mais parasitária do que de benefícios mútuos.

É importante, também, destacar que Brumadinho está inserido no vetor sul da RMBH caracterizado pela produção de um espaço fortemente marcado por dinâmicas elitistas e segregadoras. Concorrem para a produção do espaço do vetor sul da RMBH dessa maneira as empresas mineradoras que passaram a operar no mercado imobiliário através de loteamentos e condomínios residenciais que amplificam a presença do metabolismo territorial dos modos de vida cidadãos. Acompanhou a produção desse espaço, fortemente elitizado e segregado, a produção de discursos sobre essa região, que a vincularam a compra de terras como ótima estratégia para se realizar reserva de valor e da natureza e tradições rurais ainda preservadas. Apesar da produção de discursos que procuram representar o vetor sul da RMBH como *lócus* da natureza e do rural foi possível constatar que trata-se da produção de um espaço de consumo para uma fração da população cidadina onde a questão ambiental, com destaque para iniciativas que visam restringir o acesso e o uso do território, contribuiu, simultaneamente, para refutar a urbanização e reforça-la. A restrição de acesso e usos imposta pela determinação de áreas protegidas pode ser, inclusive, interpretada como um elemento que compõe o mosaico de paisagens monocultivadas estabelecidas para servir ao metabolismo territorial dos modos de vida cidadãos.

A produção desses discursos que sustentaram a produção de um espaço elitizado e fortemente segregador no vetor sul da RMBH encontra-se sustentada por uma visão de mundo, hegemônica, sobre o campo e o rural que os interpretam como sendo compostos por 3 dimensões (ambiental, econômica e cultural) que não são, sob esse modo de ver as coisas, necessariamente imbricadas podendo, portanto, ser destacadas uma das outras e que enfraquece e pode destruir uma das principais características do metabolismo territorial desenvolvido pelos modos de vida das comunidades não cidadinas: a autonomia. Posso concluir que a partir dessa visão de mundo e o quadro de minério-dependência da região onde se situa Brumadinho as atividades econômicas ligadas ao setor do turismo, em suas mais diversas feições,

mas mais enfaticamente o rural e o ecológico, tendem a amenizar conflitos, pois transformam agricultores e pecuaristas em assalariados nesse setor tornando-os incapazes de identificar a ocorrência de alterações nas dinâmicas da natureza. E, diante disso, ficou evidente que para contribuir com o desenvolvimento do campo em Brumadinho os agricultores e pecuaristas devem contar com maior apoio político. Conquanto, devem ser reforçados os programas que compõem os mercados institucionais, haja vista as empresas mineradoras, os diversos estabelecimentos turísticos e o Inhotim não se empenharem em comprar os alimentos produzidos no âmbito desse município. Ademais, devem ser reforçadas as iniciativas que procuram estabelecer as mais diversas formas de redes de produção e comercialização de alimentos que priorizem preços justos aos produtores com vistas a manter a condição de autonomia característica dos modos de vida das comunidades não citadinas.

Reforça a conclusão do parágrafo anterior o depoimento apresentado no tópico 2.6 da minha pesquisa: “era produtor, foi trabalhar na mineração e agora voltou a produzir de novo” (servidor público municipal J., 2016). As atividades de agropecuária desenvolvidas pelas famílias do campo em Brumadinho são verdadeiros mourões enquanto que os empregos oferecidos por outras atividades econômicas presentes no município, como a mineração e os serviços oferecidos pelos condomínios residenciais, servem, apenas, para complementar a renda em determinadas situações, não podendo ser contabilizados como verdadeiros esteios. Portanto, a importância da agropecuária associa-se a relação típica do campesinato assinalada por Chayanov ([1924], 2014) na qual as famílias estabelecem um equilíbrio entre satisfação familiar e fadiga decorrente da autoexploração do trabalho familiar que segundo um outro depoimento, apresentado no tópico 2.7, pode ser traduzido da seguinte maneira: “eu não tenho emprego, eu sou uma pessoa livre” (agricultor familiar P, 2016).

A análise dos esforços empreendidos pelo IBGE em torno do debate, ainda pertinente, sobre as relações estabelecidas entre campo, cidade, rural e urbano permitiu identificar que esse órgão do Governo Federal corrobora com a ideia de que a urbanização deva ser vista como um processo que está além das cidades e é capaz de alterar as dinâmicas do campo, do rural e das relações que são estabelecidas com a cidade e com o urbano e demonstra, portanto, que o uso dos resultados das pesquisas divulgados por esse mesmo órgão não devem ser utilizados acriticamente.

Ademais, o IBGE permanece sem debater o papel que a cidade no Brasil detém como dominadora e organizadora de todo o município.

Ao analisar criticamente o que chamei por corrente de estudos e pesquisas em torno do “novo rural” posso afirmar que ela se alicerça sobre a noção de desenvolvimento sustentável baseada no paradigma da modernização ecológica (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). A argumentação em torno do “novo rural” se sustenta através da dimensão ambiental (destacada das outras que compõem o campo e o rural) valorizada em termos mercantis no âmbito das relações estabelecidas entre campo, cidade, rural e urbano. Ademais, deve-se contrapor-la à necessidade irrevogável da reforma agrária para que o desenvolvimento rural possa ocorrer de maneira justa. Decorre da concepção do “novo rural” a produção de espaços elitizados e segregadores onde uma pequena parcela da população reúne condições para morar ao mesmo tempo em que desfrutam do acesso a serviços e bens urbanos sem comprometer a cidadania. E mais, a configuração do “novo rural” encontra-se sob a égide de vetores urbanos aproximando da ideia de *continuum* da cidade com o campo. Trata-se da produção intencional da natureza e do rural constituídos simbioticamente como oposição à cidade e complemento do cotidiano dos cidadãos.

Ademais, parte das considerações dos autores que defendem a ideia de um “novo rural” se baseiam na crítica infundada acerca do trabalho do filósofo Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e da constituição, ainda inconclusa, da sociedade urbana. Por isso, foi de fundamental importância visitar as obras de Lefebvre com o objetivo de ressaltar a sociedade urbana como um objeto virtual e afirmar que vivemos, ainda, numa zona crítica na qual um campo cego se oferece diante de nós. Entretanto, é mister afirmar que em decorrência dessa fase algo novo se pôs, pois as contradições socioespaciais não são determinadas apenas pelas relações estabelecidas entre campo e cidade, mas sim tem assento sobre a integração e a segregação. A condição de subalternidade dos rurícolas não será quebrada apenas em decorrência do abandono da situação de segregados para integrados. É de fundamental importância que sejam debatidas profundamente o que se entende por integração e segregação para que a condição de subalternidade seja transformada. Conquanto, deve-se levar em consideração que a formação espacial brasileira é marcada por relações cidade-campo dos dominantes e a incompletude do urbano é um instrumento para manter essa hegemonia que impede a transformação

decorrente de uma aliança campo-cidade dos de baixo. Ademais, o “novo rural” parece mais evidenciar (e forçar) uma des-ruralização do que urbanização (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A análise crítica das propostas em torno do “novo rural” permitiu identificar, sob influência das pesquisas realizadas pela socióloga Elisabete Figueiredo, que se trata de um processo perverso de representação e produção do campo e do rural como idílicos. Sua perversidade decorre do fato da idilização do campo e do rural figurar como resposta ao problema real da subalternidade do campo e de seus moradores, contudo dissimulando as reais finalidades, que se associam aos interesses do capital imobiliário e do setor de serviços. Ademais, foi possível identificar que o campo idílico configura-se mais como um contrapeso e um complemento às cidades. Outrossim, a idilização do campo e do rural se vale da não integração aos circuitos “modernos” da economia durante a era industrial. E, por isso, esses espaços passaram a ser representados como os últimos detentores das tradições e da natureza intocados pela modernidade. O rural idílico, e tudo o que ele contém, tornado raro, é mercantilizado.

Através das incursões em campo e apoiado na literatura foi possível descortinar algumas características do campo idílico que procuram ser ocultadas em suas representações. São aquelas que se relacionam com a apropriação privada da natureza, na qual a disputa pela água tem se tornado central em termos de importância, pois, a produção do campo idílico em Brumadinho ter se baseado na farta disponibilidade de água de qualidade. Na face oeste da Serra da Moeda foi possível inclusive identificar que a produção do campo idílico foi acompanhada de injustiça hídrica. Nesse contexto conflituoso em torno do acesso à água em um campo produzido como idílico diversos agentes são apontados como geradores de impactos negativos sobre as águas. Além das empresas mineradoras, o crescente número de moradores na região com modos de vida citadinos, também é apontado como causador de impactos negativos sobre as águas. Entretanto, desde 2015 a fábrica de refrigerantes da Coca Cola FEMSA, instalada no distrito industrial de Itabirito, passou a ser apontada como responsável, por diversos moradores da região, por alterar a dinâmica das águas subterrâneas na divisa dos municípios de Brumadinho e Itabirito. Identifiquei que essas atividades estão, em sua grande maioria, regulamentadas na forma que a lei determina.

Uma das principais conclusões que a análise do conflito em torno da água me

permite fazer é que tanto os efeitos decorrentes das alterações nos fluxos das águas são desigualmente distribuídos, assim como os meios para lidar com os impactos negativos decorrentes dessas alterações. Conquanto, a produção do campo idílico apoiado sobre a farta disponibilidade de água de qualidade produziu um quadro de injustiça hídrica pelo fato das relações desiguais estabelecidas entre campo, cidade, rural e urbano. E mais, as águas subterrâneas são consideradas de acesso mais democrático. Contudo, exatamente por isso, em um contexto de forte pressão sobre esse recurso, tornou-se escasso. Porém, tal escassez não se apresentou para todos da mesma maneira, haja vista, o acesso as águas subterrâneas estar, cada vez mais, mediado pelas tecnologias de prospecção, perfuração e bombeamento que se associam à capacidade financeira para adquiri-las. Ademais, a gestão das águas subterrâneas pelo poder público, em todos os níveis, mostra-se bastante ineficiente ou conjugada com os interesses das empresas que pretendem se apropriar desse bem comum. Contudo, é possível afirmar que o fortalecimento das diversas formas locais ou autônomas de gestão desse recurso tem maior potencial de lograr êxito do que as geridas pela tecnoburocracia ou pela iniciativa privada.

As disputas pelo acesso e apropriação das águas, a implosão-explosão da cidade de Belo Horizonte (apesar de não só) que extrapola os limites político-administrativos desse município, as representações de campo e rural que o reforçam como uma raridade e pretendem produzi-los como idílicos com sua face perversa de segregação e elitização territorial e o desastre decorrente do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão de propriedade da Vale S.A. em Brumadinho são, ao mesmo tempo, evidências e resultados da fase crítica de constituição da sociedade urbana. Apesar estarmos de frente para um campo aberto à exploração e ação ainda é necessário ajustar o foco do olhar e conseguir derrubar os cegantes que impedem de se olhar para o desconhecido. Portanto, as mais diversas contradições e conflitos no município de Brumadinho ficam sem respostas imediatas pelo fato de ainda estarmos imersos no processo de implosão-explosão da cidade industrial que evidencia uma zona crítica. Ademais, é possível afirmar que esses resultados e evidências da fase crítica de constituição da sociedade urbana, sobre os quais me debrucei nessa pesquisa, guardam estreita relação com as ideologias de desenvolvimento moderno-coloniais (com profundas implicações sobre as relações metabólicas territoriais) que ignoram e subjagam as possibilidades produzidas por

grupos locais que contam com enorme grau de criatividade para superação das condições adversas em que se encontram nos mais diversos espaço-tempo de suas r-existências e que podem ser o ponto de partida para se pensar propostas em territórios com tantas contradições.

Por fim, espero ter evidenciado que há toda uma questão política implicada no cerne do desafio ambiental.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In.: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner et ali. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ACSELRAD, Henri; Wagner de Almeida, Alfredo; BERMANN, Celio; BRANDÃO, Carlos Antônio; CARNEIRO, Eder; LEROY, Jean Pierre; LISBOA, Marijane, MEIRELLES, Jeovah, MELLO, Cecilia; MILANEZ, Bruno; NOVOA, Luiz Fernando; O'DWYER, Eliane Cantarino, RIGOTTO, Raquel; SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio Antunes; VAINER, Carlos; ZHOURI, Andrea. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-cadernos CES [Online]**, n.17, Universidade Coimbra, 2012. p. 164-183.

Advisory Committee for Environmental Research and Education. **Sustainable Urban Systems**: Articulating a Long-Term Convergence Research Agenda. A Report from the NSF Advisory Committee for Environmental Research and Education. Prepared by the Sustainable Urban Systems Subcommittee, 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**. São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.

ALESSANDRO DE MIRANDA, Davidson. **Conflitos socioambientais minerários**: estudo de caso da exploração minerária no município de Brumadinho. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2014

ANDERSSON, Kjell; SJÖBLOM, Stefan; GRANBERG, Leo; EHRSTRÖM, Peter; MARSDEN, Terry (ed.) **Metropolitan Ruralities** (Research in Rural Sociology and Development, Volume 23). Emerald Group Publishing Limited. 2016.

ANDRADE, Bernardo Alves de Brito. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade. Distrito de Piedade do Paraopeba, Brumadinho/MG: subsídios históricos para o projeto de restauração. 2014.

ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. Mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 15 – 31.

ANGEL AMBIENTAL. **Modelo numérico hidrogeológico da região do Distrito Industrial de Itabirito/MG**. Itabirito, 2015.

ANM. **Informe mineral 1º/2018**. Brasília - DF, dezembro, 2018.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário**. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ÁGUAS CLARAS. (APROBAC). **Nossa história**. 2019. Disponível em: <<http://www.aprobac.org.br/cms/index.php/apresentacao>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO MÃE TERRA. **Informativo**. 05 jun. 2017. Disponível em: <<http://condominiomaeterra.com/page/3/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BARBOSA, Jorge Luiz. A mobilidade urbana no processo de metropolização: um ensaio crítico sobre as condições da produção social do espaço urbano no contemporâneo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 171 - 186.

BRUMADINHO. Lei nº 1438, de 09 de setembro de 2004. Disponível em: <[http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/lei\\_de\\_uso\\_e\\_ocupacao.pdf](http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/lei_de_uso_e_ocupacao.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRUMADINHO. Lei complementar nº 52, de 28 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/PLANO\\_DIRETOR.pdf](http://www.brumadinho.mg.gov.br/arquivos/PLANO_DIRETOR.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRANDT MEIO AMBIENTE LTDA. **Relatório de Controle Ambiental: Coca Cola FEMSA, fábrica de bebidas, Itabirito-MG**. 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista política agrícola**. Ano XXII. n.2. abr/mai/jun 2013.

BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA Sul-RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrique Böll, 2004. p. 131-146.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674 – 1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In.: MARTINS DE CARVALHO, Horácio (org.). **Chayanov e o campesinato**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p.99-137.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. **Intratextos**, Rio de Janeiro, Número Especial 03, p.128-146, 2012.

COSTA, Alfredo. ; MATOS, Ralfo. ; VALLE, Matheus. Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização agropecuária. **Campo - Território**, v. 10, p. 270-292, 2015.

COSTA, Geraldo Magela; ONOFRE DOS SANTOS, Reinaldo; COSTA, Heloísa Soares de Moura. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Geografias**. Belo Horizonte, vol.9, n. 2, jul/dez, 2013. p. 104-120.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Expansão metropolitana e periferias. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo sul**. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 13 – 18.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo sul**. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 101 – 124.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**. Ano II. Nº 14. IBGE. Maio, [1938] 1944.

DEL GAUDIO, Rogata Soares.; FREITAS, Eliano de Souza Martins. Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da Carta de 2070. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.27, n. 3, p. 439-452, set.-dez. 2015.

DEL GAUDIO, Rogata Soares.; PEREIRA, Doralice Barros. As ideologias e a exclusividade da natureza: aproximações. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Geografias e Ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 204-235.

DIAS DE ANDRADE, Francisco de Carvalho. A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, p. 133-193, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ªed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

DINIZ, A.M.A.; ANDRADE, L.T. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 120 – 144.

DNPM. **Informe mineral 2º/2013**. Brasília - DF, abril, 2014.

EMATER-MG. **Relatório de atividades do escritório da EMATER-MG em Brumadinho**. Brumadinho, 2015.

TAKAHASHI, Paula. Água e terreno definiram localização de nova fábrica da Coca-Cola. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 01 jul. 2011. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/07/01/internas\\_economia,237203/agua-e-terreno-definiram-localizacao-de-nova-fabrica-da-coca-cola.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/07/01/internas_economia,237203/agua-e-terreno-definiram-localizacao-de-nova-fabrica-da-coca-cola.shtml)>. Acesso em: 21 dez. 2018.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. Contradições da política ambiental por meio de incentivos financeiros: os casos do ICMS ecológico e da CFEM nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil). **Revista Árvore**, Viçosa, v.37, n. 6, nov.-dez., p.1083-1092, 2013.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. **Proteção da natureza e produção da natureza: política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina**. 2012. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia em Organização do Espaço) – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialética do discurso. **Revista Teias**. V.11, nº22, p.225-234, mai/ago 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, Diomira Maria Cicci . **Análisis de la capacidad del turismo en el desarrollo económico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho**, 2012. 362 f. Tese – Doutorado em Economia pela Universidad de Alicante, Departamento de Análisis Económico Aplicado/ Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento / Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Alicante/Belo Horizonte, 2012.

FARIA, Laura Amaral. **A produção do espaço no eixo sul da metrópole de Belo Horizonte: o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia em Organização do Espaço) – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FARIA, Laura Amaral. Arte e natureza na reprodução do modo de vida urbano: o Instituto Inhotim (Brumadinho-MG). In: **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XII SIMPURB**, 2011, Belo Horizonte-MG. Anais XII SIMPURB, 2011.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural-urbano. **Ruris** (Campinas), v. 1, p. 157-192, 2007.

FAVARETO, Arilson da Silva. A racionalização da vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), v. 14, p. 9-48, 2006.

Favareto, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. **Educação & Sociedade**, vol. 35, núm. 129, out/dez., 2014, p 1137-1163

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: [s.n], 2013.

FERREIRA, A. et al. Introdução... ou as primeiras aproximações. In: FERREIRA, Álvaro. et al. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 9 - 13.

FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmicas. Uma introdução. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 15 – 32 .

FERREIRA, Álvaro. Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69 – 84.

FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo. Entre o abandono e o idílio – representações sociais dos territórios rurais em Portugal. **Cultivar**: cadernos de análise e prospetiva. n.11. mar. 2018. p.39-48.

FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo. **Um rural para viver, outro para visitar** – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. 2003. 613 f. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas ao Ambiente) – Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Aveiro (Portugal).

FIGUEIREDO, Elisabete. Imagine there's no rural: the transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. **European Urban and Regional Studies**, vol. 15, no. 2, 159-17, April 2008.

FIGUEIREDO, Elisabete. O rural como reserva ambiental – o lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal. In: Iglesias, E.L et Al. (Ed) **La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Iberica** – Actas del IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales, IDEGA /SPER/AEEA (publicação em CDROM), 2001.

FIGUEIREDO, Elisabete. Rural matters - significados do rural em Portugal: entre as representações sociais, os consumos e as estratégias de desenvolvimento. In: (I)MOBILIDADES E (DES)ENVOLVIMENTOS: O RURAL DESAFIADO. 2012. Lisboa. **Actas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais** Lisboa: CEG/IGOT, 2012, p. 68-78.

FJP . **Duplicação da Rodovia Fernão Dias: região e municípios de BH**. V.2.pt. 2: Estudos básicos para orientar planos diretores dos município situados na área de impacto da duplicação da Rodovia Fernão Dias: Brumadinho. Belo Horizonte, 1995.

FREITAS, Eliano de Souza Martins. **A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte**: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades, 2004. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004

FREITAS, Eliano de Souza Martins. O movimento ecológico e a (re)produção social da metrópole ao sul de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p.163 – 194.

FROEHLICH, José Marcos. A crítica da sociologia rural tradicional e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. **Extensão Rural** (Santa Maria), Santa Maria, v. 1, n.2, p. 31-46, 1994.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza**. A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul, 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, [1978] 2015.

GAZZINELLI- OLIVEIRA, Juliana; CASTRIOTA, Leonardo. Patrimônio, memória e preservação: o caso da estação ferroviária de marinhos. **Forum patrimônio**: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v.8, n.2. Jul / Dez. 2015.

GLOBO REPÓRTER. **Macacos-prego invadem casas por comida**. 2012. (7m13s). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/2258697/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GLOBO REPÓRTER. **Quatis e macacos invadem casas no interior de SP e problema para no MP**. 2014. (8m33s). Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2014/12/quatis-e-macacos-invadem-casas-no-interior-de-sp-e-problema-para-no-mp.html>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GLOBO RURAL. **Projeto recupera e transforma lagoas antigas em reservatórios em MG**. 2015. (5 min). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3999573/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

GÖRGEN, Sérgio Antonio. Água não se nega. **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 12 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/03/12/agua-nao-se-nega/>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GRAZIANO, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, 1997.

GRAZIANO, Xico.; NAVARRO, Zander. **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: **CAAP**; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, p.187-225, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismo en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURI, Andréa.; BOLADOS, Paola.; CASTRO, Edna. (Org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 23-43.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. IBGE, Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Regiões rurais 2015: relatório técnico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBRAM. **Relatório anual de atividades julho/2017 a junho/2018**. 2018. Disponível em: [http://portaldaminerao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o\\_Relat%C3%B3rioAnual\\_ver%C3%A3oweb.pdf](http://portaldaminerao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o_Relat%C3%B3rioAnual_ver%C3%A3oweb.pdf)> Acesso em: 01 fev., 2019.

Informações básicas – Brumadinho. **Descubra Minas.com** Disponível em <[http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod\\_destino=170&cod\\_pgi=2605](http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=170&cod_pgi=2605)> Acesso em 31 de março de 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). **Avaliação de estudos hidrogeológicos realizados em área localizada no Sinclinal Moeda em Itabirito, MG**. São Paulo, 2017.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In.: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser.4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JARDIM, Décio Lima; JARDIM, Márcio Cunha. **Histórias e riquezas do município de Brumadinho**. Brumadinho: Prefeitura municipal de Brumadinho, 1982.

JORNAL HOJE EM DIA. **Escolas rurais de MG enfrentam problemas com abastecimento de água**. 2016. (2m07s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pwAyIMZr6Yk>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, Edgardo. Neoextractivismo: Debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en suramérica. In.: ALIMONDA, Héctor et ali. **Ecología política latino-americana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Facundo Martín. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. A sustentabilidade geográfica de condomínios na Zona Metropolitana de Belo Horizonte. In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p. 313 – 338.

LASCHEFSKI, Klemens. Segregação espacial e desigualdade social – fatores determinantes da insustentabilidade do ambiente urbano. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade** - ANPPAS, 2008, Brasília. Anais..., 2008

LASCHEFSKI, Klemens.; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 11, p. 307-322, jul-dez. 2008.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Indigenous peoples, traditional communities and the environment: the ‘territorial question’ under the new developmentalist agenda in Brazil. In.: PUZONE, V; MIGUEL, L.F. (eds.). **The Brazilian Left in the 21st Century**, Marx, Engels, and Marxisms. 2019.

LEFEBVRE, Henri. [1958] Regresso a Marx. In: \_\_\_\_\_. **Materialismo dialéctico e sociologia**. Lisboa: Editorial Presença. p. 7-31, [19--]

LEFEBVRE, Henri. A proposito de la investigación interdisciplinaria em sociología urbana y urbanismo. In: \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Organização de Mario Gaviria. Barcelona: Edições Península, 1978b. p. 227-249.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução e prefácio: Sérgio Manuel Merêncio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Contra los tecnocratas**. Buenos Aires: Granica Editor, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Manuel Merêncio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Introducción. In: \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Organização de Mario Gaviria. Barcelona: Edições Península, 1978a. p. 5-18.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausência**. Contribución a la teoria de las representaciones. Tradução: Óscar Barahona Y Uxoá Doyhamboure. México: FCE, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**: 12 mots clef pour le monde moderne. Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. Tradução de Margarida Maria de Andrade.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**: Prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. In: **Le Monde Diplomatique**. Paris: Maio de 1989. Tradução de Pedro Henrique de Mendonça Resende.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Blackwell Publishing. 1991.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro. et al. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 9 - 13.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, p.95-112, jul.-dez. 2002.

MARTINEZ, C.E.P.M. Legados de um passado escravista: cultura material riqueza em Minas Gerais. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, nº46, p. 415-442, jul/dez 2011.

MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. O passado no presente: a visão do economista. In.: BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. (Org.) **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. Prolegômenos.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. Prefácio. In: **A revolução urbana**. Tradução e prefácio: Sérgio Manuel Merêncio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 7 – 13.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008.

MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 33 – 46.

MENDONÇA, J.G.; PERPÉTUO, I.H.O. A metrópole belo-horizontina em expansão: periferização da riqueza ou polarização social? In: COSTA, Heloisa Soares de Moura. (Org.) **A expansão metropolitana em Belo Horizonte**: dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte, Editora Com Arte, 2006. p.21 – 34.

MILANEZ, Bruno. Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro no período 2000-2016. **Versos** -Textos para Discussão PoEMAS, 1(S2), 1-18. 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, p. 119-148, 2013.

MINAS GERAIS. Decreto nº 41.578, de 08 de março de 2001. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=689>> Acesso em: 09 de abr. 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.199, de 30 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5309>>. Acesso em: 09 de abr. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. Parecer único nº 482/2011, de 21 de outubro de 2011. Parecer único que subsidia o julgamento do pedido de Licença Prévia realizado pela SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S.A. – Coca-Cola FEMSA. Belo Horizonte, 2011. 50 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. Parecer único nº 03/2012. Parecer único que subsidia o julgamento do pedido de Licença de Instalação pela SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S.A. – Coca-Cola FEMSA. Belo Horizonte, 2012. 36 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. Parecer único nº 32/2015. Parecer único que subsidia o julgamento do pedido de Licença de Operação – LO para a atividade de fabricação de refrigerantes requerida pelo empreendimento SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S.A. – Coca-Cola FEMSA. Belo Horizonte, 2015. 35 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. Parecer único nº 0131/2008, de 05 de agosto de 2008. Parecer único que subsidia o julgamento do pedido de Licença Prévia realizado pela Prefeitura Municipal de Itabirito para a instalação de seu Distrito Industrial. Belo Horizonte, 2008. 28 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. Parecer único n° 338/2013. Parecer único que subsidia o julgamento do pedido de Licença de Operação do Distrito Industrial de Itabirito, empreendimento sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itabirito. Belo Horizonte, 2013. 18 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa Nacional de Águas Subterrâneas.** [entre 2000 e 2018]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agua/recursos-hidricos/aguas-subterraneas/programa-nacional-de-aguas-subterraneas.html>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **MPMG assina Termo de Compromisso com a Coca-Cola.** 19 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-assina-termo-de-compromisso-com-a-coca-cola.htm#.XBkxUlxKiyl>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Moradores pedem que Samarco fique em Mariana mesmo após desastre. G1 Minas Gerais. 21 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/11/moradores-pedem-que-samarco-fique-em-mariana-mesmo-apos-desastre.html>> . Acesso em 19 de agosto de 2016.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Ruy. Cidade e campo no Brasil contemporâneo. **Revista Ciência Geográfica.** Vol. XI. Ano XI. set/dez. 2005

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História:** das cavernas ao Terceiro Milênio. Vol. Único. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1997

NAVARRO, Zander. “Agricultura familiar” e a nova fase da agricultura brasileira. In.: GRAZIANO, Xico.; NAVARRO, Zander. **Novo mundo rural:** a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p.171-189.

NAVARRO, Zander. **O mundo rural brasileiro:** seis tendências. 2016. 21 slides. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao;jsessionid=E43B05442E7CCE0579E1FC65A79B6354?0&reuniao=4469&codcol=1307>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ONG ABRACE A SERRA DA MOEDA. **Análise crítica do relatório da Schlumberger para a Coca-Cola.** Belo Horizonte, 2017.

ONG ABRACE A SERRA DA MOEDA. **Análise crítica do estudo hidrogeológico Serra da Moeda – fase II.** Relatório da Water Services para a Coca-Cola. Brumadinho, 2018.

OXFAM BRASIL. Terrenos da Desigualdade: Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural. 2016. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf). Acessado em 03 de janeiro de 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEOgraphia**. Ano 17, n.33, 2015.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcineli Orlandi (et el). 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, Doralice Barros.; MUNGAI, Mariana França.; RODRIGUES, Éder Romagna. Representações dissonantes de uma natureza “conservada”. In: **Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, homenageando Livia de Oliveira**, 2005, Londrina. Anais Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, homenageando Livia de Oliveira. Londrina: Laboratório de pesquisas urbanas e regionais/Departamento de geociências/ Universidade Estadual de Londrina, 2005. v. 1. p. 1-18.

PIRES, Claudia Teresa Pereira. **Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima:** um enfoque sobre a estrutura fundiária e a produção de loteamentos. 2003. 339 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PLAMBEL. **A estrutura econômica dos municípios de Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme.** Belo Horizonte, 1991.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. Trad. Claudia Freire. 1 ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga:** avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político:** Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POGREBINSCHI, Thamy. **O Político contra a Política.** Uma Agenda de Pesquisa em Forma de Manifesto. Sinais Sociais, v. 04, p. 106-141, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Água Não se Nega a Ninguém - a necessidade de ouvir outras vozes. In: Hector Alimonda; Clélia Parreira. (Org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. 1ªed.Brasília: FLSCSO, 2005, v. 1, p. 115-144.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther Ceceña; Emir Sader. (Org.). **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. p.217-256.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **De los Saberes da la emancipación y de la dominación**. 1ed. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2008, v. 1, p. 37-52.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. et al. A contra reforma agrária na lei e na marra - Brasil (2015-2017). In.: CANUTO, Antonio et al. (orgs.) **Conflitos no campo**. Brasil: CPT Nacional, 2017. p. 26-48.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. et al. Mais além da conjuntura: por outros horizontes de sentido. In.: CANUTO, Antonio et al. (orgs.) **Conflitos no campo**. Brasil: CPT Nacional, 2019a. p.28-39.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. et al. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018. In.: CANUTO, Antonio et al. (orgs.) **Conflitos no campo**. Brasil: CPT Nacional, 2019b. p.93-121.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Para outras conexões rural-urbanas: a reapropriação social da natureza (2008). Disponível em [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/acervo?tid=1421&field\\_bib\\_tipo\\_documento\\_value\\_many\\_to\\_one=All&field\\_bib\\_ano\\_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=&title=](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/acervo?tid=1421&field_bib_tipo_documento_value_many_to_one=All&field_bib_ano_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=&title=) (acessado em 11 de janeiro de 2019).

PORTAL DA MINERAÇÃO. **Vale anuncia o descomissionamento de todas as suas barragens a montante**. 30 jan. 2019. Disponível em: <<http://portaldamineracao.com.br/vale-anuncia-o-descomissionamento-de-todas-as-suas-barragens-montante/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

POUPART, Jean.; et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Protesto em apoio à Samarco é feito em frente à Prefeitura de Mariana. G1 Minas Gerais. 18 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/protesto-em-apoio-samarco-e-feito-em-frente-prefeitura-de-mariana.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-382.

NOSSO RETIRO. Brumadinho, ano 2, n.7, mar. 2016. Disponível em: <[http://www.retirodochale.com.br/rch\\_dados/informativo/2011/pdf/Revista%20Retiro%20do%20Chale%20casadas.pdf](http://www.retirodochale.com.br/rch_dados/informativo/2011/pdf/Revista%20Retiro%20do%20Chale%20casadas.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2019.

RIBEIRO, Flávio. Prefeito de Mariana fala em procurar outra mineradora, caso Samarco encerre atividades. *Vértices*. 5 de junho de 2016. Disponível em: <<http://verticesinconfidentes.com.br/prefeito-de-mariana-fala-em-procurar-outra-mineradora-caso-samarco-encerre-atividades/2292>> . Acesso em 19 de agosto de 2016.

ROESER, H. M. P.; ROESER, P. A. O Quadrilátero Ferrífero - MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. *Geonomos*, Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 33 – 37, 2010.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros; DIAS, Janise Bruno. Tensões e conflitos na metrópole belo-horizontina: (neo)extrativismo, comunidades locais e áreas protegidas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 47-70. 2017.

SAMARCO: Rompimento da barragem de Fundão. <<https://www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao/>> acesso em 18/10/2018.

SANTIAGO, Milson Betancourt; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Cuestiones críticas sobre extractivismo y productivismo: un análisis desde el pensamiento crítico, la ecología política y las prácticas políticas de los grupos subalternizados. In.: ALIMONDA, Héctor (coord.) (et al.). **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México:Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

SANTOS, Ana Flávia Moreira; FERREIRA, Luciana da Silva Sales; PENNA, Vinícius Villela. Impactos supostos, violências reais: a construção da legalidade na implantação do projeto Minas-Rio. In.: ZHOURI, Andréa. (org.) **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1ed. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p.176-220

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Da estratégia corporativa à ação economicamente relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro. *REPOCS*, v.12, n.24, p. 143 – 166, jul.- dez. 2015.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Mineração no Brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. *Revista Não Vale*, Açailândia, v. 2, p. 75 - 89, 01 abr. 2013.

SCHLUMBERGER WATER SERVICES. **Estudo hidrogeológico Coca-Cola FEMSA unidade Itabirito**. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº51, fev./2003, p. 99-192.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In.: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, **Anais XVI ENEP**, 2008.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M.E.B.; WHITAKER, A.M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53-64.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, nº 10, p. 134-150, Jan.-jun./2007.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los *commodities*, giro econoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, Argentina, Ano XIII, nº 32, nov/2012, p. 15-38.

SVAMPA, Maristella. The “Commodities Consensus” and Valuation Languages in Latin America. In: **Alternautas**, Londres, Inglaterra, vol. 2, nº1, jul./2015, p. 44-59.

TEIXEIRA DE ANDRADE, Luciana. Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: EGAL/USP, 2005. v. 22.

TEIXEIRA, Wilson; TOLEDO, Maria Cristina Motta; FAIRCHILD, Thomas Rich; TAIOLI, Fabio. (orgs.) **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.  
THERBORN, G. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo Veintiuno, 3ª. ed. 1991.

TONUCCI FILHO, J.B.M. et al. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. (Ed.) **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015. p. 33 – 46.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI – RMBH**. Produto 6 – Relatório final – Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários (em seis volumes). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI – RMBH**. Produto 2 – Macrozoneamento RMBH - Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das zonas de interesse metropolitano, Belo Horizonte: UFMG, 2014.

VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos avançados**. vol.18. n. 51. São Paulo. mai/ago. 2004.

VEIGA, José Eli. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. vol.3. n. 1.jan/abr. 2007.

VILLAR, Pilar Carolina. Groundwater and the Right to Water in a Context of Crisis. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 19, p. 85-102, 2016.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, 1(1), 1-7. 2017.

WATER SERVICES BRASIL. **Estudo Hidrogeológico Serra da Moeda**. Relatório técnico – fase 2. Belo Horizonte, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

ZHOURI, Andréa. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, Andréa.; BOLADOS, Paola.; CASTRO, Edna. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 9-19.

ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, Andréa.; VALENCIO, Norma. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 9-20.

ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.89-118.

ZONTA, Marcio. TROCATE, Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada**, 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos. In.: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.